



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação



Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

**CATANDO VIDAS NO LIXO: O CASO DE UMA COOPERATIVA DE TRABALHO
DE RECICLAGEM EM SANTA MARIA-DF**

Renato Mendes Gomes

Dissertação apresentada na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico
de Santarém, para Obtenção do Grau de Mestre em Educação Social e
Intervenção Comunitária – MESIC/ESE/IPS

Orientadora: Professora Doutora Perpétua Santos Silva

Setembro de 2016



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação



Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

CATANDO VIDAS NO LIXO: O CASO DE UMA COOPERATIVA DE TRABALHO DE RECICLAGEM EM SANTA MARIA-DF

Dissertação apresentada para
obtenção do grau de mestre no âmbito
do Mestrado em Educação Social e
Intervenção Comunitária da Escola
Superior de Educação do Instituto
Politécnico de Santarém.

Renato Mendes Gomes

Orientadora: Professora Doutora Perpétua Santos Silva

Setembro de 2016

Catador de Lixo (O reciclador do mundo)

Cata papelão

*Latinha, sujeira cata lixo, cata lixo,
emoção*

A vida que escapa da mão

A vida é um pedaço no chão

Teu dia termina e o meu não tem fim

Teu lixo desprezo é dinheiro pra mim

Eu vejo a cidade os olhos de lixo

*Nem prédios nem prata só cacos de
vidro*

A rota é montese, é vila-união,

Arame farpado, ando na contramão,

Serrinha, picí, pirambu, castelão

Daí tu me vês suado e cansado,

Barriga vazia e o carrinho, lotado,

A descida é legal, e a subida é fatal

Seu lixo não parece com o meu,

O passado rasgado, e o que apodreceu,

*Entre os carros meu carro, carinho de
cruz*

Não se espante você pareço Jesus

A latinha é o ouro, o kilo o real,

Os sonhos, os vermes, fedor colossal,

Palhaço sem riso grã-circo fortal

Não sei quem eu sou

Se é que vou ser

Se é homem-urubu

Mulher guabiru

Você não me viu mas eu vejo você!!!

No lixo!!!

Tudo virará lixo!!!

Teu amor de lixo!!!

O futuro é lixo!!!

Onde está seu lixo???

Lixo!!!

Atitude S/A

Composição: Guerreiro Silva, Julio Maciel, Raoni

Agradecimentos

Aos meus amados pais (“Seu Loro” e “Dona Chica”) onde tudo começou. Aos meus seis irmãos (6): Neta, Cátia, Rodrigo, Fernanda, Alessandra e Júnior.

À minha amada Maria Leonete (Fofinha), que me deu tudo na vida, sem ela eu não conseguiria. Minha amada me abençoou com os anjos mais lindos: Rafael, Miguel e Gabriel.

Não poderia esquecer da gatinha “Mia” que me interrompia durante a escrita desta, para dar ração/água, acho que ela ficava preocupada e fazia eu levantar para me exercitar.

Ao IFB, representado pelo Professor Wilson Conciani e Professora Maria Cristina Madeira, educadores incansáveis e ótimos gestores da coisa pública. O meu muito obrigado pela iniciativa em viabilizar a qualificação de todos/as servidores/as do IFB.

Ao *Campus* Gama, IFB de modo geral. Ao meu chefe imediato, Sr. Adriano Menezes Martins, Coordenador de Aquisições e Contratos do *Campus* Gama, pelo pleno apoio e dicas.

Ao Professor Doutor Paulo Jorge de Castro Garcia Coelho Dias (IPS), que, inspirado na expedição “Missão Cruls”, pacientemente desbravou como triatleta o Distrito Federal-DF, coordenando e ministrando aulas deste mestrado aos servidores do IFB.

À dedicada Professora Doutora Perpétua Santos Silva que sempre, digo, sempre deixou sua contribuição para os alunos do MESIC, independente de tudo. Sem ela, eu não teria alcançado com humildade, o que consta neste singelo trabalho.

À educada Professora Sônia Jesus (apoio a pós-graduações e mestrados), pela dedicação e disposição em sempre atender bem.

Tamanho agradecimento é também aos trabalhadores do mundo da catação (especialmente às catadoras) que sempre estão ali humildemente esperando um aceno da inclusão social, aliás, eu vejo, eles não são invisíveis.

Resumo

A presente dissertação do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém, toma como objeto de estudo o caso de uma cooperativa de trabalho de reciclagem em Santa Maria-DF. A partir da análise de algumas dimensões profissionais e pessoais da vida de catadores e catadoras, tem como objetivo conhecer as suas perspectivas sobre as condições profissionais, pessoais e sociais enquanto trabalhadores da catação de resíduos sólidos organizados em cooperativa de trabalho de reciclagem, identificando quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades e procurando conhecer de que forma o movimento cooperativista de trabalho de reciclagem contribui para o possível desenvolvimento dos seus processos de inclusão social. Do ponto de vista metodológico e técnico optou-se por uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas e o desenvolvimento de observação. Foi possível perceber que os catadores/as não estão socialmente inseridos, carecem de educação, saúde, renda, laboram em precárias condições de trabalho, é um grupo altamente vulnerável, em que pese o cooperativismo de trabalho, via cooperativa de reciclagem proporcionar o emprego na catação tal pode considerar-se como a face perversa da inclusão.

Palavras-Chave: catador de recicláveis; inclusão/exclusão social; trabalho precário.

Abstract

This Master's thesis in Social Education and Community Intervention, from the Polytechnic Institute of Santarém - Education College, takes as object of study the case of a cooperative of recycling work in Santa Maria - Federal District of Brazil. From the analysis of some professional and personal dimensions of waste pickers' life, the goal is to understand more about their perspectives on working, personal and social conditions as pickers of solid waste organized in recycling work cooperative; identifying their main difficulties, constraints and needs and seeking to know how the cooperative recycling work movement contributes to the possible development of its social inclusion process. From the methodological and technical point of view, a qualitative approach was applied, through interviews and the development of observation. It was possible to realize that waste pickers are not socially included. They lack education, health, proper income, they have precarious working conditions, it is a highly vulnerable group; in spite of the cooperativism of work via recycling cooperative, providing employment in this environment can be considered as the perverse face of the inclusion.

Keywords: recyclable waste picker; Social inclusion / exclusion; precarious work

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	iv
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice de Quadros e Figuras	x
Siglas Utilizadas	xi
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL, TRATAMENTO E RECICLAGEM.....	19
1.1. Considerações sobre os resíduos sólidos urbanos e a reciclagem.....	19
1.2. Catadores/as de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis.....	30
CAPÍTULO II – BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA A PROPÓSITO DA CONDIÇÃO DE CATADOR.....	36
2.1. Riscos e vulnerabilidades	36
2.2. A exclusão/inclusão social: breve compreensão dialética.....	53
2.3. As políticas públicas federais de fomento à inclusão social de catadores/as.....	61
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	66
3.1. Dos objetivos às questões metodológicas, técnicas e procedimentais.....	66
3.2. Breve contextualização: conhecendo a cidade de Santa Maria-DF e a Cooperativa R3....	74
3.2.1. Movimento Cooperativista e a Cooperativa R3	76
3.3. Breve caracterização das catadoras entrevistadas	87
CAPÍTULO IV – SOBRE O TRABALHO E VIDA DAS CATADORAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS/REUTILIZÁVEIS	90
4.1. Ser catadora: relatos na primeira pessoa.....	90
4.2. Percepção quanto às condições de trabalho.....	98
4.3. Percepção quanto às condições de saúde e comportamentos de risco	108
4.4. Percepção quanto a fatores que podem contribuir para a qualidade de vida.....	115
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSÍVEIS RECOMENDAÇÕES	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
APÊNDICE I	135
APÊNDICE II	136
APÊNDICE III	139
APÊNDICE IV.....	151

APÊNDICE V.....	152
APÊNDICE VI.....	154
APÊNDICE VII.....	155
APÊNDICE VIII.....	166
APÊNDICE IX.....	169
APÊNDICE X.....	194
APÊNDICE XI.....	199

Índice de Quadros e Figuras

Quadro 1 – Benefícios decorrentes da implantação da Coleta Seletiva (CS).....	27
Quadro 2 – Categorias de Catadores	32
Quadro 3 - Enfermidades relacionadas com os RSU, transmitidas por macrovetores e reservatórios.....	49
Quadro 4 - Doenças transmitidas por alimentos (DTA).....	51
Quadro 5 – Instrumentos legais que legitimam a atuação dos catadores/as de reutilizáveis/recicláveis na gestão integrada dos resíduos sólidos	62
Quadro 6 – Ações empreendidas pelo governo para o fortalecimento da coleta seletiva.	63
Quadro 7 – Distribuição por sexo entre os/as catadores/as	85
Quadro 8 – Catadores/as conforme o nível de escolaridade.....	85
Quadro 9 – Distribuição dos catadores segundo contribuição para a previdência.....	86
Quadro 10 – Características das entrevistadas (síntese).....	88
Figura 1 – Geração de RSU.....	22
Figura 2 - Consumo aparente de embalagens.	25
Figura 3 – Coleta seletiva por região.	27
Figura 4 - Esquema representativo da tipologia do risco.....	41
Figura 5 – Vista superior de localização da Cooperativa R3.	80
Figura 6 – Início da instalação da Cooperativa R3 em 2014.	80
Figura 7 - Vista atual da fachada (entrada) da Cooperativa R3.....	81
Figura 8 – Vista frontal do semi-galpão da Cooperativa R3.	81
Figura 9 - Escritório da Cooperativa R3	82
Figura 10 - Bancada improvisada para triagem de RSU na Cooperativa R3	82
Figura 11 – Pátio de disposição dos RSU na Cooperativa R3.	83
Figura 12 – Local utilizado pelos catadores para as refeições na Cooperativa R3.....	83
Figura 13 - Catadoras trabalhando no pátio a céu aberto da Cooperativa R3.....	84

Siglas Utilizadas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

AIEJ - Associação Internacional de Educadores Sociais

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CIISC - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Cicopa - Organização Internacional de Cooperativas de Produção Industrial, Artesanal e de Serviços das Américas

Codeplan - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear

CS - Coleta Seletiva

DF - Distrito Federal

DTA - Doenças Transmitidas por Alimentos

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

Fundacentro/SP - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo

FUNAP-DF - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal

FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

GDF - Governo do Distrito Federal

HOV - História Oral de Vida

IFB - Instituto Federal de Brasília

IPS - Instituto Politécnico de Santarém

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPT - Instituto de Pesquisa Tecnológica

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

MEC – Ministério da Educação

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MTE - Ministérios do Trabalho e Emprego

NTPV - Núcleo do Trabalhador de Populações Vulneráveis

UNBR - Nações Unidas no Brasil

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PIA - População em Idade Ativa

PBSM - Plano Brasil sem Miséria

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

RA - Região Administrativa

SLU - Serviço de Limpeza Urbana

SM - Salário Mínimo

SE/GDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Unesco - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

INTRODUÇÃO

A realização deste mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária é fruto do programa de qualificação/capacitação dos servidores públicos do Instituto Federal de Brasília-IFB. A execução do programa decorreu da Cooperação Técnica Internacional entre o IFB e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém-IPS, de Portugal.

A presente dissertação subordina-se à temática da inclusão de populações em situação de vulnerabilidade, tomando como objeto de pesquisa um conjunto de catadoras de materiais recicláveis/reutilizáveis inseridas em cooperativa de reciclagem.

Trabalhadores e trabalhadoras da catação são pessoas sofridas que muitas vezes exercem nas cooperativas de reciclagem penosos serviços de segregação, prensagem, enfardamento e comercialização dos materiais recicláveis. Laboram sem definição de responsabilidade, de deveres e de direitos, ficando o manejo dos resíduos da coleta seletiva por sua conta e risco. A própria cooperativa de reciclagem define o que separar, como separar, prensar, enfardar e comercializar. Tal rotina ocupacional é processada distante das normas técnicas, ambientais, legais e de saúde, o que enseja enorme grau de vulnerabilidade a tais profissionais do manejo dos resíduos oriundos da coleta seletiva. Ainda que inseridos em cooperativas de reciclagem, constata-se a plenitude de uma atividade informal, carente de legalidade e de instrumentos jurídicos para a contratação destes trabalhadores, suscitando o questionamento quanto ao alcance do movimento cooperativista de trabalho nesta área da reciclagem.

A inclusão social para o referido grupo vulnerável, na atualidade, apresenta-se de forma estratégica tanto para poder público, como para sociedade, pois, quando adentramos neste tema, nos deparamos com as suas reais implicações no quadro social, econômico, ambiental e cultural, de forma entrelaçada com o modelo de desenvolvimento dominante. Trata-se de um amplo e complexo desafio, envidar esforços com o fim de efetivar a plena inclusão social desse grupo absolutamente vulnerável.

Tal serviço de catação, desenvolvido por catadoras e catadores, é ensejado a partir da reação do poder público e/ou sociedade para um somatório de forças para a devida gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), ou seja, o crescimento consumerista ditado pelo mercado induz para um consumo e mais consumo pela população, o que, conseqüentemente, gera mais e mais resíduos sólidos. O Brasil ainda carece de uma adequada gestão dos RSU, não tendo sido superada a exterminação de lixões espalhados Brasil a fora; um deles, considerado o maior lixão da América Latina,

encontra-se em plena Capital Federal do Brasil, na cidade Estrutural, Distrito Federal-DF, a poucos quilômetros (15km) da Esplanada dos Ministérios, centro das decisões políticas. Diante de uma geração crescente de RSU, o programa coleta seletiva é um braço forte e fundamental para a busca da sua adequada gestão e, os protagonistas dessa árdua e precária tarefa ocupacional de segregar, prensar, enfardar e comercializar, constituem um grupo altamente vulnerável.

Dentre outros programas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a coleta seletiva consiste na coleta dos resíduos “seletivamente” descartados pela população e destinados às cooperativas de reciclagem.

Cumpramos destacar que para muitos estudiosos, as cooperativas de reciclagem representam uma primeira porta para o alcance da inclusão social dos/as catadores/as, pois, possibilitam o resgate de homens e mulheres que antes se dedicavam a andarilhar pelas ruas e lixões das cidades catando resíduos para reciclagem. O que não significa que tenha deixado de existir esse tipo de catadores e catadoras de rua, de lixão, mas, hoje, muitos migraram para as cooperativas de reciclagem. Mesmo sendo uma oportunidade de inclusão dos mesmos com o que se considera a viabilização de um trabalho (profissão), permanecem dúvidas sobre se realmente está havendo inclusão social destes trabalhadores pela sua integração no movimento cooperativista de trabalho, de cooperativa de reciclagem. Terão, afinal, melhores condições de vida e de trabalho?

Objetivamos, assim, compreender como se dão os processos de inclusão social dos/as catadores/as de materiais recicláveis/reutilizáveis inseridos numa cooperativa de reciclagem, com o conhecimento das suas condições de vida e trabalho e procurando identificar quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades – a partir da realidade diretamente observada e relatada pelos sujeitos desta pesquisa, que integram a cooperativa de reciclagem designada por Cooperativa R3, situada na cidade de Santa Maria, Distrito Federal-DF. Por referência a esta Cooperativa, procuraremos identificar brevemente o surgimento e desenvolvimento do movimento cooperativista no domínio laboral da catação de recicláveis/reutilizáveis, compreendendo de que forma o mesmo se organiza e qual o seu possível impacto nas condições de trabalho e vida dos catadores cooperados.

É finalidade última deste trabalho, sugerir possível caminho de ação para o alcance da inclusão social destes trabalhadores/as catadores/as com vista à garantia de construção e exercício da sua cidadania plena.

Consideramos que o enquadramento do tema no domínio da Educação Social se justifica plenamente, atendendo ao seu amplo campo de atuação. Pelo fato de ser

inclusiva, tal amplitude busca sempre projetar o bem da coletividade em qualquer direção. No bojo da educação social encontra-se explicitamente a educação não-formal, e que a presente pesquisa entrelaça seus caminhos: “a inclusão social dos/as catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis”. É certo que a educação escolar (formal) é fundamental para as sociedades, mas, comungamos os mesmos ensinamentos de Casteleiro (2008, p. 14), quais sejam:

A educação formal possui limitações para a inclusão social de certos grupos sendo por isso necessário explorar as possibilidades que as práticas de Educação não-formal oferecem para a construção da identidade, a recuperação da auto-estima, a preparação profissional e o desenvolvimento da consciência política e social de cada indivíduo.

É indubitável, a educação formal não é o único caminho para o desenvolvimento social do indivíduo ou grupo, (Baptista, 2001, p. 56) defende que “a educação constitui um lugar privilegiado para a formação de uma consciência antropológica marcada pela atenção ao outro e pela responsabilidade, desempenhando, nessa medida, um papel determinante no processo de desenvolvimento humano”. Pois bem, o educador social busca favorecer o desenvolvimento das pessoas, com efeito, “o educador partilha com essas pessoas situações da vida cotidiana, espontâneas ou construídas, seja em serviços ou em instituições residenciais ou nos ambientes naturais da vida, através de uma ação contínua e conjunta com a pessoa e com o ambiente” (Roma, 1985, citado em Baptista, 2001, p. 56), a partir do que é chancelado pela Associação Internacional de Educadores Sociais – AIEJ.

Aliada ao todo acima, resta claro que, para Souza e Müller (2009, p. 3205):

A educação social é um caminho, que junto com outros, pode compor um cenário mais viável para a inclusão de pessoas e categorias consideradas excluídas na atual conformação da sociedade. Por meio da educação, mas não só por ela, se pode contribuir para que haja garantia de direitos e justiça social.

A educação, como podemos perceber, é atenta aos indivíduos e aos grupos, procura sempre direcionar seus esforços rumo ao alcance do desenvolvimento humano. Ribeiro Dias (1998, citado em Baptista, 2001, p. 56) deixa claro que, a “educação, de preparação para a vida, deve passar a ser valorizada como dimensão da própria vida, transvazando o espaço da formação escolar para assumir o caráter de problema existencial de vivência, e sobrevivência, à escala dos indivíduos e dos grupos”, ela, a educação social, possui amplo alcance, e merece o devido reconhecimento como direito de todos os cidadãos (esteja ou não em situação de vulnerabilidade social, e seja em qualquer etapa de sua vida).

Trilhar caminhos que possam efetivamente contribuir para o alcance da inclusão social dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis, contribuindo para a possível

mudança do cenário de exclusão que a tanto vem deteriorando a vida dessas pessoas, é o papel do educador social em seu mister, “o educador é um personagem fundamental na cena composta da educação social ideal” (Souza e Müller, 2009, p. 3208). A partir de Baptista (2001, p. 56), também no nosso entender, o educador social não pode continuar somente a pregar por uma tradicional atuação de pedagogia de urgência, e sim, por uma pedagogia social que busque (re)entender a solidariedade social, via plena cidadania ativa, a partir da revitalização da vida democrática, que enseje a amplitude de oportunidades e participação de todos.

São conhecidos outros estudos que nos trazem informação relevante a respeito da situação degradante na qual inúmeros/as catadores/as estão e/ou foram submetidos ao longo das suas vidas de trabalho na catação.

Como sabemos (aliás, basta olhar para a nossa própria lixeira doméstica), o consumismo é crescente cada vez mais, a população consome muito mais do que antes e descarta mais e mais a cada dia. Para Bauman (2005, citado em Silva, 2007 p. 57), “a sociedade moderna é uma sociedade de destruidores”. É fato, “ainda estamos aprendendo a tratar nossos resíduos sólidos”, aliás, “somos produtores de milhões de toneladas de lixo. O suficiente para lotar um campo de futebol a cada 8 segundos” (Silva, 2007, p. 57).

Lixões espalhados pelo Brasil são muitos e degradam o meio ambiente e a própria vida das pessoas. Para aqueles cujo trabalho é catação de recicláveis/reutilizáveis, trabalhadores que convivem diariamente de forma precária com tais resíduos sólidos há uma enorme chance do comprometimento do bem-estar físico, mental e social dos mesmos. A mazela laboral de catação precária de resíduos nos lixões, cooperativas ou associações, deve ser estudada, diagnóstica e combatida continuamente por meio de intervenções pertinentemente saudáveis e não somente para avolumar dados “bondosos” nas estatísticas governamentais, quero dizer, os catadores de recicláveis/reutilizáveis merecem um tratamento humano e resultados efetivos das políticas e programas. As adversidades ao qual os catadores de recicláveis/reutilizáveis (tanto pertencentes ou não a associações/cooperativas) são enormes, possui alcance amplo e devastador na vida e trabalho dos mesmos.

Sabemos que envidar esforços via possibilitar melhores condições de trabalho e vida para essas pessoas significa regar o crescimento e afloramento da inclusão social. Catadores de recicláveis/reutilizáveis, em sua camada social, são associados ao grupo dos ditos “excluídos”, pessoas de baixa renda que de lixeira em lixeira, reviram tudo à procura de lata, papel, sacos, etc; é a impregnação da pobreza em sua mais resistente

vestimenta. São pessoas que disputam o lixo com animais/urubus, são pessoas que vivem nas ruas, são pessoas que vivem em lixões; são pessoas socialmente não incluídas, afigurando-nos que “a inserção social dos catadores é (...) um dos maiores desafios que não conseguirá ser vencido sem uma adequada política de inserção social da população (...)” (Marchezini, 2013, *online*). Tal desafio poderá ser enfrentado pela educação social, com suas metodologias de trabalho e intervenção.

Compreender os processos de inclusão social dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis, organizados em cooperativa de trabalho, no caso deste estudo considerando a Cooperativa R3 da cidade de Santa Maria (DF), torna-se fundamental, pois, a partir dos resultados obtidos, será possível divulgar informações que podem reorientar rumos que possibilitem o avançar de melhorias na qualidade de trabalho e vida dos/as catadores/as. Ademais, entrelaça-se aqui, ações que integram com sucesso os interesses econômicos, sociais e ambientais da própria cidade, sendo possível, também, viabilizar subsídios para a projeção de novos estudos dentro de assuntos específicos no contexto “catadores/as de recicláveis/reutilizáveis”, tais como: educação, saúde, trabalho, capacitação profissional técnica e tecnológica entre outros.

No que respeita à sua estrutura, a dissertação está desenhada em cinco capítulos essenciais. No primeiro capítulo, faremos uma breve abordagem à questão dos resíduos sólidos no Brasil, seu tratamento e reciclagem; no segundo capítulo apresentamos uma abordagem teórica apresentando e discutindo alguns conceitos que consideramos centrais na nossa análise e apropriados para melhor compreensão dos fatos. O terceiro capítulo, nos remete à pesquisa, explicitando do ponto de vista metodológico e técnico as opções tomadas, os procedimentos desenvolvidos e os instrumentos acionados; faremos, igualmente, uma breve sistematização que permite um melhor conhecimento do *locus* e dos sujeitos da pesquisa. No quarto capítulo apresentaremos e discutiremos os resultados obtidos e, por último, no quinto capítulo, temos as considerações finais, com o lançamento dos pontos centrais que envolve o estudo, e ainda, as possíveis recomendações julgadas necessárias para as futuras ações interventivas, já que, trata-se de um amplo e complexo campo de estudo de um grupo absolutamente vulnerável. Não podendo esquecer, as possíveis recomendações fundam-se na necessidade de específicos estudos de aprofundamento de cada situação problema (sobre as quais intervir), posteriormente a este geral diagnóstico situacional, que é um subsídio inicial que informa vários fatores adversos que contribuem para as precárias condições de vida e trabalho dos trabalhadores da catação. Com efeito, para a educação social, não restam dúvidas, “educar implica o domínio de técnicas de diagnóstico, de planificação, de concepção e de dinamização de projetos” (Baptista, 2001, p. 58).

CAPÍTULO I – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL, TRATAMENTO E RECICLAGEM

Neste capítulo começamos por tecer algumas considerações a propósito da questão da produção e reciclagem de resíduo sólidos urbanos e da situação atual do Brasil quanto a esta matéria, numa tentativa de enquadrar o tema da dissertação do ponto de vista da sua especificidade e, também, para possibilitar, posteriormente, um melhor entendimento no que respeita às condições de trabalho e de vida dos profissionais da catação.

1.1. Considerações sobre os resíduos sólidos urbanos e a reciclagem

Estamos diante de um tema complexo. Falar a respeito da gestão de RSU, bem como da reciclagem, não é tão simples quanto possa parecer. O volume crescente da geração de RSU, decorrente da indução elevada dos padrões de consumo, é fruto de modelos culturais resultantes da sociedade industrial. As grandes áreas urbanas são as maternidades da grande concentração populacional e de consumo e, em consequência, locais onde se concentram enormes quantidades de RSU.

Dentre as várias denominações existentes para diversos tipos de resíduos, estaremos especificamente adentrando na questão dos RSU, que de acordo com a Lei Federal nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), englobam os resíduos domiciliares, isto é, aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas e os resíduos de limpeza urbana, quais sejam, os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, bem como de outros serviços de limpeza urbana.

Conhecendo um pouco a classificação dos resíduos sólidos (comumente conhecido por “lixo”), podemos ver que, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA/MEC/IDEC, 2005, p. 115):

O lixo pode ser classificado como “seco” ou “úmido”. O lixo “seco” é composto por materiais potencialmente recicláveis (papel, vidro, lata, plástico etc.). Entretanto, alguns materiais não são reciclados por falta de mercado, como é o caso de vidros planos etc. O lixo “úmido” corresponde à parte orgânica dos resíduos, como as sobras de alimentos, cascas de frutas, restos de poda etc., que pode ser usada para compostagem. Essa classificação é muito usada nos programas de coleta seletiva, por ser facilmente compreendida pela população.

Ademais, nos diz que “existe ainda outra forma de classificação, baseada na origem dos resíduos sólidos. Nesse caso, o lixo pode ser, por exemplo, domiciliar ou doméstico, público, de serviços de saúde, industrial, agrícola, de construção civil e outros” (MMA/MEC/IDEC, 2005, p. 115).

Em outra linha de classificação, agora, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), contido na norma NBR/ABNT 10.004/2004, que trata da classificação dos resíduos sólidos, temos a seguinte divisão, sabendo que materiais resultantes de atividades que contenham radionuclídeos e para os quais a reutilização é imprópria são considerados rejeitos radioativos e devem obedecer às exigências definidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN: a) Classe I: refere-se aos perigosos; b) Classe II: refere-se aos não perigosos. Em sua subdivisão, temos a Classe IIA, os não inertes (que apresentam características como biodegradabilidade, solubilidade ou combustibilidade, como os restos de alimentos e o papel) e Classe IIB, os inertes (que não são decompostos facilmente, como plásticos e borrachas).

Para a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (2007, p. 227-228), segundo a origem, os resíduos sólidos são classificados em: domiciliar; comercial; industrial; serviços de saúde; portos, aeroportos, terminais ferroviários e terminais rodoviários; agrícola; construção civil; limpeza pública (logradouros, praias, feiras, eventos, etc.); abatedouros de aves; matadouro; estábulo. Ainda, relaciona algumas características dos mesmos, que podem ser: físicas (compressividade; teor de umidade; composição gravimétrica; per capita; peso específico); químicas (poder calórico; teor de matéria orgânica; relação carbono/nitrogênio C/N; potencial de hidrogênio pH); biológicas (agentes patogênicos e microorganismos, prejudiciais à saúde humana). Com relação às substâncias que constituem os resíduos sólidos, temos as: facilmente degradáveis; moderadamente degradáveis; dificilmente degradáveis; não degradáveis.

Para termos uma noção dos materiais que podem ser reciclados ou não, de acordo com FUNASA (2007, pp.244-252) e Serviço de Limpeza Urbana - SLU (2015, *online*) no Apêndice XI, são considerados materiais orgânicos: papel-carbono, etiqueta adesiva, fita crepe, guardanapos e papel toalhas usados, fotografias, filtro de cigarros, papel sujo ou engordurado, fraldas descartáveis, copos de papel, embalagem emplastificadas, cabos de panela e tomadas, cliques, grampos, esponjas de aço, canos, espelhos, cristais, cerâmicas, porcelana, gesso, além do resto de alimentos de origem vegetal e animal, etc.

De posse de algumas definições, mundialmente, costumeiramente se têm notícias a respeito de matérias jornalísticas publicadas nos diversos meios de comunicação

relacionadas à questão da geração e destinação dos resíduos sólidos, a preocupação mundial a esse respeito cresceu significativamente, é indubitável, para tanto, basta uma ligeira leitura do conteúdo no documento final da ECO 92, produzido na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Mais de uma década após essa Conferência, Barreto (2009, p. 83) em seu artigo “Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente”, deixa consignado que:

(...) Foi um marco divisor porque atraiu a atenção dos quatro cantos do mundo. Foi como se o planeta tivesse acordado e passado a ter uma dimensão mais clara do problema. Reconheceu-se que só haveria avanços se compromisso e cooperação fizessem parte do debate. Houve uma grande mobilização e hoje só podemos sentar em uma mesa e definir metas porque houve esse diálogo no Rio de Janeiro, afirma o coordenador do Programa de Mudanças Climáticas da WWF-Brasil, Carlos Rittl. (...)

É claro que mecanismos de fiscalização são lentos, é um trabalho que vai ganhando espaço porque a tomada de decisão dos países envolve diversas questões ao lado da ambiental. Mas a Eco-92 iniciou uma troca de informações e circulação de tecnologias a respeito do tema, o que definitivamente permite que o assunto ambiental seja discutido com maior possibilidade de êxito”, explica.

Segundo os achados da ECO 92, podemos entender que a gestão dos resíduos sólidos repercute de forma ampla em vários segmentos. Na nossa perspectiva, chama para uma atuação multidisciplinar, não nos parecendo possível atrelá-la somente ao nicho da saúde ambiental; temos também os fatores social e econômico intimamente conectados. Cavalcanti (1995, em Heiden 2007, p. 21), refere que “este documento propõe que um dos principais compromissos da humanidade para as futuras gerações, o Desenvolvimento Sustentável, deve ser conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental”.

Mais recentemente, em agosto de 2015 (*online*), a Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do seu escritório local (no Brasil, ONUBR), no âmbito de sua atuação eixo “Desenvolvimento Sustentável”, publicou uma matéria dedicada à questão da gestão dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, intitulada de “No Brasil, 80 mil toneladas de resíduos sólidos são descartadas de forma inadequada por dia, afirma ONU” (ONUBR, 2005, *online*). Afirmava-se que “cerca de 80 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos são descartadas de forma inadequada no Brasil todos os dias, correspondendo a mais de 40% do lixo coletado”. Apesar de um singelo avanço no tratamento adequado dos resíduos, o volume de resíduos com destinação adequada ainda caminha muito lentamente, e pior, “o volume absoluto de resíduos disposto de forma inadequada tem aumentado gradativamente”, afirma o representante do Instituto Ekos Brasil, Ricardo Scacchetti (ONUBR, 2005, *online*). A velocidade da geração de RSU

não é diretamente proporcional à velocidade do devido tratamento dos mesmos. Por uma série de fatores, que poderemos ver alguns no presente trabalho, ainda não está sendo possível tratar e destinar significativamente de forma adequada os RSU gerados. Ademais, a própria matéria destaca:

Um modelo de gestão de resíduos sólidos urbanos eficiente deve apresentar uma relação custo-qualidade vantajosa e contribuir com a inclusão social. A política nacional de resíduos sólidos, sancionada em 2010, coloca como meta a eliminação de lixões até 2020 para cidades menores e até 2018 para cidades maiores. (ONUBR, 2005, *online*)

Segundo a pesquisa da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe (2014, p. 28), no Brasil em 2014, foi gerado cerca de 78,6 milhões de toneladas de RSU. Conforme vemos na Figura 01, há um aumento da geração (t/ano) de RSU de 2,9% em relação ao ano de 2013, e mais, retratando a geração (kg/hab/ano) de RSU per capita, houve um aumento de 2,02% no espaço de apenas um ano. Outro ponto importante destacado na pesquisa deste autor, é o fato de que comparando o crescimento populacional em relação à geração de RSU, o índice de aumento de geração de RSU entre os anos de 2013 para 2014 é superior à taxa de crescimento populacional, ou seja, naquele período, o crescimento populacional girou em torno de 0,9%. Portanto, vemos que o crescimento da geração de RSU não roga (atualmente, independe) necessariamente por um aumento populacional para gerá-los, aliás, com menos pessoas é perfeitamente possível gerar mais e mais resíduos sólidos.

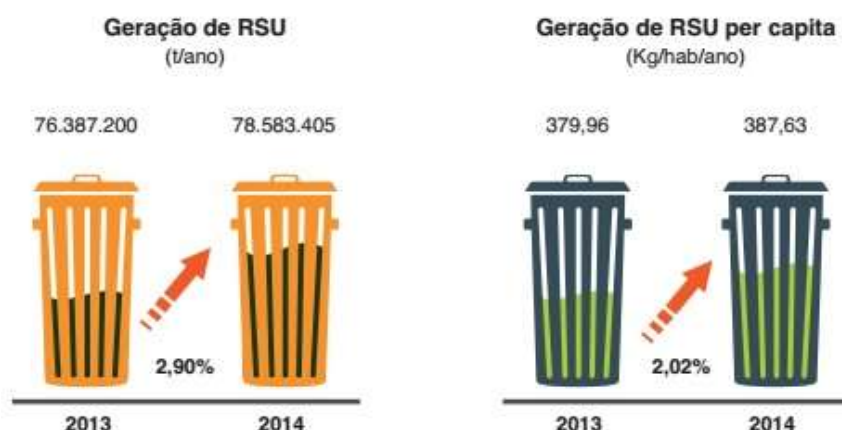


Figura 1 – Geração de RSU.
Fonte: Abrelpe (2014, p. 28)

O consumismo avassalador leva a uma frenética e descaminhada geração de resíduos sólidos. De forma diuturna e “pedagógica” somos adestrados para o consumismo desregrado, induzidos a cada instante ao consumismo exagerado. Às vezes

nem nos damos conta de que o que compramos é supérfluo; compramos por comprar (Bauman, 2015) somos adestrados para um consumismo perverso, talvez explicado por questões de gosto.

Falando em gosto, eis um tema complexo, como bem explica Cortella (2013, p. 136) “Mas o que é o gosto? Isso se discute há séculos, a própria Filosofia tem várias interpretações sobre o que nos afeta, o que nos leva a apreciar ou a rejeitar algo”. É interessante ainda, quando o mesmo autor fala da flexibilidade que cada pessoa carrega (o que, pode ser uma porta de livre acesso), “(...) é que sejamos capazes de mudar de gosto, isto é, ter flexibilidade em relação ao modo como experimentamos o mundo, para que nossas ideias não fiquem reclusas dentro de uma única regra, de um único caminho”. Enfim, o consumismo perversamente crescente está ditando as regras, e, com efeito, a intensidade de geração de resíduos sólidos. O que para a reciclagem, requer uma coleta seletiva mais e mais estruturada (dentre, fundamentalmente, demande um possibilitar de melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores de catação de reutilizáveis e/ou recicláveis), caso contrário, continuaremos omissos à esperada e legítima inclusão social e econômica dos catadores, e ainda, desperdiçando materiais reutilizáveis/recicláveis e dando continuidade à degradação do meio ambiente. Por tudo acima, comunga-se por uma modalidade de consumo o tanto quanto possível, inteligente, previamente repensada a cada instante, a cada possível exagerado ato consumista.

Baseando-se no livro “O Estado do Mundo. Transformando Culturas. Do Consumismo à Sustentabilidade”, uma parceria entre Worldwatch Institute, o Instituto Akatu e a Unescocat (Unesco - Catalunha), o Instituto Akatu publicou em 2012 um trabalho intitulado “Ter mais ou... viver melhor?”. Segundo a publicação, assinada por Athayde e Mattar, busca-se uma transformação cultural em prol da adoção de um novo estilo de vida socialmente mais justo, ambientalmente mais sustentável e economicamente viável. Pois bem, vejamos o alerta:

O consumismo se enraizou em nossa cultura nos últimos cinquenta anos. Ele não é algo natural, e sim uma invenção humana. Trata-se de um fenômeno que foi ganhando corpo nos últimos séculos, graças aos esforços persistentes de fabricantes e comerciantes que promoveram mudanças culturais por meio de artimanhas, tais como, por exemplo, novas modalidades de propaganda, produtos “âncora”, pesquisas de mercado e valorização da moda. Durante a segunda metade do último século, muitas inovações, incluindo a televisão, técnicas publicitárias sofisticadas, corporações multinacionais e a Internet, espalharam o consumismo por todo o planeta. Agora, é necessário fazer um grande esforço na direção oposta para eliminá-lo de nossa cultura” (Athayde e Mattar, 2012, p. 4).

Na mesma obra, elencando três pontos decisivos que podem nos levar para um colapso ecológico, assevera-se que:

- A sociedade humana está crescendo em ritmo mais acelerado do que a natureza suporta. Como resultado, estamos degradando o meio ambiente em tal velocidade que já não podemos mais garantir que os ecossistemas terrestres conseguirão sustentar as futuras gerações;
- O consumo mundial dos recursos aumentou 50% nos últimos 30 anos;
- As mudanças climáticas e suas graves consequências têm forte relação com esse estilo consumista de vida (Athayde e Mattar, 2012, p. 5).

A sociedade industrial impulsiona o consumismo por meio da significativa interferência nos padrões culturais via estimulação/indução dos indivíduos para o consumo e mais consumo e por consequência, aumento do volume de RSU gerados. Desde já abrindo as portas para a questão da exclusão/inclusão social que veremos na próxima sessão, para Lefebvre (1999, citado em Heiden, 2007, p. 39) “a sociedade dita industrial se transforma em uma sociedade urbana, onde o urbanismo acaba por deteriorar a vida dos indivíduos com a imposição de consumo exagerado de toda uma gama de produtos industrializados”.

De certo, na aba do consumismo ou em suas ramificações, a desigualdade social amplia seus tentáculos (de um lado, na miséria: os pobres; e do outro, no altar: os ricos). As pessoas são estimuladas para um terrível afloramento do seu narcisismo. Bauman (2015) expõe reflexivamente que:

Nós somos todos consumidores agora, consumidores em primeiro lugar e acima de tudo, consumidores por direito e por dever (...) Para todas as dificuldades com que deparamos no caminho trilhado para nos afastar dos problemas e nos aproximar da satisfação, nós buscamos as soluções nas lojas (...) Completude de consumidor significa completude a vida. Eu compro, logo existo. Comprar ou não comprar já não é mais a questão”. (...) A combinação entre existência e coexistência humanas na vida social é bem comum para todos nós, do qual e graças ao qual todos os bens culturais e sociais derivam. A busca da felicidade, por essa razão, deve se concentrar na promoção de experiências, instituições e outras realidades culturais e naturais da vida em comum, e não em índices de riqueza, os quais tendem a reconstruir a convivência humana como um lugar de competitividade, rivalidades e conflitos internos. (pp. 66-70)

A cada dia consumimos mais e mais, conseqüentemente, produzimos mais e mais resíduos sólidos (todos os tipos). Para termos uma noção a respeito desse frenético crescimento diário consumista (que possui ramificações em todas as direções), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea publicou um trabalho, coordenado por Mota e Alvarez (2012), que nos dá uma dimensão da evolução do consumo aparente no que diz respeito aos materiais: papel/papelão, plástico, aço, vidro e alumínio. Embora sabendo das especificidades de cada material, devendo levar-se em consideração o peso, a densidade e uma análise de volume, o que, evidentemente, introduz diferenças, com o estudo constata-se a importância em destaque para o papel e papelão em relação aos demais materiais. Portanto, a Figura 2 – Consumo aparente de embalagens, que

veremos a seguir, é apenas uma amostra, contém apenas alguns itens para demonstrar que estamos indo num crescente de consumo e mais consumo, em muitas direções (produtos diversos).

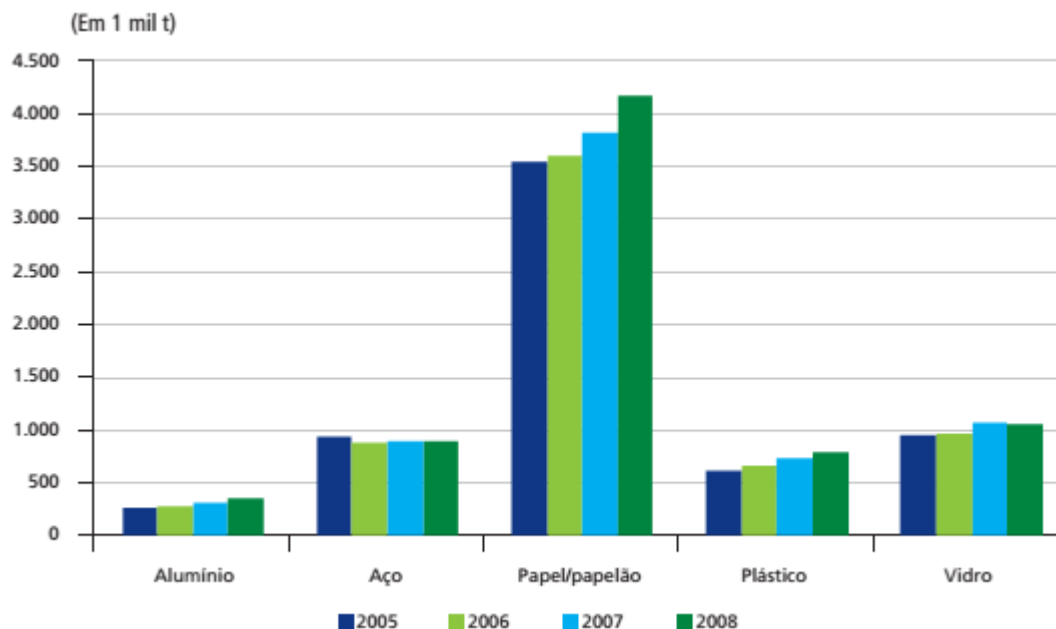


Figura 2 - Consumo aparente de embalagens.
Fonte: Mota e Alvarez (2012, p. 15)

De tamanha geração de RSU, como já referimos na ordem de 78,6 milhões de toneladas (Abrelpe, 2014, p. 28), temos uma noção da importância da coleta seletiva desempenhada pelos/as catadores/as, na lida diária de catação, para reaproveitamento ao máximo, dos RSU gerados.

Diante disso, recai a necessidade de envidar todos os esforços para o devido tratamento e destinação adequada dos resíduos, pois é real e urgente a necessidade de reciclar, reutilizar e repensar, via efetiva coleta seletiva.

A Agenda 21 Brasileira, enquanto “processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico (...) construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global” (MMA, 2016, *online*), destaca a necessidade de alterações significativas nos modos de vida urbanos ou seja, dentro do eixo temático “Cidades Sustentáveis” é apresentada como proposta de ação “promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis” (Bezerra, Facchina e Ribas, 2002, p. 93).

Já no eixo temático “Gestão dos Recursos Naturais”, uma proposta de ação para a estratégia que trata das medidas de controle da qualidade ambiental, defende que haja a “gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos: planejamento integrado de intervenções, adoção de instrumentos econômicos para incentivo às boas práticas de gestão, reutilização, reciclagem e redução dos resíduos sólidos. Punição às práticas inadequadas de gestão dos resíduos sólidos” (Bezerra, Facchina e Ribas, 2002, p. 54).

Nesse diapasão, vemos que a coleta seletiva nasce como ferramenta primordial para a gestão dos RSU. Para o MMA (2016, *online*), nada mais é do que:

Coleta diferenciada de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição. Ou seja, resíduos com características similares são selecionados pelo gerador (que pode ser o cidadão, uma empresa ou outra instituição) e disponibilizados para a coleta separadamente.

Segundo Peters e Pires (2000, p. 284), a coleta seletiva é “a coleta dos materiais recicláveis previamente separados na fonte geradora. É uma etapa importante para a reciclagem, uma vez que a seleção prévia dos recicláveis evita sua contaminação por outros componentes do lixo”.

Para FUNASA (2007, p. 256), a coleta seletiva, “é um sistema de recolhimento dos resíduos recicláveis inertes (papéis, plásticos, vidros e metais) e orgânicos (sobras de alimentos, frutas e verduras), previamente separados nas próprias fontes geradoras, com a finalidade de reaproveitamento e reintrodução no ciclo produtivo”.

Segundo o SLU (2016, *online*):

É o recolhimento de materiais recicláveis (papel, plástico, metal) que não devem ser misturados ao lixo comum das residências ou local de trabalho. Trata-se de um cuidado dado ao resíduo que começa com a separação dos materiais em orgânicos e inorgânicos, e, em seguida, com a disposição correta para o reaproveitamento e reciclagem.

Ainda de acordo com o SLU, tais materiais recicláveis são: papel, plástico, metal e vidro, sendo importante destacar que não devem ser misturados ao lixo comum das residências ou local de trabalho, onde se devem iniciar os cuidados prévios de separação de tais materiais, em seu âmbito orgânico e inorgânico, tendo em vista uma racional disposição adequada que ao fim, possibilitará o devido reaproveitamento e reciclagem. Destaca-se também, que o programa de coleta seletiva sensibiliza a coletividade para a racionalidade dos recursos ambientais, uma vez que busca a conscientização das pessoas e ao tempo em que as educam para o alcance dos objetivos ambientais de preservação dos recursos naturais. Indo muito mais além, mapeado no Quadro 1, a SLU elenca alguns benefícios que podem ser gerados a partir da implantação da Coleta Seletiva (CS), quais sejam:

Quadro 1 – Benefícios decorrentes da implantação da Coleta Seletiva (CS)

Ambientais	- Aumento da vida útil dos aterros sanitários, a partir da diminuição de resíduos que deixarão de ir para estes locais; - Aumento do ciclo de vida das matérias-primas de cada resíduo coletado e reaproveitado.
Sociais	- Geração de trabalho e renda aos catadores de materiais recicláveis; - Resgate da cidadania dos catadores por meio de sua organização em cooperativas e associações.
Educacionais	- Estímulo à mudança de hábitos e valores no que diz respeito à proteção ambiental, conservação da vida e desenvolvimento sustentável.
Econômicos	- Redução de gastos com aterramento dos resíduos; - Diminuição de gastos com a limpeza pública.
Culturais	- Criação de novas práticas de separação dos resíduos, considerando que os materiais recicláveis permeiam por todas as atividades sociais.

Elaboração: Autor. Fonte: SLU/GDF/2015, *online*.

Com base em Abrelpe (2014, p. 30), podemos ver na Figura 3 em âmbito nacional e regional, o registro de iniciativas de coleta seletiva.



Figura 3 – Coleta seletiva por região.
Fonte: Abrelpe (2014, p. 30)

Em âmbito Nacional, há registro de iniciativas de coleta seletiva em 64,8% do território. Contudo, uma leitura por regiões dá conta de algumas disparidades: as regiões

Sudeste e Sul são as que se apresentam com maiores índices de iniciativas de coleta seletiva (respectivamente, 85,0% e 84,7%); Norte e Nordeste apresentam um tratamento de cerca de 50% dos resíduos que produzem. Na região Centro-Oeste, onde se encontra a cidade de Santa Maria-DF, há registro de coleta seletiva apenas em 37,5% do território. É feita uma chamada de atenção para o fato que “embora seja expressiva a quantidade de municípios com iniciativas de coleta seletiva, convém salientar que muitas vezes estas atividades resumem-se à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores, que não abrangem a totalidade do território ou da população do município” (p. 30).

Segundo a Abrelpe (2014, pp. 41-65), com uma população total de 202.799.519 habitantes, no Brasil em 2014, a quantidade de RSU gerado foi de 215.297 t/dia, com um índice de 1,062 kg/hab/dia. No mesmo ano, o DF gerou a quantidade de 16.948 toneladas/dia de RSU, das quais 93,4% foram coletadas, assevera-se ainda, que houve um crescimento de 2,2% no total coleta e que houve um aumento de 1,9% na geração de RSU em relação a 2013.

Com relação à destinação final dos RSU, considerando a necessidade de se manter uma linha contínua de informações, que possibilita uma visão da série histórica dos assuntos estudados, julgou-se pertinente continuar compulsando os dados da pesquisa da Abrelpe (2014). Assim, têm-se que a destinação final de RSU em 2013 e em 2014, manteve uma certa estabilidade com relação aos números (muito próximos). Em 2013 obteve-se 58,3% (40.234.680 t/ano) de RSU destinado de forma adequada, no mesmo ano, de forma inadequada registrou-se 41,7% (28.830.255 t/ano) de RSU. Já em 2014, de forma adequada obteve-se 58,4% (41.600.875 t/ano) e de forma inadequada 41,6% (29.659.170 t/ano) de RSU, o que representa mais de 80 mil toneladas diárias.

Os números relacionados à destinação final dos RSU são claros, enquanto destinamos de forma adequada cerca de 58,4% dos RSU gerados, nos encontramos com um outro dado já destacado pela UNBR (2015), estamos com um total de 41,6% (29.659.170 t/ano) dos RSU destinados de forma inadequada (direcionados para lixões e/ou aterros controlados que nada possuem de infraestrutura protetiva de possíveis danos ao meio ambiente), enfim, cerca de mais de 80 mil toneladas diárias de RSU são destinados de forma inadequada. Quando iniciamos a separação de tais resíduos, começamos naquele momento, os primeiros passos para uma destinação adequada e que, daí para frente, oportunizam-se dentre outras: a reutilização, a reciclagem, melhor valor agregado ao material a ser reciclado e melhores condições de trabalho para os/as catadores/as de materiais recicláveis/reutilizáveis. Sendo um processo de transformação de um material, cuja primeira utilidade terminou, em outro produto, a reciclagem preserva

o meio ambiente a partir do momento que minimiza a retirada de nova matéria-prima. Ademais, possibilita a geração de renda aos/às catadores/as, por meio do trabalho.

Portanto, estamos diante de um cenário amplo e desafiador. Destinar de forma adequada tais RSU é ao fim, iniciar melhorias nas condições de trabalho e vida da população de catadores e catadoras de reutilizáveis/recicláveis. A gestão adequada de RSU contribui significativamente para a criação de políticas públicas que possibilitem mudanças futuras no cenário de exclusão econômica, social, educacional a que se encontram sujeitos.

Em síntese, pretendeu-se aqui, passear brevemente a respeito dos RSU (que é a matéria prima de trabalho do/a catador/a de materiais reutilizáveis/recicláveis) de forma a entender se sim ou não: *i)* geramos e geramos cada vez mais RSU; *ii)* descartamos/destinamos em grande parte de forma inadequada; *iii)* contribuímos enormemente para o comprometimento da saúde ambiental; *iv)* irrigamos/alimentamos os “lixões/aterros controlados”, celeiro devastador propulsor da exclusão social dos/as catadores/as, lugar de condições desumanas de trabalho e vida; *v)* os/as catadores/as, “pessoas invisíveis” aos olhos de muitos, são trabalhadores/as que agonizam por melhores condições de trabalho e vida, apesar de seletivamente laborarem diariamente para reciclar os nossos resíduos produzidos - faça chuva ou faça sol, com doença ou sem doença, com dor ou sem dor, alimentado ou não, estão ali precariamente tentando selecionar cada resíduo para reciclagem/reutilização.

1.2. Catadores/as de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis

Após a breve digressão a propósito da produção e gestão de resíduos sólidos apresentada no ponto anterior, importa tecer igualmente algumas considerações relativas àqueles que desenvolvem o processo de seleção: catadores e catadoras.

Várias denominações são postas ao nosso alcance quando buscamos o significado de catador/a. Uma delas, nas palavras de Gonçalves (2016, *online*), considera que,

O catador é um sujeito que, historicamente, tira do lixo o seu sustento. Seja através da prática da coleta seletiva junto a alguns parceiros que doam o seu lixo ou, melhor ainda, seus recicláveis selecionados na fonte; seja caçando recicláveis pelas ruas e lixões, sacando os recicláveis do lixo misturado que o gerador não teve a decência de separar e colocou no mesmo saco o que pode e o que não pode ser reaproveitado.

Birbeck (1978) refere que a denominação de catador/a é “*self-employed proletarians*”, uma vez que para o autor, o auto-emprego é uma ilusão. Tais catadores/as se auto-empregam mas, na verdade, vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, e nem mesmo têm acesso à seguridade social do mundo do trabalho.

Gonçalves (2016, *online*) aborda a relação histórica do catador com o trabalho de catação ao longo dos tempos. Dessa forma, dois tempos devem ser levados em consideração quanto adentramos no debate que norteia o “ser catador/a”. Um mais antigo, em que se marginalizavam com tamanha intensidade tais pessoas, estampando-se o rótulo preconceituoso de “catadores de lixo” e por aí adiante – não que atualmente não exista preconceito, apenas houve uma diminuição e, muitas vezes, o preconceito se apresenta numa nova roupagem. São vítimas de preconceito por parte da sociedade e constantemente são associados ao problema do lixo. São atores históricos da gestão dos resíduos nas cidades e da cadeia produtiva da reciclagem requerendo políticas públicas que fortaleçam seu perfil empreendedor e ecológico.

O outro, o mais recente, hoje, em que a atividade do catador passa a ser “um pouco” mais valorizada, na qual, é considerado parceiro do poder público. Ultrapassa a denominação informal até então empregada e impregnada de teor preconceituoso, qual seja, o de “catador de lixo”, para a denominação oficial nos moldes da atual Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) instituída por meio da Portaria MTE nº 397, de 9 de outubro de 2002, que tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares, que o chama de “Catador de Material Reciclável”, profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, Brasil), conforme consta no documento, CBO (5192), em que

podemos ver detalhadamente no Apêndice II.

Psicossocialmente falando, Miura (2004) conclui que tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. Ao inseri-lo no mundo do trabalho, tal atividade retira o rótulo de excluído, ao passo que o difere de mendigo e/ou vadio. Por outro lado, dentro de um contexto altamente precário das condições de trabalho, tal inclusão retrata o seu lado perverso. No capítulo adiante, que trata da exclusão/inclusão, é possível entender melhor essa dialética.

Segundo CBO (5192), o catador de material reciclável catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. Com relação a formação e experiência, tem-se chancela que o acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. Ademais, precisamente afirmam, as cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros. Conforme CBO (5192), que consta no Apêndice II, as “Condições Gerais de Exercício” são assim detalhadas:

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas, e trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

Desde a formalização da profissão (CBO 5192), abriram-se oportunidades para diversos estudos com ênfase na realidade ocupacional e profissional, bem como na situação familiar tanto por meio dos segmentos competentes do governo, como por pesquisadores/especialistas. Curiosamente, no Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 1991), no campo “outras ocupações e ocupações mal definidas”, constava a atividade de lixeiro. No Censo de 2000 (IBGE, Brasil), a atividade de lixeiro foi substituída por catadores de sucata. Apenas no Censo de 2010 (IBGE, Brasil) a atividade está representada como coletores de lixo e material reciclável, classificadores de resíduos e varredores e afins. Essa última é que mais se aproxima da atual classificação no CBO (5192) o que, facilita\possibilita estudos da situação social com amplitude maior.

Segundo Lima, (2013, p. 60-61), os catadores estão subdivididos em três categorias, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Categorias de Catadores

Catadores de rua	Catadores de lixão	Catadores cooperados
São aqueles que adquirem o material reciclável pelos sacos de lixo deixados nas ruas pela população, comércio ou indústria, possuindo o seu próprio meio de transporte sendo este normalmente uma carroça.	São aqueles que vivem realizando a catação nas montanhas de lixo geradas pelos municípios não possuindo assistência e organização.	Catadores de cooperativas, organizados realizando a triagem dos materiais pré-selecionados nas residências, comércios ou indústrias.

Elaboração do autor a partir de Lima (2013, p. 60-61).

Em que pese as definições da CBO (5192), embora a definição de cada categoria baixada por Lima (2013) não seja a universalmente adotada, é possível visualizar o alcance de cada uma, e mais, saber que existe uma rede complexa que envolve tais trabalhadores e que os mesmos podem transitar livremente de uma para outra categoria, mas, que no final, sempre serão catadores de resíduos sólidos. Para a presente pesquisa, como referido anteriormente, trataremos do caso específico da categoria de catadores cooperados, na qual os sujeitos da pesquisa se enquadram por se encontrarem integrados na Cooperativa R3.

Entrelaçado com tudo que falamos a respeito dos RSU, eis aqui a figura do/a trabalhador/a de catação de recicláveis/reutilizáveis, que está diretamente vinculado à boa e regular gestão dos resíduos sólidos. Quando falamos de coleta seletiva, não há como escapar da importância desses/as trabalhadores/as, que do nosso ponto de vista, são “pré-históricos” na luta diária - seja na rua, no lixão ou em cooperativa/associação - de catação de resíduos sólidos e que carregam em seu âmago diversas histórias de muito sofrimento, de luta, de sobrevivência.

De acordo com Campos et al. (2014, p. 11) falar dos/as catadores/as não é fácil, pois, apesar dos milhões de catadores de resíduos existentes no mundo, infelizmente são poucas as informações socioeconômicas e estatísticas confiáveis a respeito dessa população. Acrescenta-se, as informações obtidas por diversas fontes e com metodologias específicas para cada evento, aumentam as dificuldades quando da compatibilização e ainda, têm-se a questão das descontinuidades (prejudica séries históricas) de informações, o que prejudica as análises temporais.

Trazendo uma síntese de um estudo publicado pelo Ipea, Lisboa (2013, p. 58-59) frisa que se constatou que são 400 mil os catadores de resíduos no Brasil, o que estendido aos respectivos agregados familiares corresponde a cerca de 1,4 milhões de pessoas no Brasil vivendo do lixo, sendo a maioria negros e jovens, esta população é

maioritariamente composta por homens.

Mesmo sendo, segundo Lisboa (2013, p. 60) uma atividade masculina, por seus inúmeros vieses, desde já considerando a variação percentual entre estados, as mulheres já representam 31,1% do total de brasileiros que se declararam ao IBGE catadores de resíduos. Em nenhum estado o número de mulheres supera o de homens. Contudo, quando os catadores se organizam em cooperativas, as mulheres superam os homens. Segundo Alvarez (2013, citado em Lisboa, 2013, p. 60) “as mulheres aparentam ser mais sensíveis a essas organizações e os homens mais refratários a cumprir uma disciplina de trabalho”, o que, para os autores, justifica o papel de liderança assumido pelas mulheres nas cooperativas.

Quanto a formalização do trabalho em empreendimentos coletivos (associações e cooperativas), de acordo com algumas bases de dados de diferentes órgãos analisadas pelo Ipea (2011), o percentual de associativismo em empreendimentos econômicos coletivos ainda é baixo entre esses trabalhadores, “o estudo aponta que apenas 10% do contingente de catadores estão organizados em cooperativas” (Lisboa, 2013, p. 59).

Detectou-se ainda a existência da baixa escolaridade. Revela o estudo, conforme deixa consignado Lisboa (2013) com relação à educação, que 20,5% dos catadores - que nem mesmo sabem escrever o próprio nome - se declararam analfabetos. Fazendo uma comparação ao nível nacional de escolaridade, informa que a taxa de analfabetismo entre eles é muito acima da média nacional de 7,9% da população com mais de 18 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o Pnad 2011. A autora destaca ainda que, “a situação educacional dos catadores no Brasil é preocupante e requer cuidados especiais por parte dos agentes de governo, com a definição de estratégias e programas educacionais que contemplem as especificidades deste público”. (Lisboa, 2013, p. 61).

Considerando esta questão da escolaridade dos catadores, Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 59) referem que “o analfabetismo é considerado um grave problema social, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de inclusão social, com forte impacto negativo na sua qualidade de vida e de sua família”.

Lisboa (2013, p. 59) indica que quase a metade usufrui de esgoto em casa, quase um quinto tem computador e somente 4,5% estão abaixo da linha da miséria (sobrevivem com menos de R\$ 70 per capita mensais, a cifra que estabelece a linha abaixo da pobreza absoluta). Vivendo nas cidades, constatou-se que a renda média é de R\$ 571,56. Frise-se que, o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) contabilizou a existência de 387.910 pessoas em todo o território brasileiro que se declararam catadoras e

catadores como sua ocupação principal.

De acordo com Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 51), a análise das dimensões do trabalho e da renda revela uma grande heterogeneidade social e regional entre os trabalhadores do setor da reciclagem no Brasil. Dizem os autores:

Do total de catadores declarados no Censo de 2010, apenas 38,6% apresentam alguma relação contratual de trabalho, seja por meio da Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço, seja pelo Regime Único do Funcionalismo Público. Portanto, quase dois em cada três catadores trabalham na informalidade no Brasil, basicamente em função da natureza autônoma que caracteriza a profissão.

Ademais, têm-se que 58% contribuem para a Previdência, o que a autora considera um fato surpreendente. A questão da previdência, que segundo Silva, Goes e Alvarez (2013) é uma dimensão importante para a análise da situação social dos catadores, num país onde o mercado de trabalho é, ainda, profundamente marcado pela informalidade, grande parte da população brasileira não está coberta pelo sistema previdenciário e, isso, é particularmente visível neste grupo de trabalhadores. Para estes autores, ao averiguar o grau de contribuição previdenciária da força de trabalho entre os catadores brasileiros, os que “declararam exercer essa profissão no Censo 2010, 57,9% afirmaram que contribuem para a Previdência. No entanto, esse percentual muito provavelmente está superestimado, dada a imensa informalidade que caracteriza as relações de trabalho no setor” (Silva, Goes e Alvarez, 2013, p. 59).

Citando alguns possíveis motivos que podem levar ao baixo nível de contribuição, os mesmos autores destacam:

São muitos os fatores que explicam o baixo índice de contribuição entre os catadores, mesmo entre os informais. O principal deles se refere à baixa renda do trabalho, que compromete a capacidade contributiva dessas pessoas. Outro fator diz respeito à falta de conhecimento sobre os benefícios da Previdência Social (Silva, Goes e Alvarez, 2013, p. 59).

Compulsando a complexa inclusão social (falaremos melhor adiante), a mesma é tratada como “produto” que estará por vir, pois, pelo todo exposto acima, percebe-se que tais informações produzidas a partir de estudos diversos, são subsídios fundamentais para a projeção de políticas públicas voltadas para a plena inclusão social dos catadores de materiais recicláveis/reutilizáveis.

Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 40) apontam que no Plano Brasil sem Miséria (PBSM), desenvolvido em torno dos eixos inclusão produtiva, transferência de renda e acesso a serviços, um conjunto de “ações previstas para o apoio aos catadores, inseridas no eixo “inclusão produtiva”, contemplam: capacitação profissional e melhoria das condições de trabalho dos catadores; fortalecimento de sua participação na coleta

seletiva; viabilização de infraestrutura; e implementação de redes de comercialização”.

Estes autores, em matéria de inclusão dos catadores, destacam o programa Bolsa Reciclagem, criado em 2011 por meio da Lei n.º 19.823. Este programa

(...) apoia os municípios em programas de gestão de resíduos sólidos, concedendo incentivos financeiros às cooperativas e associações de catadores, que passam a ser reconhecidas oficialmente pelo serviço público de limpeza urbana que realizam. O incentivo é repassado aos catadores proporcionalmente ao volume de materiais comercializado (Silva, Goes e Alvarez, 2013, p. 40).

Por fim, cabe pontuar que Lisboa (2013, p. 66) deixa claro que a intenção para o futuro, vai no sentido de “aprofundar o conhecimento sobre os catadores, explorar a situação social, formas de arranjos, dentre outros aspectos dessa população”. Indo além, merecedora da mais detida reflexão, é o que repousa na afirmação e nas perguntas deixadas pela autora, ou seja, “a verdadeira encruzilhada está em como promover a inclusão social dos catadores. Mas quantos são eles? Onde estão e como vivem? Do que afinal precisam?” (Ibidem, p. 59).

Esta temática configura um amplo e complexo campo de estudo ainda não explorado mas que se nos afigura urgente desbravar. As dinâmicas do meio ambiente e do meio de trabalho da catação entrecruzam-se, sendo ambas de elevada complexidade.

CAPÍTULO II – BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA A PROPÓSITO DA CONDIÇÃO DE CATADOR

Neste capítulo, a propósito da condição de catador/a, chamaremos à discussão os contributos de vários autores tendo em vista a clarificação de alguns conceitos que consideramos importantes na nossa análise. Do anteriormente exposto, foi ficando clara a vulnerabilidade em que se encontram os profissionais da catação e os riscos que correm na sua atividade laboral, pelo que nos parece pertinente, antes de avançar para a discussão do entendimento de inclusão, na sua clara relação com exclusão, clarificar em primeiro lugar estes dois conceitos centrais.

2.1. Riscos e vulnerabilidades

São inúmeras as formas que degradam as condições de vida e laboralidade de trabalhadores catadores de recicláveis/reutilizáveis, o que facilmente se constata ao visitar algumas cooperativas de trabalho de reciclagem e presenciar a atividade a que estão submetidos dia a dia, comprometendo a sua saúde física, mental, social e psicológica. Um breve olhar sobre as imagens anexadas na forma do Apêndice III ao presente trabalho e rapidamente se perceberá que são muitos os riscos e vulnerabilidades associadas às suas condições de vida e trabalho.

Importa, assim, sem pretensão de exaustividade, pontuar a centralidade destes dois conceitos no nosso trabalho. Ou seja, riscos e vulnerabilidades associadas à situação de catação de RSU e à condição de catador ou catadora.

A contextualização do tema “risco” que apresentamos é sucinta, o assunto não é passível de se esgotar num trabalho desta natureza, e não temos a pretensão de fechar o assunto, até mesmo, pois, como bem ensina Gondim (2007), caberia uma revisão bibliográfica profunda de grandes autores, tais como: Ayres (1997), Beck (1992), Bernstein (1997), Castiel (1996), Czeresina (2004), Freitas (2001) e Morin (2000) com sua dita fantástica obra “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”. Contudo, cabe apresentar um breve apontamento.

No que respeita ao conceito de risco, têm-se que o uso de tal vocábulo se inicia aproximadamente no século XIV na dita pré-modernidade – período marcado pela transição do feudalismo para novas territorialidades. Diga-se de passagem, tal vocábulo não existia entre os idiomas grego, árabe ou no latim clássico, apenas o espanhol catalão o utilizava para denotar fatalidade, sorte, azar (Gondim, 2007, p.88). E mais, somente nos séculos XVI e XVII que emerge nos léxicos das línguas latinas e anglo-saxônicas

respectivamente, com o significado moderno de representar “a possibilidade de ocorrência de eventos vindouros, em um momento histórico onde o futuro passava a ser pensado como passível de controle”. (Spink, 2001, p. 1279).

Há relatos de que havia (antigamente) uma certa dualidade do conceito de risco, em que a simultaneidade recaía para o possível e o provável; bem como para o positivo e o negativo. Com o avançar dos séculos é que se pôde ir introduzindo outros significados, por exemplo, as introduções feitas na língua inglesa do século XVII.

Gondim (2007) refere ainda que, hoje, a noção de risco é utilizada por todas as pessoas de forma livre, tal que, cada indivíduo percebe os perigos e as ameaças de forma diferente a partir da situação ao qual esteja submetido: contextos culturais e de vida. Assim, o vocábulo ganha múltiplos significados. Gondim (2007, p. 89) compulsando os ensinamentos de Spink (2001), contido no artigo intitulado “Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia”, deixa consignado que, “pode também significar aventura, o desejo do desconhecido, ou ainda uma estratégia de governo, na qual o uso da estatística e do cálculo de probabilidade irá definir o gerenciamento de situações problemáticas”.

Cotidianamente colocamos o risco no centro das nossas atenções, por exemplo: o risco de morte, doença, etc, nos remete a (re)considerar o risco continuamente. Afinal, “a prática de evitar riscos sempre esteve associada à possibilidade da ocorrência de eventos nefastos” (Maciel e Telles, 2000, p. 488). Segundo Gondim (2007, p. 87), “proteger-se da morte, da doença, do mau êxito nos negócios não é uma invenção recente”. Aliás, “há relatos de seguros para embarcações e proprietários de escravos já na Grécia do século II a.c.”, conforme explica Levy & Roth (1936 em Maciel e Telles, 2000, p. 488). Para a OMS (2002, p. 11), não se pode falar no mundo real, da existência do termo, “risco zero”, reconhece-se a possibilidade de redução do risco, mas não a possibilidade de eliminá-lo.

Apesar disso, em que pese a humanidade sempre ter enfrentado situações adversas e de perigo (involuntários e voluntários), frise-se, o termo risco atrela-se à modernidade e esboça seu caráter um tanto contemporâneo, pois, compulsando Spink (2001), a modernidade introduziu a (re)significação da situação de perigo para que se pudesse “tentar controlar o futuro” dentro de um arcabouço de fatos conhecidos. Na mesma linha, Gondim (2007) fala em domesticação do futuro, em que a ideia central da modernidade é controlar o futuro, tal que se aloja num vértice oposto ao conceito de fatalidade e destino.

O conceito de risco, passa por uma série de (re)orientações ao longo dos tempos.

Gondim (2007), refere que inúmeros autores contemporâneos das ciências sociais e da saúde destacam que a sociedade dita globalizada sente e vive o risco de forma muito intensa na vida pública como na vida privada – subjugada e é subjugada. Ainda, Gondim (2007) destaca a importante lição do sociólogo Ulrich Beck (1992) como referência fundamental no assunto, quando se trata dos deslocamentos conceituais mais atuais ocorridos no vocábulo, que, “afirma que no projeto da modernidade tardia está implícita a gestão dos riscos e não mais a gestão da vida como na sociedade clássica dos séculos XVII e XVIII” (Gondim, 2007, p. 90).

A introdução do conceito de “sociedade de risco” por Ulrich Beck (1992, referido por Godim, 2007), se dá para que se possa explicar tais transformações, que possui, segundo ele, as seguintes características principais - que explicamos de forma rápida: a globalização (junção de fatos e relações que ocorrem fora dos contextos locais), a individualização (processo de destradicionalização – resulta das transformações que ocorrem nas instituições tradicionais - trabalho, educação e família) e a reflexividade (revisão permanente dos aspectos da vida social e das relações com a natureza, à luz de novas informações).

Beck (2015) relaciona três lógicas de riscos globais: Riscos de crises ecológicas que correspondem à destruição ecológica decorrente do desenvolvimento industrial, como o buraco na camada de ozônio e os riscos decorrentes da engenharia genética; riscos de crises financeiras globais, riscos diretamente relacionados com a pobreza, vinculando problemas em nível de habitação, alimentação, perda de espécies e da diversidade genética, energia, indústria e população; e riscos de ameaças terroristas (armas de destruição massiva), que aumentam quando vinculados aos fundamentalismos. Para o autor, este último tipo de riscos tem caráter intencional, enquanto os outros dois são acidentais, colaterais.

Para Beck (2015), a sociedade de risco corresponde a uma realidade das sociedades contemporâneas nas quais os riscos sociais, individuais, políticos e econômicos parecem escapar cada vez mais à proteção, ao controle e à monitorização. Para o autor, o impacto causado pelo uso das tecnologias e pela produção industrial global incide sobre o meio ambiente e provoca escassez de recursos naturais, poluição e desastres ecológicos. Refere, ainda, que risco não é sinônimo de catástrofe mas antes previsão de catástrofe, os riscos reportam-se a acontecimentos futuros cuja ameaça orienta as nossas expectativas e a antecipação da catástrofe leva à ação, principalmente dos estados (como perante riscos de ameaça terrorista ou riscos ambientais).

Beck (2015) considera que vivemos na época dos efeitos secundários, num

mundo onde nada é certo além da incerteza. As organizações contemporâneas constituem-se, ao mesmo tempo, como produtoras e consumidoras de inúmeras formas e fontes de risco às quais não conseguem escapar nem tão pouco controlar; as sociedades vão perdendo lentamente as suas certezas e vão surgindo situações imponderáveis, contingentes e aleatórias. A modernidade gerou novos tipos de riscos que têm vindo a assumir dimensões cada vez mais globais, entre os quais a ameaça nuclear, apresentada pelo autor como exemplo paradigmático. Contudo, a distribuição social dos riscos permanece desigual.

Pelo que expomos acima, recai a indagação, como compreender na atualidade, a percepção de risco? São muitos os sentidos e significados. Sabemos que não existe risco zero e que toda ação humana possui um risco associado. A própria natureza do risco é modificada por alguns fatores, como avanços tecnológicos, científicos e do padrão produtivo, o que reflete a nova percepção de risco.

No domínio da saúde, fortemente associado às condições de trabalho dos sujeitos da nossa pesquisa, devemos procurar entender a distinção entre ameaça à saúde e risco para a saúde. A ameaça atrela-se a objetos, situações que tendem potencialmente ensejar danos à saúde. Já o risco, atrela-se à probabilidade de acometimento de um dano decorrente de uma ameaça. Gondim (2001, p. 91) ainda destaca que a sociedade moderna se pode procurar compreender melhor a partir do conhecimento dos três componentes básicos do conceito de risco, que são: a) o seu potencial de perdas e danos; b) a incerteza das perdas e danos; e c) a relevância das perdas e danos, cuja expressão ilustra-se abaixo, conforme autora, para que seja melhor percebido:

$$\text{Risco} = \frac{\text{A probabilidade de danos X Magnitude das consequências}}{\text{Tempo}}$$

Também Hespanha (2002) nos traz contributos importantes no que respeita ao tratamento do conceito de risco. Adentrando na questão do Risco Social, o autor refere que dados estatísticos mundiais nos dão o entendimento de que há uma intensificação das desigualdades na distribuição de riqueza, e que “as oportunidades para melhorar os padrões de vida são cada vez mais inacessíveis à maioria da população” (p. 161). O fenômeno da Globalização, dá asas à possibilidade da produção de incertezas e do risco, numa possível ampliação e não redução das desigualdades ensejada pelo capitalismo, afinal, trata-se de,

“(...) verdadeira desterritorização do social e do político, no sentido em que a coincidência entre sociedade e Estado se vai desvanecendo e transcendendo à

medida que as formas de atividade social e económica, de trabalho e de vida, deixam de ter lugar dentro do quadro do Estado-nação” (Ibidem, p. 164).

Estamos diante de uma contemporaneidade que possibilita o agravamento do risco social, por diversos fatores de incerteza e de imprevisibilidade que tendem a reduzir a capacidade de resposta nos quadros dos sistemas institucionalizados, e que Beck, como anteriormente referido, a designa de Sociedade de Risco, na qual, a insegurança generalizada e a as possíveis consequências não esperadas, permeiam a modernidade (Baptista, 2002). Afinal, a partir de Ianni (1997: 32, citado em Hespanha, 2002, p. 165) “a globalização rima com integração e homogeneização da mesma forma que com diferenciação e fragmentação”. Com efeito, Hespanha (2002, p. 165-166) diz que, “o que nos sugere que a dialética da integração vs. diferenciação/exclusão constitui um eixo fundamental da globalização”. Portanto, estamos a visualizar a possibilidade da configuração de empregos informais e descontínuos, empregos cada vez mais precários, baratos, desqualificados e flexíveis. A partir da definição de flexibilização do trabalho, Hespanha (2002, p. 167) deixa assentado que, “a flexibilidade das condições de produção coloca o trabalhador numa situação de grande instabilidade, sendo cada vez mais frequentes as trajetórias laborais que combinam períodos de emprego com períodos de desemprego ou emprego informal”.

Adentrar nas questões das políticas sociais, impregnadas na globalização é um tanto complexo, de todo modo, Hespanha (2002) deixa claro que o poder sustentação das sociedades de capitalismo avançado, num declive do poder de força, tende a ensejar a ruptura da cidadania plena e a desconstrução/desvalorização dos direitos sociais, que pode, até mesmo, desatender direitos já consagrados. Tal insustentabilidade, ganha força quando a economia prega uma desorientação entre padrões económicos e padrões sociais, ou seja, promove-se “as forças de mercado à custa das políticas e instituições de proteção social que são vistas como um obstáculo à maximização dos lucros” (Ibidem p. 174). Com supedâneo, torna-se evidente a possibilidade do chamado “welfare”, cortes nas políticas sociais, tendente a reduzir salários e tornar os mercados de trabalho competitivos, conforme define Hirst (1997, citado em Hespanha, 2002, p. 175). De forma a viabilizar a sustentabilidade da proteção social, que busca combater as desigualdades e a exclusão, via estabilidade, segurança, identidade e coesão social, mesmo num nicho de economia capitalista, é preciso “fazer evoluir a globalização económica para uma globalização socialmente responsável” (Deacon, 1998, citado em Hespanha, 2002, p. 176).

Para a educação social, que roga por uma ação profissional não tradicional e que tem centrado seus esforços na atuação com pessoas e grupos em situação de risco e de vulnerabilidade, entendemos que nos dias atuais, “a educação social assume progressivamente um sentido bastante mais abrangente, referindo-se a uma intervenção sócio-pedagógica junto de pessoas de todas as idades, e com todo o tipo de necessidades educativas” (Baptista, 2001, p. 55).

Atentando-se para a relevância da intervenção social a partir da ação sócio-educativa face ao risco, num contexto de possível intervenção social a partir do que se impõe num ambiente de risco natural, tecnológico e social, Garibaldi (2009, p. 2) numa primeira exposição deixa evidente que, “para além da problemática classificativa em torno dos riscos (...) também as questões metodológicas devem ser encaradas nas suas vertentes de análise, em função da percepção que se tem do mesmo e do nível de vulnerabilidade que pode manifestar, para na fase final do estudo se integrar a intervenção social”.

Garibaldi (2009) deixa sua contribuição classificativa em torno dos riscos, que são: os naturais, os tecnológicos e os sociais. Para a presente exposição, adentraremos no enfoque dos riscos sociais, que o autor classifica em riscos sociais exógenos e endógenos. Os exógenos, são “relacionados aos elementos naturais e às ameaças externas”. Já, os endógenos, são “relacionados aos produtos das sociedades e às formas de política e administração” (p. 6). O autor infere que:

(...) os riscos sociais exógenos são riscos tradicionais e os resultantes da tecnologia por cruzamento e intensificação das manifestações físicas, para a sociedade são os novos riscos.

(...) os riscos sociais endógenos, na medida em que os problemas tradicionais da sociedade se agravam e assumem proporções, antes improváveis, e novas variante, antes impensáveis, sobretudo resultantes da globalização, produto da tecnologia. (Garibaldi, 2009,p. 8)

Esquemáticamente representando o acima, na esteira dos Novos Riscos inseridos nos Riscos Sociais, podemos ver a representação da tipologia do risco feita por Garibaldi (2009, p. 8):

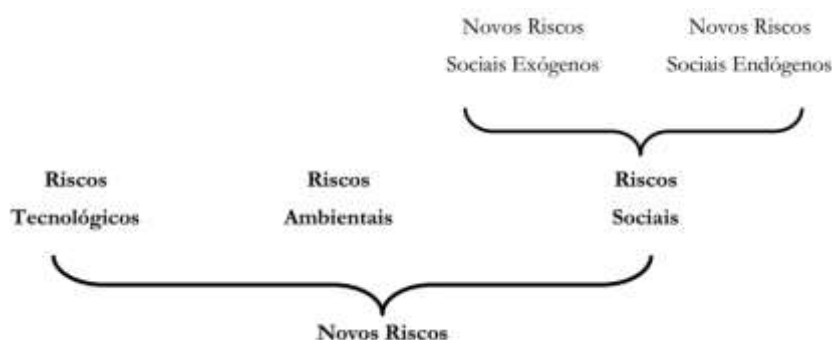


Figura 4 - Esquema representativo da tipologia do risco *Fonte: Garibaldi (2009, p. 8)*

Para além da subjetividade e transversalidade que pairam sobre a questão da classificação dos riscos em diferentes tipos/classes, têm-se ainda que tal classificação é rodeada por complexidade e diversificada definições, neste sentido, a partir de Rebelo (2001), Garibaldi (2009, p. 9) expõe que “o estudo fenomenológico da ciência do risco deverá ter sempre presente o tipo de risco e associada a noção de *“vulnerabilidade”*”. Para Garibaldi (2009), recai uma certa preocupação para com a vulnerabilidade, pois, nela, há a possibilidade de encontrarmos as ameaças sobre o ser humano, no que diz respeito à dimensão social. De acordo com Garibaldi (2009), a imprevisibilidade dos riscos tende a dificultar as ações de respostas, o que enseja a possível ineficiência e por via de mão, contribui para consequências danosas para a vida das pessoas (tanto no âmbito natural, econômico ou social).

No nosso entender, alinhada ao que vimos em Hespanha (2002), com relação à globalização, Garibaldi (2009, p. 10) de forma precisa, expõe que:

No que à sociedade do risco diz respeito não devem descurar-se os efeitos da tecnologia, causadores dos novos riscos sociais e com enorme afectação à globalização. Neste âmbito, podem considerar-se níveis de vulnerabilidade consideráveis, como aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

De acordo com Baptista (2001, p. 57) o educador social é um profissional do terreno, assim, dentre, atua perante a crise ou grupos de risco. Neste diapasão, Garibaldi (2009) diz que, “a intervenção social requer uma tentativa de compreensão dos problemas nas suas múltiplas dimensões (...) não só identifica e conhece os problemas sociais, como intervém sobre eles, numa tentativa de prevenção, minoração e mesmo erradicação”, e indo adiante, afirma:

É no terreno que a intervenção social surte efeitos. Qualquer profissional que no desempenho das suas funções contacte com a realidade e os seus efeitos nas comunidades ocupa lugar privilegiado, quer na produção de conhecimentos sobre os problemas da sociedade em causa, quer a respeito das tecnologias necessárias à resolução, minoração ou prevenção desses problemas. (p. 15)

Tal contextualização é necessária, pois, busca-se o possível subsidiar de uma melhor compreensão e aplicabilidade do conceito de risco, principalmente quando se fala do mundo do trabalho do/a trabalhador/a da catação, afinal, a noção de risco está no cotidiano das pessoas. A saúde pública, defende que olhar para além do conceito é de fundamental importância, pois, risco é a probabilidade de ocorrência de um evento anormal, fora do esperado, e encontra-se dentro de um contexto e, em meio a um evento adverso, pode a partir de ações de promoção, haver a minimização de tais riscos.

A vulnerabilidade, que veremos a seguir, fundamentalmente, é uma forma de

abordagem para a compreensão do risco e seus desdobramentos operacionais. Diante do conceito e sua ampla complexidade e múltiplas direções (utilizado sob vários pontos de vista e significados, tanto pelo mundo acadêmico como pela sociedade civil), têm-se inicialmente, que é totalmente interligado ao tema risco, pois, conforme Gondim (2007, p. 103), “a ideia de vulnerabilidade, mesmo quando tomada em seu sentido comum, revela-se promissora na leitura de situações de perigo, em especial quando reportada a algum agravo específico, como no caso da Aids”. Poderia ser qualquer outro exemplo específico, mas, o caso da Aids citado pela autora possui traços históricos, e é a partir das análises dos impactos dessa doença, num contexto mundial, que se inicia a introdução do conceito vulnerabilidade.

Conceito que roga por aplicabilidade que ultrapassa a linha do tradicionalismo - e seu caráter exclusivo de redução individualista de risco, aliás, muitos pesquisadores do conceito (como Ayres 1996; Paiva 1996 entre outros) consideram que necessário alargar o campo das reflexões em que não fique restrito ao aspecto individualista e com efeito, adentre numa compreensão interativa de vários/múltiplos fatores: sociais, econômicos, políticos e culturais. Pois, assim, não caberia somente a vontade individual, a função de viabilizar o aparato protetivo, estamos diante de situações e contextos sociais e individuais articulados.

A vulnerabilidade permite a avaliação de diferentes possibilidades de atuação (fatores) do risco, dentro do conjunto cotidiano de características tanto sociais como individuais. De acordo com Tedesco e Liberman (2008, p. 255), “o termo vulnerabilidade, por exemplo, provoca multiplicidade de olhares e compreensões abrangendo uma discussão que privilegia diferentes contextos sociais e políticos até as questões de fragilidade individual”. Compulsando Alves (1994), Ayres, França, Calazans e Saletti Filho (2003, p. 118) consignam que o conceito, originário da área de direitos humanos, designa “em sua origem, grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania”.

Da vulnerabilidade, Sá (2015a, p. 1) detalha que “etimologicamente, do latim *vulnus*, *vulneris*, do verbo *vulnificus*, que significa “que fere ou pode ferir”, sugerindo a condição de estar atingido nas suas capacidades, ou limitado nas mesmas, privado de recursos e com perda da autonomia”. A autora ao abordar a questão da vulnerabilidade afirma que o alcance do conceito é de forma habitual posto paralelamente à reflexão quando estamos diante das populações ou grupos vulneráveis – que são sujeitos da relação coletivo/social, com maior exposição às “enfermidades”, ao passo que, na mesma esteira, diz ainda, “(...) a vulnerabilidade pode estar relacionada com os contextos geográficos, sociais ou políticos em que vivem” (Sá, 2015a p. 2). Continuando o

raciocínio da autora, de tudo isso, temos por exemplo, considerando a possibilidade de em certo momento, por negligência de um laudo médico não foi identificada certa moléstia, cabe a assertiva de que há uma promoção da vulnerabilidade, o que recai para todos nós - que é inerente à condição humana -, saber que estamos, em algum momento de nossas vidas, vulneráveis.

Tedesco e Liberman (2008, p. 255) falam que “um dos consensos possíveis encontrados nos diferentes campos das ciências sociais é sobre a multidimensionalidade que acompanha os estudos ou caracterizações do conceito vulnerabilidade”. Aliás, “encontramos noções de vulnerabilidades em indivíduos, famílias ou comunidades, como também de recursos naturais e sociodemográficos sendo possível identificar, nestes estudos, inúmeras definições para o termo” (Busso, 2001; Ayres, 2007 em Tedesco e Liberman, 2008, p. 255). A propósito, “a vulnerabilidade dos indivíduos significa a síntese conceitual e prática das dimensões comportamentais, sociais e político-institucionais relacionadas às diferentes suscetibilidades de indivíduos e grupos populacionais a um agravo à saúde e suas consequências indesejáveis, como sofrimento, limitação e morte” (Ayres, 2006, p. 6).

Tedesco e Liberman (2008, p. 257) ao reforçarem o entendimento de que, “no levantamento das produções sobre vulnerabilidade um consenso possível de encontrar delimitado está na associação do termo a uma situação de ruptura que provoca uma resposta diante de situações de risco”, elencam alguns componentes que estão associados ao conceito e vulnerabilidade, tais como: a chance e risco da exposição a eventos, a possibilidade e capacidade em enfrentá-los e as suas consequências e inscrições na experiência individual e coletiva. Imaginemos aqui as múltiplas possibilidades de respostas a situações e eventos de perigos diversos que se dão no mundo do trabalho da catação.

Sá (2015a, p. 1) refere que é possível estabelecer o entrelaçamento de vulnerabilidade com os conceitos de resiliência e de *coping*. Temos a resiliência, que, para Sá (2015d, p. 1) “é um conceito oriundo da Física, que se refere à propriedade de alguns materiais de acumular energia quando submetidos a stresse, sem que ocorra ruptura”. Sá (2015a, p. 1) refere que a “noção de resiliência designa a capacidade de resistência e adaptação às adversidades e ao risco” entendendo-se “como uma função intrínseca de reequilíbrio (Assis, Pesce, Avanci, 2006, referidos em Sá, 2015a, p. 1)”. Para a autora, associadas ao conceito de resiliência estão: o suporte e rede social, a autoestima, o nível de satisfação, a superação e transformação de projetos pessoais.

Tedesco e Liberman (2008, p. 257) apontam que “a noção de *coping* refere-se às

estratégias de enfrentamento englobando pensamentos e ações que as pessoas utilizam para lidar com demandas internas ou externas de um evento estressante específico”. Tedesco e Liberman (2008, p. 257) acrescentam que “a vulnerabilidade e a capacidade são lados de um mesmo processo, pois a primeira está intimamente relacionada à capacidade de luta e de recuperação que o indivíduo pode apresentar, potencializando ou diminuindo a vulnerabilidade”.

O termo vulnerabilidade - conforme debate dos especialistas – está atrelado a uma caracterização (rupturas por diferentes perdas; situação de risco – social e violência; processos de estigmatização; etc) de determinada população alvo. Barros, Lopes, Galheigo (2007, p. 357 em Tedesco e Liberman 2008, p. 257), referem que “o estado de vulnerabilidade social é produzido na conjunção de precariedade do trabalho com a fragilidade do vínculo social”. A capacidade de luta tratada pelas autoras, na perspectiva da terapia ocupacional, é considerada como capacidade de adaptação-ativa do sujeito a partir do desenvolvimento das suas habilidades.

Diversos fatores expressam as formas variadas de roupagem que a vulnerabilidade e o risco se apresentam, não há somente uma forma de expressão. Dentre as formas, têm-se que é indubitável que a deficiência no acesso aos serviços básicos (saneamento básico, coleta de lixo, postos de saúde, escolas e creches) ajudam no processo de degradação e precariedade das condições de vida da população carente/pobre (ex.: vítimas potenciais temos os grupos de catadores/as de recicláveis/reutilizáveis, socioeconomicamente, educacionalmente, salubremente menos favorecidos). Portanto, são apenas algumas formas de expressão dos conceitos que, detêm ainda, amplitude e complexidade aumentada gradativamente à medida que se avança nos estudos de suas variadas formas de expressão e sua presença nos diferentes grupos sociais. Nesta linha de pensamento temos Tedesco e Liberman (2008, p. 258), que afirmam que “inferir as condições de vida do sujeito a partir de uma única vertente seja ela ligada as condições sócio-culturais ou a “fragilidades” do sujeito em enfrentar as diferentes situações da vida é tratar com simplicidade e modo excessivamente reduzido a questão”.

Compulsando a temática “Vulnerabilidade e Condição Humana”, Novo (2007, citado em Sá, 2015b, p. 3), reflete que:

A vulnerabilidade reveste-se da marca da ferida, que caracteriza a condição humana, na medida em que a pessoa reconhece os seus limites de ação, de possibilidade e de potencialidade, e vive a experiência do sofrimento, da dor, da angústia, da incerteza, do não-controlo absoluto do advir e, de uma forma muito peculiar e extremamente forte, da morte. Neste sentido, poderíamos dizer que fazer a experiência da vulnerabilidade é encontrar-se com a verdade inquieta do

ser humano. (...)

Pelo que se pode extrair da reflexão de Novo (2007), em que pese a vulnerabilidade encontrar-se com avolumado caráter negativo (tais como: incerteza, sofrimento), temos que levar em consideração que, quando nos confrontamos os processos de vulnerabilidade, damos-nos conta de que há sim um caráter de positividade em meio a tais eventos, isto é, “na medida em que a frágil contingência humana se abre à perspectiva do outro como necessário e essencial” (Sá, 2015b, p. 3).

No campo psicossocial do mundo (ao longo do ciclo laboral e pessoal) dos catadores de materiais recicláveis/reutilizáveis, observamos que há uma significativa propensão ao afloramento de situações de riscos que tendem a causar danos, dentre, à saúde, à qualidade de vida e ainda, à saúde psicossocial (Cavalcante e Franco, 2007). Estamos diante da vulnerabilidade psicossocial, que, atrela-se às questões de transições durante a vida, e na qual, Sá (2015c, p. 4) presta seus ensinamentos:

Cada idade do ciclo de vida, da infância à terceira idade, comporta uma série de problemas específicos para resolver, desafios desenvolvimentais, tarefas a enfrentar. Ao lado de oportunidades de crescimento, contem uma vulnerabilidade específica. No decurso do desenvolvimento e da trajetória de vida, há momentos de particular vulnerabilidade, de mudança, que têm origem quer em factores Internos, quer em factores externos.

(...)

Torna-se importante a maneira como os componentes da crise são vividos, elaborados e utilizados subjectivamente. A sua evolução é variável e a resolução favorável de uma crise depende quer de factores internos, dos recursos pessoais do sujeito, quer de factores externos, os suportes emocionais e sociais de que o individuo dispõe.

Considerando o acima, vemos que o grupo vulnerável da catação de recicláveis/reutilizáveis a par do que cada indivíduo vivencia pessoal e laboralmente (ainda, o no que pode gravitar bem ou mal ao redor), torna-se urgente e fundamental a viabilização de melhores condições tendente à possível superação dos momentos de crise; em que o sujeito veja que ele pode avançar saudavelmente.

Diante dessa multiplicidade de sentidos/direções do conceito vulnerabilidade, registramos ainda, abaixo, o que socialmente Castro e Abramovay (2005) ensina, bem como Adorno (2001). Segundo (Castro e Abramovay, 2005, p. 3), “a vulnerabilidade é, portanto, conceito que pede recorrência a diversas unidades de análise - indivíduos, domicílios e comunidades -, além de se recomendar que identifiquem cenários e contextos. Pede (...) olhares para múltiplos planos e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades”.

Para Adorno (2001, p. 12):

O termo vulnerabilidade carrega em si a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais.

Da vasta literatura que cerca os conceitos de risco e de vulnerabilidade, vemos que ambos estão ramificados profundamente e preocupantemente nas condições de trabalho e também de vida dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis. Segundo Yunes e Szmanski (2001, *online*) há uma significativa diferença com relação ao emprego dos conceitos: risco e vulnerabilidade. Para as autoras, que recorrem a outros autores,

Muitas vezes o conceito de vulnerabilidade é aplicado erroneamente no lugar de risco. Cabe dizer que trata-se de dois conceitos distintos, cuja diferença reside tanto na ênfase como na origem do uso dos mesmos. Como já se disse anteriormente, risco foi usado pelos epidemiologistas sempre associado a grupos e populações. Já vulnerabilidade associa-se mais estritamente ao indivíduo e às suas susceptibilidades ou predisposições a respostas ou conseqüências negativas (Masten & Garmezy, 1985). É importante ressaltar a relação entre risco e vulnerabilidade: vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito (Cowan, Cowan & Schulz, 1996).

No que se refere à relação entre risco e vulnerabilidade, Reppold et al. (2002, citados em Janczura, 2012, p. 302) referem que face aos eventos/momentos de adversidade, o “comportamento dos sujeitos perante esses eventos depende de sua vulnerabilidade”. Levando em consideração a questão socioeconômica que permeia a vida dos indivíduos, Janczura (2012, p. 303) nos leva o entendimento de que “um dos fatores de risco para o desenvolvimento psicológico e social é o baixo nível socioeconômico”.

É indubitável que a situação socioeconômica precária trafega duradouramente de forma perversa no seio do grupo vulnerável da catação de recicláveis/reutilizáveis. Os motivos são diversos que tendem a ensejar essa tal precária condição socioeconômica, de todo modo, Oliveira (1995, p. 9, citado em Janckuza, 2012, p. 303) alerta, “os grupos sociais vulneráveis se tornaram vulneráveis, pela ação de outros agentes sociais”. De acordo com Janckuza, isso é importante “não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas também porque identifica processos de produção da discriminação social”. Continuando a referir-se a Oliveira (1995), a autora aponta que as

políticas sociais públicas embora atenuando as vulnerabilidades, “não esgotam o repertório de ações que se situam muito mais no campo dos direitos” (Janckuza, 2012, p. 303).

Dando amplitude, até pelo que o conceito de vulnerabilidade nos remete a uma reflexão que envolve vários fatores, a partir de Castel (1994), os autores Rado e Boneti (2009, p. 3612), expõem que “não somente a insuficiência de recursos materiais como alimentação, moradia, saúde e educação, produz a vulnerabilidade, mas sim a falta de integração pelo trabalho e a inserção em uma sociabilidade sócio-familiar”. Não repousa somente no viés econômico o alcance do conceito de vulnerabilidade; para tanto, vejamos o que o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, expõe na VI Conferência Nacional de Assistência Social, em publicação intitulada Cadernos de Textos (2007, p. 38), a partir de Oliveira (1995, p. 9):

“não podemos pensar a noção de vulnerabilidade apenas pelo viés econômico. Ainda que deva ser a base material para o seu mais amplo enquadramento, é insuficiente e incompleta porque não especifica as condições pelas quais se ingressa no campo dos vulneráveis. E, ao não especificar, repousa a esperança de sua resolução ou atenuação no econômico, o qual certamente é indispensável, mas não clarifica o processo pelo qual se constrói esse amplo universal que é a vulnerabilidade. Ao não fazê-lo, subsume a luta contra a vulnerabilidade social, *verbi gratiae*, contra a discriminação social e os mecanismos de mercado, que são precisamente a determinação mais abrangente, o produtor mais amplo da própria discriminação.

Tamanha complexidade com relação ao conceito de vulnerabilidade repousa, segundo Goldenstein, Bastos e Oliveira (2007, p. 13):

Dentre os vários enfoques dados ao termo vulnerabilidade social, observa-se um razoável consenso em torno a uma questão fundamental: a qualidade do termo deve-se a sua capacidade de captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de zonas de vulnerabilidades que envolvem desde os setores que buscam uma melhor posição social, até os setores médios que lutam para manter seu padrão de inserção e bem estar, ameaçados pela tendência a precarização do mercado de trabalho. Tudo isso em confronto com a estrutura de oportunidades existentes em cada país em um dado momento histórico.

Atentando-se para Porto, Junca, Gonçalves e Filhote (2004); Velloso Santos e Anjos (1997); e, Gonçalves (2005), os autores Cavalcante e Franco (2010, p. 217), expõem que:

Os riscos relacionados ao ambiente e à atividade de coleta de resíduos sólidos urbanos parecem estar bem definidos para a comunidade científica em geral. As vias de intoxicação, a toxicidade e os danos à saúde e ao ambiente, através do local de atividade, aparecem hoje como conhecimento claro e bem constituído por estudos afins, evidenciando os riscos presentes.

Considerando as informações técnicas da Funasa (2013, p. 28), os RSU espalhados no meio urbano – e, acrescento, os destinados às cooperativas de reciclagem – contribuem para os agentes transmissores de doenças que sobrevivem e reproduzem pela alimentação desses rejeitos como os ratos, baratas, moscas e mosquitos, podendo contaminar os seres humanos:

Por transmissão direta – por meio de micro-organismos (bactérias, vírus, protozoários e vermes), patogênicos em contato com o lixo, transmitindo doenças aos que manuseiam estes rejeitos;

Por transmissão indireta – estendendo a mais pessoas, advindas pela contaminação do ar, da água, do solo e por vetores de doenças como insetos.

Em estudo anterior, a Funasa (2007, p. 228-229) detalhou alguns agentes patogênicos e microorganismos, prejudiciais à saúde humana, presentes nas massas de RSU, tais como citamos alguns: *Salmonella typhi* (Febre tifoide); *Shigella* (Disenteria bacilar). No Apêndice IV consta quadro que detalha microorganismos patogênicos presentes nos resíduos sólidos.

No âmbito das enfermidades que podem acometer o/a próprio/a catador/a, relacionadas incontestavelmente com os resíduos sólidos, transmitidas por macrovetores, temos as seguintes:

Quadro 3 - Enfermidades relacionadas com os RSU, transmitidas por macrovetores e reservatórios

Vetores	Forma de transmissão	Enfermidades
Rato e Pulga	Mordida, urina, fezes e picada	Leptospirose Peste bubônica Tifo murino
Mosca	Asas, patas, corpo, fezes e saliva	Febre tifoide Cólera Amebíase Disenteria Giardíase Ascaridíase
Mosquito	Picada	Malária Febre amarela Dengue Leishmaniose
Barata	Asas, patas, corpo e fezes	Febre tifoide Cólera Giardíase
Gado e Porco	Ingestão de carne contaminada	Cisticercose Teníase
Cão e Gato	Urina e fezes	Toxoplasmose

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FUNASA (2007, p. 229-230, adaptado de Barros, 1995.

Compulsando os estudos de Ferreira e Anjos (2001, p. 692), os mais frequentes agentes presentes nos resíduos sólidos e nos processos de manuseio do lixo, capazes de interferir na saúde humana e no meio ambiente, são:

- a) Agentes físicos: Gases e odores emanados dos resíduos; materiais perfurocortantes, tais como vidros, lascas de madeira; objetos pontiagudos; poeiras, ruídos excessivos, exposição ao frio, ao calor, à fumaça e ao monóxido de carbono; posturas forçadas e incômodas;
- b) Agentes químicos: Líquidos que vazam de pilhas e baterias; óleos e graxas; pesticidas/herbicidas; solventes; tintas; produtos de limpeza; cosméticos; remédios; aerossóis; metais pesados como chumbo, cádmio e mercúrio;
- c) Agentes biológicos: vírus, bactérias e fungos.

Os acidentes de trabalho nesse tipo de ambiente geralmente acontecem em decorrência da precarização e falta de condições adequadas de trabalho, traduzidos em ferimentos e perdas de membros por atropelamentos e prensagem em equipamentos de compactação e veículos automotores, além de mordidas de animais (cães, ratos) e picadas de insetos. Outra questão importante, nem sempre lembrada, relaciona-se com os cheiros e a visão desagradável dos resíduos, podendo causar desconforto e náusea nesses trabalhadores (Ferreira e Anjos, 2001).

Como vemos, os resíduos sólidos, quando não geridos de forma adequada, representam enormes problemas sanitários que se refletem em toda a sociedade, principalmente nas populações pobres e altamente vulneráveis, sobretudo, nos/as trabalhadores/as da catação que lidam diariamente com tais resíduos.

Um adequado tratamento permite a prevenção e controle de doenças relacionadas aos resíduos sólidos. A inadequação do tratamento dos resíduos sólidos fortalece a problemática sanitária, ao passo que contribui para proliferação de vetores e roedores, que como deixa claro a FUNASA (2007, p. 230) é possível que sejam vetores mecânicos de agentes etiológicos causadores de doenças, tais como:

Diarréias infecciosas, amebíase, salmoneloses, helmintoses como ascaridíase, teníase e outras parasitoses, boubá, difteria, tracoma. Serve, ainda, de criadouro e esconderijo de ratos, animais esses envolvidos na transmissão da peste bubônica, leptospirose e tifo murino. (p. 230)

Na mesma assentada, indo mais além, alerta que,

As baratas que pousam e vivem nos resíduos sólidos onde encontram líquidos fermentáveis, têm importância sanitária muito relativa na transmissão de doenças gastro-intestinais, por meio de transporte mecânico de bactérias e parasitas das imundícies para os alimentos e pela eliminação de fezes infectadas. Podem, ainda, transmitir doenças do trato respiratório e outras de contágio direto, pelo mesmo processo. (FUNASA, 2007, p. 230)

Estamos diante de inúmeras ameaças que transitam diariamente na vida do/a trabalhador/a da catação, o contato direto com tais resíduos sólidos e mesmo com água poluída, levam a contaminação da população. Ademais, tais resíduos sólidos cancelam a permanência de algumas parasitoses, “como as triquinoses - quando se faz o aproveitamento de restos de cozinha (carnes contaminadas) para a alimentação de porcos” (FUNASA, p. 231). Ainda, temos a multiplicação de mosquitos que crescem em água parada/acumulada em vários recipientes, resíduos descartados, tais como lata, garrafa.

Indo adiante, temos também as ameaças (fatores de risco) à saúde do/a catador/a em decorrência de uma possível alimentação longe dos quesitos sanitários. Com efeito, traduz a possibilidade da ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) que são geralmente causadas pelos seguintes agentes:

Quadro 4 - Doenças transmitidas por alimentos (DTA)

Agente Bacteriano
<ul style="list-style-type: none"> • bactérias (<i>Salmonella sp</i>, <i>Escherichia coli</i>, <i>Shigella sp</i>, <i>Listeria monocytogenes</i> <i>Vibrio cholerae</i>, etc.); • toxinas produzidas por bactérias (<i>Bacillus cereus</i>, <i>Staphylococcus aureus</i>, <i>Clostridium botulinum</i>, etc.).
Agentes parasitários:
<ul style="list-style-type: none"> • helmintos e protozoários (<i>Taenia solium e saginata</i>, <i>Trichinella spiralis</i>, <i>Entamoeba histolytica</i>, <i>Giardia lamblia</i>, <i>Cryptosporidium</i>, <i>Toxoplasma gondii</i>, etc.).
Agentes químicos tóxicos:
<ul style="list-style-type: none"> • agrotóxicos, metais pesados, etc.
Agentes fúngicos:
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Amanita muscaria</i> ou <i>Agaricus muscaria</i> (ácido ibotênico e muscimol), <i>Aspergillus flavus</i> com aflatoxina, <i>Amanita phalloides</i> (ácido tioctico), <i>Gyromita esculenta</i>, etc.
Agentes virais:
<ul style="list-style-type: none"> • vírus Norwalk, adenovírus, poliovírus, etc.

Elaboração Autor a partir de FUNASA (2007, p. 334).

Para a FUNASA (2007, p. 337), diversos fatores (físicos, químicos e biológicos) influenciam na contaminação dos alimentos e por via de regra, a ocorrência de doenças. Muitos fatores de risco estão relacionados à contaminação, tais como:

- i) vetores e roedores tem sido incriminados pela alta incidência de diarreias infecciosas;
- ii) manipulação inadequada durante o preparo e consumo dos alimentos, em virtude de práticas de higiene pessoal inadequadas ou manipuladores portadores de lesões ou doenças (espirros e tosses);
- iii) condições ambientais favoráveis ao crescimento de agentes etiológicos seletos e inibidores de microorganismos competidores; e etc. Outros fatores de risco são presentes quando tratamos da deterioração dos alimentos, tal que, se for submetido a certas temperaturas, as bactérias presentes multiplicam-se com grande intensidade, ocasionando a deterioração do alimento e a produção de toxinas (muitas são altamente nocivas, podendo causar intoxicação imediata de pessoas que ingerem estes alimentos deteriorados). (Ibidem, pp. 337-338).

No Apêndice V, temos alguns exemplos de agentes causadores de DTA e fatores determinantes relacionados ao saneamento ambiental.

De acordo com Calderoni (1999, citado em Lima 2013, p. 61),

A relação das classes inferiores com os resíduos sempre será a mais precária possível, mesmo que estes tirem desses locais sustentos para sua sobrevivência estarão vulneráveis a doenças, as condições de vida do resto da população estará comprometida pela proximidade com áreas de deposição além, de estas áreas contribuir para poluição ambiental.

Para Gesser e Zeni (2004, citado em Cavalcante e Franco (2007, p. 218), “a história de vida dos catadores de materiais recicláveis é marcada pela vergonha, humilhação e exclusão social; sua ocupação é sentida como sendo desqualificada e carente de reconhecimento pela sociedade”. Eis aqui, com efeito, “outro bloco de possibilidades de risco à saúde e qualidade de vida desses catadores refere-se às questões psicossociais”, conforme assevera Cavalcante e Franco (2007, p. 218).

Os fatores de riscos exemplificados em todo o corpo desta sessão, encontram amparo nas definições de Porto (2000, p. 8 citado em Cavalcante e Franco (2007, p. 218), em que tratando do risco, refere que, de maneira genérica, pode ser entendido como “toda e qualquer possibilidade de que algum elemento ou circunstância existente num dado processo e ambiente de trabalho possa causar dano à saúde, seja através de acidentes, doenças ou do sofrimento dos trabalhadores, ou ainda através da poluição ambiental”.

Segundo Katzman (2005 citado em Silva 2007, p. 4) “os lugares vulneráveis são aqueles, nos quais os indivíduos enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a condições habitacionais, sanitárias, educacionais e trabalho e de participação e acesso diferencial a informação e as oportunidades”. Para Abramovay (2002, p. 35),

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam.

De tudo que conhecemos, reiteramos que tais conceitos são absolutamente pertinentes e necessários quando se ousa compreender toda dinâmica interna e que gravita nas condições de vida e trabalho do/a catador/a de materiais recicláveis/reutilizáveis. Assim, o contexto ocupacional/laboral e social no qual os/as catadores/as de recicláveis estão inseridos, roga pelas fundamentações vistas, ademais, não se pode desconsiderar as condições ambientais a que estão expostos.

2.2. A exclusão/inclusão social: breve compreensão dialética

Iniciamos este ponto cientes da complexidade com que nos confrontamos ao adentrar num tema sensível como é o da “inclusão social” e certos que não iremos trazer entendimento sobre todas as dimensões que o compõem e sobre as inúmeras dificuldades quando da tentativa de efetividade da inclusão social de populações vulneráveis.

Para entender o significado do conceito não basta apenas atender ao seu significado semântico, é necessário ir muito além, como bem deixa claro Ribeiro (2006) quando chama a atenção para o fato que precisamos sair da superfície e ir ao fundo. Sempre que pensamos a necessidade de inclusão social, em qualquer direção que se considere, estamos reconhecendo que há predominância de alguma forma de exclusão social. Procuraremos, ainda que de forma sucinta, abordar a relação dialética que se estabelece entre inclusão e exclusão social, tendo subjacente a realidade daqueles que trabalham na catação de resíduos recicláveis/reutilizáveis.

Estivill (2003, p. 1) considera que:

A exclusão social é, simultaneamente, um fenómeno do passado e do presente e, se não for solucionado, pertencerá também ao futuro. Ao longo da história, evoluiu no que respeita às suas características e concepção. E, embora exista um conhecido património comum da humanidade sobre o seu significado, é inegável que a exclusão apresenta diversos rostos nos vários continentes e, dentro deles, nas regiões e países.

De acordo com Nascimento (2008, p. 28), “(...) pode-se concluir que a exclusão social é um processo complexo e multifacetado, configurado a partir da conjugação de dimensões materiais, políticas e subjetivas, envolvendo o indivíduo e suas relações com a sociedade”.

Muito se tem falado a respeito da inclusão social e seus desafios diários, e, conforme aludimos anteriormente, alguns autores destacam que para que se possa entender a inclusão social é necessário entender o seu oposto, que é a exclusão social, estando os conceitos profundamente vinculados (Faleiros, 2006). Costa (2006, referido em PUC/Rio, 2008, p. 3) diz que há uma generalização quanto ao uso da expressão “exclusão social”, até mesmo pelos especialistas, não existindo um sentido atribuído de forma uniforme.

O que nos remete para a noção, defendida por Estivill (2003, p. 39), que:

As manifestações da exclusão estão relacionadas, portanto, com a ideia de **processo** [destacado no original]. Resume-se a um itinerário com princípio e fim, por onde se vão percorrendo diversas fases. Assim, não basta atentar na

dinâmica e supor que é um processo linear, também é necessário analisar as causas e as origens do fenómeno. Ou seja, a história acaba por ser um elemento fundamental para explicar porque um indivíduo, uma família, um grupo, um território, ficam submetidos à exclusão.

O autor refere-se a várias dimensões da exclusão: dimensão política, “relativa aos direitos de cidadania, ao seu acesso, usufruto e às múltiplas barreiras que se lhe opõem” (Estivill, 2003, p. 16); por referência a Dechamps, refere também a dimensão económica, afirmando que “implica a sucessiva ausência do mundo produtivo e do consumo”, a dimensão social, compreendendo “a perda da sociabilidade primária e secundária” e a dimensão simbólica, que “é definida pelos comportamentos e valores comuns, assim como pelas representações que tendem a classificar socialmente as pessoas (*déchéance*, incompetência, mediocridade, identidade negativa)” (Dechamps, 1998, referido em Estivill, 2003, p. 47).

Ribeiro (2006, p. 159) chama ainda a atenção para outro aspeto, afirmando que a exclusão:

(...) oculta a postura autoritária da classe que opta por acomodar os conflitos, armar-se contra a violência, porque não pretende atravessar a superfície do fenómeno para ir ao fundo, ou à sua essência. Nesse fundo é possível ver a barbárie que avança tanto sobre as populações pobres quanto sobre as condições de sobrevivência no planeta Terra, tendo em vista a necessidade de preservação dos recursos naturais não-renováveis e que são essenciais à manutenção da vida.

Oliveira (2004 citado em Ribeiro 2006), pontua que o conceito de exclusão é limitado e mais, que o próprio conceito merece a devida adequabilidade, pois, o seu uso inadequado traz imprecisões e não reflete a racionalidade conceitual. Segundo Ribeiro (2006, p. 159):

O conceito “exclusão” tem o mérito de ampliar a compreensão de problemas que fazem parte das relações sociais no modo de produção capitalista, mas que não podem ser explicados tão-somente pela expropriação da terra ou pela apropriação do produto do trabalho, dos meios de produção e de sobrevivência. A nova questão social que dá evidência aos excluídos dos benefícios da riqueza produzida socialmente também inclui, no debate, a opressão, a discriminação e a dominação, exigindo um tratamento teórico-prático adequado, tendo por base as relações sociais de exploração/expropriação, próprias do modo de produção capitalista.

Para Adriano e Dias (2010, p. 5) “a exclusão social pode ser percebida como uma supressão económica, onde a maioria dos excluídos também está afastada de outras redes sociais”. Na mesma linha de pensamento, Bertucci (1996 citado em Adriano e Dias, 2010, p. 2) pontua que “a ideia de exclusão, imersa em diversas interpretações, está relacionada ao afastamento e à impossibilidade de acesso aos bens sociais, aos direitos, aos resultados do trabalho”.

Para Lopes (2006, p. 13),

(...) a “exclusão social” se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras.

Considerando o que particularmente respeita ao nosso contexto de análise, cumpre chamar a atenção para o fato de que não basta somente a implantação do Programa de Coleta Seletiva nas cidades e destinar tais resíduos às cooperativas de reciclagem, isso, por si só, não supre todas as necessidades (nem mesmo as básicas) da população de catadores de recicláveis/reutilizáveis em sua labuta diária. Ainda que se possa considerar a implantação da coleta seletiva numa ponta do processo de inclusão, do outro lado da ponta, os/as catadores/as receptores da coleta continuam, em muitos casos, vivendo e trabalhando na precariedade. Essa situação enquadra-se numa suposta inclusão e é debatida em Medeiros e Macedo (2006, pp. 65, 69 e 70) ao afirmarem que:

(...) por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem a uma aparente inclusão, que camufla uma exclusão, entendida como inclusão perversa. Sendo assim pode-se concluir que não há exclusão antes de uma inclusão.

(...)

A dialética inclusão/exclusão permite compreender o conceito de inclusão como um processo, e, assim, possibilita a compreensão da inclusão social pela exclusão. É o que se observa ao analisar as relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis: excluídos do mercado de trabalho, os trabalhadores encontram na catação a possibilidade de garantir sua sobrevivência, mesmo executando um trabalho desprovido de qualquer garantia trabalhista, e, a partir daí, sentem-se novamente incluídos.

Contudo, trata-se de uma inclusão perversa, pois como se pode verificar, com a lucratividade assegurada pelos processos de reciclagem, estes estão sendo realizados por pessoas de diferentes segmentos e até mesmo por organizações terceirizadas, o que conduz paulatinamente para nova exclusão dos catadores.

(...)

As cooperativas de trabalho configuram-se em estruturas organizacionais que podem possibilitar essa inclusão justa e de modo não perverso.

Para Singer (2000), o Brasil é a terra da desigualdade, supondo que este grau de disparidade seja maior que em qualquer outro país. Ele afirma que a desigualdade de renda ou de status social é apenas mais um lado da exclusão social. Em junho de 2015, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), publicou uma matéria assim intitulada: “ONU alerta para a extrema desigualdade social no mundo”. Naquela oportunidade, a ONU deixou claro que a desigualdade só tem aumentado a cada ano, de ricos para pobres, e, significativamente dos mais ricos para os mais pobres. Segundo a EBC (2015, *online*): a preocupação não é apenas com a desigualdade da renda, mas com uma “série de

desigualdades extremas em relação à riqueza como acesso à educação, à saúde, à habitação e outras”.

Pelo que se extrai, estamos diante de uma real necessidade de profunda promoção de mudanças sociais imediatas, pois, caso contrário, testemunharemos o surgimento de potências globais riquíssimas com populações pobres e sem oportunidade de mobilidade social (Silvério, 2012, *online*).

É fato, estamos diante de uma profunda restrição de oportunidades de renda. Há, de um lado, um modelo de alta concentração de capital e, de outro, a privação de indivíduos a fontes de renda ou apenas acesso limitado a bens e serviços básicos essenciais. São algumas faces da exclusão social. A propósito, vejamos as palavras de Singer (2000, p. 61-62), que, aliás, menciona também que a precarização do trabalho que leva a uma ineficiência da legislação trabalhista é fruto de uma reestruturação produtiva do capital:

A exclusão social pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente, muito inter-relacionadas. Aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado de residência formal (...), ou da escola, ficam em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões (...), a exclusão é um processo, embora captado estatisticamente pelo número de excluídos.

Compulsando as lições de Singer (2000), podemos observar que o desrespeito às normas trabalhistas fica evidente quando temos a inobservância de direitos, tais como, por exemplo: jornada de trabalho de oito horas diárias; férias; trabalho formal via carteira de trabalho assinada; repouso para alimentação, intervalo adequado para almoço e etc.

A dimensão de análise que relaciona os fenômenos de exclusão com o mercado de trabalho e a sua dualidade, em que uns têm emprego, outros não, marca:

“oposições reais e crescentes entre assalariados e desocupados, entre a economia emergida e a subterrânea, entre o sector formal e o informal e entre os actores dos dois lados (...) sendo cada vez mais difícil determinar os limites entre ambos e a crescente mobilidade entre um e outro” (Estivill, 2003, p. 18).

Estivill (2003) aponta a necessidade de, no que respeita às relações entre mercado de trabalho e fenômenos de exclusão, ser necessário considerar, também, a situação daqueles que têm algum tipo de proteção dos que não têm, a situação dos que têm trabalho mas não têm proteção e a situação dos que não têm nem trabalho, nem proteção. E, neste contexto, chama a atenção para a realidade das sociedades contemporâneas, com

“a deslocação fabril, a segmentação do mercado de trabalho, as diferenciações que esta introduz nos estatutos de trabalhadores e trabalhadoras (trabalho indefinido, temporal, precário, sazonal, submerso...), a diversidade de acesso aos

bens de consumo, os equipamentos e serviços económicos, sociais, educativos, sanitários, culturais, etc.. E por fim, a segregação urbana e espacial” (Estivill, 2003, p. 18).

Adentrando na esfera laboral da catação de recicláveis/reutilizáveis, não só em relação a catadores e catadoras de rua, mas também aos que se encontram ligados a cooperativa de trabalho de catação, Marchezini (2013, *online*), expõe suas preocupações quanto à inserção social, que considera urgente e necessária e um enorme desafio no mundo do trabalho.

Para efetivar tal inserção, é necessária uma robustez nas políticas públicas de inclusão: o alcance deve ser amplo – ousamos referir o fato de que somente com enfrentamento paulatino dos “vieses” que perpassam a exclusão, é que se pode, ao fim, dizer que está havendo eficiência e possivelmente efetividade e eficácia na inserção social.

Para Nascimento (2008, p.27), “(...) não existe exclusão em sentido absoluto, e sim graus de exclusão ou de inclusão em relação a um referencial, uma situação socialmente considerada básica ou necessária para a cidadania”.

Pois bem, eis o que outra autora destaca relativamente à situação dos catadores:

A inserção social dos catadores é, em nosso sentir, um dos maiores desafios que não conseguirá ser vencido sem uma adequada política de inserção social da população de rua com programas de saúde voltados para os dependentes químicos e o rompimento de um vínculo verdadeiramente escravagista que essa população possui com os sucateiros e atravessadores; outra grande dificuldade reside na ausência de uma “cultura da reciclagem”, fato que demanda planejamento e investimento em ações de educação/sensibilização ambiental a fim de que a população separe corretamente os seus resíduos domiciliares. (Marchezini, 2013, *online*).

A ausência de um enfrentamento profundo da exclusão social prolonga o sofrimento dos trabalhadores catadores de recicláveis/reutilizáveis. Adriano e Dias (2010, p. 2), consideram que:

(...) o fenômeno da exclusão é estruturalmente inerente ao capitalismo e pode ser definido com a negação do exercício da cidadania imputado a determinados grupos ou segmentos sociais. Isto nos leva a pensar a exclusão e a inclusão sociais como faces de processos sociais cujas características e contradições dialogam e conferem sentidos uma a outra. Pressupôs-se que as catadoras de materiais recicláveis são pessoas que se encontram na condição de exclusão social e, em busca de alternativas para obter renda, procuram nos recicláveis e no associativismo condições para melhoria de sua qualidade de vida.

Correia (2010), autor que tem trabalhado sobre a temática da inclusão (embora aplicada a outra realidade), chama-nos a atenção para um aspecto importante, que é o

da necessidade de aclarar o conceito de inclusão explicitando a sua contextualização. Nas suas palavras, inclusão não corresponde a “um conceito inflexível, mas deve permitir que um conjunto de opções seja considerado sempre que a situação assim o exija (...)” (p.16).

No seguimento, e considerando aplicabilidade no contexto das população que laboram na catação de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis, parece-nos de grande pertinência a proposta de Capucha (2005, p.7):

a noção de inclusão social remete para o modo como os actores constroem as relações que os ligam a um espaço comum e participam nele, por um lado, e para o modo como se organizam e compatibilizam estruturalmente subsistemas que a crescente diferenciação social vai tornando cada vez mais complexos.

Segundo o autor, a participação plena em sociedade ou estar efetivamente incluído, significa:

(i) o acesso a níveis de rendimento – originado no trabalho, nos direitos de propriedade ou no sistema de segurança social – que assegure padrões minimamente aceitáveis de consumo, isto é, de acesso a bens e serviços;

(ii) a participação no mercado de trabalho com direitos, propiciador de sentimentos de utilidade, satisfação pessoal e a posse de um estatuto socialmente valorizado;

(iii) o acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida de forma a poder movimentar-se nos diferentes contextos institucionais e adaptar-se às mudanças que ocorrem nesses contextos;

(iv) assegurar a todos os membros dependentes das famílias o acesso aos equipamentos sociais que permitam assegurar simultaneamente a qualidade de vida e a libertação de homens e mulheres em pé de igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho, a vida pública e a partilha das responsabilidades domésticas;

(v) o usufruto de uma habitação com condições de conforto mínimo e a residência num território dotado de infra-estruturas, de imagem positiva e propiciador da multiplicação dos contactos sociais e do enriquecimento do capital social, então estar em situação de exclusão social é o contrário de tudo isto. (Capucha, 2005, p. 9)

O autor chama igualmente a atenção para a importância dos fatores culturais que, no seu entender, não são menos relevantes embora possam ser menos perceptíveis. Capucha (2005, p. 10) pontua que:

(...) a representação dos pobres como “classes perigosas”, a estigmatização de certas categorias vulneráveis ou vítimas de integração em grupos problemáticos, a intolerância face aos mais pobres, a culpabilização dos pobres pela sua situação, a discriminação praticada em relação às mulheres ou em relação a grupos vulneráveis, a marginalização e catalogação das categorias e dos territórios mais desfavorecidos, são apenas alguns exemplos de factores culturais ligados à perpetuação dos fenómenos de exclusão.

Acrescenta, ainda que, por norma, este tipo de questões de ordem cultural refletem-se diretamente nas disposições dos grupos mais desfavorecidos, contribuindo para desenvolver formas de autoestima negativa, para a incorporação de representações negativas e inibem o desenvolvimento de competências de autonomia e, ainda, contribuem para colocar os mais vulneráveis em situação de clientela perante os mais poderosos (Capucha, 2005).

Ainda de acordo com Capucha (2005), a avaliação das situações de carência de categorias vulneráveis implica conhecer de que forma (como e com que intensidade) as suas necessidades básicas se encontram afastadas da satisfação e, conseqüentemente, da possibilidade de usufruírem plenamente dos seus mais elementares direitos de cidadania.

Esta posição do autor, com pleno enquadramento na educação social e nas suas metodologias de trabalho, conduz a uma breve clarificação do conceito de necessidades.

De acordo com Pinto, Guerra, Martins e Almeida (2010), a necessidade corresponde à percepção de uma privação em relação a alguma coisa, tratando-se de “um sentimento multidimensionalmente orientado: *aquilo* que *faz falta* pode revestir-se de naturezas várias, pode ser de múltiplas coisas, nem sequer passíveis de identificação por referência a *objectos* materiais.” (p. 59).

As autoras pontuam que a insuficiente satisfação de dada necessidade, ou a sua de todo não satisfação, “pode causar danos às pessoas, às famílias e à sociedade – danos físicos, psíquicos ou sociais, que obstam à plena inserção social dos indivíduos e perturbam e prejudicam a optimização das oportunidades da vida individual e colectiva (The Young Foundation, 2006, referida por Pinto, Guerra, Martins e Almeida, 2010, p. 67).

As autoras elaboram uma tipologia de necessidades que combina aspetos no âmbito do “ter” e do “ser”, sendo, na nossa perspectiva, de grande pertinência em trabalho social.

Necessidades físicas e de recursos (necessidades materiais e impessoais)

Condições materiais necessárias para assegurar a sobrevivência e evitar a privação (recursos económicos, as condições de habitação, emprego, as condições de trabalho, a saúde, qualidade do ambiente).

Necessidades de Competências e Capacidades

Competências e aptidões necessárias para a integração na sociedade, exercício da liberdade (Sen; Veenhoven – *life-ability*) e possibilidade de influenciar e gerir mudança(s).

Necessidades socio-afectivas

Necessidades de relacionamento (amizade, trabalho, família e parentesco), sentimentos de pertença, suporte emocional, aconselhamento, compreensão – *the need for others*, participação na comunidade local, constituição de identidades pessoais e sociais.

Necessidades de desenvolvimento pessoal e bem-estar

Necessidades de reconhecimento, realização pessoal, bem-estar, felicidade.

(Pinto, Guerra, Martins e Almeida, 2010, p. 73).

As autoras não estabelecem hierarquia entre os diferentes tipos de necessidades que apresentam, mas consideram que o primeiro tipo exerce um efeito de contaminação sobre os restantes – as condições materiais de existência refletem-se nas outras dimensões de vida dos indivíduos, embora não se esgotem apenas nos recursos económicos. Da mesma forma, os diferentes tipos de necessidade e as dimensões que os compõem não são percebidos igualmente por todos os indivíduos e grupos.

Não podemos, assim, perder de vista que os processos de inclusão e de exclusão se vão desenvolvendo numa relação de forças e referem-se a dinâmicas de inserção ou de expulsão nas diversas esferas da vida socialmente reconhecidas.

2.3. As políticas públicas federais de fomento à inclusão social de catadores/as

Busca-se nesta sessão, possibilitar uma breve introdução às ações de fomento à inclusão social dos catadores e das catadoras de reutilizáveis e/ou recicláveis, haja vista que o presente trabalho estuda as condições de trabalho e vidas de tais trabalhadores/as da catação inseridos/as em uma cooperativa de trabalho de reciclagem.

A coleta seletiva, para o MMA (2016, *online*), é do que a coleta diferenciada de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição. Tais resíduos com características similares são selecionados pelo gerador (que pode ser o cidadão, uma empresa ou outra instituição) e disponibilizados para a coleta separadamente. Segundo Peters e Pires (2000, p. 284), a coleta seletiva é “a coleta dos materiais recicláveis previamente separados na fonte geradora. É uma etapa importante para a reciclagem, uma vez que a seleção prévia dos recicláveis evita sua contaminação por outros componentes do lixo”. Reflexão seja feita, para que haja a coleta seletiva, é necessário, é claro, a geração de resíduos sólidos e, antes dos dois, temos o impulsionado e frenético consumismo (que já falamos anteriormente neste trabalho).

Pelo que se observa, entende-se que o MMA, considera o ano de 2006 como marco legal referente à atuação dos/as catadores/as de reutilizáveis/recicláveis na gestão integrada (busca-se aqui: ação social, ambiental e econômica) dos resíduos sólidos no Brasil. Cabe salientar, que desde 1986, há registros de iniciativas em prol da coleta seletiva. Para Ferreira *et al.* (1986 citado em Eigenheer e Ferreira, 2015, p. 678) “no Brasil, apesar de se falar da coleta seletiva, pelo menos desde a década de 1940, a primeira experiência sistemática e documentada só foi implantada em 1985, no bairro de São Francisco em Niterói (RJ)”. Machado *et al.* (2015, p. 5) explica que “as primeiras iniciativas verdadeiramente organizadas de coleta seletiva no Brasil, só tiveram início em 1986”. Portanto, elencando algumas iniciativas, temos o que Ribeiro e Besen (2007, p. 6) explicam:

A organização dos catadores no Brasil iniciou-se em 1985, com a formação da Associação de Carroceiros no Município de Canoas, e em 1986, com a fundação da Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, da Ilha Grande dos Marinheiros, na Região Metropolitana de Porto Alegre (MARTINS, 2004). Em São Paulo constituiu-se a organização dos Sofredores de Rua (1986), que se tornou a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – Coopamare (1989), e em Belo Horizonte (1990) formou-se a Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – Asmare.

Feito o breve apontamento histórico acima, temos que, significativamente a partir de 2006 inicia-se a instituição das medidas legais com vista ao gerenciamento adequado dos RSU. Por meio do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, instituiu-se a

separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Passo dado, naquele momento, iniciava-se uma ruptura da inércia para a ‘ação’, representava sim um avanço gigantesco e um ponta-pé-inicial para a melhoria gradativa e mudança de mentalidade com relação ao/à trabalhador/a catador/a de reutilizáveis/recicláveis.

Aliando a necessidade de melhorar a gestão dos RSU ao conhecimento, informação e constatação no que respeita à degradação de vida dos trabalhadores da catação, efetivaram-se os instrumentos legais constantes do Quadro 4.

Quadro 5 – Instrumentos legais que legitimam a atuação dos catadores/as de reutilizáveis/recicláveis na gestão integrada dos resíduos sólidos

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico
Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa
Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010	Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento

Elaboração: Autor.

Abaixo, no Quadro 6 apresentamos o conjunto de ações de fomento à inclusão social dos catadores de reutilizáveis/recicláveis. São conquistas importantes para a vida laboral dos/as catadores/as, pois, o fortalecimento da organização produtiva dos catadores em cooperativas e associações com base nos princípios da autogestão, da economia solidária e do acesso a oportunidades de trabalho decente representa, portanto, um passo fundamental para ampliar o leque de atuação desta categoria profissional na implementação da PNRS, em especial na cadeia produtiva da reciclagem, traduzindo-se em oportunidades de geração de renda e de negócios, dentre os quais, a comercialização em rede, a prestação de serviços, a logística reversa e a verticalização da produção. (MMA, 2016, *online*).

Quadro 6 – Ações empreendidas pelo governo para o fortalecimento da coleta seletiva

Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC)	Instituído pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. É composto por um representante, titular e suplente: da Casa Civil da Presidência da República; dos Ministérios da Educação; Saúde; Trabalho e Emprego; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Cidades; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Previdência Social; Turismo; Planejamento, Orçamento e Gestão; Minas e Energia; Fazenda; da Secretaria-Geral da Presidência da República; e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Programa Pró-Catador	Instituído pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Visa promover e integrar ações empreendidas pelo governo federal voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, destinadas ao fomento e apoio a organização produtiva dos catadores, melhoria das condições de trabalho, ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.
Prêmio Cidade Pró-Catador	Promovido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com outros órgãos e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o prêmio tem a finalidade de reconhecer, valorizar e estimular práticas e iniciativas voltadas à inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis na implantação da coleta seletiva.
Projeto Cataforte	O projeto é realizado no âmbito do Programa Pró-Catador, com coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, visando estruturar e fortalecer as redes de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, enquanto empreendimentos solidários. Em sua primeira fase, o Cataforte I destinou-se ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. O Cataforte II deu enfoque à logística solidária, ou seja, ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações em rede, aprimorando as capacidades operacionais desses empreendimentos e; o Cataforte III, em implementação, destina-se à estruturação de negócios sustentáveis em redes solidárias de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, visando avanços na cadeia de valores e inserção no mercado da reciclagem.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – Modalidade Pronatec Catador	O Ministério do Meio Ambiente é demandante para a oferta de cursos do Pronatec, na sua modalidade Pronatec Catador.
Coleta Seletiva Solidária	Estabelece a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, para destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Elaboração: Autor - Fonte: MMA (2016, *online*).

Tendo todas as ações um papel fundamental de promoção de melhores condições de trabalho para os catadores, não poderíamos deixar de falar (no nosso sentir, que, conforme poderemos ver na exposição que se segue, a respeito da PNRS), da centelha elétrica que conduz todas essas ações, ou seja, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Dentre, é com ela, que se

torna possível o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos, e mais, inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva.

Na PNRS (art. 7º, XII) os catadores passam a integrar as ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Tendo destaque na PNRS, os catadores são decisivos na gestão integrada dos resíduos sólidos, estabelecendo como alguns de seus princípios o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” e a “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”.

Ainda, a própria PNRS fomenta a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e define que sua participação nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa deverá ser priorizada. Com efeito, mediante previsão legal, é possível a contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por parte do titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, via dispensa de licitação, conforme Lei nº 11.445/2007 (que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico).

O fomento ainda visa o fortalecimento da organização produtiva dos catadores em cooperativas e associações com base nos princípios da autogestão, da economia solidária e do acesso a oportunidades de trabalho decente representando, portanto, um passo fundamental para ampliar o leque de atuação desta categoria profissional na implementação da PNRS, em especial na cadeia produtiva da reciclagem, traduzindo-se em oportunidades de geração de renda e de negócios, dentre os quais, a comercialização em rede, a prestação de serviços, a logística reversa e a verticalização da produção.

Vários objetivos estão contidos na PNRS, dentre: proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; a não geração de resíduo; valorização do catador (com amplo destaque na lei).

Pelo todo exposto, vemos que a coleta seletiva é um campo crescente e que continuamente necessitará dos devidos reparos. Pela quantidade de RSU gerados e que são encaminhados para reciclagem nas cooperativas, em confronto com a quantidade de catadores que coletam seletivamente nas cooperativas, damos-nos conta de que a laboralidade carrega um caráter de trabalho desumano, a qual estão

submetidos tais catadores. A Cooperativa R3 com apenas 22 catadores (e pode ser menos, já que não são fixos, um dia vão trabalhar e outro dia não se sabe o paradeiro) faz a seleção de toda a coleta seletiva das cidades de Santa Maria-DF, Samambaia-DF e Gama-DF. Pelo que foi possível pesquisar, avançamos muito nos marcos legais de forma geral, mas, é necessário adentrar localmente em cada nicho de catação, programas e projetos específicos para a realidade local, no sentido da superação futura e permanente da exclusão social dos/as catadores/as.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

No presente capítulo abordaremos as questões metodológicas e técnicas, explicitaremos os procedimentos seguidos no desenvolvimento da pesquisa realizada e apresentaremos o contexto de investigação empírica (local e intervenientes).

Começaremos por lembrar os objetivos do presente trabalho, o posicionamento metodológico selecionado, explicitaremos o processo de recolha de informação com a indicação das técnicas e a apresentação dos instrumentos usados, apresentaremos o *locus* e os sujeitos da pesquisa.

3.1. Dos objetivos às questões metodológicas, técnicas e procedimentais

Tratando-se de uma investigação junto a profissionais que desenvolvem o processo de catação de materiais recicláveis/reutilizáveis, a pesquisa realizada foi conduzida na cooperativa de trabalho de reciclagem, Cooperativa R3, localizada na cidade de Santa Maria, Distrito Federal- DF.

O presente trabalho busca trilhar estudos em local certo e definido, acerca dos resíduos sólidos recicláveis (popularmente “misturado” e rotulado de “lixo”) e sua destinação aos catadores de recicláveis/reutilizáveis para fins de efetividade da coleta Seletiva. A partir da análise de algumas dimensões profissionais e pessoais da vida destas pessoas, temos o objetivo de conhecer as suas perspectivas sobre as condições profissionais, pessoais e sociais enquanto profissionais da catação de resíduos sólidos organizados em cooperativa de trabalho de reciclagem, identificando quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades e procurando conhecer de que forma o movimento cooperativista de trabalho de reciclagem contribui para o possível desenvolvimento dos seus processos de inclusão social.

Como finalidade última deste trabalho, procuraremos sugerir possível caminho de ação para o alcance da inclusão social destes trabalhadores com vista à garantia de construção e exercício da sua cidadania plena.

Tendo em vista os objetivos definidos, buscar-se-á descrever diretamente a experiência real vivenciada. Assim, tem-se que, a projetada investigação, possui respaldo na pesquisa qualitativa e configura um estudo de caso.

A pesquisa qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1982, citado em Ludke e André, 2003, *online*) “envolve a coleta de dados descritivos, obtidos no contato direto do

entrevistado com a situação pesquisada, enfatizando mais o processo que o produto e com a preocupação principal de retratar a perspectiva dos participantes”.

Segundo Dieth e Tatim (2004, p.52, citado em Heiden, 2007, p. 61): a) os dados são coletados preferencialmente nos contextos em que os fenômenos são construídos; b) a análise dos dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento deles; c) os estudos apresentam-se em forma descritiva, com enfoque na compreensão e na interpretação à luz dos significados dos próprios sujeitos e de outras referências afins da literatura; d) a teoria é construída por meio da análise dos dados empíricos, para posteriormente ser aperfeiçoada com a leitura de outros autores, mas os estudos qualitativos podem partir de categorias preexistentes; e) a interação entre pesquisador e pesquisado é fundamental, razão pela qual se exige do pesquisador aperfeiçoamento em técnicas comunicacionais; e f) a integração de dados qualitativos com dados quantitativos não é negada, e sim a complementaridade desses dois modelos é estimulada.

Tal abordagem “não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de análise” assim deixa consignado Gressler, e “é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema, não envolvendo manipulação de variáveis e estudos experimentais (...) leva em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas, numa visão holística dos fenômenos” (Gressler, 2007, p. 49).

Essencialmente, várias características importantes estão inseridas no bojo da pesquisa qualitativa, citando algumas, têm-se que, conforme continua ensinando Gressler (2007, p. 99): a mesma tem o ambiente natural como fonte direta dos dados; recorre a métodos múltiplos, interativos e humanísticos; o processo de pesquisa – objetivos, métodos, dados – emerge do contexto estudado, e não é pré-fixado; no âmbito da formulação de políticas sociais, identifica e descreve: problemas sociais em sua complexidade, identifica o surgimento de políticas não previstas e a inconsistência e conflitos entre políticas assim como soluções naturais para problemas que independem de intervenção política.

Nesse rumo, entende-se que, tais características amoldam-se em plena consonância com o cenário objeto do presente estudo, afinal, estamos diante de trabalhadores/as catadores/as de materiais recicláveis/reutilizáveis (sujeitos da pesquisa) que laboram na cooperativa de trabalho denominada Cooperativa R3 (o caso estudado).

Frise-se, “o estudo de caso dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais (socioeconômica, política, cultural) de uma unidade: indivíduo,

grupo, instituição ou comunidade, selecionada por sua especificidade”, assim consigna Gressler (2007, p. 61). Para o mesmo autor, “o estudo é profundo e vertical, ou seja, é holístico”.

Segundo Voss; Tsikriktsis; Frohlich (2002, citado em Freitas e Jabbour, 2011, p. 11) um estudo de caso é uma história de um fenômeno passado ou atual, elaborada a partir de múltiplas fontes de provas, que pode incluir dados da observação direta e entrevistas sistemáticas, bem como pesquisas em arquivos públicos e privados. Diante dos reais desafios e perspectivas relacionadas aos/as catadores/as de materiais reutilizáveis/recicláveis, com o estudo de caso, “será possível um aumento da compreensão e do entendimento sobre eventos reais e contemporâneos”. (Miguel, 2007, citado em Freitas e Jabbour, 2011, p. 12).

De acordo com Lüdke e André (1986, citado em Heiden, 2007, p. 62), os estudos de caso visam à descoberta, enfatizam a interpretação do contexto, o que enriquece o desenvolvimento do trabalho, pois se pode trabalhar simultaneamente dando ênfase ao problema ou ao contexto em que ocorrem os fatos, alargando a percepção do todo (o meio e as pessoas).

Outra característica dos estudos de caso, salientada pelos mesmo autores, é a de procurarem retratar a realidade de forma completa e profunda, ou seja, é tratado o problema de forma sistêmica a partir de suas diversas nuances. Relativamente a este aspecto, importa salientar que as limitações de um trabalho desta natureza (na sua dimensão e nas suas balizas temporais de execução) não permitem desenvolver uma análise exaustiva do fenômeno em questão. Não pretendemos, assim, advogar que se conhecerão todos os contornos desta realidade em profundidade e em toda a sua multidimensionalidade. Antes nos situamos numa lógica exploratória e que, cremos, trará informação pertinente e relevante sobre um objeto de estudo relativamente ao qual existe, ainda, pouca informação científica produzida.

No que respeita, precisamente, à produção de informação foram seguidas três modalidades distintas, mas complementares: recurso a fontes bibliográficas, documentais e legislativas; realização de entrevistas e observação.

A técnica de pesquisa bibliográfica “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se concretizaram suficientemente” (Manzo, 1971:32, citado em Lakatos e Marconi, 2010, p. 57). Recorre-se, assim, a material publicado em livros, revistas, jornais, sites governamentais, possíveis informações documentais internas da cooperativa e à produção legislativa atinente ao tema em análise.

No que respeita às entrevistas, inicialmente propusemo-nos suscitar a narração de inspiração biográfica, considerando, como Rodrigues (2005, p. 72), que as narrativas de vidas, contadas pelo próprio, permitem a “restituição da singularidade aos sujeitos e a reconstituição das trajetórias sociais (passado, presente e futuro) a partir dos seus quadros de significância” assim como o seu “posicionamento e a localização desses sujeitos face a situações e contextos histórico-sociais”.

Na lógica das histórias de vida, que segundo Bogdan (1982, em Triviños, 1987, citado em Gressler, 2007, p. 63-64) correspondem a uma “modalidade utilizada para investigar pessoas com características peculiares”, no caso, trabalhadores numa área muito específica que é o contexto da catação de materiais recicláveis/reutilizáveis, consideramos que seria a modalidade de inquirição mais apropriada. A propósito, como agente de mudança, os educadores sociais, conforme referido por Baptista (2001, p. 58):

“(…) não lidam com problemas ou com disfunções, mas com pessoas, acompanhando-as no processo de apropriação crítica das suas histórias de vida, convocando-as para o exercício pleno da sua cidadania e ajudando a despertar nelas o desejo de futuro, sem o qual não é possível ampliar o espaço dos possíveis”.

Contudo, nos contactos iniciais no local de pesquisa e com os sujeitos a convocar para esta análise cedo percebemos que dificilmente conseguiríamos obter da sua parte a disponibilidade necessária para desenvolver um procedimento desta natureza – requeria tempo a dedicar ao momento de interação com o investigador e pareceu-nos pouco justo roubar-lhes horas de trabalho necessárias para a obtenção da sua renda diária. Por outro lado, também se percebeu que a conversa mediada por gravador causava inibições.

Assim, optámos por propor a realização de um conjunto de entrevistas e complementar o processo de recolha de informação a partir da observação direta, permanecendo o mais possível no local de trabalho dos entrevistados, a Cooperativa, desenvolvendo conversas informais.

A técnica de entrevista considera-se adequada, pois do mesmo modo ao “fazer «construir» um discurso” concorre para a restituição do “sentido das mensagens «faladas», captando, para além da lógica explícita e denotativa dos discursos, a conotação que eles encerram face ao quadro de referência do entrevistado” (Rodrigues, 2005, p 72).

Considerando que o entrevistado tem autonomia na construção do discurso cabendo ao investigador adaptar-se, ajustando e flexibilizando as suas intervenções, os guiões previamente construídos, e que se encontram nos Apêndices VII e VIII, corresponde mais a um plano de trabalho para o investigador do que a um guia cuja

estrutura deve ser seguida passo a passo, pois no decurso da “conversa” que dá lugar à narrativa segue-se a lógica própria do entrevistado e, o referido guião, funciona como “recordatória” para o investigador focalizar o discurso num conjunto de temas predefinidos.

No caso concreto desta investigação, no processo de pesquisa desenvolvido a observação acabou por ganhar peso e relevância à medida que fomos adentrando na realidade em questão, reenviando para uma lógica de “pesquisa de terreno”, pois, assim ensina Baptista (2001, p. 57):

“Os educadores sociais deverão (...) afirma-se, fundamentalmente, como profissionais do terreno, como actores/autores de estratégias mais contextualizadas e, aparentemente, mais modestas, mas que, por isso mesmo, ajudam a fazer a diferença. (...) Trata-se sim de valorizar a proximidade com as pessoas e com a singularidade das situações, evidenciando a riqueza das pequenas experiências e a grandeza dos gestos simples”.

Impulsionado pelo que Baptista (2001), digamos assim, chama de educação social vocacional para o outro, em que “a atividade profissional do educador social exige ainda, a par de uma sólida preparação técnico-científica, espírito de entrega, envolvimento pessoal e capacidade de compromisso” (p. 58), inicialmente, em setembro de 2015, estabelecemos contato com os responsáveis pelo movimento cooperativista, cooperativa de reciclagem, Cooperativa R3 para primeiras conversas de apresentação e solicitação de autorização para a realização do estudo. Após a permissão para pesquisa, representante da cooperativa iniciou as primeiras conversas de apresentação da intenção de estudo junto aos catadores sensibilizando para a importância de tais trabalhadores da catação colaborarem aceitando ser entrevistados.

Após estas primeiras conversas da cooperativa com os/as catadores/as, percebeu-se quem imediatamente se encontrava disponível para participar da pesquisa e os que não se mostraram receptivos. Depois de inúmeras conversas informais, quer por parte da cooperativa, quer por parte do investigador, apenas cinco catadoras se dispuseram a ser entrevistadas. Salienta-se que, ainda que a força de trabalho da cooperativa seja maioritariamente composta por mulheres, nenhum dos homens se mostrou disponível para ser entrevistado.

Mesmo para a realização das cinco entrevistas a mulheres catadoras, foram encontradas inúmeras resistências e dificuldades em agendar dia, hora e lugar para a sua concretização; em virtude da densa rotina de trabalho, houve muita dificuldade em retirar tais catadoras da catação para uma pausa de conversa. As entrevistas foram realizadas na própria cooperativa, após período de almoço e no momento pré retorno às atividades de catação.

O agendamento de conversa com cada catadora foi combinado de forma individual e dentro do tempo de cada uma, em dia e hora a seu critério, dentro da sua disposição e vontade e sem atrapalhar a rotina laboral, pois, como nos confessaram, uma ou duas horas de pausa na catação acarreta uma diminuição da produção e consequentemente a redução dos proventos.

Procurou-se, nas deslocações à cooperativa, usar traje/vestimenta que colocasse o investigador o máximo possível na informalidade (apropriado para os encontros) e em estrito respeito àqueles trabalhadores e àquelas trabalhadoras da catação. Ademais, foi ensaiada a dinâmica das falas para que não soassem tons de superioridade e muito menos de possíveis interpretações de agressividade. Dentre outros tantos cuidados que se devem ter ao adentrar num nicho como o em estudo, a cautela esteve presente a todo momento, pois, em todas as circunstâncias e nesta em particular, devemos nos aproximar com extremo respeito para que a colheita de informações seja a mais natural e proveitosa possível.

Salienta-se que, não obstante serem em reduzido número, o período de realização destas entrevistas prolongou-se de novembro de 2015 a julho de 2016, altura em que finalmente conseguimos concretizar a quinta e última entrevista.

Ao longo deste período foram inúmeras as visitas que fizemos à cooperativa e desde cedo percebemos que não só havia uma grande disponibilidade para momentos de prosa mais informais, como essas conversas se revelavam bastantes mais reflexivas e muitas vezes transmitindo informações mais valiosas daquele público do que as conversas em situação de entrevista mais formal em que o gravador funcionava como elemento inibidor.

Desta forma, optamos por frequentar com regularidade o espaço da Cooperativa R3, entre novembro de 2015 e agosto de 2016, desenvolvendo momentos observacionais no decurso dos quais estabelecemos conversas informais, não gravadas, e acompanhamos a rotina de trabalho. Esta modalidade de investigação, viria a revelar-se como a mais produtiva em termos de conteúdo e riqueza de informação.

A pesquisa de terreno, entendida enquanto método que articula técnicas de recolha de informação, de acordo com Costa (1999, p. 11):

(...) assenta na presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo, em contacto directo com as pessoas e as situações, (...) o principal instrumento da pesquisa é o próprio investigador, através das observações «de primeiro grau», a que vai procedendo, de pessoas e grupos, gestos e verbalizações, comportamentos e situações, símbolos e objectos, actividades e processos, e através das “observações de segundo grau” que continuamente faz dos modos de relacionamento que os membros da unidade social em estudo

com ele vão estabelecendo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, no desenvolvimento desta estratégia de observação,

O investigador observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas (...). (Costa, 2001, p. 132).

O que implica desenvolver um conjunto de procedimentos de registo, em diário de campo, onde se relatam acontecimentos e resultados de conversas, se descrevem situações observadas, se incluem imagens recolhidas (fotografia), se anotam informações, observações e impressões que serão posteriormente convocadas para o tratamento e a análise da informação.

De pronto, compulsamos as lições de Minayo (1994, p. 227, citado em Cavalcante e Franco, 2007, p. 222), ao afirmar que:

(...) a interpretação final dos dados partirá do aparente caos das informações recolhidas no campo para fazer delas, ao mesmo tempo, uma revelação de sua especificidade de concepção e de participação nas concepções dominantes, e, mais que isso, de expressão da visão social de mundo.

Portanto, a pretendida análise tem como foco o contexto ocupacional e social no qual as catadoras de materiais recicláveis/reutilizáveis se encontram inseridas, sem, é claro, desconsiderar a questão ambiental (geração de resíduos sólidos) – essa que suporta tudo e na qual esse grupo encontra-se submetido.

No que respeita ao processo de tratamento da informação recolhida, quanto às entrevistas numa primeira fase procedeu-se à sua transcrição registando-se os discursos tal qual como foram produzidos, numa segunda fase foi feita uma leitura anotada dos textos transcritos e numa terceira fase procedeu-se ao agrupamento da informação em unidades temáticas. As tabelas síntese da análise elaborada encontram-se nos Apêndices IX e X.

Esta sistematização da informação foi feita com base na proposta apresentada por Guerra (2006). A autora refere que o manancial de informação que resulta de uma pesquisa qualitativa “é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro, decorrendo o seu acionamento e a sua forma de tratamento do material do enquadramento paradigmático de referência (Guerra, 2006, p. 62)” e que o seu tratamento varia “de pesquisa para pesquisa e de investigador para investigador” (Guerra, 2006, p. 63).

Através da realização da análise de conteúdo reduz-se a quantidade de material a

trabalhar; conhecem-se os discursos, quer no todo como nas componentes que os constituem; comparam-se os discursos produzidos em cada entrevista (Guerra, 2006).

No presente trabalho, os discursos analisados foram ainda cruzados com a informação recolhida nas modalidades de pesquisa mais informais, complementando a análise e ajudando a interpretar a informação recolhida pelas entrevistas. Surgem, assim, incorporados na discussão apresentada ao longo do trabalho.

Por fim, importa salientar uma questão importante decorrente das contingências da pesquisa realizada. Ainda que, por razões a que somos alheios dado que era nossa intenção inicial entrevistar homens e mulheres, tenhamos acabado por só conseguir obter em registo gravado a percepção de mulheres catadoras considerámos que tal não reenviava este trabalho para a abordagem dos estudos de género dado que a pesquisa desenhada não foi pensada nesse enquadramento. Do conjunto de ações de pesquisa desenvolvidas, contudo, foi possível perceber que, no que respeita à situação e enquadramento de trabalho homens e mulheres se encontram nas mesmas circunstâncias – não descuramos que poderão existir, concomitantemente, fatores de género que eventualmente possam distinguir o grupo de homens do grupo de mulheres mas esses fatores não foram abordados neste trabalho por não corresponderem aos objetivos da pesquisa. Contudo, por questões de rigor, iremos referir-nos às catadoras e não afirmaremos como válida também para os homens a informação recolhida junto das mulheres.

3.2. Breve contextualização: conhecendo a cidade de Santa Maria-DF e a Cooperativa R3

Tendo em vista que a Cooperativa R3 se encontra instalada na cidade de Santa Maria, Distrito Federal (DF), de forma sucinta, buscar-se-á trazer a lume algumas informações a respeito da cidade, procurando fornecer uma visão mais ampla do contexto de trabalho e de vida das nossas entrevistadas e dos demais trabalhadores da catação de recicláveis instalados na cidade.

Santa Maria-DF ocupa uma área de 211km² e possui quase 126 mil habitantes, conforme Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Santa Maria - PDAD 2015, publicado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Ainda, maior parte da população urbana da cidade de Santa Maria-DF é composta por pessoas do sexo feminino, ou seja, 51,24%.

Da totalidade dos habitantes, de forma mais expressiva, com 25%, encontra-se a população com faixa etária de 40 a 59 anos.

Com relação ao grau de instrução, selecionando alguns níveis divulgados na pesquisa (PDAD, Codeplan, 2015), dos vários níveis de escolaridade, destaca-se que 37,03% da população se encontra no nível escolar correspondente ao ensino fundamental incompleto e que 3,50% são analfabetos. Apenas 5,11% possuem ensino superior completo. Segundo o IBGE (Censo Demográfico 2000/2010), a taxa de analfabetismo do DF, para a população alojada no grupo de idade de 25 a 59 anos, é de 2,9% referente ao ano de 2010, sendo que para o mesmo ano, no âmbito nacional, equivale a 8,5%. Outros dados importantes, são que, segundo a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SE/GDF, Censo Escolar 2015 por Modalidade), atualmente, a cidade de Santa Maria-DF possui 20 Escolas Públicas destinadas ao Ensino Fundamental; 04 Escolas Públicas destinadas ao Ensino Médio; 05 Escolas Públicas destinadas a Educação de Jovens e Adultos (EJA); e, nenhuma escola para a Educação Profissional (Santa Maria fica a pouco mais de 10km ou 13 minutos do *Campus* Gama do IFB). Demais dados, temos: ensino fundamental completo com 3,31%; ensino médio incompleto 9,53% e completo 24,40%; ensino superior incompleto 5,66% e completo 5,11%.

Partindo agora para o trabalho e renda, a pesquisa no quesito da população ocupada segundo o setor de atividade remunerada em Santa Maria-DF, mostra um destaque para os ‘Serviços’ que no somatório geral obteve 90,10% e os ‘Serviços Domésticos’ com 6,49%. Fazendo parte do mesmo, os ‘Serviços Gerais’ atingiu uma

parcela de 28,17%. Já Comércio ficou com 26,29%. A Construção Civil representa 8,03%. Cabe deixar claro que a pesquisa correspondente a 41,85% da população total, ou seja, 52.365 de um total populacional de 125.123 da cidade de Santa Maria-DF, em 2015. Dos vários setores de atividade remunerada pesquisados pela PDAD 2015. Em que pese o catador de material reciclável ser profissão reconhecida pelo MTE (Brasil, 2002), conforme consta no documento, CBO (5192), o PDAD 2015 não o incluiu no rol de setores de atividades remuneradas pesquisados, haja vista, como dissemos, o estudo contemplou apenas 41,58% da população.

Falando agora de um tema muito importante, a pesquisa PDAD, Codeplan, 2015, mostra que, segundo a posição na ocupação, do total de trabalhadores empregados, ou seja, 74,26%, têm-se 60,73% com carteira assinada e 13,53% são empregados sem carteira de trabalho. De acordo com a CBO (código 5192), os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável, são profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas e o acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. Portanto, por uma série de fatores, a informalidade é predominante, não há a formalização do trabalho. A propósito, na região Centro-Oeste (geograficamente instalada a cidade de Santa Maria-DF), como consta no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a) apenas 38,4% são trabalhadores com relação contratual formalizada, e que 61,6% são trabalhadores sem formalização contratual. A informalidade contratual de trabalho enseja uma série de problemas na questão previdenciária, e mais, o baixo rendimento e o próprio desconhecimento dos benefícios da Previdência Social maximizam a não contribuição.

A renda familiar é flexível, há uma variação significativa em decorrência do momento em que é coletada, retrata o momento (que leva em conta o desempenho global da economia; da política salarial; bem como da situação do mercado de trabalho). Sabe-se que, é 0,447 o Coeficiente de Gini, assim, R\$ 3.176,00 retratando a renda domiciliar média apurada, o que equivale a 4,03 salários mínimos (SM); e, R\$ 887,63 como renda per capita, o que significa 1,13 salários mínimos (SM). De forma ligeira, como consta no Censo IBGE (2010), a renda média em 2010, segundo os próprios catadores, era de R\$ 571,56 e que o salário mínimo da época era de R\$ 510,00, isto é, a renda média do trabalho de todo o universo desses trabalhadores no país superava o valor do salário mínimo em 12%.

O entulho, cerca de 15% dos domicílios relataram esse problema. Um ponto a ser divulgado, é o fato de que muito do que é descartado e considerado como entulho pela população, pode não ser entulho, e sim, material reaproveitável, por exemplo: uma mesa velha e um sofá velho jogado fora.

Após conhecimento de alguns dados no âmbito da cidade de Santa Maria-DF, frise-se que, conforme o SLU, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do GDF, em diagnóstico (referência: janeiro a março de 2015) publicado em julho de 2015, foram recolhidas pela coleta convencional em média, 2.813 toneladas/dia, correspondendo a 94% dos resíduos coletados no DF, enquanto que pela coleta seletiva foram recolhidas em média 185 toneladas/dia, correspondendo a 6% dos resíduos coletados porta a porta, sendo destinadas a 14 organizações de catadores (o que inclui a Cooperativa R3) e que dessa coleta seletiva, apenas 3,5% foram encaminhada para a reciclagem.

3.2.1. Movimento Cooperativista e a Cooperativa R3

Considerando a especificidade da temática, iniciaremos esta seção tecendo breves considerações a respeito do movimento cooperativista, com enfoque no ramo trabalho em virtude da presente dissertação possuir objetivos que estudam a questão de trabalhadores da catação de materiais recicláveis/reutilizáveis inseridos em cooperativa de reciclagem.

Atualmente no Brasil, existem 13 ramos do cooperativismo que trafegam pelos vários setores da economia (agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; habitacional; infraestrutura; mineral; produção; saúde; trabalho; transporte; e turismo e lazer). Dentre, cabe registrar, que a divisão em ramos facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais. (Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, 2006a, *online*).

Para a OCB (2006a, *online*), a gestão das cooperativas de cada ramo diferencia-se em função de diversos fatores: área de atuação, educação cooperativista, estrutura administrativa e organizacional, conhecimento, experiência, habilidades e atitudes de seus administradores.

Na sua origem é sabido que o cooperativismo corresponde a um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Tendo como norte a reunião de pessoas e não do lucro/capital, prende-se ao alcance do suprimento das necessidades do grupo e não simplesmente das individuais. Destaca-se nesse movimento, a busca pela justiça entre seus participantes, tal modo que é uma alternativa de equilíbrio socioeconômico. Insculpido por valores universais, têm-se que o movimento busca se desenvolver

independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade. Neste diapasão, referindo-se à Revista Gestão Cooperativa (2011), Oliveira *et al.* (2011, p. 10), têm-se que, busca-se “unir e coordenar os meios e os esforços de cada indivíduo para a realização de atividade comum, visando alcançar um resultado procurado por todos”.

Ainda, considerando a Revista Gestão Cooperativa (2011), Oliveira *et al.* (Ibidem, p. 10) traz ao conhecimento que “o início dos fundamentos do cooperativismo no Brasil dar-se através dos povos indígenas por meio das práticas de ajuda mútua nos plantios da terra, na colheita, (...). Entretanto, essa prática evoluiu e tornou-se o que, hoje, entende-se por cooperativismo moderno”.

Exemplificando essa modernidade, em 1844 em Rochdale, Inglaterra, por 28 operários, em sua maioria tecelões, devido à desvalorização da mão de obra e a situação socioeconômica enfrentada após a revolução industrial, surge a primeira cooperativa dita moderna do mundo. Considerando os achados da OCB (2016b, *online*), os operários organizaram-se formalmente em cooperativas, e depois de um ano de trabalho, acumularam capital necessário para abrir um pequeno armazém cooperativo, com o fim de reduzir e/ou sanar as dificuldades fruto de tal revolução. Nada mais nada menos, estamos falando da conhecida história da “Sociedade dos Probos de Rochdale”. Objetivamente, era criar uma alternativa econômica para atuar no mercado como forma de enfrentar o sistema capitalista (em decorrência da dinamização dos processos de produção com o advento de máquinas e posterior precarização do trabalhador – geração de desemprego e a informalidade).

Em 1889, precisamente na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, surge no Brasil a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cuja finalidade é o consumo. (OCB, 2016c, *online*). Tivemos ainda, em 1902, o surgimento das cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, que impulsionou o desenvolvimento de cooperativas rurais em 1906, cujo respaldo legal constava na própria Constituição Federal Brasileira de 1891 (livre associação em sindicato e associação).

O cooperativismo não é uma via e mão única, a pretender destinar-se exclusivamente à solução das nuances econômicas, ele, caminha para a transformação social de cada indivíduo.

É indubitável, as organizações solidárias contribuem para o combate ao desemprego e sua informalidade. O cooperativismo busca promover o crescimento de diversos setores da economia, sem perder a essência de seus princípios fundamentais: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Na origem, tende a alcançar os interesses de seus cooperados (financeira e economicamente melhores).

A Constituição Federal de 1988 garante a autonomia das cooperativas frente ao Estado, equiparando-as às outras associações civis, realçando seu sentido social e garantindo o princípio democrático que está na base do cooperativismo ao dispor que todos podem aderir livremente, têm poder igual e podem exercer efetivo controle sobre a administração via Assembleia Geral (Castro, 2001 citado em Ferreira e Morais, 2003, *online*).

Da rápida passagem histórica do movimento cooperativista, adentrando no ramo trabalho, vemos que as cooperativas de trabalho inserem-se no Brasil, campo do Direito do Trabalho e no campo do Direito Civil. Nos termos do art.º 12 da Lei nº 12.690/2012, cooperativa de trabalho é uma sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão, visando obter melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. Para Krueger (2013, p. 168), segundo a Organização Internacional de Cooperativas de Produção Industrial, Artesanal e de Serviços das Américas (Cicopa, 2005), no cooperativismo de trabalho, o trabalho e a gestão se realizam conjuntamente, sem as limitações próprias do trabalho individual nem exclusivamente sob as regras do trabalho assalariado dependente.

Em que pese os debates que se travam a respeito das controvérsias existentes, a Nova Lei de Cooperativas de Trabalho no Brasil, Lei nº 12.690/2012, é o principal instrumento de regulação deste tipo de sociedade no país. Sua complementaridade se dá no que não colidir a Lei nº 5.764/1971 (que trata da Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas) e a Lei nº 10.406/2002 (que institui o Código Civil).

Essa nova lei contemplou os já consagrados princípios cooperativistas, agregando outros peculiares ao cooperativismo de trabalho. Assim, são considerados princípios e valores que regem as cooperativas de trabalho: a) adesão livre e voluntária; b) gestão democrática; c) participação econômica dos membros; d) autonomia e independência; e) educação, formação e informação; f) intercooperação; g) interesse pela comunidade; h) preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa; i) não precarização do trabalho; j) respeito às decisões de assembleia, observado o disposto na Lei nº 12.690/2012; k) participação na gestão em todos os níveis de decisão, de acordo com o previsto em lei e no estatuto social.

Inseridos em cooperativas de trabalho, os/as catadores/as podem obter benefícios que de outra forma (se estivessem no lixão, nas ruas) não seriam possíveis. O Instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT (2003, referido em Medeiros e Macêdo, 2006, p. 66)

destaca as seguintes vantagens da cooperativa: evitar depender de um único comprador; vender cargas “fechadas” por um preço médio; estocar – os materiais podem ser armazenados por período mais longos, se o galpão de triagem dispuser de espaço e houver capital de giro.

No que respeita à Cooperativa R3, objeto da nossa análise, a mesma está localizada em Área Especial da CL 516 da cidade de Santa Maria-DF, conforme visualizamos na Figura 5. Como percebemos, a cooperativa encontra-se avizinhada dos moradores da referida quadra, uma única rua separa a cooperativa das residências.

A cooperativa nasceu da disposição de duas pessoas (casal), que vindo da região nordeste do Brasil para do Distrito Federal-DF (Brasília), se dedicaram à catação de recicláveis. A mulher se dedicando com mais disposição à instalação da cooperativa, é a atual Presidenta e permanece diariamente nas dependências da cooperativa.

O poder público local, na necessidade de implantarem um polo de reciclagem dos resíduos coletados do programa coleta seletiva do DF, na figura predominante da SLU/GDF, sensibilizou e despertou o interesse desse casal na criação de uma cooperativa de reciclagem na cidade de Santa Maria-DF, para o tratamento de toda a coleta seletiva dos resíduos gerados/descartados das cidades do Gama, de Santa Maria e de Samambaia, ambas do DF.

A Figura 6 retrata o início de instalação da cooperativa, na época (2014) podemos ver apenas uma tenda pequena, terreno parcialmente cercado com arame, três contentores ao fundo e sem qualquer infraestrutura, sequer um banheiro. Em plena atividade, podemos ver terreno aberto já com material sendo selecionado, acomodado nos *big bags* para comercialização. Na Figura nº 7 visualizamos como se encontra a cooperativa na atualidade.



Figura 5 – Vista superior de localização da Cooperativa R3.
Fonte: Google – Street View – ago 2014. Acesso em 01/10/2016.



Figura 6 – Início da instalação da Cooperativa R3 em 2014.
Fonte: Google – Street View – ago 2014. Acesso em 01/10/2016.



Figura 7 - Vista atual da fachada (entrada) da Cooperativa R3
Fonte: Autor, agosto de 2016.

Atualmente, a cooperativa possui um semi-galpão parcialmente fechado (metade parede e metade grade) que acomoda a balança, a prensa e a mesa de escritório para as anotações administrativas. Uma parte da cobertura desse galpão contém uma improvisada bancada para a triagem de materiais. (vide Figuras nºs 8, 9, 10).



Figura 8 – Vista frontal do semi-galpão da Cooperativa R3.
Fonte: Autor, agosto de 2016.



Figura 9 - Escritório da Cooperativa R3
Fonte: Autor, agosto de 2016.



Figura 10 - Bancada improvisada para triagem de RSU na Cooperativa R3
Fonte: Autor, agosto de 2016.

Ainda não cercada/murada, a cooperativa mantém toda a coleta seletiva vinda das cidades num imenso pátio a céu aberto de resíduos.



Figura 11 – Pátio de disposição dos RSU na Cooperativa R3.
Fonte: Autor, agosto de 2016.

A cooperativa não possui cantina, as refeições (almoço, lanches) são consumidas no mesmo local de catação, ao lado dos resíduos. Vejamos na foto abaixo, um dos locais utilizado pelos catadores para as refeições, no galpão semi-aberto próximo aos *big bags*.



Figura 12 – Local utilizado pelos catadores para as refeições na Cooperativa R3.
Fonte: Autor, agosto de 2016.

Há somente um banheiro para ambos os sexos, somente com vaso e não chuveiro. A água potável é a disponível da rede, direto das torneiras. Os/as catadores/as trabalham expostos ao sol/chuva sujeitos às intempéries. A separação do material

reciclável por tipo é feita pela catação diretamente dos sacos dispostos no chão (não há esteiras mecânicas transportadoras, somente uma bancada improvisada como visto na Figura nº 10).



Figura 13 - Catadoras trabalhando no pátio a céu aberto da Cooperativa R3.
Fonte: Autor, agosto de 2016.

Embora não tenhamos tido acesso ao documento, segundo a sua Presidenta, a Cooperativa possui estatuto social que é, como afirma, de amplo acesso de todos.

Quanto à remuneração do catador, segundo indicado pela responsável da Cooperativa, a renda é distribuída por hora trabalhada e/ou por volume de material triado.

A jornada de trabalho é variada. O intervalo para almoço é de uma hora; para lanches é quando for possível e depende se o próprio catador trouxe.

Com relação à rotina de trabalho, as atividades de: triagem, enfardamento, pesagem, e armazenagem, são feitas a céu aberto em terreno de chão batido, no pátio de disposição dos RSU.

Como a coleta seletiva é deficiente, em que os RSU encaminhados para a reciclagem contém resíduos misturados (material orgânico, hospitalar, etc), verifica-se a possibilidade da presença de animais sinantrópicos (dentre eles os ratos, abelhas, pulga, mosquitos, pulga, aranha, barata, formiga, mosca, entre outros), o que configura riscos para a saúde dos trabalhadores da catação, bem como da população (moradores) em torno da cooperativa.

O processo produtivo da cooperativa envolve: o recebimento de material oriundo

da coleta seletiva, triagem, separação de materiais, prensagem, armazenamento (que no próprio pátio de chão batido que são feitas as triagens, separação) e comercialização.

Os materiais triados são compactados por meio de prensa mecânica que vez ou outra apresenta defeitos. Tal atividade é exercida por uma mão de obra oriunda da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (Funap-DF), isto é, reeducando(s) do regime semiaberto inseridos em postos de trabalho (definido pela fundação), no caso, na Cooperativa R3, que possui convênio com a FUNAP-DF para consolidação do processo de ressocialização de presos e egressos por meio do trabalho. A porta do equipamento fica aberta várias vezes para introdução de material até formar o fardo, assim, o fardo é amarrado e retirado da prensa manualmente.

Da Administração fazem parte apenas a Presidenta e uma secretária, que faz as anotações das pesagens. Quanto aos trabalhadores, segundo informação da Presidenta, a cooperativa possui atualmente cerca de 22 (vinte e dois) catadores e catadoras, embora esse número não seja permanente, pois existem catadores/as que não mantêm uma regularidade laboral dentro da Cooperativa (o acesso é flexibilizado), ora entram, ora saem, o que pode reduzir esse total para metade. Quando da entrevista junto à Presidenta da cooperativa, constatou-se o predomínio de catadoras em relação ao sexo masculino (Quadro 7), tendo sido informação da Cooperativa que, independentemente do número de pessoas a trabalhar, predomina na cooperativa o sexo feminino.

Quadro 7 – Distribuição por sexo entre os/as catadores/as

Sexo	Número	%	Total – 100%
Masculino	10	45,45	22
Feminino	12	54,54	

Organização Autor. Fonte: Cooperativa R3, 2015/2016.

Quanto à escolaridade, tal como noutras pesquisas sobre a mesma temática, estamos diante de um grupo inteiramente detentores do ensino fundamental incompleto e que estão há muito tempo longe das escolas (Quadro 8).

Quadro 8 – Catadores/as conforme o nível de escolaridade

Nível Escolaridade	Número	%	Total (100%)
Fundamental incompleto	22	100	22

Organização Autor. Fonte: Cooperativa R3, 2015/2016.

Situação bastante complexa e duramente difícil de ser superada em curto prazo, é a ausência da contribuição previdenciária pelos/as catadores/as (Quadro 9), em que pese os valores padronizados pela previdência para essa profissão serem acessivelmente

diferenciados das demais classes.

Quadro 9 – Distribuição dos catadores segundo contribuição para a previdência

Contribuição para a previdência	Número	%	% da População em Idade Ativa-PIA	Total 100%
Trabalham, mas não contribuem	22	100	100	22

Organização Autor. Fonte: Cooperativa R3, 2015/2016.

Questão levantada por outros autores como problemática, conforme referido anteriormente, apuramos que no caso da Cooperativa R3 não se verificam contribuições para a previdência por parte dos catadores e catadoras atualmente em atividade. Como relatado noutros estudos que fomos confrontando, verificam-se, assim, as mesmas práticas laborais de precarização do trabalho nesta Cooperativa – quer no que respeita a segurança no trabalho, condições frágeis e propícias para a deterioração da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, quer no tipo de relação jurídica de trabalho.

O fato de que esteja em andamento o programa Coleta Seletiva e destinação dos RSU seletivos para as cooperativas, no caso a Cooperativa R3, não quer dizer que esteja havendo para os/as catadores/as: emprego digno; melhores condições de trabalho; qualidade de vida; acesso aos bens sociais; ao justo resultado dos trabalhos.

O que se percebe, como poderemos ver melhor adiante, é que a superficialidade da inclusão social enseja um camuflado enraizamento perverso da exclusão social; que aos olhos do telespectador diante de uma matéria jornalística tratando de algum programa de Coleta Seletiva, é possivelmente induzido a acreditar que os/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis estão efetivamente incluídos socialmente, sendo que, na verdade, basta passear ao redor de uma cooperativa de trabalho de catação, para “sentir na pele” tamanha profundidade da exclusão social.

Ali, diante de uma insuficiente inclusão social, de pronto observando o meio ambiente de trabalho do/a catador/a, evidenciamos a ação das garras da exclusão social, traduzidas nas palavras de Lopes (2006 em Adriano e Dias 2010, p.4): “pode-se caracterizar a exclusão social como sendo um conjunto de fenômenos que se configuram no campo das relações sociais, se dando por meio do desemprego, da precarização do trabalho, da fome, violência, falta de acesso aos bens e serviços, à segurança, justiça e à cidadania”.

É bem verdade que as cooperativas de trabalho de catação de recicláveis/reutilizáveis são instituições que permitem o avançar da inclusão social dos/as catadores/as, pois absorvem os ditos excluídos do mercado formal de trabalho e possibilitam a geração de trabalho e renda aos/às catadores/as, mas esta inclusão social

é frágil e superficial: “mesmo quando se acredita que existe uma forma de inclusão social, a exclusão pode estar presente de uma maneira muito sutil, podendo estar ocorrendo, de fato, uma “forma cruel de inclusão social” (Adriano e Dias, 2010, p. 6, a partir de Medeiros e Macêdo, 2006).

3.3. Breve caracterização das catadoras entrevistadas

Considerando, como já referimos, que do total de trabalhadores e trabalhadoras na Cooperativa R3 apenas cinco se dispuseram a ser entrevistadas, a partir da informação levantada e das entrevistas realizadas, apresentaremos algumas características destas catadoras, conforme sistematização no Quadro 10, adiante.

No que respeita à idade, uma das catadoras entrevistadas tem menos de 40 anos tendo as restantes quatro idades acima dos 45 anos. Duas declararam ser casadas e três solteiras. Todas têm filhos – duas têm dois e três têm quatro.

Quanto à sua naturalidade, duas são do Centro-Oeste e três do Nordeste – o Distrito Federal (DF) reúne pessoas de várias cidades do Brasil, até pelo fato de ser a capital federal, com uma ampla expansão habitacional e expectativas de trabalho, o que estimulou a migração das pessoas para a capital, principalmente as da Região Nordeste.

A Cooperativa R3 possui, como referido, instalação fixa na cidade de Santa Maria-DF, sendo três das entrevistadas residentes dessa cidade. As outras duas entrevistadas, residem, uma, em Gama-DF e, outra, em Samambaia-DF – ambas cidades da área de abrangência da cooperativa

Tal como noutras pesquisas em âmbito nacional, a escolaridade detectada nesta pesquisa, recai para o ensino fundamental incompleto, constatando-se que uma catadora possui somente a 4ª série.

Três das catadoras vivem em casa alugada, pagam o aluguel com o dinheiro que recebem da catação, uma indica residir em casa própria e outra viver em casa cedida. Quanto aos equipamentos, quatro indicam possuir os eletrodomésticos básicos, como TV, fogão e geladeira e uma indica não possuir nenhum. Duas catadoras referiram a posse de computador em casa.

Todas as entrevistadas afirmam que a principal atividade profissional é a catação, são “Catadoras de Materiais Recicláveis/Reutilizáveis” e somente uma desenvolve outra atividade: a de artesã.

Estamos diante de catadoras que começaram a trabalhar muito cedo, duas aos

12, duas aos 18 e uma aos 20 anos de idade. Trabalham na catação entre há 3 e 10 anos.

Quanto aos rendimentos mensais provenientes do trabalho da catação, é preocupante a situação, há muita variação mês a mês e está estritamente relacionado à produção que cada uma consegue desenvolver no dia a dia do trabalho, mesmo se uma catadora não está fisicamente bem em determinado dia ela terá de produzir satisfatoriamente para manter a média de ganhos.

Constata-se a partir da informação recolhida, que há quem chegue a receber menos de um (1) salário mínimo e, mais, há mesmo quem receba menos de meio salário mínimo. Para uma noção rápida, na data de hoje (29/09/2016), o euro está cotado em R\$ 3,6232, o salário mínimo é de R\$ 880,00, portanto, com meio salário mínimo, se fossem morar em Portugal por exemplo, estaria sobrevivendo com aproximadamente €122. Quando questionadas sobre a existência de outra fonte de renda mensal pessoal, são unânimes dizendo que nenhuma possui. Já quando se engloba a somatória da renda do núcleo familiar, mensalmente, temos uma leve melhoria para uma ou outra catadora, mas na maioria não ultrapassam um (1) salário mínimo e meio.

Quadro 10 – Características das entrevistadas (síntese)

		Entrevistadas / Quantidade
Idade	De 30 a 40 anos	1
	De 41 a 50 anos	3
	De 51 a 60 anos	1
Naturalidade / região	Centro-Oeste	2
	Nordeste	3
Residência	Santa Maria-DF	3
	Gama-DF	1
	Samambaia-DF	1
Escolaridade	8ª série	1
	6ª série	1
	5ª série	2
	4ª série	1
Estado civil	Casada	2
	Solteira	3
Filhos/as	Até 2	2
	Até 4	3
Idade em que começou a trabalhar	Aos 12 anos	2
	Aos 18 anos	2
	Aos 20 anos	1
Principal atividade profissional	Catadora	5

Outra atividade profissional	Nenhuma	4
	Artesanato	1
Tempo de trabalho na catação	Até 10 anos	1
	Até 8 anos	1
	Até 6 anos	1
	Até 4 anos	1
	Até 3 anos	1
Fonte de renda mensal (R\$) Ref.: Salário Mínimo R\$ 880,00 (set/2016)	Até 2 salários mínimos	1
	Até 1 salário mínimo	1
	Menor que 1 salário mínimo	1
	Menor que meio salário mínimo	2
Outra Fonte de Renda (R\$)	Sim	0
	Não	5
Renda familiar mensal (RS) Ref.: Salário Mínimo R\$ 880,00 (set/2016)	Até 4 salários mínimos	1
	Até 1 salário mínimo e meio	1
	Até 1 salário mínimo	1
	Menor que 1 salário mínimo	1
	Menor que meio salário mínimo	1
Moradia	Casa Própria	1
	Casa Alugada	2
	Apartamento Alugado	1
	Casa Cedida	1
Eletrodomésticos	TV / Fogão / Geladeira	4
	Nenhum	1
Eletrônicos	Computador	2

CAPÍTULO IV – SOBRE O TRABALHO E VIDA DAS CATADORAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS/REUTILIZÁVEIS

Dedicaremos este capítulo à análise e discussão da informação obtida através das entrevistas e da observação realizada, procurando apresentar a partir dos relatos na primeira pessoa o que significa para estas mulheres ser catadora, como se vêem e revêem no trabalho que desenvolvem, tentando dar a conhecer as suas condições de vida e de trabalho, consequências, constrangimentos e dificuldades decorrentes da atividade de catação e, ainda, o significado da inserção em cooperativa de reciclagem nos seus processos de inclusão social.

4.1. Ser catadora: relatos na primeira pessoa

Iniciamos este ponto traçando um breve perfil das catadoras entrevistadas, deixando entrever fragmentos de suas histórias de vida até à entrada no trabalho da catação, o que é para cada uma “ser catadora”, as razões que as levaram a desenvolver esta atividade e como a percebem nas suas vidas atuais. Faremos uma breve síntese de cada entrevistada e finalizaremos com uma sistematização de conjunto. Na sequência, serão explicitadas as principais dificuldades e constrangimentos sentidos no desempenho da atividade de catação.

Antônia, natural da Paraíba-PB, residente em Samambaia-DF, de 42 anos de idade, é casada e mãe de dois filhos, um dos quais a frequentar o ensino superior. Estudou até à 8ª série e não sentiu, nem sente, vontade de estudar mais. Engravidou cedo e casou. Aos 20 anos começou a trabalhar, tendo sido manicure antes de chegar ao mundo da catação de resíduos sólidos, no qual labora há dez anos. Explica porque se tornou catadora:

Antônia: É, no início foi falta de opção, eu não tinha assim muita coisa pra fazer, eu era manicure, mas aí já não tinha mais visão pra... que eu tinha antes já não tinha mais coluna pra aguentar e eu não gostava, fazia unha só mesmo pra o meu sustento, porque todo dia eu pedia a Deus pra me dar um modo digno de eu ganhar dinheiro sem ser como manicure. (...) eu tava no Piauí, no lixão de lá, e vim parar em Brasília. (...) quando eu cheguei, a situação tava muito difícil e aí foi e me fizeram essa proposta, se eu daria conta de tocar aqui. E aí eu vim, sem muita intenção, sem muita perspectiva, eu tava com vergonha, porque tinha falido, porque tinha fracassado lá no Piauí, tinha gastado todo o meu dinheiro, tinha vendido casa pra investir lá e não deu certo, acabei indo pro lixão lá, então foi mais por falta de opção, embora eu gostasse, sempre gostei, já catava, já era catadora, mesmo quando eu tava em casa, saía do salão já ia catando as coisas na rua...

(...) tem 10 que eu parei de fazer unha e tô nessa...

[Ser catadora é] (...) o meio de ganhar a vida, de me sustentar, sustentar meus filhos (...). Hoje se falar “volta pro salão” eu não sei, não sei voltar, não sei fazer mais unha, não gosto, já não gostava. Então eu só sei fazer isso, amanhecer o dia e eu falar “tenho que ir pra cooperativa”. Eu gosto disso aqui (...). E por ser rentável, então eu achava que era chegar aqui e catar e ganhar meu dinheiro e ir embora, mas aí eu fui virando uma líder, sem muita pretensão, sem estudar, sem entender muito (...) e aí eu vim e fui catando, fui liderando, fui chamando gente e foi enchendo a cooperativa, pessoas cheia de vontade, cheia de necessidade. (...) hoje eu tenho isso, é o que eu sei fazer, é o que eu gosto de fazer, eu ganho com isso, mas eu também acho legal a ideia de eu tá tirando da natureza, quando eu vejo os fardo pronto eu falo “caramba, olha só o tanto de panelada que poderia ter ido pro lixão, pro aterro e não vai”, a gente aproveitou! E muita gente ganha a vida com isso, a gente sustenta nossas famílias com isso.

Josefa, está com 52 anos. É natural de Alcobaça e refere ter migrado para Brasília há 28 anos. Os estudos foram apenas até à 5ª série. É solteira, mãe de quatro filhos, mora num “barracãozinho” que o filho arranhou perto dele na Cidade de Santa Maria-DF. Começou a trabalhar aos 18 anos de idade e diz sempre ter trabalhado como catadora; está na catação de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis há oito anos. Afirma gostar do que faz.

Josefa: Eu gosto de fazer esse trabalho. Sempre fiz. Antes eu fazia na rua. Depois eu vim aqui pra reciclagem (...)

O motivo que levou falta de emprego, falta de opção de trabalho, que não tinha. Não tem trabalho a gente vai fazer o quê, a gente tem que manter alimento e tudo a gente vai catar na rua. E porque eu gosto, eu gosto né.

Eu catava na rua. Catava na rua, no carrinho e ia levar lá pra uma mulher que compra material, que ela compra também e vende pra capital também. (...) eu vendia pra ela, a Maria, e a gente catava na rua, no carrinho e levava pra “X” [nome suprimido para evitar identificação] porque ela também compra e vende pra capital, aí catava aqui na rua, na Santa Maria, levava lá. Assim foi meu começo aqui, catando na rua.

Se eu acho um trabalho digno, tá entendendo? É um trabalho digno desde quando ele seja tratado com dignidade também. É um trabalho digno também. Gosto de fazer esse trabalho, gosto muito. Eu amo fazer esse trabalho principalmente numa reciclagem igual à da “Y” [nome suprimido para evitar identificação] que é uma reciclagem modelo que tem esteira, tem galpão, tem tudo, tem refeitórios, tem café da manhã, tem, tem tudo, tem almoço às vezes e tipo a “Y” que é uma Presidenta que respeita com dignidade os catadores, tá entendendo: eu gosto de fazer esse trabalho, eu amo fazer esse trabalho, sabe? Que é um trabalho digno como se fosse outro qualquer. Pra mim é como se eu tivesse num escritório, mas desde quando ele seja tratado com dignidade também porque é isso é o que não tem aqui.

Severina, tem 47 anos. É natural do Gama, DF. Frequentou a escola até à 6ª Série, parou cedo e afirma ter sido por “*negócio de namorar*”. Solteira e com dois filhos, reside com a filha e a neta, na Cidade de Santa Maria-DF, mas dá indicações de que pretende, em breve, “se juntar” a um “rapaz” com quem mantém uma relação. Afirma ter começado a trabalhar aos 18 anos e conta que, antes de ser catadora, trabalhava no ramo da panificação. Afirma, igualmente, gostar de trabalhar como catadora – o que faz há cerca de três anos.

Severina: Não sei te explicar (...) eu gosto do serviço que eu faço. (...) antigamente, eu trabalhava numa panificadora (...) eu saí com um problema, muita dor na coluna (...) Aí eu cheguei aqui tinha um monte de mulher aqui sabe, trabalhando. Aí eu falei eu vou lá tentar né prá ver se eu arrumo uma coisa. (...) Gosto de fazer meu servicinho. Já tentei sair daqui não sei quantas vezes né, não consigo. Eu gosto de reciclar. Eu acho muito bom. (...) Não sei se eu arrumo outro serviço mas eu não quero sair não. Já tentei sair daqui mas não consigo. Como catadora eu acho bom. É só muitas vezes o pessoal critica né, muitas pessoas. (...) Eu gosto de reciclar como catadora. (...) Meus filhos não gosta, ninguém gosta mas não importa eles, importa eu, gostar (risos). (...) Meu serviço como catadora eu não pretendo sair daqui tão cedo. Eu quero é melhoras. Mudar. Ganhar um dinheirinho a mais. Eu gosto das pessoas daqui. Nem tanto que eu gosto, eu gosto do serviço que eu gosto de fazer (...).

Raimunda, a mais jovem da catadoras entrevistadas, está com 36 anos. Nasceu em Iaciara, Goiás-GO. Estudou apenas até à 5ª Série, relacionando a sua saída precoce da escola com o falecimento da mãe e com as dificuldades familiares na sequência desse evento. Indica que teve de começar a trabalhar muito cedo, com 12 anos de idade. Acalenta o sonho de voltar a estudar e fazer faculdade em engenharia da construção civil. Reside na Cidade de Santa Maria-DF, vive em união de fato e tem quatro filhos. Já teve outras atividades profissionais antes de se tornar catadora, trabalho que faz há cerca de cinco anos.

Raimunda: Contar minha história... fui carroceira, até o cavalo chora (risos). É triste. Muito triste. É. Ah minhas condições de vida é muito triste.

[Ser catadora] *Ah, prá mim é bom. Eu gosto. Eu gosto de trabalhar e eu sei que eu tô fazendo algo, tô contribuindo prá algo também. Tô tirando muitas coisas que é prá tá aí entupindo bueiro, que é prá tá sujando, até mesmo tá acumulando lixo, inseto. Tô reciclando e tô ganhando meu dinheiro. Eu acho que tô fazendo uma boa contribuição.*

(...) Trabalhava na empresa fichada, as empresas não tem assim aquela firmeza de manter a gente. Qualquer motivo manda embora. Fiquei desempregada, aí foi onde encontrei um meio prá tirar pelo menos um dinheiro pro sustento de casa. Foi espontâneo. Espontaneamente e por necessidade. Porque estava desempregada. (...) Assim, eu não

acho ruim. Eu só acho ruim o que o lugar oferece prá gente. Não é bem estruturado. (...) Já fiquei 1 mês e 20, 26 dias fora daqui. Arrumei um trabalho da antiga empresa que eu trabalhava, me chamou prá trabalhar e não deu certo lá o contrato deles, ele dispensou eu e as outras pessoas que tava, eu voltei prá cá de novo. (...) Pelo menos prá salvar o pão de cada dia pros meus filhos e não precisar pegar nada prá ninguém. Por isso que eu acho digno. Eu acho.

(...) E eu posso tá aqui de olho nos meus filhos, eu sei onde que eles tá. Eu não acho vergonha trabalhar de nada. Eu acho vergonha se for roubar. Eu não importo de que, eu quero é trabalhar. Mas, eu preferia trabalhar aqui. Sabia? Porque aqui não é assim, eu não me vejo como menor pessoa em mim do que quem limpa lá chão, do que quem é... faz um trabalho qualquer. (...) Ah antes de eu sair daqui e ir prá essa empresa eu via assim uma condição assim desumana. Assim por tá no lixo né, dependendo daquilo e tudo mas aí depois, depois que eu fui prá lá, trabalhei, me esforcei do mesmo jeito que eu me esforço aqui. Não é assim tipo, valorizada, vamos supor. (...) E aqui, não tem ninguém prá me desvalorizar. Me valoriza porque se me aceitou até de volta é porque me valoriza e eu trabalho direito.

Joana, a mais velha das catadoras entrevistadas, está com 50 anos. É natural da cidade de Pedro Segundo, Piauí-PI. Estudou apenas até à 4ª Série e relata que nunca teve interesse pelos estudos. Começou a trabalhar cedo, com 12 anos de idade, casou e teve sete filhos, tendo três falecidos. Reside no Gama-DF, é casada, uma filha e um neto vivem com ela. Já teve outras atividades profissionais antes de se tornar catadora, trabalho que faz há seis anos.

Eu acho que é só o trabalho mesmo. Tem muita gente que implica né, mas com a continuação eles se acostumam. Prá mim é muito importante. (...) Ah eu gosto né. Ser catadora é prá mim, prá mim que não estudei eu acho que é um bom emprego prá mim. Não é coisa boa demais não, mas a gente enfrenta né.

(...) o que me levou pro trabalho de catação é que eu preferi esse emprego mesmo né. Eu não tinha um bom estudo prá conseguir outro emprego. Aí achei melhor partir prá este mesmo. É muitas coisas prá gente fazer mas é mais fácil. É muito sofrido também. Mas tá na gente enfrentar. (...) quando eu cheguei aqui, que eu sou do Piauí né, quando eu cheguei aqui, precisei de procurar uma vida mais melhor né. Aí cheguei aqui não tinha outra coisa, muito serviço prá fazer, mas como meu estudo era pouco, aí corri prá este daí. Aí comecei a trabalhar primeiro na reciclagem. Trabalhei produção, ganhava bem. E aí depois disso tudo enfrentei minha vida e ainda hoje tô ainda. Já tem mais de 5 anos que eu trabalho. (...) Cheguei, cuidei, meu primeiro serviço foi cuidar de criança aí não deu. Só passei 2 anos aí, as criança dava muito trabalho, era muita responsabilidade né. Aí eu achei melhor partir prá catação. É muito bom. (...) Aí me acostumei tanto com este emprego que eu tem vez que me dá até vontade de eu parar né. Mas é o emprego mesmo que eu sempre acho mais fácil de eu fazer né porque de faxina eu não dou conta em casa

assim das pessoas. Sei que eu acho mas eu não gosto de trabalhar de faxineira não. Não dou conta do serviço não.

Ah eu, é bom né. Pró mim graças a Deus, prá mim é tudo bom graças a Deus. Não sei. (...) Eu acho que eu saindo desse serviço aqui eu acho que eu vou me aquietar. Já trabalhei demais né. Vou dar um tempo, me aquietar. Meus filhos já tão tudo criado. Tão começando trabalhar. Eu mesmo tenho minha filha aqui, agora tá fazendo faculdade. E eu trabalho porque eu gosto de ajudar também em casa né.

Diante de uma profissão comumente considerada como altamente precária, situação que tivemos a oportunidade de demoradamente observar, é de salientar, no entanto, que a perspectiva apresentada por estas mulheres trabalhadoras na catação é apresentada como uma profissão como qualquer outra, encarada como um modo de sustento e, não obstante as dificuldades, de um modo geral é por elas considerada como importante.

Importante em vários sentidos. O primeiro e mais marcante parece residir, precisamente, na garantia do sustento pessoal e familiar; o segundo, revela-se na imagem positiva que projetam de si próprias e do trabalho que desenvolvem em contraponto à imagem estigmatizada que a sociedade, de um modo geral, parece apresentar em relação àqueles que trabalham com o lixo. Como refere Miura (2004, p. 13), sentem a sua ocupação “como fonte de dignidade, sim, e modo legítimo de se obter renda, uma vez que conseguem dessa maneira se inserir como trabalhadores, diferenciando-se de mendigos e vadios”.

Tal como em qualquer profissão, são vários os fatores (interno/externo; positivo/negativo) que contribuem para o direcionamento profissional de qualquer cidadão, seja para a mais alta profissão, seja para a mais humilde. Alguns relatos são precisos e retratam convergências com muitas informações produzidas noutros estudos. O principal motivo destacado pelas entrevistadas para iniciarem o trabalho de catação é o desemprego ou as dificuldades em arranjar trabalho, situações que surgem verbalizadas como falta de opção (Miura (2004) e Medeiros e Macêdo (2006) referem idêntica situação).

Contudo, muito embora seja esse o mais referido, foi possível alcançar que a não adaptação em outras profissões detém enorme peso no ato de iniciar a procura pela profissão de catadora. Percebe-se ainda, tanto na leitura dos relatos como nas observações *in loco*, que a flexibilidade (entram e saem quando querem) que têm no ambiente ocupacional é fator também determinante. Atrela-se a tudo isso, a questão da escolaridade deficiente (baixo nível escolar) que reprime, segundo os relatos, a iniciativa em procurar qualquer outra profissão. O que está de acordo com Medeiros e Macêdo

(2006, p. 67) ao referirem que “a baixa escolaridade também está associada à auto-imagem que os catadores fazem de sua profissão e posição social. Muitos catadores associam a falta de estudos à condição de ter que viver do trabalho de catação”.

Em que pese reconhecerem que seja uma profissão penosa, ainda assim, expressam gostar da profissão, revelam orgulho em fazer bem a sua atividade, havendo quem demonstre sentir-se valorizada no contexto de trabalho. Ainda, é salientada uma consciência ambiental e ecológica relatada como dignificante da ação desenvolvida.

As catadoras relatam as dificuldades sentidas, quer aquando do início da profissão, quer na atualidade.

São referidas as péssimas condições de trabalho, quer no que respeita à ação concreta do seu desempenho, quer no que respeita à estrutura física precária dentro da cooperativa. Salientam, também as dificuldades em lidar/acostumar com a seleção de resíduos, uma vez que a coleta seletiva é precária e permite que todo o tipo de resíduo seja misturado aos seletivos antes de chegar à cooperativa. Vejamos a partir dos relatos abaixo:

Severina: No início foi um pouquinho difícil né. Quando eu cheguei que eu abri o bag prá mim colocar as coisas prá eu reciclar o lixo eu pegava era assim de longe, tampando o nariz (risos). [Agora] não acho difícil, não, é fácil. Muito fácil que eu já acostumei.

Josefa: Quando tinha chuva tinha que parar de reciclar. (...) tem que usar protetor, tem que usar chapéu por causa do sol né e é dificuldade também porque carregar no carrinho é meio difícil e é muito papelão. É bem difícil, mas deu pra levar né?

Antônia: As dificuldades são muitas. Como catador a dificuldade é trabalhar no sol, na chuva, não tem estrutura, você junta o material e vem alguém a noite e rouba, aí você passa o dia todo catando e vem alguém e leva, aí você tem que começar tudo de novo no outro dia, não tem recurso de nenhum lugar, a gente não paga INSS, não tem tempo pra nada, não tem tempo pra estudar, você já chega em casa tão exausta que não consegue pensar em estudar, não consegue pensar em fazer uma caminhada porque seu corpo já tá tão exausto (...) então assim, a dificuldade do catador é essa, é não ter nenhum tipo de incentivo, você é tipo a escória do mundo, as pessoas não te olha com bons olhos, você passa as pessoas as vezes fala que tá fedendo e acaba tendo uma rejeição da população, apesar de ser um serviço tão digno quanto qualquer outro.

Raimunda: não me senti nem bem nem mal. (...) Eu só acho ruim o que o lugar oferece prá gente. Não é bem estruturado. (...) O lixo não vem totalmente reciclado, muito orgânico. Vem muita sujeira que não é prá ser reciclável. (...) Mas assim, prá trabalhar nem me importei muito, mas assim as condições de trabalho é que foi ruim.

Joana: Ah. É horrível. É horrível. Como eu falei é no sol, debaixo de sol, quando é chuva é chuva, lama e também por causa do material que não vem totalmente reciclado. As condições é muito ruim por causa disso. E também essa questão de receber né, porque a gente sofre tanto e ganha pouco.

Contudo, mesmo com todas as adversidades ao longo da vida ocupacional da catação, tais entrevistadas não deixaram de exercer o ofício da catação desde que o iniciaram. Há referência a pequenas pausas e interrupções mas logo retornam para a cooperativa.

Antônia: Depois que eu comecei não, tem 10 anos que eu parei de fazer unha e tô nessa (...) Depois que eu comecei, nunca deixei.

Josefa: Não, nunca deixei. Comecei e não parei, estou procurando que se eu tivesse outra reciclagem que tivesse, fosse um trabalho que fosse tratado com dignidade mas por enquanto eu moro aqui, tenho que ficar aqui.

Joana: (...) Durante os 5 anos eu trabalho direto só com isso mesmo.”

As breves interrupções foram apontadas como tentativa de desenvolver outra atividade que permitisse obter maior renda, contudo a não adaptação a outro tipo de trabalho fez com que se desse o regresso à atividade da catação – de certa forma entendido como vantajoso, por ser desenvolvido perto de casa e permitir, ao mesmo tempo, garantir renda e cuidar dos filhos.

Raimunda: Já fiquei 1 mês e 20, 26 dias fora daqui (...) não deu certo lá o contrato deles, ele dispensou eu e as outras pessoas que tava, eu voltei prá cá de novo. Por isso que eu falo que empresa hoje em dia não tá dando. Eu acho melhor eu tá aqui que tem um emprego constante né. (...) Eu saí porque eu cheguei na Vilani e falei que como eu estava, todo mundo tá chegando pouco, porque não tava tendo o reciclável, aí eu tava com muita conta de luz e de água atrasada e como surgiu essa oportunidade deles me chamarem, volta, eu aceitei por isso. Com a intenção de colocar as minhas dívidas em dia porque o dinheiro que eu estava ganhando não tava dando prá eu suprir as minhas necessidades. (...) Porque eu acho bom que é pertinho de casa também. E eu posso tá aqui de olho nos meus filhos, eu sei onde que eles tá. Eles sabe que eu to aqui então dá aquela certa segurança de saber que eu to aqui perto né. Não to longe de casa.

Como se percebe, trata-se de profissão altamente vulnerável, sendo quase impossível que as catadoras não sofram constrangimentos decorrentes de fatores diversos. Os relatos obtidos demonstram que a vida na catação é um mundo de sofrimento, é penoso desde o sagrado repouso para refeição, até o momento de receber o salário (que chega até ser abaixo do mínimo) após um mês de catação. Há ainda, em

grande parte dos relatos referência a preconceito dos moradores vizinhos à cooperativa.

Antônia: (...) quando tá na chuva é mofando, trabalha dentro da lama e ainda vem os povo próprio da comunidade toca fogo, xinga, tem gente que para pra xingar, pra tirar foto, pra constranger mesmo o catador, o catador é meio que um nada né?

Josefa: Ó a lixeira, ó lixeira muita gente na rua também chamava de lixeira, muito constrangimento já tive, muito. Até aqui dentro também já tive. (...) quem tem que arrastar os nossos bag somos nós e é tão difícil arrastar bag de ferro porque pesa né. É difícil porque pesa e agora de agora em diante o bag de lixo que é rejeito nós que temos que arrastar os nossos bag lá dentro do caçamba. E é muito pesado pra mulher pegar. É muito pesado isso é um constrangimento. (...).

Raimunda: Aqui dentro não, mas, assim, da vizinhança já. A gente tava reciclando aqui, aí o rapaz soltou as piadinhas no local que a gente tava trabalhando. Que aqui tava juntando mosquito da dengue, que aqui fedia, que aqui tava fedendo a casa deles, que não sei o quê. É um constrangimento prá gente de saber que a gente tá aqui por necessidade e as pessoas não vê que aquilo ali tá alimentando a nossa família e ajudando até mesmo a eles, aí passando constrangimento, falar que a gente tá no meio da sujeira, no meio não sei de quê, não sei de quê. Coisas assim que eles falam. Não é todos, muitos vê aqui como um, valoriza né, com o que tiver fazendo algo prá natureza. Outros faz é desprezar mesmo o trabalho da gente.

Além dos constrangimentos vivenciados pelas catadoras (e pelos catadores, como pudemos testemunhar e perceber ao longo da observação) no decurso do desempenho da sua atividade, desde a instalação da Cooperativa que os moradores de imediato refutaram a permanência da cooperativa no local, por vários fatores, dentre, pelas instalações físicas inadequadas, pelo acúmulo de lixo e receio de proliferação de doenças, pelo agrupamento de pessoas que adentravam na cooperativa para consumir drogas, álcool etc. Registavam-se frequentes atitudes preconceituosas para com os catadores e as catadoras. Com o passar do tempo a comunidade passou a olhar com mais cautela para esses trabalhadores, mas, mesmo assim, não podemos afirmar que os constrangimentos, preconceitos, rotulações, pertencem ao passado, ainda ocorrem situações de desrespeito perante tais profissionais da catação.

Antônia: (...) a metade aceita, a metade adora a gente e a metade odeia (...) A gente é amado e odiado ao mesmo tempo (...) então a sociedade a metade reconhece que é digno, que a gente tá aqui limpando, que poderia tá indo pros rios, pra natureza e a metade acha que isso aqui é ridículo, que é feio de ver, que tá enfeando a cidade, que tá sujo, que é lixo, eles não vê que é material reciclável, eles vê como um lixo, e a dificuldade é essa, a sociedade não enxerga a gente como deveria enxergar, não

incentiva, pelo contrário, bota os filhos aqui dentro pra brincar como se fosse um parque, pelo menos o pessoal daqui próximo né (...).

Josefa: (...) eles já fizeram abaixo assinado pra tirar a gente daqui né. Pros malandros que às vezes dormia aqui, aqui dentro, que fumava aqui e usava aqui esse lixão quando era lixão então isso tá incomodando eles. Tá entendendo? Tá incomodando eles, porque aqui isso era lixão e eles usava tudo aqui era usuário vinha aqui, entrava naquele (...) É por causa aqui era o lugar dos usuários usar drogas. (...) eles faz abaixo assinado pra tirar. É isso que é a convivência.

Severina: Ah os moradores no começo eles enchia o saco. Falando que isso aqui tinha que fechar...

Raimunda: É comunidade que não tá sendo muito boa (...). Fica olhando, fica com desprezo, né. Olha a gente com desprezo. Por trabalhar aqui dentro.

Joana: Teve uns que já reclamaram muito né. Mas com a continuação eles começaram a entender...

De acordo com Miura (2004, p. 38), os catadores já têm uma atividade que é problemática, trabalhando “sem condições de segurança, comem do lixo, puxam carrinhos pesados (...) ainda sofrem com a discriminação, o preconceito, que também levam ao padecimento. A autora chama a atenção para a conotação negativa que o lixo tem, como aquilo que “é jogado fora, gera asco, é sujo, é pernicioso à saúde, é sofrimento, gera discriminação e preconceito” (p. 38).

Preconceitos e estereótipos acompanham a exclusão/inclusão e as injustiças feitas ao que se encontra excluído (ou ao seu grupo) aparecem legitimadas pelo próprio estereótipo que as alimenta. As representações sociais construídas a propósitos dos catadores fundam-se em características negativas sendo assumidas por uma larga maioria de pessoas sem as confrontar com a realidade formando, assim, uma ideia negativa sobre os catadores e desenvolvendo, em relação a eles, uma ação discriminatória (Miura, 2004).

4.2. Percepção quanto às condições de trabalho

Na sequência do anteriormente exposto, cabe salientar algumas percepções das catadoras quanto a algumas dimensões da sua vida profissional e pessoal bem como destacar alguns comportamentos de risco que, consciente ou inconscientemente, poderão desenvolver. São aspetos de total importância para o entendimento mais ampliado dos cenários da catação de recicláveis/reutilizáveis, considerando que os

fatores de risco não reportam somente ao mundo do trabalho, vários outros fatores de riscos gravitam associados ao grupo de catadores, em geral, e em particular destas catadoras.

Começamos por abordar a percepção que as catadoras têm sobre as suas atuais condições laborais. Percebe-se claramente que há contradições nos relatos, num momento afirmam que as condições “são boas”, mas, no decurso da conversa, mesmo que sem se aperceberem, confessam: que a jornada de trabalho é superior a 10h diárias; que almoçam ao lado dos resíduos; que as condições sanitárias são ruins – não têm banheiro decente; que não tem vestiário; que trabalham muito tempo em pé; que trabalham expostas ao sol e chuva sem proteção alguma; que não possuem muitos itens importantes de segurança do trabalho, Equipamento de Proteção Individual – EPI; que se expõem ao contato com todo tipo de resíduos (ex.: hospitalares; orgânicos, etc.).

De tudo, sem grande margem para dúvidas, entende-se, como destacam:

Severina: (...) as condições ocupacionais não são boas. (...) eu quero é melhora, eu quero que vire uma fábrica boa, todo mundo fichado, murado. (...) tudo organizadinho, a gente com uniforme, com crachá. (...) Ter hora de entrar, ter hora de sair, entendeu? Eu quero é melhora. Água, luz, tudinho (...).

Josefa: (...) vem muito lixo orgânico. Eles entregava a coleta mas vinha muito orgânico tipo, vinha animal morto, vinha seringa no lixo e isso não pode acontecer vir seringa com agulha, tá entendendo? (...) muita fralda e isso não pode vim (...) E eu queria que assim que melhorasse viesse um lixo reciclável. (...) Nós tamo trabalhando com as condições de trabalho não tá muito boa porque tá vindo muito lixo orgânico. E tipo, ter uma bota, ter uniforme decente. Tipo melhorar a situação que a gente trabalha dentro da lama, dentro da água. Coamos o lixo dentro da água assim, as vezes o lixo fica dentro da água assim. (...) Queria que tivesse uma proteção uma cobertura pra gente se proteger do sol. Tirasse a gente de dentro dessa água dessa lama que a gente trabalha dentro da lama, tá entendendo? Não temos bota, a gente acha bota dentro do lixo pra calçar. Nós nunca ganhamos bota aqui, nunca ganhamos meia.

Raimunda: Ah antes de eu sair daqui e ir prá essa empresa eu via assim uma condição assim desumana. Assim por tá no lixo né, dependendo daquilo e tudo mas aí depois, depois que eu fui prá lá, trabalhei, me esforcei do mesmo jeito que eu me esforço aqui.

Joana: É bom porque a gente trabalha por produção né. (...) Tem semana que eu trabalho aqui em embaixo só na produção, aí eu tenho mais um tempo prá mim sentar, prá mim esfriar mais a cabeça um pouco né. Que é um sol muito grande mesmo quem trabalha no meio do sol. Aí tem semana que eu vou ali prá bancada trabalhar lá separando só que lá ela me paga por diária. Não é como aqui não, por produção aqui embaixo. Lá é por diária. Ela me paga quando tem muito material lá prá separar aí ela tem que me botar prá lá né. Só que lá não é produção.”

A jornada de trabalho adequada é um direito de qualquer trabalhador, exigir ou mesmo permitir que haja deturpação dessa jornada compromete a saúde do trabalhador/a. A lei trabalhista é clara nessa preservação da adequabilidade da jornada de trabalho específica para cada profissão. Imaginemos só todo o contexto de precariedade das condições laborais que diariamente estão submetidos os/as

trabalhadores/as da catação, aliado a uma possível jornada de trabalho superior ao previsto em norma; o resultado é certo e danoso, cedo ou tarde chegará a conta.

A jornada de trabalho pelo que podemos comprovar gira em torno de 11h ou 12h de trabalho diário, retirando-se 1h para almoço e seja a entrada às 8h ou 9h, temos de 10h a 11h de trabalho diário. Ademais, verificou-se que muitos catadores e catadoras trabalham de segunda a sábado (geralmente os que residem perto da cooperativa), fato que pudemos constatar ao visitar a Cooperativa ao sábado e encontramos as catadoras em plena atividade.

Josefa: Aqui é o dia todo. O dia todo. Chega de manhã só vai embora de noite. Eu às vezes fico até 8 horas da noite. Quando é horário de verão aí é a hora que tá escuro. E quando é horário de inverno o horário normal é até 6 horas. É de segunda a sábado.

Severina: Eu entro aqui 8 horas e saio daqui 5 da tarde. É o horário né. Às vezes eu saio uma 6 e meia, até 7 hora da noite, entendeu? Mais do que isso eu não fico não. Mas o que eu saio mais é 5 hora, 5 e meia, entendeu? Mas se eu pudesse eu ficava era a noite toda (risos) entendeu? Segunda a sábado. Segunda à sexta eu gosto de trabalhar, mas no sábado eu venho prá adiantar na segunda-feira né.

Raimunda: Eu trabalho de segunda a sábado e eu cheguei aqui por volta de 8, 9 horas, saio daqui por volta de 5, 6 horas da noite, 6 e meia no máximo. O mês inteiro.”

Buscou-se obter informações que pudessem levar a compreender a intensidade dos esforços físicos durante a jornada de trabalho de uma profissão que se poderia esperar altamente masculinizada pela natureza de certas tarefas a desenvolver.

Foi possível perceber que os esforços físicos são praticamente os mesmo tanto para homens como para mulheres. As catadoras submetem-se às mesmas rotinas laborais dos homens, chegam a carregar os sacos (*big bag*) com pesos variados de mais de 30kg e com todo o tipo de material, de um lado para o outro, registrando-se que uma vez ou outra conseguem ajuda dos homens para deslocamento. Os *big bags* são arrastados manualmente por mais de 15 metros até ao ponto onde serão abertos ou até aos equipamentos e/ou máquinas para serem enfardados, triturados ou apenas armazenados.

Todos os relatos das entrevistas foram claros na questão de que há muito esforço físico na rotina laboral, seja homem ou mulher. Tais esforços não são seletivos, independem de sexo. Cabe pontuar, que os intensos esforços representam maior produção o que aumenta um pouco a renda. Vejamos abaixo os relatos:

Antônia: Ó, força a gente faz muito esforço. Primeiro pra puxar os bag de lixo pra não... então o lixo é o que é mais pesado. E o reciclável que a gente puxa pra balança e algumas vezes a gente prefere a gente mesmo colocar o papelão dentro do container, apesar da cooperativa ceder um funcionário, paga um funcionário pra fazer essa parte pesada pra gente, só que as vezes eles faltam, faltam bem no dia da gente vender, então a gente mesmo se submete a encher a caçamba de papelão. (...) o sol castiga demais, faz

com que o corpo da gente fique mais cansado (...) então arrasta bag pra lá e pra cá, eles pesa em torno de 30kg cada, e o ferro, quando é bag de ferro é muito difícil (...) a gente pede ajuda de outro, pede ajuda de um companheiro homem e aí um puxa o coisa do outro (...) o esforço é o tempo todo, o tempo todo a gente faz esforço, o tempo todo é cansativo (...).

Josefa: Ixe. O esforço físico muito muito muito esforço. Esforço é da onde você não tem mais gota pra colocar. É grande. É a mesma proporção. Porque você arrasta aqui e vê os homem arrasta. Você é a mesma proporção. Você limpa igual os homem limpa. Você arrasta os bag pesado igual os homem arrasta. Então é a mesma proporção. Não tem diferença dos homem pras mulher.

Severina: Nossa eu coloco muita força. Muito já puxei bag mas eu não tenho nada que reclamar. De vez em quando a gente não quer mandar a gente pega e faz né. (...) Claro às vezes quando o menino trabalha aqui sozinho, aí quando ele tá levando a gente ajuda levar também né.

Raimunda: Ah é muito grande. A gente tem que ficar abaixando e levantando. Aí depois ainda vem arrastando as coisas de lá debaixo nesses buracão aí que tem aí. Esses morrinho aí que tem aí. E os bag são pesado e a gente arrasta eles. Trás ferro. É os ferros a gente é que trás. Essas portona mesmo de carro. Ontem mesmo quem trouxe foi eu e uma senhora. Eu ajudei ela e ela me ajudou. Aí é um esforço físico muito grande. Eu venho porque eu preciso. A gente arrasta os bag cheio de material quando o menino não pode ajudar e os ferro a gente arrasta prá pesar. Até o trator prá derramar uns prá gente foi a maior dificuldade. E é um trator né. Imagina um ser humano. Não, as condições de trabalho aqui é degradante. É difícil. Sinceramente só trabalha, a gente só trabalha aqui porque é necessidade mesmo. Porque a gente não tá tendo opção de trabalho mas aqui se melhorasse, eu mesmo por ser perto de casa, isso aqui melhorasse e desse prá ganhar mais, pelo menos que a gente tirasse um salário mínimo por mês, ai, eu ia achar bom demais.

Joana: Prá nós que trabalha por produção né, quanto mais a gente se esforça mais a gente ganha. Se escora mais um pouco a gente já diminui muito na produção. A noite mesmo quando a gente chega em casa, tem que tomar um remédio prá dormir um pouquinho mais melhor né. Fica com o corpo todo doído, que passa o dia se abaixando né, se levantando né. É assim, aí tem que tomar um remédio prá poder dormir. Sente muita dor mesmo. Dor nas pernas, nos braço. Às vez até dor de cabeça a gente sente muito.

Em decorrência dos relatos e constatações *in loco*, pode-se vários fatores ensejam para o surgimento e/ou agravamento da saúde do/a catador/a. A rotina intensa de esforços físicos repetitivos aliada a um contexto ocupacional inadequado em vários segmentos, contribui indubitavelmente para danificação da saúde. Podemos ver no que se segue, dentre, alguns fatores que comprometem a saúde.

Relativamente às questões de saúde e segurança no ambiente de trabalho, a utilização de EPI é de suma importância para a salubridade pessoal e laboral. Muitos fatores interferem na dinâmica em que se dá o seu uso, sendo a sensibilização um dos primeiros passos para que se dê a sua plena adoção pelos/as trabalhadores/as. Os danos que resultam da não utilização de tais equipamentos repercutem-se com extrema agressividade na vida pessoal de trabalhadores/as, comprometendo seriamente a sua saúde e originando acidentes de trabalho que podem ter consequências prolongadas e

permanentes. A negligência que se pode em muitos momentos observar no meio ambiente de trabalho, se dá tanto da parte de trabalhador/a como do empregador.

Após levantamento de dados junto aos sujeitos da pesquisa, as catadoras (e observado no que respeita aos catadores), bem como, o informado pela própria Cooperativa (aqui entendida como empregador, embora se trate de uma cooperativa), e tendo como parâmetro a relação constante no Apêndice VI que trata da Lista de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para serem utilizados por todos os trabalhadores da produção quando da triagem de resíduos sólidos, a partir do que a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) tecnicamente chancela a respeito da saúde e segurança no meio ambiente do trabalho da catação, constatou-se a adoção por parte das catadoras e dos catadores somente dos seguintes EPI: botas, luvas, camiseta.

Cabe pontuar, não é unânime que o uso de bota, luva e camiseta sejam rigorosamente adotados, infelizmente o que se detectou foi que não são todos os trabalhadores nem todas as entrevistadas que usam botas, luvas ou camiseta; por vezes usam um e não outro e, ainda, foi possível perceber que o uso desses tais somente três EPI depende até mesmo de serem encontrados nos resíduos para que sejam reaproveitados por cada catadora e catador. Vejamos alguns comentários das entrevistadas:

Josefa: (...) a gente não ganha bota (...) não tem bota, só é mesmo a luva, não tem uniforme, não tem nada. Não temos bota, a gente acha bota dentro do lixo pra calçar. Nós nunca ganhamos bota aqui, nunca ganhamos meia.

Severina: Com certeza a gente usa bota, a gente luva (...)a máscara não consigo até hoje.

Raimunda: Não tenho luva. Bota eu tenho que eu achei por aí que eu não ganhei bota aqui da cooperativa. Uniforme eu tenho que ela me deu. Ela deu a blusa. A calça é por conta própria. Na catação o que a gente acha que serve, tá limpa, leva prá casa, lava e vem e coloca prá trabalhar.

Pelo que podemos constatar a partir das visitas *in loco*, bem como do que foi revelado nas entrevistas, as condições de saúde e segurança dos trabalhadores da cooperativa são ainda bastante precárias apesar do inicial apoio do programa de coleta seletiva. Bem verdade que atividade remete ao EPI específico para cada atividade, infelizmente nem sempre será possível possuir todos os EPI, mas, pelo constatamos, a situação desses trabalhadores requiere extrema atenção no que respeita à adoção da utilização dos EPI.

Na catação na rua (que é diferente da catação em cooperativa) nem mesmo se observa esses três EPI (bota, luva e camiseta). A catação em cooperativa melhorou, assim, em alguns aspectos mas ainda carrega precariedades ao não dispor de outros

itens de segurança, tais como, máscara, óculos, protetor solar, calça, avental, etc.

Relativamente a esta questão a perspectiva da Presidenta da Cooperativa parece ser meramente economicista:

Presidenta: A tenda que tinha era aquela ali, o vento veio, primeira tempestade levou, gastamos 3mil reais pra botar ela em pé de novo, com 15 dias depois ela caiu em cima de um cooperado e quase matou. (...)

Aqui com muito sacrifício a gente compra luva, mas não pode nem comprar uma bota porque não tem como ainda comprar bota pra todo mundo, porque a bota deles eles acha no lixo mesmo (...) Teve uma pessoa que cortou o pé, mas não era catador (...).

De tudo que vimos, podemos citar que é altamente o risco de desenvolvimento de doenças respiratórias e/ou dermatoses por contato com poeiras e ou particulados, poeira de vidro e gases em suspensão no beneficiamento do isopor. Ademais, de queimadura e/ou sensibilidade dermatológica por presença de resíduos nas embalagens plásticas; e de desenvolvimento de doenças ocasionadas por metais pesados presentes em equipamentos eletroeletrônicos e lâmpadas fluorescentes.

Questão que se prende com o manuseio de objetos perigosos à saúde. A existência de objetos perigosos juntamente com os resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis da coleta seletiva ainda é um enorme problema a ser diuturnamente mitigado/resolvido (e não será de um dia para o outro que teremos todos os tipos de resíduos geridos da melhor forma). A deficiência do programa coleta seletiva que destina tais resíduos às cooperativas de reciclagem é visivelmente presente no cotidiano da catação, quando se nota a presença de todo e qualquer tipo de resíduo juntamente ao que deveria ser seletivo. Além de se perceber a partir das narrativas das entrevistadas, *in loco* foi observado nas montanhas de resíduos a total mistura de todo e qualquer tipo de resíduo: lixo orgânico, hospitalar; construção civil; caco de vidro; animal em decomposição, são alguns exemplos. Eis alguns relatos traduzindo essas constatações:

Antônia: Sim, dependendo do local que vem a coleta, quando é na central, quando eles fazem a coleta da central, geralmente tem hospitais, clínicas, de dentista, essas coisas, não hospital público, mas quando tem alguma clínica particular, eles costumam colocar. Então tem gente que faz hemodiálise em casa, na residência, e aí coloca muito material de diálise, muito. Então vem muita seringa, vem muita bolsa com aquela troca lá, vem muito vidro, vidro colocado de qualquer jeito, muito lâmpada, que deveria ter lugar de descarte (...) Se colocar um container só pra lâmpada pro pessoal da comunidade vim colocar, corre o risco de uma criança entrar e ficar brincando com isso, então a gente ainda não fez.

Josefa: Muito objetos perigosíssimos. Agulha, agulha descartável, agulha de hospital, material hospitalar vem com agulha. Tipo, animal morto já cheio de, já em decomposição. Vem animal morto, tipo, é papel com sangue. Sangue, já veio aquele tanto de sangue você sabe. Papel higiênico, nós mexe sacola, nós somos obrigados a rasgar sacola de papel higiênico. Nós somos obrigados. Por lei aqui a gente tem que rasgar pra aproveitar a sacola plástica. Pra aproveitar o saquinho, a sacola plástica. Eu

acho papel higiênico muito perigoso. Quando nos abre a sacola vem aquele cheiro, vindo assim no seu, na sua, no seu rosto.

Severina: Tem. Às vezes vem esse negócio de hospital só que a gente abre, só que eu abro ao contrário prá não vir aquele negócio no me rosto entendeu? Vem aqueles negócios numa garrafinha que fede, não sei que negócio é aquele, não sei se é gases. Mas graças a Deus nunca passei mal né. Vem seringa, vem cachorro morto, às vezes vem gato, mas isso a gente releva, eu nem abro só assim metadinha, enrolo, jogo prá lá.

Raimunda: Faca, agulha de injeção, garrafa de qualquer jeito, vidro quebrado de qualquer jeito, não é bem embalado e eu já furei meu dedo em agulha também. Contêm caco de vidro, então assim, não é nem culpa daqui é de quem separa lá primeiro e nem é culpa de quem cata também, dos pessoal que joga.

Todas as modalidades de recolha de informação permitem concluir que há, em grande intensidade, a existência de objetos perigosos à saúde das catadoras e catadores contidos nos resíduos destinados à cooperativa. A quantidade de resíduos entregues à cooperativa reflete enorme quantidade material não reciclável/reutilizável. Após catação, amontoa-se lixo e mais lixo (como citado anteriormente) sem teor seletivo. Os riscos à saúde e segurança de trabalhadores são absolutamente intensificados a partir do momento em que tais trabalhadores absorvem esses resíduos totalmente fora do padrão seletivo que deveriam receber, contribuindo para o acometimento de doenças diversas e para a ocorrência de acidentes.

As ocorrências de acidentes ocupacionais estão associados a vários fatores de riscos. Poderíamos enumerar uma lista extensa somente pela negligência que se dá pela ausência do uso de itens de segurança (EPI), exemplificando: ausência de luva – cortes por materiais perfurocortantes; ausência do protetor auditivo – perda auditiva; choques – ausência de luva e outros itens de segurança.

No que respeita a esta questão, ou vivido pessoalmente ou testemunhado em terceiros, constatou-se que algumas das trabalhadoras entrevistadas já sofreram algum tipo de acidente de trabalho ou presenciaram acidentes de trabalho com algum colega da catação.

Compulsando as informações decorrentes das entrevistas, vejamos abaixo, alguns relatos que citam a ocorrência de acidentes com perfurocortantes; além dos ergonômicos com referência às limitações e às dificuldades do trabalho de catação, que ensejam o ato de vergar o corpo para apanhar e mesmo empurrar compactando os resíduos nos sacos *big bag*:

Ocorrência Individual

Josefa: Já. Com o joelho muito tempo inflamado meus joelhos. Eu vinha trabalhar porque tinha que trabalhar.

Raimunda: Eu só furei só a minha mão uma vez com a agulha. Agora eu não sei o que tem no meu sangue né (risos). Eu não fiz exame. Eu não sei.

Ocorrência em terceiros

Antônia: Já. Uma cooperada que pisou no bag pra caber mais, era de papelão, na época a gente colocava o papelão dentro do bag, e aí ela subiu no bag e fiou pisando, na hora que ela foi sair do bag, ela quebrou o pé e até hoje ela tem sequela.

Josefa: Já. Minha colega quebrou foi o pé aqui dentro. Ficou mais de 6 meses afastada do trabalho e sem receber nada.

Severina: Já. Uma amiga minha que ela subiu em cima do bag e machucou o pé. Torceu o pé assim. Ficou uns 4 meses ou foi 5 fora daqui né. Depois ela voltou.

Raimunda: Já. A menina cortou a mão, o dedo aqui, quem foi cortou? Foi o Igor, cortou a mão.

Além dos acidentes que referimos, tais catadores/as estão sujeitos também: i) a esmagamento e/ou amputações das extremidades dos membros superiores por ausência de proteção de máquinas e equipamentos; ii) a acidentes ensejados da queda pela desorganização dos equipamentos e materiais que restringem a circulação na área e pela falta de sinalização de segurança e de guarda-corpo no fosso presente no início e fim das esteiras de separação; iii) a queimaduras devido a incêndios resultantes da fiação.

Ainda neste domínio, procuramos obter informações quanto à percepção dos/as catadores/as acerca do que pode contribuir para a ocorrência de acidentes ocupacionais, dado que consideramos que o desconhecimento os/as coloca ainda em situação de maior vulnerabilidade. Pelos relatos, mesmo não utilizando muitos itens de segurança obrigatórios (EPI) detectamos que as entrevistadas reconhecem muitos fatores de riscos à saúde e segurança laboral, inclusive os próprios responsáveis pela cooperativa. Mesmo assim, perduram condições precárias na rotina laboral e os/as catadores/as superam as adversidades ocupacionais com o que podem em cada situação específica.

Antônia: Poderia ser isso né? Os vidros, as seringas, embora não tenha acontecido aqui, a gente usa luva, mas... e a gente já tem esse cuidado. Como aqui eu mexo com coleta seletiva, mesmo que venha 50% de lixo, mesmo sendo lixo, ainda é menos do que seria no lixão, num lugar onde seria aterro sanitário (...) Como não tem maquinário, talvez o risco de acidente seja menor porque não temos máquina, a gente tem uma prensa que a cooperativa tem que contratar o preheiro porque ninguém tem, então já sai fora dos acidentes porque não são os cooperados que mexe com essa prensa, então não tem como, aqui não tem como ter acidente por isso. Só teve esse que foi, tipo, ela quis né? Eu falei "não entra dentro do bag, não faz isso porque é ruim" e ela é pesada, aí ela entrou e quebrou, mas foi realmente um acidente, esse aí não teve como prevenir, o que a gente pode é vir calçado, com bota fechada, quando ouvir o barulho do caminhão dando ré, sai de perto (...) Então aqui não tem trator, não tem caminhão fazendo esse fluxo, então é mais difícil um acidente de trabalho aqui.

Josefa: Muitos é tipo, subir em cima de bag pra socar o bag. Aí é a hora que o material tá alto aí sobe em cima do bag aí o pé vira e muita já quebrou o pé assim. E teve gente aqui que já pegou bactéria e ficou mal do intestino. Ficou mal mesmo. E teve gente que já pegou uma coceira no corpo. Eu já peguei e aquela morena ali já pegou também que ficou

coçando e empolou o corpo todinho. Ficou coçando e foi simplesmente a mulher mandou a gente embora pra casa porque ficou ruim a gente coçou e empolou o corpo todinho. Um coceira que só Deus na causa. Os pés muita gente já pegou coceira nos pés que ficou em carne viva.

Joana: Ah de acontecer, se não botar muito cuidado corre o risco né.”

Podemos inferir que as catadoras reconhecem a vulnerabilidade ocupacional por vários aspectos e que são alvos fáceis para o surgimento de doenças. Cedo ou tarde, dizem que tendem a sofrer doenças, pois estão laborando com RSU. Ademais, mesmo que seja resíduos sólidos provenientes – em tese - da coleta seletiva, tais resíduos são misturados com outros resíduos (orgânicos, hospitalares, animais mortos, etc), enfim, a coleta seletiva é falha e perigosamente submete os/as catadores/as a riscos à sua saúde e segurança. A propósito, no momento em que redigíamos este trabalho, tornou-se pública situação inusitada através de reportagem intitulada “Catador encontra feto em saco de lixo durante coleta seletiva de recicláveis”, postada em 28/09/2016 no sítio eletrônico Correio Brasiliense. Segundo a matéria:

“Na hora da triagem dos materiais, Nildo diz ter estranhado uma das embalagens. “Eram três sacos pretos, um dentro do outro, com amarração muito forte”, detalha. O catador trabalha com isso há 12 anos e disse nunca ter passado por uma situação como essas. Segundo ele, é comum encontrar cachorros ou gatos mortos, mas, ao rasgar o terceiro saco, teve contato com o pé do bebê. José contou, ainda, que a pele da vítima ainda estava clara, e parecia ter nascido poucas horas antes.”

Tentamos, ainda, conhecer a percepção das catadoras acerca de fatores que podem contribuir para a melhoria das condições de trabalho. Os relatos são devastadores e retratam a situação laboral à qual estão submetidas. É possível ver que são inúmeros os fatores reconhecidos acerca do que é preciso para resgatar salubridade laboral. Detalhes que perpassam desde ao nascimento da coleta seletiva (adequada) e vai até o carregamento do caminhão já com os materiais selecionados.

Pensar que as condições de trabalho saudáveis estão a cargo somente do próprio empregador ou do/a catador/a, é um pensamento individualista e altamente danoso para atingir uma laboralidade digna. Nós como cidadãos demandamos tais resíduos para a coleta seletiva de forma “selecionadamente” errada (misturamos todo tipo de resíduo aos recicláveis/reutilizáveis). Temos de seguida, os relatos que demonstram que o caminho carece de profundas melhorias:

Antônia: Primeira coisa seria a coleta ser seletiva, o catador talvez indo pra rua fazer a coleta, trazer só material bom. (...) se a coleta for seletiva de verdade ele não vai perder tempo tirando lixo do monte, então ele vai ter mais tempo pra separar somente o material que vai vim selecionado, então ele ganhando melhor ele pode ter o recurso pra pagar o INSS, que é o sonho de todo mundo aqui, que já tá todo mundo numa idade, que nunca

trabalhou fichado ou coisa assim, então não tem perspectiva, se adoecer passa fome, tem catador aqui que adoecer e passa fome, a gente fica aqui reunindo dinheiro, eles ficam vendendo roupa que eles acham aqui, entendeu? Vende as coisa dentro de casa, teve catador aqui que vendeu, comprou a máquina, passou um ano pagando e depois vendeu porque não tinha dinheiro, porque adoeceu (...) uma estrutura que é o sonho da gente ter um muro pra ninguém roubar a gente, o sonho é uma cobertura pra gente não pegar sol nem chuva, ter uma segurança aqui dentro, porque entra muito marginal, usuário, a gente tem medo, embora nunca usuário fez mal, mas segurança não tem nenhuma, já entraram e roubaram carro, roubaram tudo da gente aqui, então a gente tem muito medo. Já entraram e levaram celular... Que mais? É isso, acho que hoje em primeiro, primeira coisa seria a coleta ser seletiva, que aí sim, a gente não tá pedindo nada de mais, apenas pra trabalhar com material bom, que a comunidade teria que reconhecer isso, teria que separar, mas ao mesmo tempo quem separa põe lá na rua e aí o lixo convencional passa e leva, então acaba misturando tudo.

Josefa: Eu acho que melhores condições de trabalho é ter um galpão, pra nos proteger do sol. Ter trabalhar numa esteira e ter um material que a gente tá precisando de material reciclável pra gente trabalhar e pagar o nosso INSS porque nos tem segurança nenhuma pra gente aqui.

Raimunda: No caso melhoraria se o povo se conscientizasse, separasse o lixo seco, só seco, orgânico, fralda, cachorro, fralda geriátrica, é agulha, ficasse prá lá pro orgânico que não é reciclável, prá ir pro aterro sanitário. Se o governo fizesse alguma coisa, olhasse prá gente. E arrumasse tudinho né, e as condições financeiras também. Que não é boa. Melhorar a estrutura daqui, colocar mais não sei o que, uma cobertura prá gente. A gente ter um banheiro bem organizadinho. Ter um local prá gente se alimentar sem trazer de casa né. Mas aí eu como é céu aberto que não tem um local prá gente comer.

Após sistematização de toda a informação que se refere à dimensão das condições de trabalho, podemos inferir que estes catadores e catadoras sobrevivem laboralmente em condições ocupacionais diariamente adversas e danosas à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho. O próprio parâmetro internacional insculpido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011, *online*), afirma que o trabalho decente é definido por oportunidades de trabalho que ofereçam salário justo, bem como segurança no local de trabalho, proteção social para as famílias, melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para que as pessoas expressem as suas preocupações, organizem-se e participem das decisões que afetam suas vidas e, igualdade de oportunidade e tratamento para mulheres e homens. São essenciais na busca pela redução da pobreza e são meios de se alcançar um desenvolvimento sustentável equitativo e inclusivo.

Tais achados, relatados nas entrevistas e por nós demoradamente observados, revelam uma problemática já reconhecida em alguma literatura que se destina ao estudo do contexto do/a trabalhador/a catador/a. O Ipea é nítido nos seus estudos, a inclusão social dentro desse nicho é algo que merece aprofundamento e é objeto ainda perseguido, tamanha a complexidade que lhe está associada.

Medeiros e Macêdo (2006) consideram que mesmo com a CBO, o que se observa

é uma condição oposta, na qual o trabalho da catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Conforme estudos nessa pesquisa, o trabalhador catador é exposto a riscos à saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas, condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho, quanto na remuneração. Além disso, os catadores não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico. Já Gondim (2001), de forma mais programática, via projeção de possíveis medidas preventivas, diz que no âmbito da política e da gestão, amplia-se a responsabilidade das três esferas de governo na avaliação e gerenciamento do risco para a saúde, o meio ambiente e a segurança e cresce o número de grupos da sociedade civil interessados em participar e colaborar com o gerenciamento social do risco, possibilitando cada vez mais a politização de atividades de avaliação e gerenciamento.

4.3. Percepção quanto às condições de saúde e comportamentos de risco

Obter informações a respeito do estado de saúde do/a catador/a após início da profissão, é de extrema importância para a projeção de políticas públicas voltadas para a saúde dos/as trabalhadores/as da catação, que como temos vindo a ver se encontram expostos aos mais diversos fatores de riscos.

Pelos relatos, não restam dúvidas de que algo precisa ser feito em diversos segmentos do contexto ocupacional, tendo em vista a preservação da saúde do trabalhador. Uma simples dor nas pernas, ou no braço, na mão e por aí adiante, pode ensejar o agravamento e/ou surgimento de diversas outras enfermidades. O trabalho penoso compromete a saúde do/a catador/a. Tais relatos não constituem surpresa, não se esperava que viessem outros relatos, pois, confirmam o que expomos a respeito das condições inadequadas de trabalho. É bem possível que em caso de investigações médicas mais específicas em cada indivíduo, se viesse a detectar outras enfermidades.

Revelamos, de seguida, mais um conjunto de relatos na primeira pessoa, que ilustram o afetamento da saúde do/a catador/a.

Antônia: Eu, graças a Deus, tenho uma saúde boa, não tenho problema com a coleta, não tenho problema com a minha saúde não. (...) já vou pros 42, eu sinto assim, meu corpo já não tá com aquela mesma disposição, talvez os problemas que a gente enfrenta aqui faça com que meu corpo adoça, o médico disse isso, falou ó “a sua preocupação, você é muito ansiosa por conta do que você faz, então você precisa cuidar da sua cabeça pra que seu corpo não adoça, porque não tá adoecendo seu corpo, você não tem nada hoje, mas talvez a sua cabeça adoça seu corpo, porque você vive num stress muito grande”, (...) Eu sou uma pessoa extremamente estressada por conta disso aqui, eu vivia numa calma muito grande, eu tinha que fazer a unha, só fazia unha comigo quem gostava do meu serviço, então era muito fácil, quem tava fazendo comigo é porque gostava do jeito que eu fazia, então eu só tinha que fazer bem, ganhar meu dinheirinho e vim embora pra casa.

(...) eu já tive mais disposição, eu acordava pilhada, 6 horas da manhã, eu queria chegar primeiro que todo mundo. Hoje eu já sinto que não tenho mais esse pique, eu queria dormir até as 8h, mas 8 eu tenho que tá aqui, então eu já sinto que meu corpo já tá cobrando, talvez o esforço que seja aqui, o esforço físico (...) é dor muscular mesmo, eu tomo um remedinho, durmo e amanhã eu tô boa. E aí eu já percebo que de 1 ano pra cá eu já não fico boa com remedinho, o corpo já tá cansado mesmo.

Josefa: A minha saúde de vez em quando é isso que eu te falei. De vez em quando pega bactéria, fica vomitando, passa mal. Muito esgotamento físico, eu tô muito esgotamento físico e de vez em quando é bactéria que a gente contrai aqui, a gente vomita dá diarreia. Muita dor de cabeça que dá por causa do sol que a gente pega.

Raimunda: Eu só sinto dor no braço que depois que eu tô trabalhando devido ao esforço físico. Dor no braço, dor na região lombar que eu sinto muita dor. Fora isso, não sinto mais nada não.

As conversas mantidas foram apontando para um comprometimento da saúde em decorrência dos esforços físicos no ambiente de trabalho. Não há dúvidas que os esforços físicos que extrapolam as condições corporais individuais, e ainda, que não distinguem o fator sexo na atribuição de peso, sobremaneira compromete cedo ou tarde a saúde de qualquer pessoal, ainda mais, num trabalho desenvolvido rotineiramente e repetidamente como a catação. Vemos nos relatos abaixo o absoluto reconhecimento do estabelecimento de associação entre o comprometimento da saúde e os esforços físicos inadequados.

Josefa: (...) às vezes chega lá em cima tremendo, tremendo. E abala muito os nervo. Você fica tremendo. Não sei se é fraqueza, nós estamos muito... esgotamento físico. Esgotamento físico. E tipo a mulher, a mulher pode descer útero, pode comprometer útero porque dá muito força, pega muito peso, vejo muita mulher gritar aí isso aqui vai descer isso aqui tá demais. E é por aí. Assim dá quase assim uma fraqueza por causa do serviço que às vezes a gente acha pesado, às vezes a gente acha porque faz um pouquinho de força (...).

Raimunda: Tenho dor nesse braço aqui, no joelho e aqui nessa região lombar. Eu sinto muita dor."

Sem embargo de outras associações que se podem ser feitas, compulsando os relatos, podemos ver os possíveis riscos associados a processos biomecânicos, relacionados ao desenvolvimento de doenças músculo-esqueléticas (LER/DORT) e circulatórias em membros superiores, coluna vertebral e membros inferiores por levantamento e transporte manual de cargas pesadas (*big bags* e fardos), realização de tarefa em pé sem pausa para descanso, posturas inadequadas e movimentos repetitivos. Têm-se ainda a associação ao desenvolvimento de doenças e/ou agravos por exposição ao frio, calor e umidade no trabalho a céu aberto.

Quisemos conhecer, igualmente, quais as percepções acerca das suas condições de saúde antes de se tornarem catadoras. Constatou-se que consideram que a sua saúde era melhor do que atualmente, não apresentando tantas queixas.

Josefa: Muito boa. Muito boa. Nunca tive nenhum problema quando não era catadora. Nem uma dor de cabeça eu sentia. Ali ó. Tá vendo ali. É assim ó. As vezes vem num saco e nós somos obrigados a abrir o saco com ele dentro e tirar ele e aproveitar a sacolinha.

Raimunda: Antes eu não sentia dor não nas juntas não. Agora eu sinto. Por causa do esforço. Eu trabalhava antes e nunca senti não. E também acho que também a pressão minha tá aumentando, é menopausa, será que é o sol. Eu sinto assim um calor danado.”

Não referem diretamente que possuem doenças decorrentes da catação, mas dizem que podem algum dia serem acometidas por doenças. O fato de não falarem precisamente que possuem algum tipo de doença ou problema de saúde, não quer dizer que na realidade não a tenham, mas que não lhes foi diagnosticada. Como refere Joana:

Joana: (...) Que quem trabalha com o serviço aqui a gente corre qualquer risco né.”

Da mesma forma, demais entrevistadas consideram:

Josefa: Pode muito, pode muito. A gente trabalha porque a gente precisa né. (...) Ai sim, o lixo fosse só reciclável, aí a gente não tinha tanto risco. Mas do jeito que a gente trabalha aqui a gente corre muito perigo. (...) na condição que a gente trabalha aqui pegando papel higiênico, tirando animal morto de dentro da sacola e tendo que aproveitar a sacolinha. Então qualquer hora é hora de pegar uma bactéria. Porque eu acho que sacola de papel higiênico não deve ser aberta. Aqui exige que abra. E se a sacola tiver cheia de bicho, que tiver aqueles resíduo de comida que tiver velho há muito tempo, mesmo que tiver cheia de bicho você tem que abrir a sacola sacudir os bicho tudinho e tirar a sacola e botar lá dentro e aproveitar a sacola. Já peguei bactéria também que fiquei vomitando e intestinal também já peguei aqui.

Severina: É pode né, porque a gente mexe é fralda velha, é papel higiênico, tem muitas coisas fedorentas, entendeu? Comida azeda. Pode provocar mas até agora Deus não deixou provocar, graças a Deus. Até agora.

Raimunda: Assim, eu fico com medo. (...) De ser uma agulha que foi alguma aidético ou qualquer hepatite C. (...) é um risco que a gente corre todos os dias aqui. Um risco. (...) Mas aqui o que a gente mais dá medo aqui, no local de trabalho é a contaminação por agulha. E outra coisa. Papel higiênico também é contaminado. Dá prá contaminar. Porque você sabe que através daquele mau cheiro tem hepatite C né. Que ela é transmitida também pelo papel higiênico. Pelas fezes do indivíduo lá. E papel higiênico não é reciclável não. Não sei o que esse povo manda prá cá né. O povo é sem juízo, sem conscientização. Papel higiênico e fralda geriátrica. Você acredita que vem. Isso aí é o cúmulo do absurdo.

O surgimento de doenças decorrentes desse precário ambiente ocupacional, relatado nas entrevistas, podem ensejar ainda, doenças ocupacionais tais como: micoses, aparecendo mais frequentemente nas mãos e pés, onde as vestimentas colocadas umas sobre as outras estabelecem condições favoráveis para o desenvolvimento de microorganismos. Agrega-se ao tudo que vimos, os riscos ensejados por agentes biológicos, tais como: contrair doenças transmitidas por animais sinantrópicos devido ao empoçamento de água, à proliferação de insetos e roedores pelo acúmulo de resíduos orgânicos misturados ao material reciclável; riscos pelo contato com materiais provenientes de unidades hospitalares.

Depreende-se, do exposto, que cuidados adicionais são necessários no que respeita a matéria de cuidados de saúde. Assim, tentámos conhecer as perspectivas das entrevistadas quanto ao acesso aos serviços de saúde, rotinas médicas e imunização.

A cidade de Santa Maria-DF onde se encontra instalada a cooperativa, possui um Hospital de grande porte que atende várias especialidades e que fica a cerca de 8km de distância da cooperativa. Além disso, possui alguns postos de saúde, um deles, fica a quase 3km de distância da cooperativa. Ademais, o governo local possui alguns programas promoção, proteção e recuperação da saúde da população do DF (ex.: para o trabalhador; família; idoso etc).

O governo local no âmbito da Secretaria de Saúde (SE/GDF) criou o Núcleo do Trabalhador de Populações Vulneráveis (NTPV), projeto de iniciativa pública e privada que visa assegurar o direito a adequadas condições de trabalho e saúde para os catadores de lixo.

O Projeto Pró-Catador (programa federal) se insere na promoção da segurança e da saúde dos trabalhadores, bem como na prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças relacionadas a ele. As ações de promoção à saúde dos trabalhadores são realizadas diretamente junto ao público alvo.

Primeiramente é realizada visita ao local de trabalho dos catadores, onde o profissional da Secretaria de Saúde analisa quais são as condições de trabalho e quais os riscos a que o catador está exposto. Depois do levantamento de dados, a equipe do núcleo realiza reuniões intersetoriais que definem quais as estratégias de execução do projeto, sugerindo atividades atrativas de mobilização e de participação da comunidade. O que permanece sem se saber é como está a efetividade desses programas.

Pelo que se extrai dos relatos, tais trabalhadores/as sofrem do mesmo mal que a população em geral, quando da procura dos serviços de saúde: muita espera e um serviço público problemático. Não foi relatado nenhuma ação específica de prevenção da saúde do catador/a de qualquer que seja o programa. Por outro lado, o programa saúde da família vez ou outra faz visitas nas residências da comunidade. Tais catadoras dizem que costumam procurar os serviços de saúde pública, já que é impossível conseguir acesso aos serviços particulares de saúde. Vejamos abaixo, os relatos:

Antônia: Tem que morrer no hospital público né? (risos) Quando tem um exame urgente pra fazer, desconfio que tem alguma coisa muito séria, igual esse da mamografia que é quase uma obrigação da mulher fazer anual, depois dos 40, eu tive que pagar pra fazer, porque no hospital público eu fiz e demorou 1 ano e eu não tinha recebido, então quando eu fiz, com 41 eu falei: não, eu tenho que fazer particular, porque eu não recebi o resultado.

Josefa: Só é aqui um postinho aqui dessa Santa Maria que a gente vai.

Joana: Eu sempre vou. Eu não tenho plano de saúde não né, mas, eu sempre procuro as consultas prá eu ir. (...) tem o postinho de saúde. Sempre vou lá ver minha pressão.

Constata-se que as catadoras costumam procurar os serviços de saúde e por consequência, realizar exames periódicos, mesmo que básicos. Por mais que haja a realização de exames periódicos, é importante destacar que tais trabalhadores/as necessitam também da realização de vários outros exames específicos, por se tratar de um grupo vulnerável que laboram com resíduos sólidos.

Antônia: (...) eu faço exames periódicos e nunca, o médico falou que a minha imunidade é até boa (...).

Josefa: Eu faço o preventivo, sempre faço. Mamografia. Faço os exames preventivo. Faço.

Raimunda: Faço. Mas já tem 1 ano que eu não faço. Desde que eu entrei aqui eu não fiz mais nenhum não, exame não. Eu entrei aqui já tem um ano que eu não faço.

No que respeita à imunização (vacinação), trata-se de prevenção altamente necessária tanto na vida pessoal como na laboral dos/as catadores/as. A vacinação é fundamental, ainda mais em se tratando de um grupo vulnerável como é o caso; mesmo com condições laborais melhores é importante e fundamental a imunização dos indivíduos.

Percebeu-se que muitos procuram realizar as imunizações. É importante destacar, que por se tratar de um grupo altamente vulnerável, recai uma atenção primordial para as imunizações específicas necessárias para esse grupo ocupacional; as imunizações comuns para qualquer cidadão são necessárias, mas, para o grupo ocupacional de catadores/as, não são suficientes devido aos riscos laborais a que estão submetidos cotidianamente.

Josefa: Não. Tomei foi já tem uns uns 15 anos que eu vacinei contra tétano, 16 anos. 16 anos que eu vacinei contra febre amarela.

Severina: Tomei tudo. Tudo ok (risos). Tudo certinho, em dias. A última que eu tomei foi essa da gripe né. (...) eu fui e falei prá médica ó, eu tenho que tomar remédio que eu mexo com reciclagem. (...) até agora nunca adoeci né, não sei daqui prá frente né. Tenho que agradecer a Deus. Porque tem gente que entra já adoecer né. E eu vou fazer 3 anos, graças a Deus, sou forte. Nesse ponto aí.

Comumente associada a este grupo profissional está a representação que desenvolvem vários comportamentos de risco, nomeadamente no que respeita a dependências. A responsável pela Cooperativa considera:

Presidenta: Tem um que morre dizendo que não, mas eu acho que sim, mas eu acho que são 7 catadores. Dos 28, 7 são usuário diário. E 2 são alcoólatras. Dois homens são alcoólatras, 7 são usuário de droga pesada mesmo e 1 mulher é alcoólatra, a mais trabalhadeira, por incrível que pareça, a que eu gosto mais. A filha falou que ela é, todo dia.

Embora tendo consciência que dificilmente as nossas entrevistadas assumiriam o consumo excessivo de qualquer tipo de substância, ainda assim, afloramos o assunto.

Constata-se que o fumo predomina na vida das catadoras, por outro lado, reconhecem que o fumo não é saudável. Ser tabagista e ao mesmo tempo possuir uma ocupação que retrata as mais precárias condições de trabalho, são fatores de riscos altamente danosos à saúde da catadora. Portanto:

Josefa: Fumo. É só quando a gente senta aqui todo mundo que a gente senta e fuma;

Severina: Eu fumo. Desde 14 anos que eu fumo. Fiquei meu bem 3 meses sem fumar, voltei de sem vergonha (risos). Porque cigarro não é bom não. O bom é largar.

Joana: Fumo cigarro. Agora cigarro eu gosto (risos). Eu tenho medo que o povo diz que cigarro mata muita gente né.

Em que pese a unanimidade do não consumo de bebidas alcoólicas, o dado merece cautela, pois segundo a própria cooperativa, há sim situações de alcoolismo no ambiente de trabalho envolvendo mulheres principalmente, até mesmo, costumam frequentar as instalações da cooperativa nos finais de semana para momentos de consumo. Às vezes, pode ter acontecido (dentre outros fatores) de as entrevistadas se sentirem envergonhadas em confirmarem a possível dependência ao álcool. Contudo, do total de trabalhadoras na Cooperativa apenas cinco acederam a ser entrevistadas, pelo que não podemos de forma alguma assumir que os seus relatos não correspondem à verdade – ainda que haja consumo excessivo de álcool entre as catadoras, estas, em concreto, poderão não se encontrar entre as que bebem.

Quanto ao consumo de drogas ilícitas, trata-se de mais um tema complexo de saúde pública. Iniciar conversas com as entrevistadas a respeito desse assunto revelou-se de total complexidade, mas muito cautelosamente conseguimos adentrar no assunto. Pelos relatos, em primeiro momento na totalidade de negativa, tivemos a confirmação mais adiante, de uma das entrevistadas em que afirmou ter consumido “maconha”. Sabemos que não é fácil em um primeiro momento, obtermos de imediato o reconhecimento livre de que as pessoas são usuárias de entorpecentes (seja a droga que for, a confirmação vem com o tempo). Sabemos que há uma porta aberta para o álcool, para a bebida, assim, os riscos que se têm para outras doenças, são enormes. Agrava-se ainda, quando se instala na vida ocupacional das catadoras formas precárias de trabalho e indo mais adiante, condições inadequadas de vida. Tal atributo é importante indicador de que o assunto não está resolvido pelos simples imediatos relatos, a observação que se pôde ter no momento das entrevistas remete para interrogações e preocupações.

Questão absolutamente preocupante prende-se com a alimentação. Já referimos que a Cooperativa não tem local adequado para fazer as refeições, almoçam no mesmo

local onde há resíduos, não possuem cantina. O intervalo para lanches, quando é possível, não ultrapassa 20 minutos (pelo que foi percebido nas visitas à cooperativa).

Mas, ainda mais preocupante, de tudo o que vimos relacionado à saúde alimentar, e dos riscos associados ao consumo de alimentos que podem ter sido contaminados no meio onde são mantidos até ao momento do consumo e, posteriormente, no local de consumo, constatamos a existência de uma prática comum no meio ambiente de trabalho da catação: o consumo de alimentos catados do lixo.

Inúmeras doenças podem surgir e/ou serem agravadas em decorrência desse consumo. Como constatamos e repetidamente temos referido, em que pese se tratar de coleta seletiva, ainda perdura a prática de misturar tudo que é tipo de resíduo com o que deveria ser seletivo. Encontrar alimentos vencidos ou restos de alimentos é comum na própria coleta seletiva, com efeito, tais resíduos carregados de alimentos diversos, chegam à cooperativa e no ato de selecionar o que é reciclável/reutilizável os/as catadores/as se deparam com tais alimentos chegando, nalguns casos, a consumi-los. Os relatos abaixo comprovam tal prática:

Antônia: Diariamente a gente acha as coisas.

Severina: Todas coisa que eu acho, um biscoito, uma verdurinha boa assim. Até um dia eu comi uma pizza aqui. (...) Às vezes eu encontro um pacote de feijão, pacote de sal, um pacote de 5 kg de arroz você não vai levar prá casa?

Josefa: Já comi biscoito uma vez que eu catei peguei do lixo mesmo. Teve que pegar porque tava com uma fome, não tinha dinheiro pra comprar aí eu tive que pegar. Tá aí todo mundo. Todo mundo pega.

De acordo com Miura (2004, p.38), saúde não corresponde apenas a uma questão biológica, assim como “a relação estabelecida entre trabalho, sociedade e saúde não se restringe apenas à influência de agentes bacteriológicos, microorgânicos e ambientais”, também é determinada socialmente pelos processos de inclusão e/ou de exclusão. De acordo com a OMS saúde corresponde a um completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.

Facilmente se constata que, no caso das catadoras entrevistadas e dos demais catadores a laborar na Cooperativa R3 as suas condições de trabalho em nada contribuem para o desenvolvimento do seu bem-estar físico e psíquico; embora conscientes dos perigos a que estão sujeitos as suas percepções no que respeita à condição de saúde revelam preocupações que não são substancialmente diferentes de trabalhadores de outros ramos sugerindo a necessidade de serem desenvolvidos esforços no sentido de uma educação para a saúde.

4.4. Percepção quanto a fatores que podem contribuir para a qualidade de vida

Quisemos, ainda, perceber quais as suas percepções quanto a fatores que pudessem contribuir para o desenvolvimento da sua qualidade de vida.

Ainda que de forma sintética, porque sintéticas foram também as suas explicações, não podemos deixar de salientar os aspectos salientados até porque remetem para um conjunto muito significativo e vasto de dimensões. Vejamos as suas observações, colocadas sob a forma de desejos ou aspirações:

Antônia: (...) eu queria somente descansar final de semana, ter uma casa, não precisar pagar aluguel, por enquanto eu pago aluguel (...).

Josefa: Ah eu quero é melhorar. Quero ter uma boa qualidade de vida que eu não tenho. Que agora eu não tenho. (...) Ah uma casa própria. Ter um trabalho que seja tratado com dignidade sabe. Que eu tenha o direito que tem que ter. (...) aqui no meu trabalho que eu não tenho.

Severina: Queria mudar de vida, ganhar mais dinheiro prá ter minha casa que eu não tenho, eu pago aluguel. Que pagar aluguel é difícil. É difícil. Não é mole não. Eu entrei nessa casa própria do IDHAB que até hoje tô esperando.

Raimunda: Ah da minha como se fosse dos outros também. Melhorar. Que tivesse mais médico, mais acesso à saúde e assim uma questão de ter um salário melhor. Melhoraria. Ter acesso à saúde e o salário melhor. Na minha eu queria ter mais acesso à saúde e um salário digno.

Joana: Ah eu, é bom né.. Prá mim Graças a Deus, prá mim é tudo bom Graças a Deus. (...) Não. Eu acho que eu saindo desse serviço aqui eu acho que eu vou me aquietar. Já trabalhei demais né.

Os aspectos apontados trafegam por vários assuntos importantes e decisivos na vida do/a catador/a, como, saliente-se, na de qualquer outro profissional.

A iniciar pelo simples e merecido descanso no final de semana (sendo que muitos/as catadores/as trabalham nesses dias), vemos, ainda, relacionado ao trabalho, condições laborais adequadas, melhor remuneração/salário e direitos trabalhistas.

Para além das questões laborais, manifestaram o desejo de conquistar uma casa própria, melhor acesso aos serviços de saúde e tratamento digno.

De alguma forma, estas aspirações refletem muito do que lhes falta. Remetem para a precarização nas relações de trabalho, para a falta de condições laborais na realização da sua atividade, que, como vimos, é desenvolvida com rotinas pesadas e precárias e com ganhos que, na generalidade, não asseguram uma sobrevivência digna.

Mas remetem também para as questões relacionadas com as desigualdades sociais: acesso a casa própria, melhores serviços de saúde. Em suma, condições seguras e dignas de trabalho, inclusão social efetiva e acesso ao exercício pleno da sua cidadania.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSÍVEIS RECOMENDAÇÕES

Buscou-se compreender, a partir da análise de um caso, o da Cooperativa R3 em Santa Maria-DF, como se dão as condições de vida e trabalho de catadores de materiais recicláveis/reutilizáveis inseridos em cooperativa de reciclagem. Considerando algumas dimensões profissionais e pessoais da vida destes profissionais, era nosso objetivo conhecer as suas percepções sobre as condições pessoais, profissionais e sociais enquanto trabalhadores da catação de resíduos sólidos organizados em cooperativa de trabalho de reciclagem e o significado desta nos seus processos de inclusão social e laboral.

De tudo que vimos ao longo deste trabalho, restou demonstrado que as implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas, atreladas ao excludente modelo de desenvolvimento predominante, volta-se para o insucesso da inclusão social dos/as catadores/as de materiais recicláveis. A harmonia destas dimensões é fundamental.

A inserção social dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis é um dos maiores desafios a ser vencido ou mesmo mitigado, haja vista, a necessária interação de várias políticas públicas, tais como: econômicas, profissionais, para a saúde e para a educação dos catadores (Marchezini, 2013).

O estudo revelou um conjunto de problemas nas condições de vida e trabalho dos catadores, ainda que uns tenham ficado mais evidentes do que outros. Riscos significativos para a saúde e segurança no ambiente ocupacional; insalubridade e periculosidade; exposição a doenças; condições de trabalho precárias; jornada de trabalho inadequada; desenvolvimento de comportamentos de risco, como: alcoolismo, consumo de drogas, tabagismo, alimentação precária. Além disso, encontram-se em situação de forte vulnerabilidade econômica, com percursos educacionais incompletos e de baixa escolaridade, antevendo-se dificuldades em melhorar as suas condições perante o trabalho, seja por mudança de emprego, seja por mudanças no emprego (atual).

Ainda que a cooperativa de reciclagem, na figura da Cooperativa R3 esteja contribuindo para promover a inclusão social dos/as catadores, essa inclusão é aparente, é excludente; mesmo incluindo-o no que respeita à possibilidade de realização de uma atividade remunerada, de onde podem retirar renda para o seu sustento, substancialmente melhor do que catar no lixão ou na rua, ao laborem nas condições precárias relatadas, perversamente essa inclusão torna o catador ou catadora em um refém da exclusão.

Conclusão a que igualmente chegam outros estudos noutros contextos de catação em cooperativa de reciclagem.

Como referem Medeiros e Macêdo (2006, p. 64):

Muitos autores abordam a inclusão social tomando como referência principal a situação de desemprego. Assim, estar desempregado significaria não estar integrado. Mas, o que dizer daqueles que trabalham sem, contudo, terem um emprego? Seria o desemprego o ponto de partida para a análise da inclusão/exclusão social de uma parcela de trabalhadores que desempenham trabalhos como a catação de material reciclável? A adoção exclusiva desse ponto de partida levaria ao ofuscamento de *artimanhas da exclusão social*.

Miura (2004), considera que não obstante as condições precárias em que trabalham e vivem, é, contudo, o lixo que lhes dá uma condição de vida mais digna do que a que tinham antes de se tornarem catadores, pois é

do lixo que consegue sobreviver, comendo dele, através dele, pagando suas despesas com o dinheiro que obtêm com ele (...). Já não se trata de lixo renegado, mas de lixo “adorado”, do lixo que traz alegria, satisfação, alívio por ter as contas pagas e comida na mesa, felicidade por poder satisfazer as necessidades humanas mais básica (Miura, 2004, p. 144).

Como vimos a partir dos relatos das nossas entrevistadas e como nos foi dado perceber a partir da observação realizada, na Cooperativa R3 alguns catadores e algumas catadoras também apontam a atividade que desenvolvem como o garante da sua subsistência, como um trabalho que consideram tão digno quanto qualquer outro e, apesar de todas as queixas e de todas as dificuldades identificadas, afirmaram não querer fazer outra coisa.

Querirá isso dizer, como tem sido divulgado pela mídia em geral, por alguns estudiosos e instituições de diversos setores, que a catação constitui uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores?

Questionamo-nos, como Medeiros e Macêdo (2006, p. 66):

Mas qual a qualidade dessa inclusão? Seria o fato de estar trabalhando, não importa em quê e como, garantia de inclusão social? O fato de conseguirem garantir meios para a sua sobrevivência e a de seus familiares seria sinônimo de inclusão? Seria de fato uma inclusão ou mais uma forma de exclusão transmutada em inclusão?

O cooperativismo de trabalho, no âmbito da realidade da cooperativa estudada, em que os sujeitos da pesquisa que ora mantém laboralidade, até então, jamais alcançou os seus princípios básicos. A cooperativa desconhece a missão do movimento, em que pese utilizar a denominação “cooperativa de reciclagem”. Como podemos perceber a partir das manifestações teóricas referente ao movimento cooperativista de trabalho, haja vista os recentes avanços na legislação das cooperativas de trabalho, ainda permanece

as dificuldades no seio da cooperativa em relação à plena adoção das diretrizes que norteiam o movimento. Algo é certo, o movimento cooperativista de trabalho no âmbito da cooperativa de reciclagem Cooperativa R3, inclui perversamente os/as catadores/as. Cabe deixar claro, no nosso entender a partir dos achados e das observações *in loco*, a cooperativa é “dragada” por uma força do digamos “sistema”, que contribui (induz) para que a mesma mantenha até então, essa forma de atuação. Numa outra forma perversa, é retratada quando a própria rotina diária do/a catador/a é exaustiva e em condições precárias. Magera (2003, citado em Medeiros e Macêdo, 2006, p. 34) destaca:

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo.

Propusemo-nos apontar algumas linhas orientadoras para o desenvolvimento de processos de intervenção junto desta categoria profissional. Queremos, antes de mais, deixar claro que temos consciência que as ações interventivas não nascem de um dia para o outro, nem mesmo a partir de um diagnóstico geral como o presente, a intervenção carece de estudos prévios aprofundados das situações problemas sobre as quais intervir. O presente trabalho é um subsídio inicial que informa vários fatores adversos que contribuem para as precárias condições de vida e trabalho dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis da cooperativa de reciclagem Cooperativa R3. São múltiplos fatores adversos que merecem estudos específicos previamente à projeção das intervenções necessárias. Com todo o leque de informações levantadas, para o possível processo de inserção social dos/as catadores/as de materiais recicláveis/reutilizáveis, é necessário tentar estimular o projetar de recomendações de intervenções em assuntos que demandem tratamento adequadamente específico, a partir de estudos também específicos. Para Rocha (2008):

Os processos de decisão à escala local, são suportados de forma crescente, *em diagnósticos*, sistemas de monitorização e avaliações de projectos, programas ou políticas em áreas diversas (social, ambiental, etc.) que permitem a quem decide, fazê-lo com conhecimento fundamentado da realidade em que se intervém e com capacidade para conceber as orientações estratégicas no sentido do planeamento e desenvolvimento do território.

No plano da intervenção social local, estão cada vez mais generalizados os diagnósticos e as metodologias de participação que, beneficiando do envolvimento dos parceiros e agentes urbanos, têm constituído uma oportunidade para implementar processos de planeamento na área social, contribuindo a médio

e longo prazo para a melhoria da qualidade das respostas sociais e qualidade de vida dos habitantes.

Portanto, a primeira grande recomendação seria no sentido de, mesmo a partir de um conjunto de pistas fornecidas por este trabalho, desenvolver um trabalho de cariz diagnóstico mais preciso que possibilitasse a articulação de vários parceiros, no qual se incluiria o Instituto Federal de Brasília – IFB de modo geral e em particular o Campus Gama pela proximidade à cooperativa investigada, no sentido de se desenhar um projeto que pudesse ter aplicação efetiva.

E são várias as linhas sobre as quais, a nosso ver, importa trabalhar. A intervenção junto desta população vulnerável, tendo em vista o desenvolvimento de processos de inclusão efetivos e que conduzam ao pleno exercício da sua cidadania, começa muito antes do processo de catação.

Começa em cada um de nós. Nas nossas práticas de consumo. Decorrentemente, na forma como organizamos o nosso lixo. Na forma como selecionamos o nosso lixo. Como colocamos o “lixo” no “lixo”, e, seletivamente, “material a ser reciclado” no “material a ser reciclado”. Na nossa consciência ecológica e ambiental. Alterações nas práticas da população seriam um primeiro grande passo para melhorar as condições de trabalho e qualidade de vida destas pessoas que trabalham na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis. Concomitantemente, contribuiria para a sensibilização da população para a importância do trabalho dos catadores e para a progressiva eliminação de atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios.

E nesta linha orientadora, cremos, o IFB-Campus Gama pela sua proximidade à cooperativa e pela sua missão de intervir para a inclusão, poderia dar a sua contribuição. Na dinamização de campanhas de informação e de prevenção, mas também no desenvolvimento e na promoção da educação ambiental da população que serve.

Outra linha de trabalho, que ultrapassa a capacidade de atuação do Campus de *per si*, mas da qual não o exclui, seria na articulação que se faz necessária entre os eixos educativo e de saúde pública. Embora conhecedores de um conjunto significativo de riscos a que se expõem a sua percepção sobre cuidados a ter, medidas de proteção a desenvolver e necessidade de seguimento de uma efetiva rotina de cuidados de saúde, nomeadamente na linha preventiva com a vacinação adequada, parece-nos matéria de particular importância e de grande urgência na ação.

O que se prende com uma outra linha de trabalho e de articulação. As condições em que se dá o movimento cooperativista nesta área estão longe de ser as ideais ou, sequer, de corresponderem à intenção legislativa da sua criação. Assim, faz-se

necessária, em primeiro lugar, uma ação que contribua para a construção de cooperativas com as condições mínimas de trabalho e, posteriormente, um acompanhamento para implementação das normas de segurança e de higiene no trabalho e sua real efetivação.

Ainda, regulamentação no que respeita às questões de gestão econômica e financeira que garanta uma relação de trabalho em efetiva cooperação e não um processo deturpado em que estamos, na realidade, em presença de relações assimétricas de poder no espaço cooperativo.

Idealmente, poderia ser traçada uma estratégia nacional para a inclusão dos trabalhadores da catação, que permitisse estabelecer um conjunto de metas e desenvolver um conjunto de ações articuladas com a participação de vários e diferentes parceiros, à escala nacional e regional (interministerial, dentre: Ministério do Ambiente, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Municípios) e à escala local (instituições de ensino, serviços de saúde, associações da sociedade civil, cooperativas de reciclagem).

Contudo, é possível pensar e desenvolver uma ação local. A partir da nossa pesquisa na Cooperativa R3, sugerem-se como linhas mestras específicas que devem ser estudadas e alcançadas, preliminarmente à projeção das possíveis ações interventivas concretas, recaindo sobre os seguintes temas e/ou dimensões:

1) Identificação e mapeamento de todos/as catadores/as de materiais recicláveis da Cooperativa R3 (a única a atuar no local);

2) Promoção da realização de processos integrados e sistemáticos de alfabetização e/ou elevação de escolaridade, educação profissional e tecnológica, formação social, profissional, política e cultural dos/as catadores/as de materiais recicláveis/recicláveis;

3) Promoção da incubação e assessoria técnica na (re)constituição e fortalecimento da cooperativa a fim de melhorar as condições de vida, de trabalho e de renda do/a catador/a;

4) Estimulação da criação e fortalecimento de redes de cooperação atuantes nas cadeias produtivas de resíduos sólidos com vista a consolidação organizativa das atividades de coleta, triagem e reciclagem e à logística reversa;

5) Promoção da articulação e diálogo com diferentes entes públicos, privados e da sociedade civil, para que haja a construção de soluções locais para a inclusão social dos/as catadores/as de materiais nos processos de destinação adequada dos resíduos sólidos;

6) Promoção da valorização da mulher na atividade da coleta seletiva e triagem de materiais reutilizáveis/recicláveis;

7) Promoção de ações de amplo acesso aos serviços públicos de proteção social, educação, saúde, cultura e lazer a catadores e catadoras de materiais recicláveis/reutilizáveis;

8) Promoção da saúde e segurança do/a catador/a no meio ambiente de trabalho através da:

8.1) Promoção do estreitamento de laços de integração e atuação continuada das Vigilâncias em Saúde Ambiental, em Saúde do Trabalhador, Epidemiológica e Sanitária junto à Cooperativa R3;

8.2) Confecção de publicações com as diretrizes necessárias para a estruturação do espaço físico de um setor de triagem;

8.3) Confecção e distribuição de material educativo sobre segurança e saúde dos/as catadores/as no meio ambiente ocupacional;

8.4) Promoção do fomento à realização de oficinas de sensibilização em saúde e segurança para os/as catadores/as em todos setores da cooperativa.

Como se pode perceber, é fundamental, uma atuação interventiva altamente ampliada, pois, o foco de atuação é múltiplo, a transversalidade da intervenção se dá em vários segmentos: educação, saúde, cultura, meio ambiente do trabalho, moradia, alcoolismo, drogas, tabagismo, saúde e segurança do trabalho, direitos sociais.

Em alinhamento com Miura (2004), o problema hoje não está em reconhecer legalmente o catador como um profissional, mas sim, em reconhecer seu direito às condições dignas de trabalho e de vida para além da perspectiva estrita da sobrevivência.

É muito frequente a veiculação de propagandas (que a meu ver camuflam inúmeras pretensões que não refletem em sua totalidade a realidade e o devido tratamento digno que merecem esses/as trabalhadores/as da catação) dos mais diversos segmentos que noticiam a questão da reciclagem como se tudo estivesse sendo resolvido e mesmo superado. Sabemos que não basta simplesmente contratar uma empresa para coleta seletiva e ao fim destinar para as cooperativas (tratarem) e essas, com suas vulnerabilidades, serem as responsáveis por tudo daí em diante. Dizer que está havendo inclusão dos/as catadores/as pelo simples fato de o governo demandar via empresa contratada a coleta seletiva de RSU da cidade para as cooperativas e que assim, os/as catadores/as estão empregados e, logo, incluídos, é visão simplista, redutora e constitui um desrespeito à dignidade da pessoa humana. Que inclusão é essa

que não olha para os demais fatores? Nem sempre os ditos incluídos estão necessariamente “dentro”, estão na verdade incluídos para “fora”.

A realidade anteriormente descrita aponta para extensos e diversificados campos de investimento que uma estratégia de inclusão social desta população terá de abarcar, mas também para a grande diversidade de agentes e de recursos a mobilizar. Trata-se de uma realidade cujos desafios justificam intervenções persistentes de médio e longo prazo, reconfiguradas à medida que as dinâmicas de mudança se forem manifestando, o que implica ir construindo equilíbrios entre o que se afigura como mais imediato e o que constitui desafio de maior alcance. Ambas as dimensões carecem de efetiva projeção de iniciativas que possibilitem o alcance da paulatina inserção social, de modo profundo e não superficial.

Importa salientar que não existem receitas prontas a aplicar e que retirem estas pessoas das teias da exclusão social em que têm estado, e estão, enredadas. A sua implicação na construção de um processo de inclusão efetivo passa por levá-los a acreditar que é possível sair da invisibilidade social, porém, para que eles acreditem é preciso que se sintam “vistos”, conhecidos e reconhecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. (2004). NBR/ABNT 10.004/2004: resíduos sólidos – classificação. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Abramovay, M. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.

Abrelpe. (2014). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2014*. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2015.

Adorno, R. C. F. (2001). *Os jovens e sua vulnerabilidade social*. 1ª ed. – São Paulo: AAPCS – Associação. Disponível em: <<http://dSPACE.fsp.usp.br/xmlui/bitstream/handle/bdfsp/673/ado001.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.

Adriano, A. M.; Dias, M. M. (2010). *Catadores de materiais recicláveis e a dialética da inclusão/exclusão social*. Disponível em: <<http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo20.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

Ayres, J. R. C. M.; França, Jr.; Calazans, G. J.; Saletti Filho, H. C. (2003). *O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios*. In: Czerenia D, Freitas CM. Promoção da Saúde: conceitos e tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <<file:///C:/Users/1460836/Downloads/AYRES,%20FRAN%C3%87A%20Jr,%20CALAZANS%20e%20SALETTI%20FILHO.%20O%20Conceito%20de%20Vulnerabilidade%20...pdf>>. Acesso em: 17 de novembro 2016.

Ayres, J. R. C. M. (2006). *Contextos epidêmicos e aspectos sociais da DST/Aids no Brasil: os novos horizontes da prevenção*. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO DAS DST/AIDS. Belo Horizonte, nov. 2006. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/congressoprev2006/2/dmdocuments/Jose_Ricardo_Ayres.pdf>. Acesso em: 18 novembro de 2016.

Ambiente Brasil. (2016). *Resíduo*. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br/composer.php3>. Acesso em: 10 de maio de 2006.

Athayde, E.; Mattar, H. (2012). *Ter mais ou viver melhor?*. Worldwatch Institute – Brasil. Instituto Akatu. Disponível em: <<http://akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/EstadodoMundoTeen.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro 2016.

Barbosa, R. R. (2010). *O uso da história oral na pesquisa em educação no Brasil*. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_08_2010.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

Baptista, I. (2001). *Educação Social, um espaço profissional com valor e sentido*. Espaço(s) de Construção de Identidade Profissional. 55-60. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Barreto, P. (2009). *Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente*. In.: Revista Desafio do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Edição nº 56, Ano 7 de 10/12/2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 27 de julho de 2016.

Bauman, Z. (2015). *A riqueza de poucos beneficia todos nós?*. Tradução: Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2015.

Bezerra, M. C. L.; Facchina, M. M.; Ribas, O. T. (2002). *Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional*. Brasília MMA/PNUD 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/resultcons.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2016.

Beck, U. (2015). *Sociedade global de risco: na busca da segurança perdida*. Ca. I e XI. Editora: Edições 70. Coleção: Extra Coleção.

Birbeck, C. (1978). *Self-employed proletarians in an informal factory: the case of cali's garbage dump*. *World Development* 6 (9-10), 1173-1185. Disponível em: <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Birkbeck_self_employed_proletarians.pdf> Acesso em: 23 de setembro de 2016.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

Brasil. (1971). *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

Brasil. (2002). *Institui o Código Civil*. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

Brasil. (2006). *Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências*. Decreto Federal nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

Brasil. (2007). *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico*. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

Brasil. (2010). *Institui o Programa Pró-Catador*. Decreto Federal nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

Brasil. (2010). *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 01

de setembro de 2015.

Brasil. (2011). *Coleta seletiva solidária*. Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/coleta-seletiva-solidaria>> Acesso em: 06 de jun de 2016.

Brasil. (2011). *Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis – Bolsa Reciclagem*. Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011. Governo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19694>> Acesso em: 25 de novembro de 2016.

Brasil. (2012). *Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP*. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm> Acesso em: 06 de junho de 2016.

Campos, L. S.; et al. (2014). *Relatório Técnico Saúde e Segurança nas Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos conveniadas com o Município de São Paulo*. Coordenação de Vigilância em Saúde/COVISA e FUNDACENTRO - COVISA / FUNDACENTRO-CTN. São Paulo-SP. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2014/8/saude-e-seguranca-nas-centrais-de-triagem-de-residuos-solidos-conveniadas-com-o-municipio-de>>. Acesso em: 10 de março de 2016.

Capucha, L. (2005). *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social. Relatório Final*. Lisboa. Direção Geral de Desenvolvimento Regional e CIES-ISCTE.

Cavalcante, S.; Franco, M. F. A. (2007). *Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu*. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(1), 211-231. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100012&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 10 de março de 2016.

Castro, M. G.; Abramovay, M. (2005). *Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas*. In: Petrini, J. C.; Cavalcanti, V. R. S. (Org.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes. p. 54-83. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF> Acesso em: 30 de junho de 2016.

Casteleiro, S. (2008). *Pedagogia Social: Conceitos essenciais e definitórios*. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/6258045/Pedagogia-Social-em-Portugal-autor-Sтивен-Casteleiro> . Acesso em: 09 de novembro de 2016.

Carvalho, A. e Oliveira, M. (2010). *Princípios Básicos do Saneamento do Meio*. 10ª Ed. Rev. Atual. São Paulo: SENAC.

Costa, P. A.; Carrion, R. S. M. (2006). *A difícil tentativa de aportar racionalidade a iniciativas populares de trabalho e produção coletiva estruturadas em moldes associativos: estudo de caso do município de Cachoeirinha*. *Redes*, Santa Cruz do Sul, RS, v.11, n.2, p. 299-317.

Cortella, M. S. (2013). *Pensar bem nos faz bem!*. Petrópolis, RJ. Vozes. São Paulo-SP.

Correia, L. M. (2010). O Sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais ou Quando Inclusão Quer Dizer Exclusão. In L. M. Correia (org), Educação Especial e Inclusão. Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo (11-40). Porto: Porto Editora

Correio Brasiliense. (2016). Catador encontra feto em saco de lixo durante coleta de recicláveis. Reportagem postada em 28/09/2016. Disponível em:<http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/09/27/interna_cidades_df,550684/catador-encontra-feto-em-saco-de-lixo-durante-coleta-de-reciclaveis.shtml>. Acesso em: 28 de setembro de 2016.

Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro*. Oeiras, Celta Editora.

Costa, A. F. (2001). *A Pesquisa de Terreno em Sociologia*. In.: Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento.

CBO. (2016). *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): (5192): Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável*. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em:<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> >. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

CNAS. (2007). *Cadernos de Textos: VI Conferência Nacional de Assistência Social*. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília. Disponível em:<http://sistemas.fecam.org.br/SUAS/publicacoes/20-%20Caderno_de_Textos_VI_Confer%C3%83%C2%AAncia.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

EBC. (2015). *ONU alerta para extrema desigualdade social no mundo*. Empresa Brasil de Comunicação-EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/06/onu-alerta-para-extrema-desigualdade-social-no-mundo>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

ESA/IPS. (2012). *Normas de elaboração e apresentação de trabalhos escritos*. Escola Superior de Saúde de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém. Conselho Pedagógico.

Estivill, J. (2003). *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

Eigenheer, E. M.; Ferreira, J, A. (2015). *Três décadas de coleta seletiva em São Francisco (Niterói/RJ): lições e perspectivas*. Eng. Sanit Ambient, Vol. 20, nº 4, out/dez 2015, p. 677-684. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/esa/v20n4/1413-4152-esa-20-04-00677.pdf>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

Faleiros, V. P. (2006). *Inclusão social e cidadania*. Palestra proferida na ICSW32, em Brasília, em 17 de julho de 2006. Disponível em:<http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

Ferreira, A. L. A.; Morais, M. C. (2003). *Cooperativas habitacionais: do social ao mercado*. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. Vol. VII, núm. 146(085). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn->

146(085).htm>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

Ferreira, J. A.; Anjos L. A. dos. (2001). *Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais*. Cadernos de Saúde Pública, 17 (3). p. 689-696.

Freitas, W, R. S.; Jabbour, C. J. C. (2011). *Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de Pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões*. ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22. Disponível em: <<http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/download/560/550>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

Fonseca, A. F.; Corbo, A. M. A. (2007). *O território e o processo saúde-doença*. (Org). Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz.

Funasa. (2007). *Manual de saneamento*. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). 3. ed. rev. – Brasília. Disponível em: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/engenhariacivil/pos-graduacao/funasa-manual-saneamento.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2016.

Funasa. (2013). *Resíduos sólidos e a saúde da comunidade: informações técnicas sobre a interrelação saúde, meio ambiente e resíduos sólidos*. Fundação Nacional de Saúde - Funasa. Disponível em:<http://www.funasa.gov.br/site/wpcontent/files_mf/cart_res_sol_2.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

Garibaldi, A. H. (2009). *A intervenção social num contexto de riscos naturais, tecnológicos e sociais = The social intervention in the context of natural, technological and social hazards*. In.: Actas das II Jornadas de Educação Social. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação. ISSN 1647-6964. Disponível em:<<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/4817>>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

Gesser, M.; Zeni, A. L. B. (2004). *A educação como uma possibilidade de promover cidadania aos catadores de materiais recicláveis*. In.: *Anais do 2º Congresso de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, MG: FURB. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrent/Meio/area_de_meio_ambiente.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

Gressler, L. (2007). *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. 3ª Ed. Rev. Atual., São Paulo: Loyola.

Gonçalves, P. (2016). *Catadores de Materiais Recicláveis*. Disponível em: <<http://www.lixo.com.br/content/view/133/240/>>. Acesso em: 23 setembro 2016.

Gonçalves, C.; Malafaia, G.; Castro, A. e Veiga, B. (2013). *A vida no lixo: um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no Município de Ipameri, GO*. Holos, Ano 29, Vol 2. Disponível em:<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/841>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

Goldenstein, M. S. S.; Bastos, S. S.; Oliveira, S. M. G. (2007). *Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social*. In.: Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas. Convênio MTE – DIEESE. Disponível

em:<http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

Godoy, E.G. (2004). *Avaliação na educação infantil: um encontro com a realidade*. In: Prado, P. D. (2007). Resenha. Contexto Educação. Editora Unijui. Ano 22. Nº 78. Disponível

em:<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/viewFile/1073/835>>. Acesso em: 20 de março de 2016.

Gondim, G. M. M. (2007). *Do Conceito de Risco ao da Prevenção: Do Conceito de Risco ao da Prevenção: entre determinismos e incertezas entre determinismos e incertezas*. Capítulo 3. In.: O território e o processo saúde-doença. / Organizado por Angélica Ferreira Fonseca e Ana Maria D'Andrea Corbo. – Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l24.pdf> >. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. 1ª Ed., Portugal: Principia.

Hespanha, P. (2002). *Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social*. In.: A Globalização e as ciências sócias. Boaventura de Sousa Santos (org.). 2 ed. São Paulo – Cortez, p. 161-196.

Heiden, A. I. V. D. R. (2007). *Cooperativas de reciclagem de lixo e inclusão social: o caso do município de Itaúna – MG*. Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais. Universidade do Estado de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.

Instituto Akatu. (2012). *Ter mais ou viver melhor?*. Disponível em:<<http://akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/EstadodoMundoTeen.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

Ipea. (2009). *História - Rio-92*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 27 de julho de 2016.

Ipea. (2013). *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

IPT. (2003). *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação*. Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT. São Paulo: SEBRAE. Disponível em: <http://antigo.sp.sebrae.com.br/principal/sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/eco_negocios/arquivos_eco_negocios/livro_catadores_cap00_web.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2016.

Silva, P.H.I. (2007). *Análise das relações recíprocas em cooperativas de catadores de lixo de Brasília*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2000/2010: a taxa de analfabetismo do Distrito Federal-DF*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

IBGE. (2010). *Censo Demográfico de 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatísticas-IBGE. Disponível

em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/defaulttabzip_gest_mun_sb.shtml>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

IBGE. (2015). *População*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/defaulttabzip_gest_mun_sb.shtml>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

Janczura, R. (2012). *Risco ou vulnerabilidade social?*. Textos & Contextos. Porto Alegre. v. 11, nº 2, p. 301-308. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12173>>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

Krueger, G. (2013). *Direito do Trabalho e Direito Cooperativo*. Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo. Núm. 47/2013, Bilbao. Disponível em:<baidc.revistas.deusto.es/article/download/121/229>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

Lakatos, E. e Marconi, M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª Ed., São Paulo: Atlas.

Lakatos, E. e Marconi, M. (2011). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7ª Ed. 4ª reimpr., São Paulo: Atlas.

Lima, C. S. (2013). *Os riscos e as vulnerabilidades vinculadas aos catadores de lixo*. NUPEAT–IESA–UFG, v.3, n.2. Disponível em:<<http://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/29798>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

Lisboa, C. (2013). Os que sobrevivem do lixo. Revista Desafios do Desenvolvimento, Ipea nº 77, Ano 10. Brasília, p. 58-63. Disponível em:<http://desafios.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/desafios077_completa.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

Lopes, J. R. (2006). *Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade*. Psicologia e Sociedade, v. 18, n.2, p. 13-24, maio/ago 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Ludke, M.; André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Capítulo 2: Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. Disponível em:<<http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

Machado et al. (2015). *Coleta seletiva: um estudo de caso na ASMARE*. Revista Pensar Gestão e Administração. Vol. 4, nº 1, jul. Disponível em:<<http://revistapensar.com.br/administracao/inicio>>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

Maciel, E. M. G. S.; Telles, F. S. P. (2000). *Ensaio sobre a relação epistemológica entre probabilidade e método científico*. Cadernos de Saúde Pública, 16(2): 487-497. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000200019>. Acesso em: 03 de março de 2016.

Martins, J. S. (2002). *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão*,

pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes.

Marchezini, F. S. (2013). *Os desafios da implementação da coleta seletiva pelos Municípios*. In Associação Nacional dos Procuradores Municipais-ANPM. Brasil. Disponível

em:<http://anpm.com.br/site/?go=publicacoes&bin=noticias&id=958&title=os_desafios_da_implementacao_da_coleta_seletiva_pelos_municipios> Acesso em: 01 de setembro de 2015.

MMA. (2005). *Cartilha lixo*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

MMA/MEC/IDEC. (2005). *Consumo Sustentável: manual de educação*. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC. Disponível em:<portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

MMA. (2016). *Coleta seletiva*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

MMA. (2016). *Resíduos sólidos*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

MMA. (2016). *Agenda 21 Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 17 de novembro de 2016.

Medeiros, L. F. R.; Macedo, K. B. (2006). *Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?*. In Universidade Católica de Goiás. Psicologia & Sociedade. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.

Miura, P. C. O. (2004). *Tornar-se catador: uma análise psicossocial*. Dissertação de mestrado. Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. Disponível em:<<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17373/1/Paula%20Miura%20completa.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

Miguelles, C. P.; Oliveira, J. A. P.; Carmo, M. S. (2004). *Significado do lixo e ação econômica – a semântica do lixo e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro*. Em *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração – ENANPAD*, Curitiba. Disponível em:<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/GSA/2004_GSA2425.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2016.

Mota, J. A.; Alvarez, A. R. (2012). *Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos: Relatório de Pesquisa*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2016.

Nascimento, E. (2008). *Espaço e desigualdades: mapeamento e análise da dinâmica da*

exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR). Ponta Grossa, 173 p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Oliveira, F. (1995). *A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos*. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG).

Oliveira, M. S.; et al. (2011). *Plano de curso de educação profissional técnica de nível médio em cooperativismo na forma subsequente*. Coordenação do Curso Técnico em Cooperativismo/Instituto. Campus Gama. Federal de Brasília – IFB. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/attachments/article/1911/PPC%20T%C3%A9cnico%20em%20Cooperativismo.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2016.

OCB. (2016a). *Cooperativismo em toda parte*. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/institucional.asp>>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

OCB. (2016b). História: cooperativismo. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

OCB. (2016c). *Cooperativismo: evolução no Brasil*. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

OMS. (2002). *Estabelecendo um Diálogo sobre Riscos de Campos Eletromagnéticos*. Organização Mundial da Saúde. Genebra: OMS. Disponível em: <http://www.who.int/peh-emf/publications/Risk_Portuguese.pdf>. Acesso em: 04 de jul de 2016.

ONU. (2015). *Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

ONUBR (2015). *No Brasil, 80 mil toneladas de resíduos sólidos são descartadas de forma inadequada por dia, afirma ONU*. Organização das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-brasil-80-mil-toneladas-de-residuos-solidos-sao-descartados-de-forma-inadequada-afirma-onu/>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

OIT. (2011). O que é Trabalho Decente. Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 17 de setembro de 2015.

Peters, E. L.; Pires, P. T. L. (2000). *Manual de Direito Ambiental – Doutrina, Legislação Atualizada e Vocabulário Ambiental*. 2ª Ed. Curitiba: Juruá.

Pinto, T. C., Guerra, I., Martins, M., & Almeida, S. (2010). *À tona da água I Necessidades em Portugal, Tradição e Tendências Emergentes*. Lisboa: Tinta da China.

Pinto, L. M. C. S. (2007). *Educação não-formal - um contributo para a compreensão do conceito e das práticas em Portugal*. Tese de mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE.

PDAD. (2015). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD (2015): Região Administrativa Santa Maria (RA XIII)*. Codeplan - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/PDAD_Santa_Maria_2015.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2015.

PUC/Rio. (2008). *A Inclusão Social e Sua Estratégia*. Sistema Maxwell. Catálogo de Títulos: AGING AND SOCIAL INCLUSION, 11420_4: Catalogação 06/03/2008. PUC, Rio. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11420/11420_4.PDF> Acesso em: 24 de novembro de 2016.

Rado, S. C.; Boneti, L. W. (2009). *A juventude em condições de vulnerabilidade social e as políticas de acesso à educação*. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Outubro de 2009. PUCPR. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3032_1578.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2016.

Reppold, C. T. et al. (2002). *Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais*. In: HULTZ, C. S. et al. *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=857396166X>>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

Ribeiro, M. (2006). *Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo*. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 03 de setembro de 2016.

Ribeiro, H. e Besen, G. R. (2007). *Panorama da Coleta Seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso*. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Artigo 1, ago 2007. Disponível em: <www.interfacehs.sp.senac.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

Rodrigues, P. (2005). *Vidas na mina: memórias, percursos e identidades*. Oeiras: celta Editora.

Rocha, M. E. (2008). *A construção de indicadores e a monitorização social: uma análise a partir do Pré-Diagnóstico da Rede Social do Porto*. VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas. 25 a 28 de junho. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. APS.

Sá, T. (2015a). *Da vulnerabilidade (1)*. Aula ministrada no Curso de Educação Social e Intervenção Social (Primeira turma IFB/IPS). Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Santarém-IPS. Texto policopiado.

Sá, T. (2015b). *Da vulnerabilidade (3): Vulnerabilidade e Condição Humana*. Aula ministrada no Curso de Educação Social e Intervenção Social (Primeira turma IFB/IPS). Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Santarém-IPS. Texto policopiado.

Sá, T. (2015c). *Das transições (4): idades do ciclo de vida e a vulnerabilidade psico-social*. Aula ministrada no Curso de Educação Social e Intervenção Social (Primeira turma IFB/IPS). Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Santarém-IPS. Texto policopiado.

Sá, T. (2015d). *Resiliência*. Aula ministrada no Curso de Educação Social e Intervenção Social (Primeira turma IFB/IPS). Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Santarém-IPS. Texto policopiado.

Selau, M. S. (2004). *História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>>. Acesso em: 06 de março de 2016.

Souza, C. R. T.; Müller, V. R. (2009). *Educador Social: conceitos fundamentais para sua formação*. In Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – ESBPp. Paraná.

Silvério, M. (2012). *BRICS: desigualdades sociais nos países emergentes*. Observatório das desigualdades. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123>>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

SLU. (2015). *Relatório dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal 2015*. Serviços de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal [SLU-GDF]. Disponível em: <<http://www.slu.df.gov.br/>>. Acesso em: agosto de 2016.

SLU. (2016). Coleta seletiva. Serviços de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal [SLU-GDF]. Disponível em: <<http://www.slu.df.gov.br/component/content/article/262.html>>. Acesso em: 17 de novembro de 2016.

SEDF. (2015). *Censo Escolar 2015 por Modalidade*. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SE/GDF). Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2016.

Spink, M. J. P. (2001). *Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia*. Cadernos de Saúde Pública, 17(6). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000600002>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

Silva, S. P.; Goes, F. L.; Alvarez, A. R. (2013). *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_si tuacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2016.

Silva, A. V. (2007). *Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto Educacional da juventude na região metropolitana de natal*. 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

Singer, P. (2000). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/868786/mod_resource/content/0/Paul%20Singer.%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20desemprego.%20Diagn%C3%B3sticos%20e%20alternativas.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

Tedesco, S.; Liberman, F. (2008). *O que fazemos quando falamos em Vulnerabilidade?*. O Mundo da Saúde São Paulo. abr/jun. Disponível em: <[133](http://www.saocamilo-</p></div><div data-bbox=)

sp.br/pdf/mundo_saude/59/254a260.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

Yunes, M. A. M.; Szymanski, H. (2001). *Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas*. Disponível em:<http://www.psiquiatriageral.com.br/psicossomatica/resiliencia_nocoas_conceitos.htm>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

APÊNDICE I

CARTA DE CESSÃO

Destinatário,

Eu, (**NOME, ESTADO CIVIL, DOCUMENTO DE IDENTIDADE**), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para leitura (data) para que Renato Mendes Gomes estudante do curso de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém (MESIC/ESE/IPS), possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Santa Maria, DF ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO/A ENTREVISTADO/A

APÊNDICE II

Reconhecimento da profissão de Catador

Segundo Classificação Brasileira de Ocupações, Ministério do Trabalho e Emprego

5192 :: Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável

Títulos

5192-05 - Catador de material reciclável

Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa)

5192-10 - Selecionador de material reciclável

Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata

5192-15 - Operador de prensa de material reciclável

Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preenseiro, Prensista

Descrição Sumária

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.

Condições gerais de exercício

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de selecionador, triador, enfardador de sucatas e operador de prensa.

Formação e experiência

O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5. 598/2005.

Atividades	
COLETAR MATERIAL RECICLÁVEL E REAPROVEITÁVEL	...
VENDER MATERIAL COLETADO	...
SELECIONAR MATERIAL COLETADO	...
PREPARAR O MATERIAL PARA EXPEDIÇÃO	...
REALIZAR MANUTENÇÃO DO AMBIENTE E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO	...
DIVULGAR O TRABALHO DE RECICLAGEM	...
ADMINISTRAR O TRABALHO	...
TRABALHAR COM SEGURANÇA	...

* As reticências (...) indicam que a GAC possui atividades. Clique sobre o mais (+) para expandir.

Clicando-se em cada Área é possível listar as atividades.

Competências Pessoais	
1	Demonstrar prudência
2	Demonstrar paciência
3	Demonstrar perseverança
4	Valorizar-se como profissional
5	Demonstrar espírito de prosperidade
6	Contornar situações adversas
7	Trabalhar em equipe
8	Demonstrar pró-atividade
9	Demonstrar capacidade de improvisar
10	Demonstrar capacidade de atenção constante
11	Demonstrar solidariedade

Recursos de Trabalho	
*	Carrinho/carroça
*	Martelo/marreta
*	Corda
*	Esteira/ Mesa De Triagem
*	Lona

Recursos de Trabalho
* Uniforme/capa De Chuva
* Epi (luva, Óculos, capacete, colete, botas)
Trituradora De Papel
* Machado/machadinha
Jogo de chave
Caixinha de primeiros socorros
Arame/prego
Serrote
Entalhadeira
Arco da serra
Alicate
Chave de fenda
* Faca/facão
Carro Pallet
* Prensa

Ocupações	Recurso(s)
Catador de material reciclável	
Selecionador de material reciclável	
Operador de prensa de material reciclável	

(*) Ferramentas mais importantes.

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Código 5192

Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>

>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

APÊNDICE III

Imagens do mundo da catação: dando visibilidade aos invisíveis.

























APÊNDICE IV

Tempo de sobrevivência (em dias) de microorganismos patogênicos nos resíduos sólidos

Microorganismos	Doenças	RS (dias)
Bactérias		
<i>Salmonella typhi</i>	Febre tifóide	29 – 70
<i>Salmonella Paratyphi</i>	F. paratifóide	29 – 70
<i>Salmonella sp</i>	Salmoneloses	29 – 70
<i>Shigella</i>	Disenteria bacilar	02 – 07
Coliformes fecais	Gastroenterites	35
<i>Leptospira</i>	Leptospirose	15 – 43
<i>Mycrobacterium tuberculosis</i>	Tuberculose	150 – 180
<i>Vibrio cholerae</i>	Cólera	1 – 13*
Vírus		
Enterovírus	–	–
	Poliomielite (Poliovirus)	20 – 70
Helmintos		
<i>Ascaris lumbricoídes</i>	Ascaridíase	2.000 – 2.500
<i>Trichuris trichiura</i>	Trichiuriase	1800**
Larvas de ancilóstomos	Ancilostomose	35**
Outras larvas de vermes	-	25 – 40
Protozoários		
<i>Entamoeba histolytica</i>	Amebíase	08 – 12

*Felsenfeld, (1965) em alimentos.

**Rey, (1976) em laboratório.

Fonte: Adaptado de Suberkropp (1974) In Lima (1995).

Fonte: Funasa (2007, p. 229)

APÊNDICE V

Agentes causadores de DTA e fatores determinantes relacionados com saneamento ambiental

Agentes	Fatores determinantes	Doença
Agentes químicos:		
- Cobre	- Uso de encanamento de cobre.	- Intoxicação por cobre
- Fluoreto	- Excesso de flúor natural em águas de abastecimento/fluoretação e monitoramento do flúor inadequados gerando níveis acima do recomendado.	- Fluorose.
- Nitritos	- Água contaminada com nitrito.	- Intoxicação por nitrito
- Carbamatos/Organo-fosforados	- Água contaminada com agrotóxicos.	- Intoxicação por agrotóxicos.
- Mercúrio	- Água contaminada com mercúrio/consumo de pescados e mariscos contaminados com mercúrio.	- Intoxicação por mercúrio.
Agentes bacterianos:		
- Toxina produzida por <i>Vibrio cholerae</i>	- Utilização de água contaminada na lavagem, preparo dos alimentos/destino inadequado dos dejetos e águas residuárias/verduras irrigadas e/ou refrescadas com água contaminada/higiene pessoal inadequada.	- Cólera.
- <i>Escherichia coli</i>	- Utilização de água contaminada na lavagem, preparo dos alimentos ou refrescagem das verduras	- Gastroenterites.
- <i>Staphylococcus sp</i>	- Manipuladores de alimentos com infecções purulentas.	Gastroenterite estafilocócica.
- <i>Salmonella typhi</i>	- Água e leite contaminados/ostras de fontes contaminadas/alimentos contaminados por mãos sujas ou vetores.	- Febre tifóide.
- <i>Shigella sp</i>	- Utilização de alimentos contaminados, principalmente água e mariscos.	- Shigeloses.
- <i>Vibrio parahemolyticus</i>	- Utilização de água do mar no preparo de alimentos/consumo de pescados e mariscos contaminados consumidos crus.	- Gastroenterites.
- <i>Yersinia enterocolítica</i>	- Carne de suíno, leite e água contaminados.	- Yersinioses.
- <i>Vibrio vulnificus</i>	- Pescados e mariscos contaminados e consumidos crus.	- Infecção por <i>V. vulnificus</i> .
- <i>Campilobacter jejuni</i> e <i>C. coli</i>	- Água contaminada/carne de aves, suínos e leite cru contaminados.	- Campilobacterioses.
- <i>Plesiomonas shigelloides</i>	- Pescados, mariscos e água contaminados.	- Infecção p/ <i>P. shigelloides</i> .
- <i>Brucella abortus</i>	- Leite cru contaminado.	- Brucelose.
- Toxina produzida p/ <i>Clostridium botulinum</i>	- Saprófita do solo. A ingestão de toxina do <i>C. botulinum</i> se dá por meio de alimentos enlatados de elaboração inadequada, fermentações não controladas, ovas de pescados fermentadas, peixes e mamíferos marinhos.	- Botulismo.

Agentes	Fatores determinantes	Doença
Agentes virais entéricos:		
- Poliovírus, Echovírus, vírus Norwalk, Coxsackievírus A e B, Adenovírus, Rotavírus, etc.	- Falta de higiene pessoal/água e alimentos contaminados.	- Poliomielite e outra viroses.
- Vírus hepatite A e E	- Alimentos e água contaminados por fezes humanas/destino inadequado dos dejetos/higiene pessoal deficiente.	- Hepatites A e E.
Agentes parasitários:		
- <i>Entamoeba histolytica</i>	- Água de fonte contaminada, instalações hidráulicas defeituosas, alimento contaminado por mãos sujas ou moscas.	- Disenteria amebiana.
- <i>Toxoplasma gondii</i>	- Consumo de alimentos expostos à água contaminada ou a fezes de felinos infectados.	- Toxoplasmose.
- <i>Taenia saginata</i>	- Carne de bovino contaminada/destino inadequado das águas residuárias/pastos contaminados por águas de despejos de dejetos.	- Teníase.
- <i>Taenia solium</i>	- Carne de suíno contaminada/destino inadequado das águas residuárias/pastos contaminados por águas de despejos de dejetos/verduras adubadas com fezes de suínos.	- Teníase e Cisticercose.

Fonte: Funasa (2007, p. 335-336)

APÊNDICE VI

Lista de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

(Referência: Fundacentro-SP, 2004)

EPIs para serem utilizados por todos os trabalhadores da produção nas Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos:

- ✓ uniforme composto de calça comprida (sem bolsos) e camiseta manga longa com punho
- ✓ óculos de segurança
- ✓ botas de segurança em couro com reforço no tornozelo e biqueira plástica
- ✓ luvas em vaqueta ou tipo Kevlar
- ✓ máscara com respirador PFF2
- ✓ protetor auditivo tipo inserção (plug)

Trabalhadores que manuseiam vidros:

- ✓ luvas em vaqueta ou tipo Kevlar
- ✓ viseira facial peça inteira
- ✓ avental de raspa
- ✓ bota de segurança com solado de aço
- ✓ uniforme completo

Trabalhadores que manuseiam eletroeletrônicos:

- ✓ luvas de raspa
- ✓ óculos de segurança
- ✓ uniforme completo
- ✓ máscara respiratória com filtro

Trabalhadores que manuseiam isopor

- ✓ luvas em vaqueta ou tipo Kevlar
- ✓ óculos de segurança
- ✓ respirador purificador de ar tipo peça facial inteira .O equipamento deverá ser utilizado com filtros mecânicos P2 e químicos Classe 1, combinada em uma só peça. Nos filtros químicos deve constar seu prazo de validade. Além dos filtros instalados na peça, deverá ser fornecido um sobressalente para troca.
- ✓ uniforme completo

Trabalhadores que exercem suas funções a céu aberto:

- ✓ boné
- ✓ protetor solar
- ✓ capa de chuva (quando necessário)
- ✓ uniforme completo
- ✓ luvas em vaqueta ou tipo Kevlar

Trabalhadores que carregam e descarregam caminhões e/ou fazem coleta porta a porta

- ✓ colete reflexivo tipo X
- ✓ dispositivo trava-queda , em conjunto com cinturão de segurança tipo paraquedista
- ✓ botas de segurança em couro com reforço no tornozelo e biqueira plástica
- ✓ luvas em vaqueta ou tipo Kevlar
- ✓ uniforme completo

APÊNDICE VII

Guião de Entrevista

Catadores/as de materiais recicláveis/reutilizáveis

Preparação da Entrevista

Passos Necessários	Descrição
Definição dos objetivos da entrevista	<p>Possibilitar a compreensão dos possíveis processos de inclusão social dos/as catadores/as de recicláveis, inseridos em cooperativas de trabalho de recicláveis, tendo por base o que se segue:</p> <ol style="list-style-type: none">1 – Conhecimento das condições de vida e de trabalho dos catadores de resíduos sólidos reutilizáveis, compreendendo quais as suas principais dificuldades, estrangimentos e necessidades;2 – Identificação do surgimento e desenvolvimento do movimento cooperativista no domínio laboral da catação de recicláveis, compreendendo de que forma o mesmo se organiza e qual o seu possível impacto nas condições de vida e de trabalho dos catadores associados;3 - Sugerir possível caminho de ação para o alcance da inclusão social destes trabalhadores/as catadores/as com vista à garantia de construção e exercício da sua cidadania plena.
Entrevistado(a)	Catadores/as de resíduos sólidos reutilizáveis, cooperadas de cooperativa de trabalho de catação de recicláveis.
Entrevistador	Mestrando do curso de Educação Social e Intervenção Comunitária do Instituto Politécnico de Santarém-IPS.
Condições Logísticas	Impressão do guião. Aquisição de gravador áudio.

Planificação da Entrevista

	Passos Necessários	Descrição
Descrição	Propósito	<p>Possibilitar a compreensão dos possíveis processos de inclusão social dos catadores de recicláveis, inseridos em cooperativas de trabalho de catação de recicláveis, tendo por base o que se segue:</p> <p>1 – Conhecer as condições de vida e de trabalho dos catadores de resíduos sólidos reutilizáveis, compreendendo quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades;</p> <p>2 – Identificar o surgimento e desenvolvimento do movimento cooperativista no domínio laboral da catação de recicláveis, compreendendo de que forma o mesmo se organiza e qual o seu possível impacto nas condições de vida e de trabalho dos catadores associados;</p> <p>3 - Sugerir possível caminho de ação para o alcance da inclusão social destes trabalhadores/as catadores/as com vista à garantia de construção e exercício da sua cidadania plena.</p> <p>Dimensão: abrangência local – catadores/as de materiais recicláveis inseridos em uma cooperativa de trabalho de reciclagem.</p>
	Entrevistado(a)	Catadora de resíduos sólidos recicláveis de uma cooperativa.
	Meio de Comunicação	<p>Tipo – oral (gravada com consentimento).</p> <p>Espaço – instalações da cooperativa.</p> <p>Momento – a definir com o entrevistado.</p>
	Tempo da Entrevista	Maior que 60 minutos.

Elaboração	Entrevista	<p>Variáveis a serem estudadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cooperativismo e os processos de inclusão social de catadores de recicláveis inseridos em cooperativas; - condições de vida e trabalho dos catadores de recicláveis inseridos em cooperativa; - possíveis contribuições do movimento cooperativista na melhorias das condições de vida e trabalho dos catadores de recicláveis. <p>Descrição dos itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de questões agrupadas em categorias e/ou em subcategorias. - Considerar expectativas do entrevistador. - Resumir o discurso oportunamente.
	Marcação da Entrevista	<p>Apresentar de forma breve o projeto.</p> <p>Decidir o espaço e o tempo com o entrevistando.</p> <p>NOTA: evitar local onde estejam presentes outras pessoas, nomeadamente familiares, amigos ou conhecidos da pessoa que está sendo entrevistada, com o fim de evitar possíveis interferências.</p>
Realização	Critérios gerais a ter em conta	<p>Embora seja apenas feita uma análise de conteúdo às palavras transcritas do entrevistado, deve-se ter em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O estado de espírito do entrevistado (confiança, confusão, Constrangimento ...). - Contradições do entrevistado. - Momentos em que o entrevistado manifesta as suas emoções. - Linguagem corporal.

		<ul style="list-style-type: none"> -Tonalidade e ritmo da linguagem do entrevistando. - Género de linguagem utilizada. - Ambiente onde a entrevista é realizada.
	Aspectos formais a ter em conta	<p>Apresentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar um ambiente descontraído, mostrando gentileza e atenção para com o entrevistado. - Manter o profissionalismo, procurando levar o entrevistado a responder às questões e esclarecendo dúvidas que este possa ter. <p>Descrição do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Referir o âmbito da entrevista.
		<p>Consentimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Solicitar a autorização do entrevistado via prévia autorização da cooperativa.. <p>NOTA: desde já, explicando a fundamental importância, pedir autorização para gravar. Caso haja, resistência, tentar o compromisso. Tentar pedido para a gravação, ao tempo em que diz que no final deixa ouvir para ele ver se autoriza ou não.</p> <p>Decorrer da entrevista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deixar o entrevistado falar livremente. - Focar o entrevistado nos tópicos principais. - Estimular o entrevistado a expor mais acerca dos tópicos mais importantes. <p>Terminar a entrevista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atender ao limite de tempo da entrevista.

	<p>NOTA: se estiver tranquilo deixa correr mesmo ultrapassando o tempo; se estiver a ficar ansioso remarca para continuar a conversa noutra dia explicando que ele está falando coisas tão interessantes e importantes e que gostaria de continuar a conversar mais um pouco sobre a experiência dela.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fazer um apanhado das ideias principais. - Apresentar um agradecimento final. <p>NOTA: reforçar a importância do contributo – sempre valorizando a pessoa entrevistada.</p> <p>Tomar notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Anotar as disposições corporais e emocionais do entrevistado. - Eventualmente, apenas no caso da não autorização da gravação da entrevista, proceder às anotações diretas no curso da entrevista.
--	--

Guião de Entrevista – História Oral de Vida

Catadores de resíduos sólidos recicláveis

O roteiro a seguir, foi elaborado com o objetivo de se obter informações a respeito das condições de vida e de trabalho das trabalhadoras da coleta de resíduos sólidos recicláveis. Pretende-se ainda, conhecer o perfil das entrevistadas.

a) Condições de trabalho das trabalhadoras da coleta de resíduos sólidos recicláveis.

1. Para iniciar, gostaria que falasse um pouco do teu trabalho como catadora de resíduos sólidos recicláveis... [NOTA: possibilitar a fala livre; não interromper; estar atento para ver se aborda alguns dos tópicos seguintes pretendidos; os que não abordar, ir introduzindo na conversa mas sem interromper o raciocínio que a pessoa estiver a seguir; pretende-se

saber estas questões mas pode acontecer que a entrevistada tenha outras igualmente importantes sobre as quais fale espontaneamente (além de que percebe o que ela mais valoriza...]

- os motivos que a levou para o trabalho de catação?
- como foi o início?
- e as dificuldades?
- constrangimentos, já passou?
- necessidades no dia-a-dia de catação, há?
- e a convivência com a sociedade, como é?
- ser trabalhadora da coleta de resíduos sólidos recicláveis, o que é para você?
- Por algum momento, já deixou de trabalhar com resíduos sólidos recicláveis? Quantas vezes deixou e depois retornou? Pode tentar explicar os motivos por essa saída e retorno?

2. Gostaria que me falasse acerca das tuas condições de trabalho de catação de resíduos sólidos recicláveis. De modo geral, pode falar um pouco? [Obs.: Possibilitar a livre fala e se for o caso, introduzir pontos seguintes]

Condições de trabalho

- de modo geral como vê o que outras pessoas acham do seu trabalho?
- e o tempo que trabalha com coleta de material reciclável: quantas horas/dia e quantos dias/semana?

Esforço físico no trabalho

- e o esforço físico no trabalho, qual é a sua percepção de intensidade?
- esse esforço causa algum efeito de comprometimento da tua saúde? Qual(is) efeitos negativos causa?

Uso de EPI

- costuma fazer uso de algum Equipamento de Proteção Individual (EPI)? Qual(is)?

Condições de segurança no trabalho

- costuma encontrar objetos perfurocortantes? Pode citar algum? Que outros objetos perigosos costuma encontrar?
- já presenciou algum acidente com seus colegas? Qual tipo de acidente? E você, já sofreu algum acidente?
- saberia dizer as possíveis causas dos acidentes ocorridos?
- acha que seu trabalho pode provocar doença em você?
- o que você pensa a respeito do que poderia trazer melhores condições de trabalho?

b) Condições de vida das trabalhadoras da coleta de resíduos sólidos recicláveis.

Gostaria que me falasse um pouco sobre você, de um modo geral como é a sua vida?
[NOTA: possibilitar a fala livre; ir introduzindo, se for o caso, alguns aspectos pretendidos, que quer saber e que não tiverem sido falados de forma espontânea]

1 – Saúde: fale um pouco da tua saúde, como está?

- Como era antes de se tornar catadora e como é hoje?
- E o acesso aos serviços de saúde, você possui acesso?
- E os exames periódicos, costuma realizar?
- E as vacinas, procura se vacinar? Quando foi a última vez que tomou vacina?
- Doenças diagnosticadas, sabe de alguma? Quer falar a respeito?
- Tratamento médico, costuma realizar?
- É tabagista (fumante)?

- E o uso de bebidas alcoólicas, você faz? Quer falar a respeito? E a frequência?
- E o uso de alguma droga ilícita, quer falar a respeito?
- Satisfação com a vida, o que você pensa a respeito?
- A qualidade de vida, o que você pensa? O que é preciso para tê-la?
- Algum dia, teve que comer alimento catado do lixo?

2 – Habitação: Pode me falar um pouco da tua casa, como ela é?

- É própria/alugada/cedida?
- Ela é feita com qual tipo de material?
- Possui quantos cômodos?
- Possui bens eletrodomésticos/etc (quais)?
- Possui banheiro?
- E o saneamento básico (água/esgoto)?

3 – Família: Pode me falar da tua família? Com quem vive (quantas pessoas, grau de parentesco; o que fazem; filhos, se estudam; passa depois para a escolaridade da entrevistada)

4 – E você, estudou? Até que nível escolar?

- Como foi para chegar ao nível escolar que possui hoje?
- E o momento em que parou os estudos, como foi?
- E o retorno aos estudos? Pensa a respeito? Tem vontade? De algum modo você é incentivada?

5 – Relacionamentos sociais: de modo geral, gostaria que falasse do teu relacionamento social no convívio familiar (alegrias, desejos, tristezas, problemas...). Continuando, agora, considerando os teus colegas de trabalho, conte-me como é esse relacionamento/convívio no ambiente de trabalho.

c) Perfil das Entrevistadas. Agora para terminar, gostaria de colocar algumas perguntas mais diretas sobre você. [NOTA: inserir as questões que não tiverem ainda sido respondidas no decurso da conversa]

- idade?
- naturalidade?
- onde vive hoje?
- escolaridade?
- estado civil?
- possui filho? Quantos?
- idade em que começou a trabalhar (anos)?
- sua principal ocupação laborativa hoje?
- possui outra atividade laborativa? Qual?
- tempo de trabalho com o resíduos sólidos recicláveis?
- tua renda mensal (R\$)?
- qual a sua renda mensal (R\$) familiar?
- tem alguma outra fonte de renda? Sim, qual?

OBSERVAÇÃO: no final perguntar sempre se tem alguma coisa que não tivesse sido falada e que gostasse de acrescentar

Realização da entrevista			
Legitimação da entrevista	Objetivo	Tópicos/exemplos de questões	Observações
	Legitimar a entrevista Informar sobre o	Encontro-me a frequentar o Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária e no âmbito da dissertação de mestrado pretendo realizar esta	Frisar que se trata de um estudo

Dados Biográficos do Entrevistado	Objetivo	Questões
	Características do entrevistado	Ambos
Possível relação entre respostas e itens descritos	Idades (acima de 35 anos). Catadores/as de materiais recicláveis/reutilizáveis.	

Passos subsequentes à realização da entrevista

Verificação dos requisitos dos dados	<ul style="list-style-type: none"> - Validade: Comparação com outros dados externos de importância. - Relevância: importância em relação aos objetivos propostos. - Clareza: referência a datas, profissão, idade, nome dos locais do evento.
Tratamento dos dados	<p>Análise das respostas às questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transcrição da entrevista. - Análise de conteúdo da entrevista escrita.
Elaboração das análises	<ul style="list-style-type: none"> - Explicitar metodologia. - Descrever recolha e tratamento de dados. - Apresentar a análise dos dados. - Realizar as conclusões.

Fonte: Elaboração Autor, a partir de Agostinho (2012).

APÊNDICE VIII

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA DIRIGENTE/PRESIDENTA DA COOPERATIVA DE RECICLAGEM

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO: Cooperativa R3

Data/Hora: ____/____/____

Dimensão – O movimento cooperativista

Gostaria que me falasse um pouco da organização do movimento cooperativista de trabalho de reciclagem. Então:

1.1. Como surgiu (foi constituída) a cooperativa? [Ano de fundação; quantidade de pessoas que fundaram a associação; motivos; etc.], [pode cotar um pouco do histórico de surgimento da associação?]

1.2. Para constituição da cooperativa, houve o desenvolvimento do “Diagnóstico Participativo”? [valorizando as experiências (saberes) de tal forma que as alternativas sejam assumidas pela maioria, estimulando as pessoas a fazerem, tomarem e serem parte do movimento de mudança da estrutura do grupo, planejando, executando e avaliando as ações, conjuntamente]

1.3. Possui Estatuto Social?

1.4. Qual é o espaço físico da cooperativa? O espaço é próprio ou pertence à terceiros?

1.5. A cooperativa busca contribuir para o processo de inclusão social dos cooperados? De que forma?

1.6. E os/as catadores/as, quem são? E quais as suas necessidades presentes e futuras? (Se possível, suportar a opinião com casos ou situações concretas que estiveram na base ou motivaram essas necessidades). E o perfil dos/as catadores/as?

1.7. Considerando o princípio cooperativista da “Educação, formação e informação”, a cooperativa promove a educação e formação de seus associados? De que forma?

1.8. Considerando o princípio cooperativista do “Interesse pela comunidade”, de que forma a cooperativa trabalha para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades?

É divulgado o Balanço Social? [observar que, os princípios cooperativistas, se voltam ao ser humano e visam o desenvolvimento econômico, social, político e cultural a fim de atender as necessidades, as aspirações e a cidadania de seus associados].

1.9. Como a cooperativa alicerça seus objetivos/metas/ações dentro da doutrina cooperativista: humanismo, liberdade, igualdade, solidariedade e racionalidade?

1.10. Considerando a “Educação cooperativista”, a Associação contribui para um trabalho cooperativo em que as pessoas possam descobrir seu potencial e desenvolver valores e atitudes de respeito que contribuem para uma melhor qualidade de vida dos mesmos? De que forma?

Dimensão – O trabalho

2.1. Qual é o ritmo/rotina/periodicidade de trabalho? Há grupos de trabalho e como são divididos? Há hierarquia do grupo? O que faz cada um? Quem controla e quem vende? Como os preços são estipulados? E como é dividido o dinheiro? 2.9. Existe uma rotina de trabalho?

2.3. Qual é a qualidade do material recebido (separação, limpeza)? Como o material é separado? Onde é guardado? Há recipientes para isso? Como são? Os tipos de materiais: papel, plástico, vidro, alumínio etc.

2.4. Há distinção de trabalho entre homem e mulher? Pode explicar?

2.5. Quantos recicladores trabalham no local? Em cada setor de trabalho?

2.6. Como a cooperativa vê a relação do/a catador/a com o seu trabalho na catação?

2.7. Quem compra o material?

2.8. Desde que as atividades foram iniciadas, o que mudou? Há mais organização? Como?

2.9. A cooperativa já registrou algum tipo de acidente de trabalho? Pode explicar?

2.10. A cooperativa disponibiliza itens de segurança, Equipamentos de Proteção

Individual(EPI) e/ou exige a sua utilização?

Dimensão – A cooperativa e os inter-relacionamentos

Gostaria que me falasse, de uma maneira geral, das relações que a cooperativa possui com as partes envolvidas/interessadas: sociedade, poder público e outros. (Justificar, dentro do possível, as considerações feitas a este respeito). Então:

3.1. Como definiria os relacionamentos com os cidadãos, clientes, fornecedores, poder público, etc.? Pode explicar? [justificar]

3.4. O poder público contribui de alguma forma para o alcance dos objetivos/metas/finalidades da cooperativa? Como?

3.5. O poder público desenvolve ou já desenvolveu algum tipo de intervenção social dentro da cooperativa?

3.6. De que forma o poder público pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e trabalho dos/as catadores/as?

APÊNDICE IX

Grelha de Análise de Conteúdo

Referência: Guião de Entrevista (História Oral de Vida) das Catadoras de Materiais Recicláveis e/ou Reutilizáveis.

DIMENSÃO	ATRIBUTO	CONTEÚDO
A Profissão	Ser catador/a	<p>(Antônia): Hoje pra mim é o meio de ganhar a vida, de me sustentar, sustentar meus filhos, tenho filho até na faculdade que a gente paga com isso aqui, o meu esposo de um lado e eu do outro, a gente só sabe fazer isso. Hoje se falar “volta pro salão” eu não sei, não sei voltar, não sei fazer mais unha, não gosto, já não gostava. Então eu só sei fazer isso, amanhecer o dia e eu falar “tenho que ir pra cooperativa”. Eu gosto disso aqui, claro que seria muito melhor vir pra um lugar estruturado, que a gente usasse uniforme, tivesse toda uma estrutura, que a gente não fosse trabalhar no sol e que tivesse hora de almoço, tivesse um recurso do governo, uma estrutura ou um reconhecimento da população, seria muito bom, mas hoje eu tenho isso, é o que eu sei fazer, é o que eu gosto de fazer, eu ganho com isso, mas eu também acho legal a ideia de eu tá tirando da natureza, quando eu vejo os fardo pronto eu falo “caramba, olha só o tanto de panelada que poderia ter ido pro lixão, pro aterro e não vai”, a gente aproveitou”, e muita gente ganha a vida com isso, a gente sustenta nossas famílias com isso.</p> <p>(Josefa): Se eu acho um trabalho digno, tá entendendo? É um trabalho digno desde quando ele seja tratado com dignidade também. É um trabalho digno também. Gosto de fazer esse trabalho, gosto muito. Eu amo fazer esse trabalho principalmente numa reciclagem igual à da (...) que é uma reciclagem modelo que tem esteira, tem <i>galpãozão</i>, tem tudo, tem refeitórios, tem café da manhã, tem, tem tudo, tem almoço às vezes e tipo (...) uma presidente que respeita com dignidade os catadores (...) Que é um trabalho digno como se fosse outro qualquer. Pra mim e como se eu tivesse num escritório, mas desde quando ele seja tratado com dignidade também porque é isso é o que não tem aqui.</p> <p>(Severina): Não sei te explicar (...) eu gosto do serviço que eu faço.</p> <p>(Raimunda): Ah prá mim é bom. Eu gosto. Eu gosto de trabalhar e eu sei que eu tô fazendo algo, tô contribuindo prá algo também. Tô tirando muitas coisas que é prá tá aí entupindo bueiro, que é prá tá sujando, até mesmo tá acumulando lixo, inseto. Tô reciclando e tô ganhando meu dinheiro. Eu acho que tô fazendo uma boa contribuição.</p> <p>(Joana): Eu acho que é só o trabalho mesmo. Tem muita gente que implica né, mas com a continuação eles se acostumam. Prá mim é muito importante. (...)Ah eu gosto né. Ser catadora é prá mim, prá mim que não estudei eu acho que é um bom emprego prá mim. Não é coisa boa demais não mas a gente enfrenta né.</p>
	Motivos que levaram as catadoras para o trabalho de catação	<p>(Antônia): (...) no início foi falta de opção, eu não tinha assim muita coisa pra fazer, eu era manicure (...) e eu não gostava, fazia unha só mesmo pra o meu sustento (...).eu <i>tava</i> no Piauí, no lixão de lá, e vim parar em Brasília. (...) E aí eu vim, sem muita intenção, sem muita perspectiva, eu <i>tava</i> com</p>

		<p>vergonha, porque tinha falido, porque tinha fracassado lá no Piauí, tinha gastado todo o meu dinheiro, tinha vendido casa pra investir lá e não deu certo, acabei indo pro lixão lá, então foi mais por falta de opção, embora eu gostasse, sempre gostei, já catava, já era catadora, mesmo quando eu <i>tava</i> em casa, saía do salão já ia catando as coisas na rua (...)</p> <p>(Josefa): (...) falta de emprego, falta de opção de trabalho, que não tinha. Não tem trabalho a gente vai fazer o que, a gente tem que manter alimento e tudo a gente vai catar na rua. E porque eu gosto, eu gosto né. Ninguém tá assim tendo a estrutura boa igual tendo uma reciclagem decente eu gosto de fazer esse trabalho.</p> <p>(Severina): (...) antigamente, eu trabalhava numa panificadora (...) eu saí com um problema, muita dor na coluna (...) Aí eu cheguei aqui tinha um monte de mulher aqui sabe, trabalhando. Aí eu falei eu vou lá tentar né prá ver se eu arrumo uma coisa. (...) Gosto de fazer meu servicinho. Já tentei sair daqui não sei quantas vezes né, não consigo. Eu gosto de reciclar. Eu acho muito bom. (...) Não sei se eu arrumo outro serviço mas eu não quero sair não. Já tentei sair daqui mas não consigo. Como catadora eu acho bom. É só muitas vezes o pessoal critica né, muitas pessoas. (...) Agora o que eu quero é melhoras né. Melhorar mais e mais né. Trabalhar fichada. (...) Eu gosto de reciclar como catadora. (...) Meus filhos não gosta, ninguém gosta mas não importa eles, importa eu, gostar (risos). (...) Meu serviço como catadora eu não pretendo sair daqui tão cedo. Eu quero é melhoras. Mudar. Ganhar um dinheirinho a mais. Eu gosto das pessoas daqui. Nem tanto que eu gosto, eu gosto do serviço que eu gosto de fazer (...). Um dia a gente tem um pega prá capar com os parceiro mas outro dia a gente já tá é de boa (risos). Dá prá levar.</p> <p>(Raimunda): Trabalhava na empresa fichada, as empresas não tem assim aquela firmeza de manter a gente. Qualquer motivo manda embora. Fiquei desempregada, aí foi onde encontrei um meio prá tirar pelo menos um dinheiro pro sustento de casa. Foi espontâneo. Espontaneamente e por necessidade. Porque estava desempregada.</p> <p>(Joana): (...) o que me levou pro trabalho de catação é que eu preferi esse emprego mesmo né. Eu não tinha um bom estudo prá conseguir outro emprego. Aí achei melhor partir prá este mesmo. É muitas coisas prá gente fazer mas é mais fácil. É muito sofrido também. Mas tá na gente enfrentar. (...) quando eu cheguei aqui que eu sou do Piauí né, quando eu cheguei aqui, precisei de procurar uma vida mais melhor né. Aí cheguei aqui não tinha outra coisa, muito serviço prá fazer, mas como meu estudo era pouco, aí corri prá este daí. Aí comecei a trabalhar primeiro na reciclagem. Trabalhei produção, ganhava bem. E aí depois disso tudo enfrentei minha vida e ainda hoje tô ainda. Já tem mais de 5 anos que eu trabalho. (...) Cheguei, cuidei, meu primeiro serviço foi cuidar de criança aí não deu. Só passei 2 anos aí, as criança dava muito trabalho, era muita responsabilidade né. Aí eu achei melhor partir prá catação. É muito bom.</p>
	O início	<p>(Antônia): (...) por ser rentável, então eu achava que era chegar aqui e catar e ganhar meu dinheiro e ir embora, mas aí eu fui virando uma líder, sem muita pretensão, sem estudar, sem entender muito, mas meu esposo entende mais que eu, ele já é desse ramo já tem mais tempo que eu e aí ele foi me incentivando “vamo ficar na liderança, você dá conta, você consegue” e eu “ah, mas eu não sei, não tenho estudo pra isso” “não, você é o perfil de catadora que o governo quer né, que o governo</p>

		<p>precisa”. E aí eu vim e fui catando, fui liderando, fui chamando gente e foi enchendo a cooperativa, pessoas cheia de vontade, cheia de necessidade. E aí fizemos assembleia, fui eleita presidente da cooperativa, embora eu não gosto muito porque é muito complexo, é muito trabalhoso e mexer com gente é muito difícil, quando a gente tá catando no monte ali quietinha é muito bom, você não pensa em nada, você faz até um louvor, tá ali isolada, você e o lixo, só que quando você é a líder é mais ruim, porque aí você tem que ver quem tá fazendo errado e ensinar a fazer o certo e nem todo mundo quer aprender isso. E é isso...</p> <p>(Josefa): (...) o início que foi ruim que a gente subia era em cima do monte, pra abrir isso aqui, pra levar isso aqui nos peitos, pra chegar hoje onde está, pra esse tempo foi entrar muita grama aqui, foi muita dificuldade pra gente né. (...) eu catava na rua. Catava na rua, no carrinho e ia levar lá pra uma mulher que compra material, que ela compra também e vende pra capital também. (...) catava aqui na rua na Santa Maria, levava lá. Assim foi meu começo aqui, catando na rua.</p> <p>(Severina): No início foi um pouquinho difícil né. Quando eu cheguei que eu abri o bag prá mim colocar as coisas prá eu reciclar o lixo eu pegava era assim de longe, tampando o nariz (risos). Agora eu faço é entrar dentro do bag entendeu? Nunca saio daqui agora, eu quero é melhoras, eu quero que vire uma fábrica boa, todo mundo fichado, murado. (...) tudo organizadinho, a gente com uniforme, com crachá. (...)Ter hora de entrar, ter hora de sair, entendeu? Eu quero é melhoras. Água, luz, tudinho (...).</p> <p>(Raimunda): não me senti nem bem nem mal. Assim, eu não acho ruim. Eu só acho ruim o que o lugar oferece prá gente. Não é bem estruturado. Não tem estrutura prá gente trabalhar no meio do sol quente. Quando tava chovendo era chuva, meio à lama. O lixo não vem totalmente reciclado, muito orgânico. Vem muita sujeira que não é prá ser reciclável. E eu no começo quando tava entrando eu achei estranho e prá dar pitaco um pouco difícil. Mas assim, prá trabalhar nem me importei muito, mas assim as condições de trabalho é que foi ruim.</p> <p>(Joana): Era muito difícil. Que era prá trabalhar produção como ainda hoje nós trabalha. Dia a gente faz pouco, dia a gente faz mais. Aí tá continuando quase o mesmo jeito mas <i>tamo</i> pensando em uma boa melhora.</p>
	As Dificuldades	<p>(Antônia): As dificuldades são muitas. Como catador a dificuldade é trabalhar no sol, na chuva, não tem estrutura, você junta o material e vem alguém a noite e rouba, aí você passa o dia todo catando e vem alguém e leva, aí você tem que começar tudo de novo no outro dia, não tem recurso de nenhum lugar, a gente não paga INSS, não tem tempo pra nada, não tem tempo pra estudar, você já chega em casa tão exausta que não consegue pensar em estudar, não consegue pensar em fazer uma caminhada porque seu corpo já tá tão exausto (...) então assim, a dificuldade do catador é essa, é não ter nenhum tipo de incentivo, você é tipo a escória do mundo, as pessoas não te olha com bons olhos, você passa as pessoas as vezes fala que tá fedendo e acaba tendo uma rejeição da população, apesar de ser um serviço tão digno quanto qualquer outro.</p> <p>(Josefa): Muito. Quando tinha chuva tinha que parar de reciclar. (...) tem que usar protetor, tem que usar chapéu por causa do sol né e é dificuldade também porque carregar no carrinho é meio difícil e é muito papelão. É bem difícil, mas deu pra levar né?</p>

		<p>(Severina): Não acho difícil não, é fácil. Muito fácil que eu já acostumei (...).</p> <p>(Raimunda): Ah. É horrível. É horrível. Como eu falei é no sol, debaixo de sol, quando é chuva é chuva, lama e também por causa do material que não vem totalmente reciclado. As condições é muito ruim por causa disso. E também essa questão de receber né, porque a gente sofre tanto e ganha pouco. Não é um dinheiro assim que a gente vê que é valorizado pelo que a gente faz. O valor que paga, que a gente ganha é pouco. Eu acho que as condições é ruim por isso. As condições que a gente trabalha e as condições que é retornado também prá suprir as nossas necessidades.</p> <p>(Joana): (...) dá para gente enfrentar né (...) sempre dá um jeito né.</p>
	Os Constrangimentos	<p>(Antônia): (...) quando tá na chuva é mofando, trabalha dentro da lama e ainda vem os povo próprio da comunidade toca fogo, xinga, tem gente que para pra xingar, pra tirar foto, pra constranger mesmo o catador, o catador é meio que um nada né?</p> <p>(Josefa): Muitos. Ó a lixeira, ó lixeira muita gente na rua também chamava de lixeira, muito constrangimento já tive, muito. Até aqui dentro também já tive. Tipo aqui eles paga que tem que descontar do nosso dinheiro ainda, do nosso, tem que pagar os dois meninos, duas pessoas que é pra puxar os <i>bag</i> quando tá cheio, tipo um <i>bag</i> daquele lá de pet, um <i>bag</i> de seda, <i>bag</i> que tinha ferro tal, é paga pra poder puxar porque as mulher não dá conta de puxar aqueles <i>bag</i> pesado pra chegar até a balança que <i>tava</i> ali e agora não sei porque tirou, e aí tem que arrastar e aí paga um menino que é pra puxar os <i>bag</i>. Hoje não, ela diz que quem tem que arrastar os nossos <i>bag</i> somos nós e é tão difícil arrastar <i>bag</i> de ferro porque pesa né. É difícil porque pesa e agora de agora em diante o <i>bag</i> de lixo que é rejeito nós que temos que arrastar os nossos <i>bag</i> lá dentro do caçamba. E é muito pesado pra mulher pegar. É muito pesado isso é um constrangimento. Tem vezes que a gente chega aqui em cima tremendo porque é muito pesado. É muito constrangimento. Tem vezes que a gente chega aqui em cima tremendo de desmaiar que a gente vem arrastado (...) é a mulher que tem que arrastar os ferros e as vezes quando a gente chega aqui a gente chega tremendo porque a gente tá arrastando <i>bag</i> e você sabe que mulher não tem resistência física pra isso aí.</p> <p>(Severina): A gente passa né porque quem que não passa né? (risos). Mas dá prá levar, bom. Não tem nada o que reclamar não.</p> <p>(Raimunda): Aqui dentro não, mas, assim, da vizinhança já. A gente tava reciclando aqui aí o rapaz soltou as piadinhas no local que a gente tava trabalhando. Que aqui tava juntando mosquito da dengue, que aqui fedia, que aqui tava fedendo a casa deles, que não sei o que. É um constrangimento prá gente de saber que a gente tá aqui por necessidade e as pessoas não vê que aquilo ali tá alimentando a nossa família e ajudando até mesmo a eles, aí passando constrangimento, falar que a gente tá no meio da sujeira, no meio não sei de que, não sei de que. Coisas assim que eles falam. Não é todos, muitos vê aqui como um, valoriza né, com o que tiver fazendo algo prá natureza. Outros faz é desprezar mesmo o trabalho da gente.</p> <p>(Joana):</p>
	A Convivência com a Sociedade/Comunidade	<p>(Antônia): (...)a metade aceita, a metade adora a gente e a metade odeia (...) A gente é amado e odiado ao mesmo tempo (...)então a sociedade a metade reconhece que é digno, que a gente tá aqui limpando, que poderia tá indo pros rios, pra natureza e a metade acha que isso aqui é ridículo, que é</p>

		<p>feito de ver, que tá enfeizando a cidade, que tá sujo, que é lixo, eles não vê que é material reciclável, eles vê como um lixão, e a dificuldade é essa, a sociedade não enxerga a gente como deveria enxergar, não incentiva, pelo contrário, bota os filhos aqui dentro pra brincar como se fosse um parque, pelo menos o pessoal daqui próximo né (...).</p> <p>(Josefa): A convivência é boa. Nós não temos nada. Só que eles já fizeram abaixo assinado pra tirar a gente daqui né. Pros malandros que às vezes dormia aqui, aqui dentro, que fumava aqui e usava aqui esse lixão quando era lixão então isso tá incomodando eles. Tá entendendo? Tá incomodando eles, porque aqui isso era lixão e eles usava tudo aqui era usuário vinha aqui, entrava naquele (...) É por causa aqui era o lugar dos usuários usar drogas. (...) eles faz abaixo assinado pra tirar. É isso que é a convivência.</p> <p>(Severina): Ah os moradores no começo eles enchia o saco. Falando que isso aqui tinha que fechar. (...) antigamente no começo era ruim. Tinha muito lixo, fedia demais quando chovia. Agora não. Agora melhorou foi muito. Agora eles tão pegando é o mel, antigamente era o fel.</p> <p>(Raimunda): É comunidade que não tá sendo muito boa (...). Fica olhando, fica com desprezo né. Olha a gente com desprezo. Por trabalhar aqui dentro.</p> <p>(Joana): Teve uns que já reclamaram muito né. Mas com a continuação eles começaram a entender que a gente aqui precisava né. A gente tirava o pão era daqui mesmo. Aí eles começaram a entender. Agora eles não tão mais implicando não.</p>
	<p>Abandono da profissão</p>	<p>(Antônia): Depois que eu comecei não, tem 10 que eu parei de fazer unha e tô nessa (...) Depois que eu comecei, nunca deixei.</p> <p>(Josefa): Não, nunca deixei. Comecei e não parei, estou procurando que se eu tivesse outra reciclagem que tivesse, fosse um trabalho que fosse tratado com dignidade mas por enquanto eu moro aqui, tenho que ficar aqui.</p> <p>(Severina): É a primeira reciclável que eu entrei é a primeira que eu estou até agora.</p> <p>(Raimunda): (...) não tava tendo o reciclável, aí eu tava com muita conta de luz e de água atrasada e como surgiu essa oportunidade deles me chamarem, volta, eu aceitei por isso. Com a intenção de colocar as minhas dívidas em dia porque o dinheiro que eu estava ganhando não tava dando prá eu suprir as minhas necessidades. Já fiquei 1 mês e 20, 26 dias fora daqui. Arrumei um trabalho da antiga empresa que eu trabalhava, me chamou prá trabalhar e não deu certo lá o contrato deles, ele dispensou eu e as outras pessoas que tava, eu voltei prá cá de novo. Eu acho melhor eu tá aqui que tem um emprego constante né. Pelo menos é pouquinho, tá pingando, o povo tá desprezando, do que tá. Pelo menos prá salvar o pão de cada dia pros meus filhos e não precisar pegar nada prá ninguém. Por isso que eu acho digno. Eu acho. Eu tive iniciativa e voltei, mas antes eu falei prá ela porque eu tava saindo e voltei. Porque eu acho bom que é pertinho de casa também. E eu posso ta aqui de olho nos meus filhos, eu sei onde que eles tá. Eu não acho vergonha trabalhar de nada. Eu acho vergonha se for roubar. Eu não importo de que, eu quero é trabalhar. Mas, eu preferia trabalhar aqui. Sabia? Porque aqui não é assim, eu não me vejo como menor pessoa em mim do que quem limpa lá chão, do que quem é, faz um trabalho qualquer.</p> <p>(Joana): (...) Durante os 5 anos eu trabalho direto só com isso mesmo. Direto, direto. Só com</p>

		reciclagem. (...)Depois que eu enfrentei nunca parei não. Direto. (...) Aí me acostumei tanto com este emprego que eu tem vez que me dá até vontade de eu parar né. Mas é o emprego mesmo que eu sempre acho mais fácil de eu fazer né porque de faxina eu não dou conta em casa assim das pessoas. Sei que eu acho mas eu não gosto de trabalhar de faxineira não. Não dou conta do serviço não.
Condições de Trabalho	Considerações/percepção e a respeito das atuais condições de trabalho	<p>(Antônia): Aqui a gente trabalha de segunda a sexta, de 8h às 19h, para 1h no almoço, a gente almoça aqui dentro mesmo, mosca ou não, a gente almoça aqui, outros vão ali pra debaixo da arvore, todo mundo traz a sua marmita e agua a gente traz de casa que aqui não tem, banheiro é precário, a gente lava, mas o usuário vem e usa, toca fogo, pra usar a lata né, aí incendeia o banheiro tudo, a gente até guarda roupa lá pra usar no dia seguinte, mas aí eles toca fogo em tudo, então a gente leva tudo na mochila, as roupa que veste aqui e que fica muito suja né, fica fedendo, a gente queria deixar no banheiro pra não precisar colocar na bolsa coisa fedida, mas tem que levar de volta porque senão haja roupa.</p> <p>(Josefa): (...) vem muito lixo orgânico. Eles entregava a coleta mas vinha muito orgânico tipo, vinha animal morto, vinha seringa no lixo e isso não pode acontecer vir seringa com agulha, tá entendendo? (...) muita fralda e isso não pode vim (...) E eu queria que assim que melhorasse viesse um lixo reciclável. (...) Nós <i>tamo</i> trabalhando com as condições de trabalho não tá muito boa porque tá vindo muito lixo orgânico. E tipo, ter uma bota, ter uniforme decente. Tipo melhorar a situação que a gente trabalha dentro da lama, dentro da água. Coamos o lixo dentro da água assim, as vezes o lixo fica dentro da água assim. (...) Queria que tivesse uma proteção uma cobertura pra gente se proteger do sol. Tirasse a gente de dentro dessa água dessa lama que a gente trabalha dentro da lama, tá entendendo? Não temos bota, a gente acha bota dentro do lixo pra calçar. Nós nunca ganhamos bota aqui, nunca ganhamos meia.</p> <p>(Severina): eu quero é melhoras, eu quero que vire uma fábrica boa, todo mundo fichado, murado. (...) tudo organizadinho, a gente com uniforme, com crachá. (...)Ter hora de entrar, ter hora de sair, entendeu? Eu quero é melhoras. Água, luz, tudinho (...). As condições que eu acho é boa. Não acho ruim não. Na catação, ne tudo. Às vezes eu sinto muita dor mas é pela idade também entendeu? Que a gente fica muito agachada, mas eu não tenho nada que reclamar daqui não.</p> <p>(Raimunda): Ah antes de eu sair daqui e ir prá essa empresa eu via assim uma condição assim desumana. Assim por tá no lixo né, dependendo daquilo e tudo mas aí depois, depois que eu fui prá lá, trabalhei, me esforcei do mesmo jeito que eu me esforço aqui. Não é assim tipo, valorizada, vamos supor. (...) E aqui, não tem ninguém prá me desvalorizar. Me valoriza porque se me aceitou até de volta é porque me valoriza e eu trabalho direito.</p> <p>(Joana): É bom porque a gente trabalha por produção né. Tem semana que eu trabalho aqui em embaixo só na produção, aí eu tenho mais um tempo prá mim sentar, prá mim esfriar mais a cabeça um pouco né. Que é um sol muito grande mesmo quem trabalha no meio do sol. Aí tem semana que eu vou ali prá bancada trabalhar lá separando só que lá ela me paga por diária. Não é como aqui</p>

		não, por produção aqui embaixo. Lá é por diária. Ela me paga quando tem muito material lá prá separar aí ela tem que me botar prá lá né. Só que lá não é produção.
Percepção acerca do que as outras pessoas podem pensar a respeito do trabalho de catação		(Josefa): (...) a população acha que é um trabalho digno. Todo mundo acha que reciclar é um trabalho digno como se fosse qualquer outro trabalho. Só que ele tem que ser tratado com dignidade. Que é o que a gente não é tratado com dignidade. E que a gente tenha um lugar, um lugar decente pra gente trabalhar, porque aqui a gente não temos estrutura pra trabalhar. (Severina): O que as pessoas pensam eu não sei não. Nem imagino. (Raimunda): As pessoas agora não sei como me vê. Que lá fora, lá por detrás. (Joana): Muita gente chega ali, fica olhando todo tipo de material separado. Diz que é importante o jeito que eu trabalho. E eu trabalho muito também que eu não trabalho pouco, trabalho quando eu tô lá na diária eu trabalho mais. Mas aqui embaixo, como eu já te falei, é menos. Porque a gente trabalha num sol deste né, não tem condição mesmo de tá aqui direto mesmo né. Tem que sair uns pouquinho prá esfriar o côco um pouquinho.
Jornada de trabalho		(Antônia): Aqui a gente trabalha de segunda a sexta, de 8h às 19h, para 1h no almoço (...). (Josefa): Aqui é o dia todo. O dia todo. Chega de manhã só vai embora de noite. Eu às vezes fico até 8 horas da noite. Quando é horário de verão aí é a hora que tá escuro. E quando é horário o horário normal é até 6 horas. É de segunda a sábado. (Severina): Eu entro aqui 8 horas e saio daqui 5 da tarde. É o horário né. Às vezes eu saio uma 6 e meia, até 7 hora da noite, entendeu? Mais do que isso eu não fico não. Mas o que eu saio mais é 5 hora, 5 e meia, entendeu? Mas se eu pudesse eu ficava era a noite toda (risos) entendeu? Segunda a sábado. Segunda à sexta eu gosto de trabalhar, mas no sábado eu venho prá adiantar na segunda-feira né. (Raimunda): Eu trabalho de segunda a sábado e eu cheguei aqui por volta de 8, 9 horas, saio daqui por volta de 5, 6 horas da noite, 6 e meia no máximo. O mês inteiro. (Joana): Nós começa a trabalhar 8 horas quando dá 5 horas nós para. Muitos que mora perto né, vai até mais tarde mas eu já moro mais distante aí 5 horas eu já vou embora com a presidente.
Esforços físicos durante a jornada diária de trabalho		(Antônia): Ô, força a gente faz muito esforço. Primeiro pra puxar os bag de lixo pra não... então o lixo é o que é mais pesado. E o reciclável que a gente puxa pra balança e algumas vezes a gente prefere a gente mesmo colocar o papelão dentro do container, apesar da cooperativa ceder um funcionário, paga um funcionário pra fazer essa parte pesada pra gente, só que as vezes eles faltam, faltam bem no dia da gente vender, então a gente mesmo se submete a encher a caçamba de papelão. (...)o sol castiga demais, faz com que o corpo da gente fique mais cansado (...)então arrasta bag pra lá e pra cá, eles pesa em torno de 30kg cada, e o ferro, quando é bag de ferro é muito difícil (...)a gente pede ajuda de outro, pede ajuda de um companheiro homem e aí um puxa o coisa do outro (...)o esforço é o tempo todo, o tempo todo a gente faz esforço, o tempo todo é cansativo (...). (Josefa): Ixe. O esforço físico muito muito muito esforço. Esforço é da onde você não tem mais gota pra colocar. É grande. É a mesma proporção. Porque você arrasta aqui e vê os homem arrasta. Você é a mesma proporção. Você limpa igual os homem limpa. Você arrasta os bag pesado igual os homem arrasta. Então é a mesma proporção. Não tem diferença dos homem pras mulher.

		<p>(Severina): Nossa eu coloco muita força. Muito já puxei bag mas eu não tenho nada que reclamar. De vez em quando a gente não quer mandar a gente pega e faz né. (...)Claro às vezes quando o menino trabalha aqui sozinho, aí quando ele tá levando a gente ajuda levar também né.</p> <p>(Raimunda): Ah é muito grande. A gente tem que ficar abaixando e levantando. Aí depois ainda vem arrastando as coisas de lá debaixo nesses buracão aí que tem aí. Esses morrinho aí que tem aí. E os bag são pesado e a gente arrasta eles. Trás ferro. É os ferros a gente é que trás. Essas portona mesmo de carro. Ontem mesmo quem trouxe foi eu e uma senhora. Eu ajudei ela e ela me ajudou. Aí é um esforço físico muito grande. Eu venho porque eu preciso. A gente arrasta os bag cheio de material quando o menino não pode ajudar e os ferro a gente arrasta prá pesar. Até o trator prá derramar uns prá gente foi a maior dificuldade. E é um trator né. Imagina um ser humano. Não, as condições de trabalho aqui é degradante. É difícil. Sinceramente só trabalha, a gente só trabalha aqui porque é necessidade mesmo. Porque a gente não tá tendo opção de trabalho mas aqui se melhorasse, eu mesmo por ser perto de casa, isso aqui melhorasse e desse prá ganhar mais, pelo menos que a gente tirasse um salário mínimo por mês, ai, eu ia achar bom demais.</p> <p>(Joana): Prá nós que trabalha por produção né, quanto mais a gente se esforça mais a gente ganha. Se escora mais um pouco a gente já diminui muito na produção. A noite mesmo quando a gente chega em casa, tem que tomar um remédio prá dormir um pouquinho mais melhor né. Fica com o corpo todo doído, que passa o dia se abaixando né, se levantando né. É assim, aí tem que tomar um remédio prá poder dormir. Sente muita dor mesmo. Dor nas pernas, nos braço. Às vez até dor de cabeça a gente sente muito.</p>
	<p>Comprometimento da saúde em decorrência dos esforços físicos no ambiente de trabalho</p>	<p>(Antônia): Até que não. Aqui eu não sei de ninguém que adoeceu por conta daqui. Eu nunca adoeci, nunca peguei nem uma gripe por conta da reciclagem. Não sei se isso vai lá pra frente (...) eu tenho asma, tenho crise só quando tá na época seca, mas isso antes de eu mexer com cooperativa... inclusive acho que eu era mais doente quando eu não mexia, ficava muito na sombra, mexia com acetona, acho que eu era mais alérgica na época que eu era no salão.</p> <p>(Josefa): Causa. Que às vezes chega lá em cima tremendo, tremendo. E abala muito os nervo. Você fica tremendo. Não sei se é fraqueza, nós estamos muito... esgotamento físico. Esgotamento físico. E tipo a mulher, a mulher pode descer útero, pode comprometer útero porque dá muito força, pega muito peso, vejo muita mulher gritar ai isso aqui vai descer isso aqui tá demais. E é por aí. Assim dá quase assim uma fraqueza por causa do serviço que às vezes a gente acha pesado, às vezes a gente acha porque faz um pouquinho de força (...).</p> <p>(Severina): É um pouquinho atrapalha né. Porque a gente faz força né. Mas assim, prá acabar se tiver uma pessoa só prá poder levar, levar, prá gente não fazer esforço era melhor ainda. (...) Aqui tem gente que reclama né, cansativo, todo serviço é cansativo, não pense que não é cansativo né.</p> <p>(Raimunda): Tenho dor nesse braço aqui, no joelho e aqui nessa região lombar. Eu sinto muita dor.</p> <p>(Joana): Graças a Deus até hoje eu nunca senti problema em saúde não né. O que eu sinto mesmo só mesmo dor no corpo. Mas sobre minha saúde não. Tenho, já fiz todo tipo de exame, graças a Deus nunca deu nada não. Dá tudo normal. Que a gente pega mesmo muitas coisa né que não é prá pegar mas, graças a Deus, nunca tive problema minha saúde não.</p>

	Uso de Equipamentos de Proteção Individuais-EPs	<p>(Antônia): A cooperativa cede luva e uniforme, camiseta, o resto é a gente mesmo que se vira. A bota infelizmente a cooperativa não tem esse recurso (...) tem uma empresa que cede muita bota, o pessoal usa, tem um limite, aí joga a bota tudo aqui, aí a gente pega as conservada e pega pra gente.</p> <p>(Josefa): (...) a gente não ganha bota (...) não tem bota, só é mesmo a luva, não tem uniforme, não tem nada. Não temos bota, a gente acha bota dentro do lixo pra calçar. Nós nunca ganhamos bota aqui, nunca ganhamos meia.</p> <p>(Severina): Com certeza a gente usa bota, a gente luva (...)a máscara não consigo até hoje.</p> <p>(Raimunda): Não tenho luva. Bota eu tenho que eu achei por aí que eu não ganhei bota aqui da cooperativa. Uniforme eu tenho que ela me deu. Ela deu a blusa. A calça é por conta própria. Na catação o que a gente acha que serve, tá limpa, leva prá casa, lava e vem e coloca prá trabalhar.</p> <p>(Joana): (...) luva, bota, protetor solar a gente fica usando direto né. E tem uniforme também.</p>
	Manuseio de objetos perigosos à saúde	<p>(Antônia): Sim, dependendo do local que vem a coleta, quando é na central, quando eles fazem a coleta da central, geralmente tem hospitais, clínicas, de dentista, essas coisas, não hospital público, mas quando tem alguma clínica particular, eles costumam colocar. Então tem gente que faz hemodiálise em casa, na residência, e aí coloca muito material de dialise, muito. Então vem muita seringa, vem muita bolsa com aquela troca lá, vem muito vidro, vidro colocado de qualquer jeito, muito lâmpada, que deveria ter lugar de descarte (...)Se colocar um container só pra lâmpada pro pessoal da comunidade vim colocar, corre o risco de uma criança entrar e ficar brincando com isso, então a gente ainda não fez.</p> <p>(Josefa): Muito objetos perigosíssimos. Agulha, agulha descartável, agulha de hospital, material hospitalar vem com agulha. Tipo, animal morto já cheio de, já em decomposição. Vem animal morto, tipo, é papel com sangue. Sangue, já veio aquele tanto de sangue você sabe. Papel higiênico, nós mexe sacola, nós somos obrigados a rasgar sacola de papel higiênico. Nós somos obrigados. Por lei aqui a gente tem que rasgar pra aproveitar a sacola plástica. Pra aproveitar o saquinho, a sacola plástica. Eu acho papel higiênico muito perigoso. Quando nos abre a sacola vem aquele cheiro, vindo assim no seu, na sua, no seu rosto.</p> <p>(Severina): Tem. Às vezes vem esse negócio de hospital só que a gente abre, só que eu abro ao contrário prá não vir aquele negócio no me rosto entendeu? Vem aqueles negócios numa garrafinha que fede, não sei que negócio é aquele, não sei se é gases. Mas graças a Deus nunca passei mal né. Vem seringa, vem cachorro morto, às vezes vem gato, mas isso a gente releva, eu nem abro só assim metadinha, enrolo, jogo prá lá.</p> <p>(Raimunda): Faca, agulha de injeção, garrafa de qualquer jeito, vidro quebrado de qualquer jeito, não é bem embalado e eu já furei meu dedo em agulha também. Contêm caco de vidro, então assim, não é nem culpa daqui é de quem separa lá primeiro e nem é culpa de quem cata também, dos pessoal que joga.</p> <p>(Joana): Às vezes vem material junto de hospital né. Aí é coisa que complica mais né. Às vezes é uma agulha, um soro né. Aquilo ali vem muito né.</p>
	Ocorrência de algum tipo de acidente de trabalho	<p>(Antônia): Não.</p> <p>(Josefa): Já. Com o joelho muito tempo inflamado meus joelhos. Eu vinha trabalhar porque tinha que</p>

		<p>trabalhar.</p> <p>(Severina): Não. Aqui não, graças a Deus não. Até agora não.</p> <p>(Raimunda): Eu só furei só a minha mão uma vez com a agulha. Agora eu não sei o que tem no meu sangue né (risos). Eu não fiz exame. Eu não sei.</p> <p>(Joana): Não. De jeito nenhum. Não. Até hoje nunca aconteceu não.</p>
	Ocorrência de algum tipo de acidente de trabalho com colegas de profissão	<p>(Antônia): Já. Uma cooperada que pisou no bag pra caber mais, era de papelão, na época a gente colocava o papelão dentro do bag, e aí ela subiu no bag e fiou pisando, na hora que ela foi sair do bag, ela quebrou o pé e até hoje ela tem sequela.</p> <p>(Josefa): Já. Minha colega quebrou foi o pé aqui dentro. Ficou mais de 6 meses afastada do trabalho e sem receber nada.</p> <p>(Severina): Já. Uma amiga minha que ela subiu em cima do bag e machucou o pé. Torceu o pé assim. Ficou uns 4 meses ou foi 5 fora daqui né. Depois ela voltou.</p> <p>(Raimunda): Já. A menina cortou a mão, o dedo aqui, quem foi cortou? Foi o Igor, cortou a mão.</p> <p>(Joana): Não.</p>
	Percepção acerca de fatores que podem contribuir para ocorrência de acidentes de trabalho	<p>(Antônia): Poderia ser isso né? Os vidros, as seringas, embora não tenha acontecido aqui, a gente usa luva, mas... e a gente já tem esse cuidado. Como aqui eu mexo com coleta seletiva, mesmo que venha 50% de lixo, mesmo sendo lixo, ainda é menos do que seria no lixão, num lugar onde seria aterro sanitário (...) Como não tem maquinário, talvez o risco de acidente seja menor porque não temos máquina, a gente tem uma prensa que a cooperativa tem que contratar o <i>preseiro</i> porque ninguém tem, então já sai fora dos acidentes porque não são os cooperados que mexe com essa prensa, então não tem como, aqui não tem como ter acidente por isso. Só teve esse que foi, tipo, ela quis né? Eu falei “não entra dentro do bag, não faz isso porque é ruim” e ela é pesada, aí ela entrou e quebrou, mas foi realmente um acidente, esse aí não teve como prevenir, o que a gente pode é vir calçado, com bota fechada, quando ouvir o barulho do caminhão dando ré, sai de perto (...)Então aqui não tem trator, não tem caminhão fazendo esse fluxo, então é mais difícil um acidente de trabalho aqui.</p> <p>(Josefa): Muitos é tipo, subir em cima de <i>bag</i> pra socar o <i>bag</i>. Aí é a hora que o material tá alto aí sobe em cima do <i>bag</i> aí o pé vira e muita já quebrou o pé assim. E teve gente aqui que já pegou bactéria e ficou mal do intestino. Ficou mal mesmo. E teve gente que já pegou uma coceira no corpo. Eu já peguei e aquela morena ali já pegou também que ficou coçando e empolou o corpo todinho. Ficou coçando e foi simplesmente a mulher mandou a gente embora pra casa porque ficou ruim a gente coçou e empolou o corpo todinho. Um coceira que só Deus na causa. Os pés muita gente já pegou coceira nos pés que ficou em carne viva.</p> <p>(Severina): Não, eu não tenho nada prá falar de acidente porque a gente não prevere né. A gente não vê né. (...) Só a menina mesmo que machucou o pé mas isso aí foi que ela subiu no bag, pulou e torceu o pé. Mas até agora tá tudo bem.</p> <p>(Joana): Ah de acontecer, se não botar muito cuidado corre o risco né.</p>
	Doenças decorrentes do trabalho de catação	<p>(Antônia): Difícil né, porque como em 10 anos eu ainda não adoeci, mas acredito que sim, acredito que o sol um dia traga algum problema de pele em mim e em qualquer outro catador né? Tem uns</p>

		<p>catador que era branquinho e já tão moreno, acredito que isso cause envelhecimento precoce, alergias, acredito também nisso, embora seja seletivo né, o diferencial daqui é isso, é que a gente só recebe coleta seletiva, era pra ser só material limpo, só material bom, como ainda não tá assim, provavelmente uma alergia, uma gripe porque <i>tamo</i> na chuva, coisas causada por tempo seco, a gente aqui fica na poeira, quando tá poeira aqui a gente não enxerga um ao outro assim, de tanto que fica fazendo redemoinho dentro. Acredito que sim.</p> <p>(Josefa): Pode muito, pode muito. A gente trabalha porque a gente precisa né. (...) Aí sim, o lixo fosse só reciclável, aí a gente não tinha tanto risco. Mas do jeito que a gente trabalha aqui a gente corre muito perigo. (...)na condição que a gente trabalha aqui pegando papel higiênico, tirano animal morto de dentro da sacola e tendo que aproveitar a sacolinha. Então qualquer hora é hora de pegar uma bactéria. Porque eu acho que sacola de papel higiênico não deve ser aberta. Aqui exige que abra. E se a sacola tiver cheia de bicho, que tiver aqueles resíduo de comida que tiver velho há muito tempo, mesmo que tiver cheia de bicho você tem que abrir a sacola sacudir os bicho tudinho e tirar a sacola e botar lá dentro e aproveitar a sacola. Já peguei bactéria também que fiquei vomitando e intestinal também já peguei aqui.</p> <p>(Severina): É pode né, porque a gente mexe é fralda velha, é papel higiênico, tem muitas coisas fedorentas, entendeu? Comida azeda. Pode provocar mas até agora Deus não deixou provocar, graças a Deus. Até agora. Vai fazer 3 anos que eu tô aqui não sei nem o que é um hospital. Assim eu tenho consulta de 2 em 2 meses né, que de vez em quando a gente tem de ir prá saber o que tem né.</p> <p>(Raimunda): Assim, eu fico com medo. (...) De ser uma agulha que foi alguma aidético ou qualquer hepatite C. (...) é um risco que a gente corre todos os dias aqui. Um risco. (...) Mas aqui o que a gente mais dá medo aqui, no local de trabalho é a contaminação por agulha. E outra coisa. Papel higiênico também é contaminado. Dá prá contaminar. Porque você sabe que através daquele mau cheiro tem hepatite C né. Que ela é transmitida também pelo papel higiênico. Pelas fezes do indivíduo lá. E papel higiênico não é reciclável não. Não sei o que esse povo manda prá cá né. O povo é sem juízo, sem conscientização. Papel higiênico e fralda geriátrica. Você acredita que vem. Isso aí é o cúmulo do absurdo.</p> <p>(Joana): Às vezes a gente pega, tem medo de acontecer mas, a gente tem fé em Deus e pedir a Deus que nunca aconteça né. Que quem trabalha com o serviço aqui a gente corre qualquer risco né.</p>
	<p>Percepção acerca de fatores que podem contribuir para melhoria das condições de trabalho</p>	<p>(Antônia): Primeira coisa seria a coleta ser seletiva, o catador talvez indo pra rua fazer a coleta, trazer só material bom. Segundo, o governo injetar recurso pro catador, catador na verdade que nunca é beneficiado com nada, catador ter o direito de pagar o INSS, ter o recurso, se ele ganhar melhor, se a coleta for seletiva de verdade ele não vai perder tempo tirando lixo do monte, então ele vai ter mais tempo pra separar somente o material que vai vim selecionado, então ele ganhando melhor ele pode ter o recurso pra pagar o INSS, que é o sonho de todo mundo aqui, que já tá todo mundo numa idade, que nunca trabalhou fichado ou coisa assim, então não tem perspectiva, se adoecer passa fome, tem catador aqui que adoecer e passa fome, a gente fica aqui reunindo dinheiro, eles ficam vendendo roupa que eles acham aqui, entendeu? Vende as coisa dentro de casa, teve catador aqui que vendeu, comprou a máquina, passou um ano pagando e depois vendeu porque não tinha</p>

		<p>dinheiro, porque adoeceu (...) uma estrutura que é o sonho da gente ter um muro pra ninguém roubar a gente, o sonho é uma cobertura pra gente não pegar sol nem chuva, ter uma segurança aqui dentro, porque entra muito marginal, usuário, a gente tem medo, embora nunca usuário fez mal, mas segurança não tem nenhuma, já entraram e roubaram carro, roubaram tudo da gente aqui, então a gente tem muito medo. Já entraram e levaram celular.... Que mais? É isso, acho que hoje em primeiro, primeira coisa seria a coleta ser seletiva, que aí sim, a gente não tá pedindo nada de mais, apenas pra trabalhar com material bom, que a comunidade teria que reconhecer isso, teria que separar, mas ao mesmo tempo quem separa põe lá na rua e aí o lixo convencional passa e leva, então acaba misturando tudo.</p> <p>(Josefa): Eu acho que melhores condições de trabalho é ter um galpão, pra nos proteger do sol. Ter trabalhar numa esteira e ter um material que a gente tá precisando de material reciclável pra gente trabalhar e pagar o nosso INSS porque nos tem segurança nenhuma pra gente aqui.</p> <p>(Severina): Eu queria trabalhar pelo menos assim de limpeza. (...)Vai ter aquelas máquinas, aquelas coisinhas todinha como a gente fala? É as esteira entendeu? Vai mudar muito, a secretária vai ficar ali, a gente vai continuar a catar balança né, mas aqui eu tenho certeza que vai ficar uma fábrica boa né. Vai mudar muita coisa aqui. Não vai ter esse lixão aqui, não vai ter sujeira mais. Mas se tiver a gente continua né. Tanta coisa a gente faz um tiquinho né.</p> <p>(Raimunda): No caso melhoraria se o povo se conscientizasse, separasse o lixo seco, só seco, orgânico, fralda, cachorro, fralda geriátrica, é agulha, ficasse prá lá pro orgânico que não é reciclável, prá ir pro aterro sanitário. Se o governo fizesse alguma coisa, olhasse prá gente. E arrumasse tudinho né, e as condições financeiras também. Que não é boa. melhorar a estrutura daqui, colocar mais não sei o que, uma cobertura prá gente. A gente ter um banheiro bem organizadinho. Ter um local prá gente se alimentar sem trazer de casa né. Mas aí eu como é céu aberto que não tem um local prá gente comer.</p> <p>(Joana): A gente espera né. Fé em Deus, melhore. Só nós já sair desse sol aqui já é uma grande melhora.</p>
Condições de Vida	Livres comentários	<p>(Antônia): Minha vida é uma vida simples, eu sou habilitada, eu só fiz o 1º grau, não quis estudar, não tive tempo, ano tive oportunidade, quando tive já <i>tava</i> me sentindo velha demais pra isso, pra ir pra uma sala de aula todo dia, eu particularmente não tenho o sonho de estudar, não consigo enxergar assim, eu numa sala de aula, acho que passou a minha oportunidade, nunca foi o meu sonho “óh como eu sou estudiosa, meu sonho é fazer uma faculdade”, se eu falar isso eu tô sendo hipócrita, nunca tive não (...) Meu sonho é ter condições dignas de trabalha e pagar o que eu compro, comer eu gosto de comer, sustentar meus filhos, pagar o estudo da minha filha (...) o meu sonho é esse, pagar a faculdade da minha família, terminar essa faculdade tão difícil, tão cara e sustentar a minha família né, com o que é de melhor, o meu sonho é ter lazer com dignidade, eu viajar, conhecer lugares e não sei se seria com o recurso de catador né, não sei se seria assim, com esse serviço, mas a gente até ganha bem, se trabalhar ganha bem, se não trabalhar não ganha, se adoecer não ganha, se tiver que ficar com filho no hospital, não ganha, mas quando vem, quando tem como chegar aqui, dinheiro é</p>

		<p>garantido, a gente até ganha bem. (...)tem catador que é usuário e só o que ele consumir, só o que der pra pagar a droga dele tá bom, ele não quer ganhar mais, quanto mais ele ganha mais droga ele usa e tem os que são alcoólatras, tem os que são dona de casa, que são os (...) de família, tem os de mulher solteira que trabalha aqui. E eu vivo disso aqui, só sei fazer isso aqui, meu recurso é daqui.</p> <p>(Josefa): (...) Quem me ajuda é meu filho porque ele já tem os compromissos dele lá com mulher e com tudo. O com que ele me ajuda pra mim não ter eu despejada na rua, na rua. É ele me ajuda e não tenho às vezes uma boa alimentação que o que eu ganho aqui não dá pra comprar pra suprir uma boa alimentação. E não tê o que eu queria minha casa própria que eu nunca fui inscrita nessas casas aí do governo. Ninguém nunca conseguiu inscrever a gente que fala que a prioridade tem que ser os catadores pra ser inscrita mas só que a gente nunca foi inscrita não sei porquê. E a minha condição de vida é bem difícil. Nesse trabalho que eu estou. Muito difícil. Nem pra remédio as vezes a gente tem. Nem pra remédio.</p> <p>(Severina): Bom eu como catadora eu acho bom. (...) Eu acho que eu faço o serviço muito rápido.</p> <p>(Raimunda): Contar minha história, fui carroceira, até o cavalo chora (risos). É triste. Muito triste. É. Ah minhas condições de vida é muito triste. Olha eu tenho uma casa. É casa própria mas eu não vivo sossegada dentro da minha casa (risos). Não vivo sossegada dentro da minha casa, preocupada 24 horas. Por conta de água, IPTU e luz uma vez por mês e gás e menino que precisa da sandália e menino que precisa de uma roupa. E menino que quer ir no dentista. Eu não tenho nem prá comer. Tô mal conseguindo tirar o dinheiro prá comer. (...) Tô lutando e pedindo a Deus que melhore mais porque piorar mais que isso não piora não. (...) minha condição não é boa financeiramente. (...)Ficar com fome eu fico um dia ou dois é até bom pro espírito. Ficar com fome. Mas é isso aí. Minha vida é essa. Em torno dos meus filho. (...) primeiro ano que eu passei aqui, foi nesse Natal de 2015. Nossa foi triste. Eu falei assim meu Deus do céu, nunca fiquei um ano assim sem pelo menos dá uma peça de roupa pros meus filhos e foi o Natal mais triste que os meus filhos querendo roupa mas, graças a Deus eu conversei com eles e entenderam né. E ficaram tristes também. Mas assim, foi triste demais, foi uma experiência muito ruim. Estar como catadora. Eu no meu modo de vista, igual eu falei e vou repetir. Não é um trabalho desprezível. As pessoas é que não valorizam, o órgão público, vou botar primeiro lá, porque eles que deviam olhar porque cuidam da cidade né. Órgão público e sociedade. Não olha a gente com olhar que a gente possua pessoas que tivesse contribuindo com algo.</p>
	Percepção acerca do atual estado de saúde	<p>(Antônia): Eu, graças a Deus, tenho uma saúde boa, não tenho problema com a coleta, não tenho problema com a minha saúde não. (...) já vou pros 42, eu sinto assim, meu corpo já não tá com aquela mesma disposição, talvez os problemas que a gente enfrenta aqui faça com que meu corpo adoça, o médico disse isso, falou ó “a sua preocupação, você é muito ansiosa por conta do que você faz, então você precisa cuidar da sua cabeça pra que seu corpo não adoça, porque não tá adoecendo seu corpo, você não tem nada hoje, mas talvez a sua cabeça adoça seu corpo, porque você vive num stress muito grande”, (...) Eu sou uma pessoa extremamente estressada por conta disso aqui, eu vivia numa calma muito grande, eu tinha que fazer a unha, só fazia unha comigo quem gostava do meu serviço, então era muito fácil, quem <i>tava</i> fazendo comigo é porque gostava do jeito que eu fazia, então eu só tinha que fazer bem, ganhar meu dinheirinho e vim embora pra casa. (...)eu</p>

		<p>já tive mais disposição, eu acordava pilhada, 6 horas da manhã, eu queria chegar primeiro que todo mundo... Hoje eu já sinto que não tenho mais esse pique, eu queria dormir até as 8h, mas 8 eu tenho que tá aqui, então eu já sinto que meu corpo já tá cobrando, talvez o esforço que seja aqui, o esforço físico (...) é dor muscular mesmo, eu tomo um remedinho, durmo e amanhã eu tô boa. E aí eu já percebo que de 1 ano pra cá eu já não fico boa com remedinho, o corpo já tá cansado mesmo (...).</p> <p>(Josefa): A minha saúde de vez em quando é isso que eu te falei. De vez em quando pega bactéria, fica vomitando, passa mal. Muito esgotamento físico, eu tô muito esgotamento físico e de vez em quando é bactéria que a gente contrai aqui, a gente vomita dá diarreia. Muita dor de cabeça que dá por causa do sol que a gente pega.</p> <p>(Severina): Minha saúde não tô muito boa não, tô sentindo muita dor nas pernas, eu tenho a coluna aquele hérnia de disco né. E tô fazendo uns exames aí, 2 meses atrás. Eu tomo remédio prá mim dormir que às vezes né, tô sem sono. Prá mim não existe a noite, só existe o dia. Eu fico logo que amanheça logo o dia prá eu logo vir trabalhar que eu não guento ficar dentro de casa. Chega de noite eu já penso prá mim, prá chegar prá mim dormir tem que ser lá prá uma hora até uma e meia eu durmo. Pronto. Quando der 4 horas, 5 horas da manhã já tô de pé de novo. Não tô dormindo, prá mim não existe a noite né. Só existe o dia. Sinto muita dor às vezes, tomo remédio, sento, tomo um café, melhora, eu volto de novo a batalha. (...) Que a minha saúde é boa, boa, não é tão ruim mas também não é tão boa. E sinto umas dorzinha de vez em quando, são as dorzinha assim de vez em quando mas a minha saúde tá só o ouro (risos). Nada que reclamar.</p> <p>(Raimunda): Eu só sinto dor no braço que depois que eu tô trabalhando devido ao esforço físico. Dor no braço, dor na região lombar que eu sinto muita dor. Fora isso, não sinto mais nada não.</p> <p>(Joana): A minha saúde graças a Deus tá bem. Eu não, sobre aqui mesmo eu nunca senti problema nenhum não. Tirando dessas dor que a gente sente que é todo mundo mesmo, sente a dor no corpo né.</p>
	Percepção acerca do estado de saúde antes de se tornar catador/a	<p>(Antônia): (...) eu tinha que fazer a unha, só fazia unha comigo quem gostava do meu serviço, então era muito fácil, quem <i>tava</i> fazendo comigo é porque gostava do jeito que eu fazia, então eu só tinha que fazer bem, ganhar meu dinheirinho e vim embora pra casa. (...) eu já tive mais disposição (...).</p> <p>(Josefa): Muito boa. Muito boa. Nunca tive nenhum problema quando não era catadora. Nem uma dor de cabeça eu sentia. Ali ó. Tá vendo ali. É assim ó. As vezes vem num saco e nós somos obrigados a abrir o saco com ele dentro e tirar ele e aproveitar a sacolinha.</p> <p>(Severina): Era um pouquinho melhor né. Que eu fico muito agachada, eu ando muito, faço um pouquinho de força, entendeu? Mas a gente vai melhorar.</p> <p>(Raimunda): Antes eu não sentia dor não nas juntas não. Agora eu sinto. Por causa do esforço. Eu trabalhava antes e nunca senti não. E também acho que também a pressão minha tá aumentando, é menopausa, será que é o sol. Eu sinto assim um calor danado.</p> <p>(Joana): Eu desde nova que eu nunca tive problema de saúde não. Lá no meu Piauí onde eu morava de outro lugar que eu vim prá cá, eu lá já trabalhava de roça né. (...)Que eu já trabalhava de roça aí quando cheguei aqui parti prá trabalhar de catadora.</p>
	Acesso aos serviços de	(Antônia): Tem que morrer no hospital público né? (risos) Quando tem um exame urgente pra fazer,

saúde	<p>desconfio que tem alguma coisa muito séria, igual esse da mamografia que é quase uma obrigação da mulher fazer anual, depois dos 40, eu tive que pagar pra fazer, porque no hospital público eu fiz e demorou 1 ano e eu não tinha recebido, então quando eu fiz, com 41 eu falei “não, eu tenho que fazer particular, porque eu não recebi o resultado”.</p> <p>(Josefa): Só é aqui um postinho aqui dessa Santa Maria que a gente vai.</p> <p>(Severina): Eu não tenho. Não tenho. Prá te falar a verdade eu não tenho. (...)lá na padaria eu tava trabalhando, trabalhei quase 1 ano lá né. Eles ia mexer com esse negócio de plano de saúde tudo, a gente trabalhava fichado né. Plano de saúde.</p> <p>(Raimunda): Não tenho não, acesso à saúde não. Meu filho esses dias passou mal lá. Tava com uma tosse, passou mal. Pedi pro meu marido levar no hospital, chegou lá não tem médico. (...) A gente tá aqui a galera toda ao Deus dará.</p> <p>(Joana): Eu sempre vou. Eu não tenho plano de saúde não né, mas, eu sempre procuro as consultas prá eu ir. (...)tem o postinho de saúde. Sempre vou lá ver minha pressão. Não tomo nenhum tipo de remédio controlado. Tudo é normal. Minha pressão, tudo. Tem agente de saúde que sempre frequenta minha casa. Ela vê tudo lá né. E aí tem o postinho que eu sempre vou lá. Faço meus exames tudo direitinho. Tá tudo normal.</p>
Realização de exames periódicos	<p>(Antônia): (...) eu faço exames periódicos e nunca, o médico falou que a minha imunidade é até boa (...).</p> <p>(Josefa): Eu faço o preventivo, sempre faço. Mamografia. Faço os exames preventivo. Faço.</p> <p>(Severina): Direto. De 2 em 2 meses eu faço exame, tá tudo ok. Só essa dor, a médica falou prá mim ir lá no hospital, no pronto socorro prá mim bater um raio x e levar prá ela, mas eu tenho certeza que eu tenho uma dor assim parece que tá furando de hérnia de disco, aí desce prá perna aqui, às vezes eu paro aqui, fico até melhorar.</p> <p>(Raimunda): Faço. Mas já tem 1 ano que eu não faço. Desde que eu entrei aqui eu não fiz mais nenhum não, exame não. Eu entrei aqui já tem um ano que eu não faço.</p> <p>(Joana): Costumo. É tudo, tudo normal. Graças a Deus.</p>
Imunização (vacinação)	<p>(Antônia): (...) vacina tá em dia (...).</p> <p>(Josefa): Não. Tomei foi já tem uns 15 anos que eu vacinei contra tétano, 16 anos. 16 anos que eu vacinei contra febre amarela.</p> <p>(Severina): Tomei tudo. Tudo ok (risos). Tudo certinho, em dias. A última que eu tomei foi essa da gripe né. (...)eu fui e falei prá médica ó, eu tenho que tomar remédio que eu mexo com reciclagem. (...)até agora nunca adoeci né, não sei daqui prá frente né. Tenho que agradecer a Deus. Porque tem gente que entra já adocece né. E eu vou fazer 3 anos, graças a Deus, sou forte. Nesse ponto aí.</p> <p>(Raimunda): As vacinas me tão em dias. Tão todas em dias. Tem o cartão.</p> <p>(Joana):</p>
Tabagismo	<p>(Antônia): Não.</p> <p>(Josefa): Fumo. É só quando a gente senta aqui todo mundo que a gente sente e fuma.</p> <p>(Severina): Eu fumo. Desde 14 anos que eu fumo. Fiquei meu bem 3 meses sem fumar, voltei de sem vergonha (risos). Porque cigarro não é bom não. O bom é largar.</p>

		(Raimunda): Fumo. Não muito mas fumo. Fumo aquele fumo mesmo, tá quinze conto. (Joana): Fumo cigarro. Agora cigarro eu gosto (risos). Eu tenho medo que o povo diz que cigarro mata muita gente né.
	Consumo de bebidas alcoólicas	(Antônia): Não, nenhum vício. (Josefa): Não. Não bebo. Nunca bebi. (Severina): Não. Assim de vez em quando tomo uma cerveja, mas não sou. (Raimunda): Não. Bebida não. (Joana): Não. Bebida eu nunca bebi não.
	Consumo de drogas ilícitas	(Antônia): Não, graças a Deus não sei nem o que é. (Josefa): Também não. Deus que me defenda. Em nome de Jesus só o cigarro mesmo. (Severina): Não. Única droga que eu fumo é só o cigarro. Prá não dizer que eu nunca fumei uma vez fumei um que eu tava numa festa com um pessoal e só experimentei a maconha. Mas daí não gostei. (Joana): Não.
	Percepção acerca dos fatores que podem contribuir para qualidade de vida	(Antônia): Eu gostaria da minha qualidade de vida eu queria somente descansar final de semana, ter uma casa, não precisar pagar aluguel, por enquanto eu pago aluguel (...). (Josefa): Ah eu quero é melhorar. Quero ter uma boa qualidade de vida que eu não tenho. Que agora eu não tenho. (...) Ah uma casa própria. Ter um trabalho que seja tratado com dignidade sabe. Que eu tenha o direito que tem que ter. (...) aqui no meu trabalho que eu não tenho. (Severina): Eu me sinto bem. Aí eu chego aqui as 7 horas, não tem ninguém, eu ó. Eu gosto daqui. (...) daqui eu não saio, que eu já conheço todo mundo, já tenho intimidade. Meu filho fala, ah minha mãe não sai daquele lixão lá. Acho que é por cauda da amizade. Não é por causa da amizade não, é porque eu gosto. (...) Agora eu queria só melhorar um pouco. (...) Mas eu como catadora eu gosto. Primeira vez vai fazer 3 anos que eu tô aqui e não saio, não quero sair entendeu? Prá ir prá outro lugar? Melhor ficar aqui mesmo. Mesmo que não seja fichado, apesar que eu perdi muitos tempo mas, isso aí não dá nada não. Eu moro bem aqui pertinho. Não pretendo sair dali pertinho de onde minha filha mora. Eu penso. Queria mudar de vida, ganhar mais dinheiro prá ter minha casa que eu não tenho, eu pago aluguel. Que pagar aluguel é difícil. É difícil. Não é mole não. Eu entrei nessa casa própria do IDHAB que até hoje tô esperando. (Raimunda): Ah da minha como se fosse dos outros também. Melhorar. Que tivesse mais médico, mais acesso à saúde e assim uma questão de ter um salário melhor. Melhoraria. Ter acesso à saúde e o salário melhor. Na minha eu queria ter mais acesso à saúde e um salário digno. (Joana): Ah eu, é bom né. Prá mim graças a Deus, prá mim é tudo bom graças a Deus. Não sei. (...) Eu acho que eu saindo desse serviço aqui eu acho que eu vou me aquietar. Já trabalhei demais né. Vou dar um tempo, me aquietar. Meus filhos já tão tudo criado. Tão começando trabalhar. Eu mesmo tenho minha filha aqui, agora tá fazendo faculdade. E eu trabalho porque eu gosto de ajudar também em casa né.
	Consumo de alimentos catados do lixo	(Antônia): Sim, diariamente a gente acha as coisas. Tem lugar, igual coleta de Águas Claras, que vem na caixa, eles lacram, não vem misturado no lixo, vem uma coisa separada, quando a gente vê bem embrulhado, muito saco dentro de outro saco, de outro saco, a gente já sabe que tem coisa boa,

		<p>aí todo mundo já corre “é cesta básica!”, então acaba que tem um arroz que provavelmente uma pessoa comprou e não gostou, então lacrado, não tem furo, não tem nada, a gente olha a validade e come. (...) a gente consome fruta daqui, do lixão (...) Até roupa a gente veste, a maioria das roupas de todo mundo aqui, roupa de marca, quando é roupa de marca todo mundo cai matando em cima, e as coletas de lugares melhores, Águas Claras, asa sul, essas coisas, tem muita coisa boa, todo mundo pega pra fazer bazar, quase todo catador tem um bazar em casa.</p> <p>(Josefa): Já comi biscoito uma vez que eu catei peguei do lixo mesmo. Teve que pegar porque <i>tava</i> com uma fome, não tinha dinheiro pra comprar aí eu tive que pegar. Tá aí todo mundo. Todo mundo pega.</p> <p>(Severina): Todas coisa que eu acho, um biscoito, uma verdurinha boa assim. Até um dia eu comi uma pizza aqui. Mas aí as menina falaram, você tem coragem de comer? Se tiver bem fechadinho eu como. Se tiver acabado de jogar no lixo que eles vai levar a coleta entendeu? Não tenho preconceito, eu como. Os pãozinho assim quando tá bem fresquinho, molinho. Eu vou e como. Não vou dizer prá você que eu não como não, que eu como. Às vezes eu encontro um pacote de feijão, pacote de sal, um pacote de 5 kg de arroz você não vai levar prá casa? Oxi passa um paninho por cima e leva prá casa, você não vai levar? Teve um dia que eu achei foi 10 kg, a lata de óleo, acho que alguém deve ter escondido no meio né (risos). 2 latas de óleo, fubá, 1 pacote de café, 1 pacote de açúcar, eu não ia levar (risos)? Uma cesta básica. Duas lata de óleo, eu falei que não vou levar o que. Eu vi ele todo emboladinho sabe, em 3 saco. Tava num saco assim de ração de cachorro né. E tava em 2 saco de lixo azul. Acho que alguém deve ter pegado escondido assim prá poder levar, ou roubado, não sei. Só sei que eu se dei de bem. Peguei e levei prá casa. Botei que cheguei em casa quase morrendo mas levei (risos). Eu não vou levar o que. Vou deixar os pacote de arroz sabe qual? Tio João. Arroz bom. Eu não ia levar? Levei prá casa linda (risos). Prá mim comer uma cesta básica, eu não vou levar? Não tenho o que reclamar daqui não. Levo mesmo assim quando as vezes acho as coisa, não tá podre, assim bem fechadinho, biscoito assim eu vou e como, fechadinho. Não tenho esse preconceito não.</p> <p>(Raimunda): Eu já comi biscoito. Biscoito que achei. Não foi nem eu que achei. O rapaz da coleta veio e trouxe no caminhão aquelas caixas cheinha de biscoito lacrada. Tava perto de vencer, eu comi. Eu tenho medo de comer (...).</p> <p>(Joana): Não. Prá mim falar a verdade eu nunca comi não. Tem até umas menina aí que diz que eu sou orgulhosa mas eu não gosto não. Que né tudo, toda coisa né que a gente as vezes é muito perigoso a gente assim com as coisa e a gente comer. As vezes até um danone vem mesmo bem fechadinho, eu não tenho coragem de abrir e comer ele. Isso aí não é orgulho nem nada é que a gente se previne também né.</p>
	Moradia	<p>(Antônia): Minha casa é um apartamento alugado, é na Samambaia, é distante daqui, da cooperativa, tem que vir de carro. Minha casa tem 2 quartos, 2 banheiros, sala, cozinha. É pequeno, é aluguel, é um aluguel mais em conta, por conta de é um amigo da gente que cedeu, então a gente mora bem, mora num lugar bom (...).(Antônia): (...) apartamento alugado (...).(Antônia): (...) apartamento alugado (...) tem 2 quartos, 2 banheiros, sala, cozinha.</p>

		<p>(Josefa): Ah é péssima. Molha tudo. É só um quarto, um quartinho e a sala faz de cozinha e o banheiro, mais nada. Em Santa Maria. (Josefa): É alugada. Aluguel ainda pago 450 e não tenho de onde tirar pra pagar. Porque o que eu ganho aqui não dá nem pra mim comprar nem a metade da alimentação. (Josefa): Casa. É de alvenaria. 3. Quarto, uma sala que faz de cozinha e sala e o banheiro. Tem lá esgoto. Acho que sai pro esgoto eu nem prestei atenção se sai prá fossa ou pro esgoto. Sei que tem banheiro. E tem luz.</p> <p>(Severina): A minha casa é pequena. De 3 cômodos, 1 banheiro, sala, quarto cozinha. Moro de aluguel, tem vai fazer 3 ano que eu tô lá. (Severina): minha casa é pequena. De 3 cômodos, 1 banheiro, sala, quarto cozinha. (Severina): minha casa é pequena. De 3 cômodos, 1 banheiro, sala, quarto cozinha. Pago água, pago luz, pago aluguel. Tudo certinho.</p> <p>(Raimunda): A minha casa é não é muito boa nem muito ruim não. Falta terminar muita coisa ainda. Falta fazer muito reparo na minha casa. Mas tem rede elétrica, tem, eu tenho saneamento básico né. Tenho vaso, tem chuveiro, tem internet. Pobre com internet é chique (risos). Até que tá dando prá manter. (Raimunda): É própria. Graças a Deus. (Raimunda): São dois cômodos. Dois quartos, a sala, cozinha e o banheiro. (...) eu tenho saneamento básico né</p> <p>(Joana): Minha casa, ela é, eu moro nela mas eu não pago aluguel. Eu pago só água, a luz e o IPTU. Tem 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 arezinha nos fundos. Banheiro. (Joana): Casa. Cedida. (Joana): Alvenaria. Tem 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 arezinha nos fundos. Banheiro. Tem saneamento básico.</p>
	Posse de eletrodomésticos/etc	<p>(Antônia): A gente tem na nossa casa tem 1 TV, 1 fogão, 1 geladeira, não tem liquidificador, queimou, tem 1 ferro de passar, tudo lá em casa é 1 porque eu prefiro que tenha 1 TV e que meus filhos assistam televisão comigo pra ficar perto de mim, é 1 sofá grande, mas é 1 sofá e a gente senta todos os 4 no sofá pra assistir TV junto, porque eu gosto muito deles perto de mim, minha filha já tem 22 anos, meu filho tem 13 e a gente é muito unido, muito ligado (...).</p> <p>(Josefa): Não.</p> <p>(Severina): Tem geladeira, tinha máquina mas eu vendi, máquina de lavar roupa. Tenho um tanquinho lá mas não funciona, eu lavo roupa na minha mão. Uma televisãozinha mas é das antiga (...).</p> <p>(Raimunda): Tem assim o simples nós tem. Tem televisão, tem geladeira, tem som. Tem um computador.</p> <p>(Joana): (...) tenho pouca coisa né. Uma geladeira, um fogão, um sonzinho que não é nem muito bom mas temo (risos). E a minha televisão.</p>
	História familiar	<p>(Antônia): Eu tenho 22 anos de casada, e casei numa pobreza muito grande, eu casei grávida de 3 meses da minha filha mais velha (...)meu esposo muito dedicado, gosta de estudar, fez faculdade e tal e a minha família é grande (...) meu pai era caminhoneiro (...) ele morreu o ano passado, de um câncer, mas deixou assim, o que ele me ensinou foi respeito e mais importante de tudo, honestidade (...)Eu tenho 22 anos de casada, minha filha excelente, meu filho maravilha, minha família é tudo.</p> <p>(Josefa): Com meus filhos. Vivo é meu filho que me ajuda a pagar meu aluguel. Então meu filho mora em outra casa e eu moro nesse barracãozinho que ele arrumou pra mim. Tá entendendo? Então eu</p>

		<p>moro com ele. E tem a minha filha que tem 3, 4 filho pequeno de 6 meses que às vez vai quando ela chega eu olho as crianças dela pra ela trabalhar e aí ela dorme comigo. E o meu resto de família mora na Bahia tem muitos anos que eu não vejo. Tudo Porto Seguro pra lá. Alcobaça. Meus filhos lá na Bahia é pesca. No mar. Mexe com pesca no mar. Estuda à noite.</p> <p>(Severina): aqui quem mora só eu, minha filha e minha neta. Só. E ele aí esse rapaz que ta morando agora, agora ele vai ter que tirar as coisas dele e morar comigo que agora eu pesquei ele (risos).</p> <p>(Raimunda): 4 filhos. Marido não tem não igual (...)</p> <p>(Joana): Aí só mora comigo as 2 mulher e o netinho. E o meu marido e eu. Graças a Deus minha família é muito boa. Todo mundo é bem dentro de casa né. Minha filha, meus filhos tudinho estuda, uns já terminaram o estudo.</p>
	<p>Trajectoria educacional</p>	<p>(Antônia): Eu fiz só a 8ª série e na época eu era solteira, meu pai, a criação dele era o seguinte, as meninas casa e os homens trabalha, então criou a gente pra casar, então “tá bom, aprender a ler já tá bom, mulher na escola é perdição na certa”, então aproveitava que eu não gostava de estudar, com um incentivo desse, primeira oportunidade eu larguei.</p> <p>(Josefa): Eu não estudo não. Estudei até a 5ª. na Bahia sempre foi melhor né? Na Bahia eu nunca passei dificuldade assim muito não. Na Bahia eu trabalhava numa rede de frigorífico, aí depois trabalhei na rodoviária da minha cidade, depois trabalhei mais 7 anos num colégio e lá eu cheguei até a 5ª série (...)quando eu comecei a ter filhos. Aí teve que parar né que tinha que trabalhar cuidar de menino, tive que parar.</p> <p>(Severina): Eu não, não estudo. Eu não tenho mais isto prá isto não, tem que usar óculos. Lá no quadro também não tenho paciência de escrever mais não. Bem que eu queria. Parei na sexta. Eu não terminei os estudo. Não terminei os meus estudo completo. Tivesse estudado, terminado, quem sabe tava noutro serviço bom. Tava namorando. Tava (?) (risos). Eu tinha o que uns, rapaz eu prá te falar a verdade eu tinha uns 13, 14 anos. E eu nem sabia fumar, quem me ensinou foi o pai dos meus menino, ele conhecia. Pai dos meus menino, eu parei aí fui parei de estudar envolvendo negócio de namorar, ia pro colégio, em vez de ir pro colégio ia pra casa dele (risos). Aí que que deu. Aí na 6ª série, no meio do ano.</p> <p>(Raimunda): Até a quinta. Achei difícil porque minha mãe morreu e meu pai não tinha muita condição financeira de dar. A gente tinha o material básico né, o material escolar. Mas assim, depois que eu tive filho e tudo eu tentei voltar várias vez e como tem que trabalhar não consegui mais. Agora que eu tô né trabalhando na minha mente de voltar porque depois que você fica já de idade e tem família prá você voltar, você mesmo bota barreira né.</p> <p>(Joana): Eu só fiz até, nesse tempo eu estudava em interior né? Daí estudei até a 4ª série. Eu sei fazer meu nome. É a coisa que eu sei fazer é colocar meu nome somente. O meu pai, minha mãe pelevava demais né. Como eu tive 2 irmão que terminaram os estudos, agora eu é que eu sempre fui desinteressada. Sempre meus pai me brigavam comigo prá mim ir à escola, mas quando eu chegava também eu não tinha tempo prá nada, era trabalhando também né. Como é que foi que eu fiquei só trabalhando mesmo né. Trabalhava num servicinho, noutro lá no Piauí. Aí fui me casei. Aí pronto. Depois que me casei aí fui enfrentar mesmo só a vida cuidando dos meus filho.</p>

A vontade em retornar aos estudos		<p>(Antônia): Não. Hoje, hoje, eu não tenho vontade. Eu só fiz o 1º grau, não quis estudar, não tive tempo, ano tive oportunidade, quando tive já <i>tava</i> me sentindo velha demais pra isso, pra ir pra uma sala de aula todo dia, eu particularmente não tenho o sonho de estudar, não consigo enxergar assim, eu numa sala de aula, acho que passou a minha oportunidade, nunca foi o meu sonho “óh como eu sou estudiosa, meu sonho é fazer uma faculdade”, se eu falar isso eu tô sendo hipócrita, nunca tive não.</p> <p>(Josefa): Tenho. Tenho vontade de fazer um curso de informática. Tenho vontade.</p> <p>(Severina): Ah não penso não, tenho paciência mais não. Não tenho paciência. É bom mas sem vontade.</p> <p>(Raimunda): Dentro de mim mesmo que eu tenho um sonho e eu quero concretizar ele. Que é de fazer uma faculdade prá Engenharia da construção civil. E é isso aí que eu quero. Eu tô com 36 ano até os 50, 60 acho que eu chego lá né (risos). Ou até antes. É dentro de mim. É sonho mesmo. (...) Estudar. Mas eu vou voltar a estudar. Eu vou sair dessa aqui.</p> <p>(Joana): Não. Agora eu não tenho mais vontade não né. O meu esposo pejejou muito prá mim daí mais ele. Ai eu nunca fui, agora eu não tenho mais vontade não. Já tô mesmo na idade de, chegar em casa já cansada né. Aí eu não me arrisco mais não.</p>
Incentivo para continuidade dos estudos		<p>(Antônia): Meu esposo incentiva, minha filha daqui uns dias todo mundo lá em casa vai tá formado, eu sou a única que não tem esse interesse, ele fala “tem que estudar, conclui pelo menos o 2º grau, você vai ter vontade de fazer algum curso” e ai a minha filha “mãe, faz, você já é uma administradora sem estudo, se você fizer, vai administrar melhor”, mas ainda não entrou na minha cabeça não, mas eles incentivam até...</p> <p>(Josefa): Não. O cataforte falou uma vez. Uma vez veio uma moça aqui falando negócio de curso mas aí ela não falou nada, não quis parece, não sei.</p> <p>(Severina): Recebo de muita gente prá mim voltar mas eu não quero não. Porque tem como eu voltar? Tem amiga minha mais velha que estuda, me chama prá estudar. Não tem, não dô conta (...). Meu pai diz que não tem inveja de nada. (...)Tem inveja da pessoa que sabe ler e escrever que ele não sabe. Ele falou que vai morrer com isso aí. Que agora depois de velho ele diz que não vai aprender. Queria aprender mas não tem condições não, não dá conta não. Não enxerga por causa dos olhos, da vista. E tem gente que tem a oportunidade né e não quer estudar. Igual eu (risos).</p> <p>(Raimunda): Meus filhos. Eles sempre fala prá eu voltar. Meus filhos.</p> <p>(Joana): Me incentiva é muito. Tem mesmo a vizinha agora que mora perto da minha casa, ela vai, ela sempre me chama prá mim ir. Mas eu não tenho mais vontade de eu ir não.</p>
Relacionamento social no convívio familiar		<p>(Antônia): Meu relacionamento familiar é tranquilo, muito trabalho, muito cansaço, já foi mais tranquilo, quando o esposo fica em casa que a esposa tá lá descansada, banhada, fez a comidinha, é muito bom, agora quando chega depois do marido, trabalha mais do que todos na casa, então já chega querendo que alguém tenha feito né, então talvez tenha assim um pouco de conflito em relação a isso lá em casa.</p> <p>(Josefa): Tenho muita. Às vezes tenho um pouco de tristeza porque tenho um filho que bebe. Agora mesmo ele fugiu da clínica e tem um ano que nós estamos procurando e até hoje não encontramos.</p>

		<p>Mas do meu lado, do resto tudo bem.</p> <p>(Severina): Tem dia que eu tô alegre, tem dia que eu tô triste. Acho que mas tem dias que eu tô bem. É difícil. Fico de boa prá lá, meus neto também fica de boa prá lá, não tenho nada que reclamar. (...)Arrumei essa pessoa aí que é uma pessoa muito boa prá me fazer sorrir, me fazer alegre, que eu chorava demais, que o Antonio foi embora, me largou. Tá lá morando com outra. Aí eu conheci a pessoa boa demais da conta. Mas no dia a dia tá tudo bem.</p> <p>(Raimunda): Ah, conflito toda família tem. Talvez não seja confusão mesmo de irmão mesmo, de filho com irmão dentro de casa. Assim, só isso mesmo, meus filhos são tranquilos. E eu fico estressada, nervosa. Assim de briga, de conflito meus menino não tem não, muito não.</p> <p>(Joana): Ah é muito bom né. Graças a Deus é muito bom. Meus filhos são bem criados, eles nunca andaram me respondendo. Eu sempre cuidei deles mesmo. Graças a Deus tudo é normal. Muito boa a minha vida com eles. (...)O último problema que eu senti foi que foi um problema que esse daí eu não vou esquecer nunca né. Vai ser sempre pro resto da minha vida e que foi do meu filho que faleceu. O meu caçula. Ele chegou aqui, aquele menino do Nordeste, muito matuto ainda, ele estudava, era muita, ele só andava sem, não se ligava muito nas coisa né. Aí ele foi, aconteceu uma tragédia com ele. Sem, por engano né. Aí é uma coisa que eu vou levar prá esta minha vida. É o maior problema que eu enfrentei, vou enfrentar para sempre né. (...) Alegrias só não prá mim né. Eu quando eu tô aqui no serviço eu sempre desisto mais um pouco. Agora quando eu chego em casa eu fico mais fechada porque ainda é muito próximo do que eu passei né. Agora que ainda vai fazer 4 anos. Mas minhas filhas só pelejam prá me alegrar dentro de casa, meu esposo.</p>
	<p>Relacionamento social no convívio laboral com colegas de trabalho</p>	<p>(Antônia): É estressante, tem hora que eu fico muito nervosa, porque tem cada situação que meu Deus do céu (...)Comodismo do catador faz com que eu me irrite. Eu queria que todo mundo pensasse assim, em ir pra frente, todo mundo pensar em conjunto (...) Então esse stress, essa angustia faz eu ficar nervosa, tem hora... choro aqui dentro, tem hora que xinga uns aos outros que eu tenho que entrar no meio, tem hora que eles se batem... semana passada uma catadora apanhou de dois catador, que eles são gay, acho que são mulher né? Só que a força deles é de homem, então eu tive que entrar no meio, quase levei uma paulada, então nessa hora eu saí daqui chorando, saí e fui embora, eu falei “não, vocês não querem nada não”, o nervoso meu é esse. Mas o convívio com eles, eu sinto saudade deles, eu sinto falta deles, eu chego eu sei quem faltou, quem não veio, quem não veio ontem, eu sei o nome de todos, eu sei o problema deles, quem é usuário, quem não é, quem bebe... tem mulher, catadora que bebe, tem mulher que bebe todos os dias (...)eu sei quando elas entram triste, eu sei se elas tiveram um problema no final de semana, eu sei o rosto de cada um, eu conheço o problema de cada um aqui (...) se eu fizer tudo por elas, a gente tá unido é uma beleza, só não posso falar “eu não vou fazer só, vai todo mundo fazer junto”, aí acaba a amizade na hora (risos).</p> <p>(Josefa): Ah com meus colegas é bom. Às vezes é mesmo com a presidente porque ela gosta mesmo de humilhar as pessoas. A gente sente muito humilhada. Pega muito pesada às vezes. Tem que saber conversar com as pessoas. Se tem alguma coisa a reclamar porque eu acho que já não tem mais nada a ser reclamado porque aqui a gente já não tem dignidade. Igual tá assistindo a cena</p>

		<p>com a colega ali de trabalho que tem 2 dias que ela tá chorando porque as palavras às vezes machucam. Até hoje tá chorando. Por ouve uma palavra só.</p> <p>(Severina): Poxa, muito bom. Prá mim eu não tenho nada que reclamar deles. Um dia tão de cara feia, quando eles tão de cara fechada nem pergunto nada. Mas também em compreensão quando é tarde tão tudo bem. Assim a gente fica com uma raiva na hora que a gente briga e discute, entendeu? Mas depois passa.</p> <p>(Raimunda): Aqui tem briga, tem confusão aí do pessoal aí. Eles briga entre si aí por causa de qualquer coisa. (...)Eu não tenho confusão com ninguém aqui graças a Deus. Eu não venho trazendo problema da minha casa prá cá e nem levo problema daqui prá minha casa.</p> <p>(Joana): aqui graças a Deus é normal. (...) Tem hora que esquenta a cabeça que tá no sol quente né, mas, vem prá sombra e esfria e fica tudo bem de novo (risos).</p>
Perfil dos sujeitos das entrevistas	Idade	<p>(Antônia): 42 anos (Josefa): 52 anos (Severina): 47 anos (Raimunda): 36 anos (Joana): 50 anos</p>
	Naturalidade	<p>(Antônia): Paraíba (Josefa): Natural de Alcobaça só que já tem mais de 28 anos que eu moro aqui já. Aqui em Brasília. (Severina): Gama, Distrito Federal (Raimunda): Iaciara, Goiás (Joana): Nasci em Pedro Segundo, minha cidade. Piauí.</p>
	Cidade onde vive atualmente	<p>(Antônia): Samambaia, Distrito Federal (Josefa): Santa Maria, Distrito Federal (Severina): Santa Maria, Distrito Federal (Raimunda): Santa Maria, Distrito Federal (Joana): Gama, Distrito Federal</p>
	Escolaridade	<p>(Antônia): 8ª Série. (Josefa): 5ª Série. (Severina): 6ª Série. (Raimunda): 5ª Série. (Joana): 4ª Série.</p>
	Estado civil	<p>(Antônia): Casada. (Josefa): Solteira. (Severina): Solteira. (Raimunda): Solteira. (Joana): Casada.</p>
	Quantidade de Filhos/as	<p>(Antônia): 2. (Josefa): 4.</p>

		(Severina): 2 (Raimunda): 4 (Joana): Eu tive 7. Mas só tenho 4 vivo né. Meus 2 bebê nasceram prematuro. Morreram novinho no hospital ainda. E o outro foi o que morreu da tragédia que eu lhe falei. Aí comigo mora as 2 menina e o outro é casado e tem um que mora com a avó no Piauí. E meu neto mora comigo também.
	Idade em que começou a trabalhar	(Antônia): Aos 20 anos. (Josefa): 18 anos. (Severina): Comecei a trabalhar com 18 anos. (Raimunda): 12 anos. (Joana): Eu comecei a trabalhar na idade de 12 anos. Só não era na catação, era lá no Nordeste. Comecei trabalhar de tecido, de tecido ia prá roça. Era assim tudo. Aí quando eu cheguei aqui foi que enfrentei trabalhar de catadora.
	Principal atividade laboral/trabalho atualmente	(Antônia): Sou Catadora. (Josefa): É aqui a reciclagem. (Severina): É catação. É como catadora. (Raimunda): Catadora. (Joana): Só de catadora.
	Existência de outra atividade laboral/trabalho	(Antônia): Eu sou artesã, mas não tenho carteirinha, eu gosto de fazer, de vez em quando eu ganho um dinheirinho fazendo meus minijardim, meus biscuit. (Josefa): Não. Só essa mesmo. (Severina): Não. Só esse aqui mesmo. (Raimunda): Por enquanto não. (Joana): Não. Só de catadora.
	Tempo de trabalho como catador/a	(Antônia): Tem 10 anos que eu tô trabalhando como catadora. (Josefa): Ah com resíduos tem, deixa eu ver. 8 anos que é desde quando eu mudei aqui pra 517 que eu comecei. (Severina): 2 anos. Fazer 3. 2 anos e meio. (Raimunda): 4 anos e 10 meses na catação. (Joana): 6 anos
	Renda Mensal (R\$)	(Antônia): R\$ 1.800,00 (Josefa): Por alto aqui uns 350. (Severina): Até 200 reais, por semana. (Raimunda): Minha renda mensal tá sendo só o daqui mesmo que acho que não chega nem 1 salário mínimo (Joana): Minha renda no mês é, quando dá prá mim tirar uns 800.
	Existência de outra Renda Mensal (R\$)	(Antônia): Não. (Josefa): O meu filho recebe 1 salário, com mais o meus, dá... só que o meu filho já tem a família dele, só mais a minha. Ele tem filhos que ele tem que pagar a pensão. (Severina): Não. (Raimunda): Não. Nenhuma fonte de renda.

		(Joana): Tem não. Tem só o Bolsa Escola da menina mesmo. Que é de 2 que é da minha menina e do meu neto eu tiro 70 reais.
	Renda Mensal (R\$) Familiar	(Antônia): R\$ 3.800,00 (Josefa): O meu filho recebe 1 salário, com mais o meus, dá... só que o meu filho já tem a família dele, só mais a minha. Ele tem filhos que ele tem que pagar a pensão. (Severina): Até 200 reais, por semana. Eu queria ganhar mais um pouco. Só por enquanto eu tô muita dor eu não tô aquela pessoa com muita força. No começo eu entrei eu ganhava mais né. (Raimunda): não chega nem 1 salário mínimo
Livres Comentários das Entrevistadas	Fala livre das catadoras - acrescentadas após entrevista, no interesse de cada uma	(Antônia): (...) sou uma pessoa de 42 anos, cheia de sonhos, cheia de expectativa em relação ao serviço que eu executo hoje, em relação a coleta seletiva, eu sou cheia de expectativa, eu acredito nisso, se eu não acreditasse eu não estaria aqui, eu tenho planos de ganhar melhor, de ter um recurso melhor, de ter um lugar digno pra trabalhar, que isso aqui um dia seja bem visto e um dia o catador seja reconhecido como uma profissão (...) o meu sonho é esse: que o catador seja uma profissão e não um resto, um coitadinho... que catador não é coitadinho, catador ganha bem, catador ele é esforçado, ele ganha pelo esforço físico, é uma coisa manual e as vezes, muitos são catador por falta de opção, por falta de estudo, mas eu vejo aqui que tem catador que tem sonho de ir pra faculdade, tem catador que tem sonho de ser cabeleireiro, tem catador que faz curso de cabeleireiro, mas se um dia isso for profissão, talvez as pessoas não queiram migrar pra outra coisa, se tiver uma condição digna de ganhar um dinheiro, é um serviço bom de fazer, eu não vou dizer pra você “ah, como é ruim!”, não, não é ruim, ainda mais quando você acostuma, você acha que não sabe fazer mais nada a não ser separar material do lixo do que presta, ainda mais quando você vê que vende que vê o valor que é, que vê que, aqui é assim, eu não preciso que alguém goste “nossa, como essa lata é legal”, eu tenho que vender essa lata “olha, essa lata tem tanto, ela cabe 18litros, ela cabe isso...”, ano, eu não preciso fazer propaganda do material reciclável, as pessoas vem atrás de nós pra comprar, o tanto que eu tiver, tem quem compre. Então eu não preciso fazer propaganda do material reciclável, porque o mercado é amplo, é grande, as pessoa vem até nós, eu não preciso ficar me humilhando, mostrando que o material é legal, eu não vou estocar, eu não vou comprar material e estocar, não. Todo o tanto que eu tiver é pouco, porque o mercado é grande, as pessoas vêm até nós buscar, a gente não precisa nem levar até eles (...) Se a gente tivesse a estrutura pra trabalhar com dignidade, o catador ele ganharia 5, 6 mil por mês, tranquilamente, sem trabalhar exaustivamente, de segunda a sexta. (...)Mas por enquanto não temos essa estrutura toda e a gente ainda consegue ganhar 1800 reais sem estrutura nenhuma, trabalhando no sol e na chuva e ainda sendo roubado, saqueado, imagina quando tiver uma estrutura? Então pra que eu vou migrar pra outro trabalho, outro serviço, se eu tenho um recurso aqui legal? Se eu trabalho de segunda a sexta? Se eu vou ter o direito de ir pra praia no final do ano, se eu vou poder me programar, ter um recurso, ter uma poupança... Meu sonho é esse, eu sonho de um dia ser uma profissão e eu poder falar “sou catadora, tenho orgulho de ser catadora”, hoje eu não diria “tenho orgulho de ser catadora” porque hoje a gente vive precariamente, mas um dia quem sabe você venha aqui num outro mestrado que você tiver

		<p>fazendo, outra coisa que você tiver fazendo, e eu vou dizer “hoje, eu, Vilanir, tenho orgulho de ser catadora”, entendeu? É isso que eu queria dizer.</p> <p>(Josefa): Tem não. Só isso mesmo.</p> <p>(Severina): Não tenho nada que reclamar, o que eu falei aqui tudo tá ótimo, né? Agora deixa eu ver se eu fiz alguma coisa errada, se eu conversei bem, se eu conversei mal (risos).</p> <p>(Raimunda): Melhoria prá gente aqui, que a gente seja reconhecido como trabalhadores igual outras pessoas, tenha reconhecimento tanto social como assim, pessoal também né. Porque as pessoas vê a gente assim tão mal. Assim tão constrangedor né. E que os órgão público venha olhar mais prá isso e ver como um trabalho né, sério. Que a gente pode tirar o sustento e também pode também retornar também pro governo, que de todo jeito todo dinheiro que volta prá ele né. Investir mais nas cooperativas e nos catadores.</p> <p>(Joana): É mas é como eu lhe falei né. É bom, eu acho o trabalho de catadora eu nunca estranhei não. Eu sempre me acostumei. E eu só vou deixar de ser catadora um dia quando eu voltar da minha cidade prá daqui do DF pro meu lugar. Que eu não tenho interesse de ficar aqui prá toda vida não. Eu sempre tenho vontade de voltar prá lá. Aí é só isso mesmo que eu como eu já lhe falei tudo mesmo.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração Autor a partir de Pinto (2007, p. 123).

APÊNDICE X

Grelha de Análise de Conteúdo

Referência: Guião de Entrevista para presidência da Cooperativa R3

DIMENSÃO	ATRIBUTO	CONTEÚDO
O movimento cooperativista	Surgimento da Cooperativa	<p>Presidenta: (...) E aí ficamos 1 ano trabalhando aqui sem nenhum... como se fosse ilegal? Sem documento, a SLU colocou a gente aqui, perguntou “ó, esse terreno aqui dá? ” “dá”, então beleza, começou a vir as coleta seletiva pra cá. Aí a gente foi conseguindo cercar, depois a gente conseguiu fazer isso aqui, tudo com doação, e aí veio a documentação, conseguimos legalizar, a gente se associou a uma rede que se chama Rede Alternativa, e aí essa Rede Alternativa ela vende um preço melhor, porque são muitas ne? Porque uma coisa é eu vender aqui, a cooperativa vender 10 bags de PET, outra coisa é eu juntar com a outra cooperativa, com a outra, com a outra.... Então essas cooperativas, acho que são 9 na rede, formou a Rede Alternativa, acho que são 2 redes no DF, a Centcoop e a Rede Alternativa, então eu me filiei com a Rede Alternativa. E aí eles têm contador e aí veio a oportunidade, então beleza, já que tem tudo isso, tem uma secretaria, tem um contador, e aí a gente tá legal agora, tá cadastrado, a gente já pertence a Rede Alternativa, SLU já enxerga a gente como uma coisa que gera emprego, a Eliana Katia é a diretora, ela já ouve a gente, ela já chama a gente, ela já chama a cooperativa de R3, que é uma coisa muito bom pra gente que a gente tem um nome né? Que a pessoa enxerga a gente não só “aquele pessoal lá só suja, eles tão lá, é feio demais, a gente passa e vê uma sujeira, um lixão”, ano, ela enxerga a gente como uma cooperativa de catador, gerador de emprego, como gente. Então ela aperta na mão de todo mundo igual, porque aqui tem um probleminha assim, até o rapaz que vende picolé ele passa na rua de trás, a gente morre de gritar aqui, a gente tem o dinheiro e ele não passa aqui, ano sei se ele tem nojo, se tem medo, acha que aqui tem só bandido, eu não sei que cara que a gente tem (risos), mas não é todo mundo que olha a gente com bons olhos. As vezes as pessoas fazem caminhada, elas passam na rua lá de trás, mas não passa aqui na frente, com nojo, com medo, eu não sei, não sei o que eles pensam o que é catador. E aí a gente tem, a gente tem dignidade, dinheiro, graças a Deus a gente se sustenta disso aqui, somente disso aqui.</p>
	Estatuto Social	<p>Presidenta: O estatuto ele fica à disposição, qualquer catador tem acesso, a gente faz reunião mensal, semanal e esclarece, inclusive a Rede Alternativa que é quem dá o apoio, o suporte, eles esclarece qualquer dúvida que tenha os cooperado né? E todos tem acesso, o estatuto a gente já mostrou pra eles, já inclusive todos assinaram e a gente mandou levar pra casa pra eles ler pra poder assinar, eu tenho uns que são analfabeto que a gente propôs a ler e eles não tiveram muito interesse. (...)</p>

	Espaço físico e infraestrutura	<p>Presidenta: A cooperativa acho que é mil metros quadrado é bem grande, não tem estrutura nenhuma como tu tá vendo aí, o que tem foi o que a gente colocou com muito sacrifício (...) falta estrutura, falta um galpão, que aqui o catador trabalha no sol, trabalha na chuva, dentro da lama. (...) todos tem um sonho (...) o sonho de trabalhar embaixo de uma cobertura, protegido do sol, protegido da chuva, o sonho do cooperado é esse. (...) O terreno foi cedido pela TERRACAP e a administração colocou o arame pra cercar, quem cedeu o arame, a administração deu os postes que eram da TERRACAP, a SLU deu o arame, aí a gente pegou os próprios cooperados e cercamos e foi só de boca, a SLU disse “vai Vilanir pra lá, vê o máximo de gente que pode receber a coleta seletiva lá” e desde o primeiro dia que a gente recebe a coleta seletiva, desde o primeiro dia que tem catador aqui e a gente nunca teve um documento, a SLU nunca formalizou isso, foi de boca “vá pra lá e deixe comigo, quando procurarem manda falar comigo”.</p>
	Características dos/as catadores/as	<p>Presidenta: São pessoas carentes, são pessoas sem estudo, sem formação, posso arriscar aí que tem uns 4 (...) que tem uma instrução melhorzinha, a própria presidente da cooperativa não tem instrução (risos), não tem estudo né? (...)tem uns que tem o sonho de estudar, sonho de ser enfermeiro, e tão aí trabalhando, são trabalhador, mas tudo é assim, muito pobre, pobre de cultura, não tem muito conhecimento (...) todos tem um sonho, inclusive a presidente da cooperativa que tem o sonho da casa própria.</p>
	Princípios do cooperativismo	<p>Presidenta:(...) eles tem a formação, porque é mensal essa reunião da rede, ela traz toda a informação que o cooperado precisa sobre o cooperativismo, embora nenhum optou pelo cooperativismo, aqui nada é comercializado pela forma de cooperativismo, tudo é daquele jeito assim “não é justo eu dividir com a fulana que chegou depois do meio dia, não é justo”, ninguém quer, cooperativismo não existe em lugar nenhum do mundo. Eu acho que aqui em Brasília não existe nenhuma cooperativa que é cooperativismo. A formação tem, mas eles não querem, são eles mesmo que não querem, o cooperativismo eles não querem, mas que a formação eles têm, todo mês tem a reunião, toda vez que tem uma reunião eu quero levar os cooperados e eles não querem ir, eu não sei como eu responderia essa pergunta sua, eu não sei, talvez daqui pra frente, quem sabe, nós vamos voltando nos tópicos que fica pra trás.</p> <p>(...) cooperativismo eu nunca vi, se alguém conhecer, pelo amor de Deus me mostra que eu queria muito copiar, porque eu não enxergo cooperativismo como a saída. É bonito pra falar, é pra inglês ver, porque não funciona gente! Ninguém funciona igual o outro. Cooperativismo só se fosse máquinas, porque aí a máquina ela tem o mesmo ritmo, aí daria, mas somos humano.</p> <p>(...) Não existe cooperativismo não, eu não conheço, mas se alguém me mostrar de verdade, mas também tem que ser de verdade, não pode ser igual muitas que é fachada por aí. Então o sistema que a gente adota aqui pode não ser o mais correto, pode não ser o mais bonito, mas é o que tá funcionando.</p>
	Inclusão social	<p>Presidenta: A gente pensa sobre isso aí, sobre essa inclusão social, a gente tenta... já tem um planejamento, a gente já pretende pagar o INSS do cooperado, mesmo que ele não queira, porque tem muitos que preferem não contribuir com 5 reais que seja, então a gente pretende dividir a metade, já seria um jeito de se um dia eles adoecer, que eles tenham algum amparo. Então o nosso próximo plano é esse, pagar o INSS de todos os cooperados (...). E eu queria muito também montar uma creche, tem</p>

		<p>muita mulher que vem, mas ai quer trazer as crianças, então montar a creche, porque terreno aqui tem demais e eu tenho esse projeto na minha vida, que eu já até entreguei pra diretora da SLU um dia (...).</p>
	Ser catador/a	<p>Presidenta: (...) tipo, vicia, eles não sabem fazer outra coisa a não ser isso e ao mesmo tempo que eles fazem isso, eles acham que tinha que existir uma coisa melhor, “caramba, eu tô trabalhando no lixo”, ou eles são alcoólatra, ou eles bebem pra dizer que são catador, então não sei como eu definiria isso.</p>
O trabalho	Dinâmica laboral	<p>Presidenta: É assim, são em grupos, cada monte que chega, cada caminhão que chega da coleta seletiva é pra 4 catador no máximo. E aí os próprios catador exclui aquele que produz menos, porque o que produz menos geralmente ele pega por cima e deixa o lixo pro que produz mais, e aí acaba que atrapalha, aí o cara perde muito tempo limpando o lixo do outro e aí então eles mesmo exclui e acaba ficando no caminhão (...) antigamente a gente tentava colocar todo mundo num monte só, mas aí não dava certo porque era briga, eles brigam muito, falta entrar nos tapa aqui. E aí preferi fazer assim, dividir por grupos, os grupos que são mais fortes ficam com os mais fortes e os que são mais fracos vão ficando com os mais fracos, até os mais fracos exclui os que são bem fracos mesmo até aquele cara ir embora porque não tem espaço pra ele (...) Não tem hierarquia não, aqui é um grita o outro, o mais novo grita com o mais velho, o mais velho grita com o mais novo, mas acaba que todo mundo se entende, quando falta um a gente sente falta sabe? Mas não tem hierarquia não. (...) quem controla e quem vende é a presidente, sou eu mesma que controlo, porque senão cada um que iria vender em um lugar, cada um iria ser dono do seu material (...) Aqui é liberdade total. Aqui não tem rotina. A rotina aqui é o seguinte: eu, a presidente, chego 8h da manhã, abro aqui a gaiolinha e a rotina aqui todo dia é pesar, tem que pesar todo dia, porque são muitos cooperados e se deixar pra deixar pesar num dia só, não tem FUNAP que aguente, então a única rotina é pesar. (...) A única coisa que tem que fazer todo dia é pesar, pesar o material deles, o que eles conseguiram tirar do monte. Todo dia porque a comunidade vem e rouba (...) Então não tem rotina, a única rotina é pesar todo dia, não tem nada que obrigue.</p>
	Dos resíduos recebidos: seleção/tratamento	<p>Presidenta: A gente recebe do Gama e da Santa Maria, 3 caminhões por dia. (...) 50% lixo, 50% é reciclável. Ainda tem muito rejeito, a comunidade não separa. A gente chama de triagem. O cooperado põe na balança tudo misturado e a gente joga na mesa, as meninas separam por cor, balde e bacia é uma coisa, a kiboa é outra, e a gente dá um nome, tudo tem um nome, é mangaba, é plástico duro, tudo tem um lugar certo pra cada indústria, pra cada (...).</p>
	Distribuição das tarefas por sexo	<p>Presidenta: Tem os que tem qualificação, por exemplo, a maioria da maioria dos homens aqui tem função porque eles são qualificados. Tem o que é o preneiro, ele sabe prensar, ele já veio de uma empresa que ele já era preneiro, então ele é preneiro então ele vai pra prensa, embora ele prefira ficar no monte catando. Tem o que é motorista, então ele vai ser motorista. Tem o que é eletricista, mas aqui não tem função pra eletricista, ele vai pro monte. Tem o que tem força, tem mais força que os outros, ele puxa o bag, que ele tem mais força vamo botar ele pra puxar o bag, então assim, a gente estipula, mas todos preferem o monte. Os que tem função vai pra função.</p>
	Comercialização da coleta e divisão dos lucros	<p>Presidente: E os preços, os preços é de acordo com o mercado... o cooperado aqui ele não é injustiçado “ó, coitadinho, tá sendo explorado, a presidente compra por 0,20 centavos e vende por 0,60, fica com 0,40”, é de acordo com o mercado, se eles quisessem vender em qualquer lugar, eles iam vender pelo</p>

		valor que compram aqui. A gente faz o rateio (...) é feito como se fosse um rateio, a cooperativa compra por 0,50 centavos o plástico, cada coisa tem o seu valor, o mais alto possível, porque como a gente vende em rede, a gente vende por um preço melhor, então é como se fosse rateado pra cooperativa, tirando o valor que eu pago pras meninas separado, tirando a prensa, que depois que elas separa, eu preno, depois que eu preno eu ponho no caminhão, então eu pago dois (...), tenho mão de obra de preso, tenho 2 presidiário que trabalham aqui, que eles ganham salário de acordo com a FUNAP, a gente acerta com a FUNAP todo dia 10. Então pra pagar FUNAP, pra pegar preneiro, pra pagar fita de amarrar o fardo, pra pagar menina que separa, pra pagar o combustível pra levar pra indústria, pra fábrica (...) eu compro por 0,50, vendo por 1 real, lá é exposto, quem quiser ir na capital ver por quanto que a cooperativa R3 compra o material, eles vão dar o papelzinho lá, então eu vendo por 1 real. Vende pra vários lugares, a capital é o maior comprador porque é aquele negócio que eu te falei: compra a vista, eles vem buscar metade do material, a cooperativa não tem que ter um compromisso de ir lá levar, eles tem equipamento pra vim buscar.... E o preço deles é melhor.
	Acidentes ocupacionais	Presidenta: A tenda que tinha era aquela ali, o vento veio, primeira tempestade levou, gastamos 3mil reais pra botar ela em pé de novo, com 15 dias depois ela caiu em cima de um cooperado e quase matou. (...)
	Itens de segurança	Presidenta: Aqui com muito sacrifício a gente compra luva, mas não pode nem comprar uma bota porque não tem como ainda comprar bota pra todo mundo, porque a bota deles eles acha no lixo mesmo (...) Teve uma pessoa que cortou o pé, mas não era catador (...).
	Promoção da saúde do/a catador/a	Presidenta: Eu sempre falo que catador é imunizado, eu nunca vi uma pessoa tão imune a doença igual a catador, graças a Deus ninguém nunca adoeceu aqui (...). Teve uma pessoa que torceu o pé e a cooperativa acompanhou, levou ao médico (...).
	Consumo de drogas	Presidenta: Tem um que morre dizendo que não, mas eu acho que sim, mas eu acho que são 7 catadores. Dos 28, 7 são usuário diário. E 2 são alcoólatras. Dois homens são alcoólatras, 7 são usuário de droga pesada mesmo e 1 mulher é alcoólatra, a mais trabalhadeira, por incrível que pareça, a que eu gosto mais. A filha falou que ela é, todo dia.
	Melhorias desde a fundação da cooperativa	Presidenta:(...) a gente só recebe o material da coleta seletiva, então aqui é cooperativa mesmo, não é lixão. Já mudou muito, tanto a coleta seletiva mudou, melhorou um pouco, melhorou uns 20% depois que começou e até mesmo o cooperado, eles entraram aqui sem saber o que era, achou que era de um jeito e fomos adaptando (...) ainda vem muito lixo.
A cooperativa e os inter-relacionamentos	Com a comunidade	Presidenta: Bom, com a comunidade, com o pessoal da população aqui não é muito boa (...) tá sempre tirando foto pra denuncia, tá sempre indo na administração e em contrapartida não ajuda a gente em absolutamente nada. (...) Eles não quer saber se esses bag tá cheio de material reciclado, eles quer saber que os bag são feio, é sujo e é feio, tá enfeitando aqui. Então a nossa convivência com a comunidade não é boa (risos).
	Com o poder público	Presidenta: Poder público não ajuda em nada (...) Em época de campanha, de política, já veio várias pessoas falando que vai dar EPI pra gente, que vai vim trazer cesta básica, bota. Já teve pessoas que prometeram até protetor solar, mas nunca ninguém deu nada, ninguém veio fazer nada.

		<p>Eles têm estrutura, eles derrubam alambrado lá no plano piloto que daria pra fazer a cerca daqui toda, pra onde vai esse alambrado? Por que não doar pra gente, pra gente parar de ser roubado, parar de ser saqueado? Eles poderiam colocar a gente numa grande estrutura sem gastar, apenas com o que arrecada do que eles mesmo derrubam. (...) A ajuda da administração aqui é vim tirar foto e dizer que a gente tá num lugar que a gente não deveria tá, e aí com a SLU a gente tem, eles olham pra cá com bons olhos, eles querem que dê certo, embora também não dê estrutura nenhuma, nem o muro que tanta gente almeja que é pra pararem de roubar, que é pra parar da comunidade ver a gente, que eu acredito que no dia que tiver um muro que eles não vê o que tem aqui dentro, eles vão parar de implicar (...).</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração Autor a partir de Pinto (2007, p. 123).

APÊNDICE XI

Lista de Materiais Recicláveis e Não Recicláveis

Recicláveis	Plásticos:	<ul style="list-style-type: none"> - Garrafas, embalagens de produtos de limpeza; - Potes de creme, xampu, condicionador; - Tubos e canos; - Brinquedos; - Sacos, sacolas e saquinhos de leite; - Isopor; - embalagem de refrigerante, desinfetante, álcool, vinagre; - embalagem de material de limpeza/higiene; - copinho de café, água; - embalagem de margarina/manteiga; - canos e tubos, sacos plásticos em geral.
	Metais	<ul style="list-style-type: none"> - Molas e latas; - Latinhas de cerveja e refrigerante; - Esquadrias e molduras de quadros; -latas de óleo, azeite, salsicha, leite em pó, refrigerante, cerveja, goiabada, ervilha...; - embalagem de marmite (alumínio), sucatas, panelas, fios de cobre, aço inox, desodorante spray, canecos, clips e grampos.
	Papel e papelão	<ul style="list-style-type: none"> - Jornais, revistas, impressos em geral; - Papel de fax; - Embalagens longa-vida. -jornais, revistas, livros velhos; -folhas de caderno, cadernos, agendas; -formulários de computador; -caixas em geral; -aparas de papel; -fotocópias; -envelopes; - provas; - rascunhos; -cartazes velhos; -folhas de cartolina e outros papéis similares.
	Vidro:	<ul style="list-style-type: none"> - Frascos, garrafas - litros em geral, garrafas e garrafões inteiros, de vários formatos (suco, refrigerante, vinho, cerveja, champagne, conhaque, whisky, etc.) - e maionese, azeitonas, palmito, leite de coco, pimenta, água mineral, etc.
Não Recicláveis	<ul style="list-style-type: none"> - Cerâmicas; - Vidros pirex e similares; vidros planos; lâmpadas; tubos de TV - Acrílico; - Lâmpadas fluorescentes; - Papéis plastificados, metalizados ou parafinados (embalagens de biscoito, por exemplo) - Papéis carbono, sanitários, molhados ou sujos de gordura; - Fotografias; - porcelana; - Espelhos; - Pilhas e baterias de celular (estes devem ser devolvidos ao fabricante); - Fitas e etiquetas adesivas; - Cabo de panela; - Tomadas; - Embalagem de biscoito, chips, batatas, macarrão, etc. - etiqueta adesiva; -papel carbono; -fita crepe; -papéis sanitário; -papéis plastificados; 	

-
- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">-papéis metalizados;-papéis parafinados;-papéis sujos;-guardanapos;-tocos de cigarro;-fotografias;-caixas tipo longa vida: leite, achocolatados, outros;- esponja de aço. |
|--|
-

Elaboração: Autor. Fonte: FUNASA (2007, pp. 244-252); SLU (2015, *online*).